

Balsa



Cidade Romana

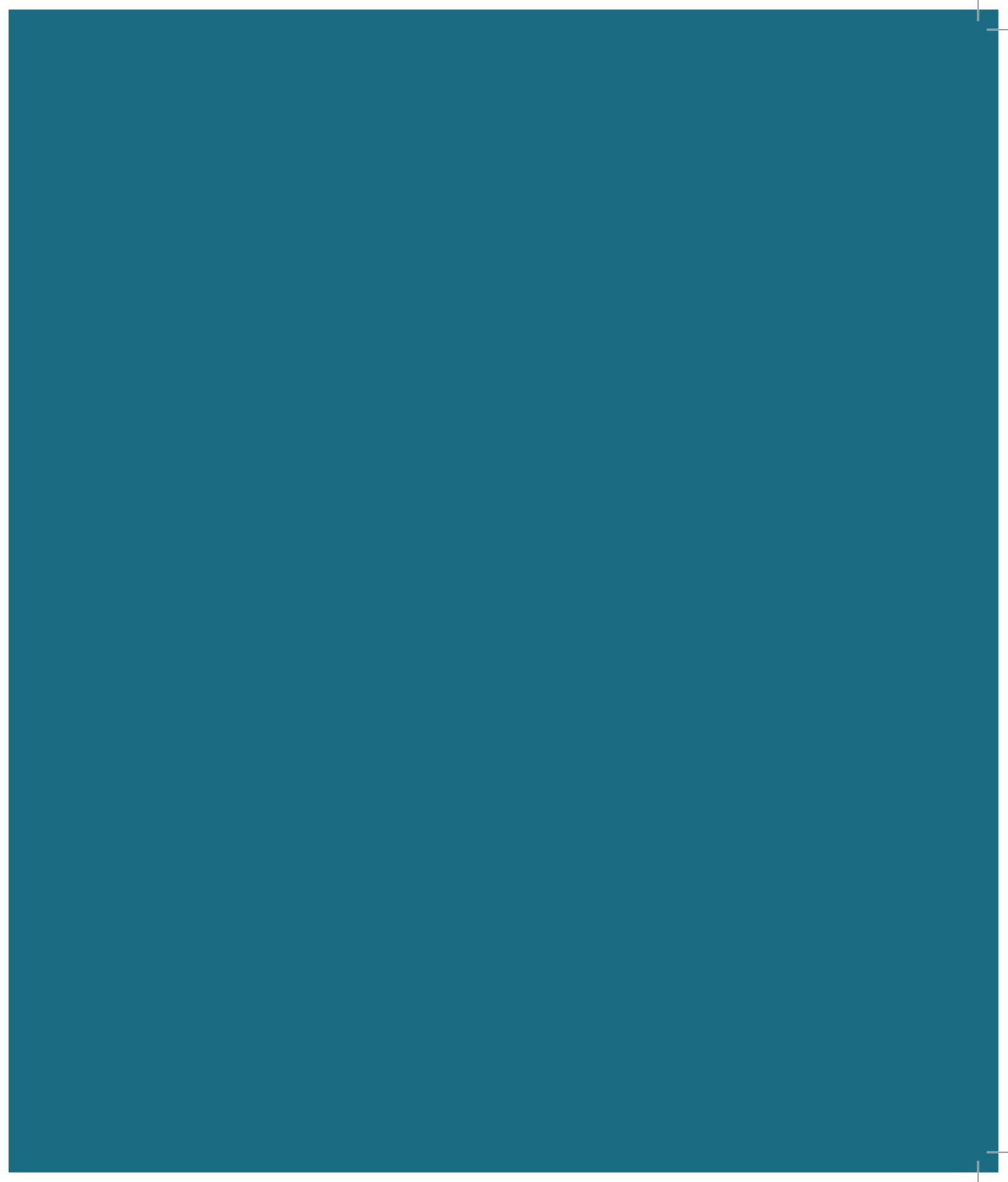
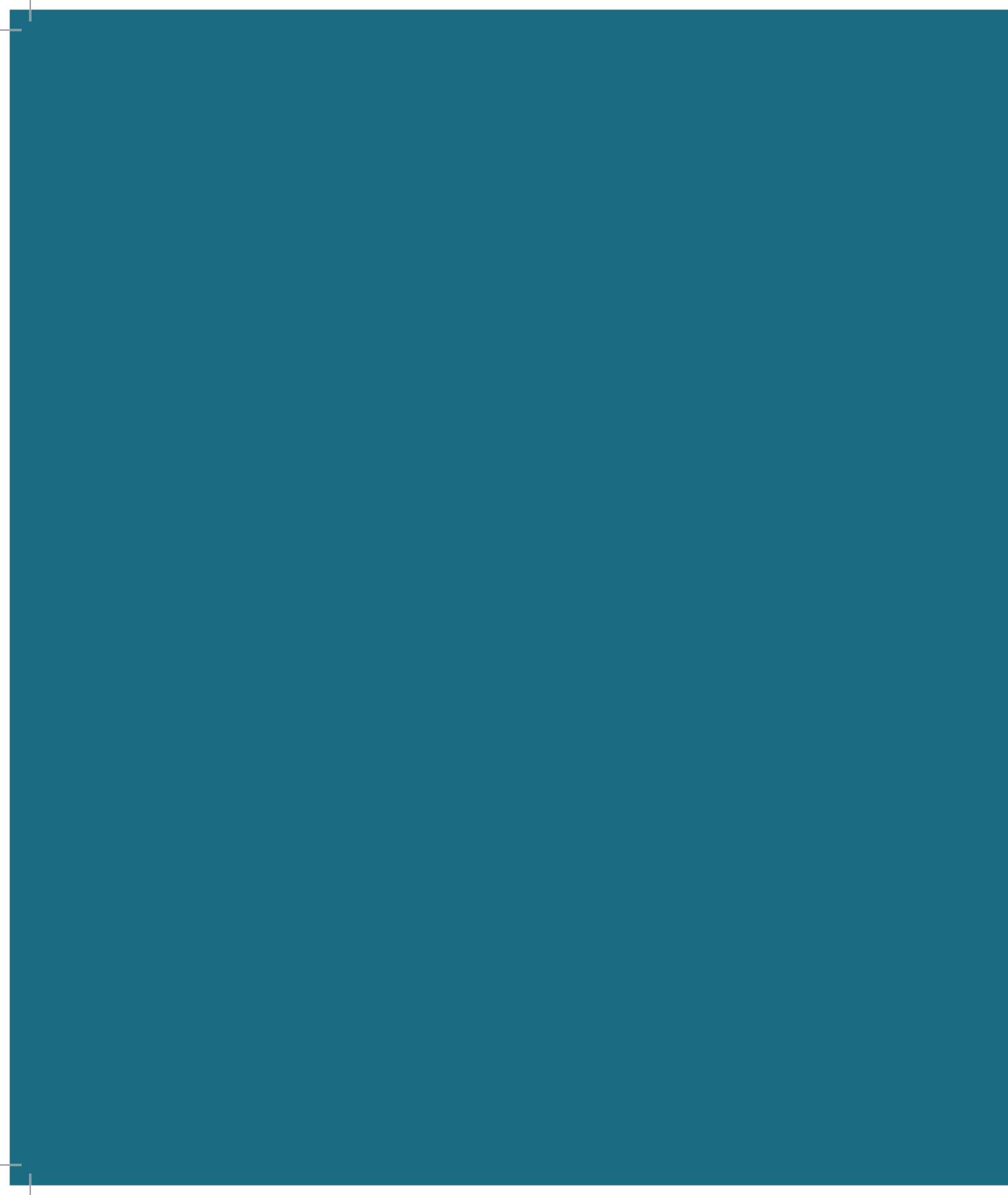
Balsa, Cidade Romana

município
tavira

 **UAlg**
UNIVERSIDADE DO ALGARVE

município
tavira

 **UAlg**
UNIVERSIDADE DO ALGARVE



Museu Municipal de Tavira

20 janeiro
— 28 setembro
2024

Balsa

Cidade
Romana

Ana Paula Martins

Presidente da Câmara
Municipal de Tavira

A cidade de Tavira é, hoje, a capital de um concelho que, pelo menos desde a Pré-História Recente, é cobiçado por diversos povos oriundos das mais diversas paragens, mas, sobretudo, vindos da bacia mediterrânica. Essas sucessões de diferentes culturas, e os processos de aculturação daí decorrentes, resultaram na formação de sociedades extremamente bem adaptadas ao meio ambiente onde se inserem, com características eminentemente mediterrânicas, podendo ser consideradas as raízes da atual identidade cultural do nosso concelho.

No entanto, há cerca de 2000 anos, a realidade era muito diferente da atual e a capital deste mesmo território não se situava na cidade de Tavira. Sabemos, atualmente, graças aos textos deixados pelos autores da Antiguidade Clássica e aos vestígios arqueológicos identificados a sul da vila de Luz de Tavira, junto às margens da ria Formosa, que, nesse tempo, a cidade romana de *Balsa*, que ali floresceu, desempenhou as funções de sede administrativa de um *municipium* romano integrado no sul da província da Lusitânia.

Nos nossos dias, grande parte dos vestígios que restam da cidade romana de *Balsa* jazem, agora, sob os terrenos da Quinta da Torre d'Aires e da antiga Quinta das Antas, fazendo, neste momento, parte do vasto e rico património arqueológico do concelho de Tavira e do Algarve, sendo que as atuais gerações, herdeiras deste importante legado patrimonial, têm o importante papel de participar, ativamente, na sua salvaguarda.

Neste domínio, o Município de Tavira, enquanto instituição principal no que respeita à gestão de todo este território, tem o papel primordial de preservar, estudar e valorizar este valioso património, de modo a poder transmiti-lo, da forma mais intocada possível, às futuras gerações. Para tal, o Município de Tavira foi, ao longo dos tempos, integrando nos seus quadros uma equipa de técnicos que desenvolvem as suas atividades profissionais nos domínios da história, da arqueologia, da conservação e do restauro, entre outros, cujo trabalho é, não poucas vezes, invisível ao olhos dos munícipes.

No entanto, outras vezes acontece que o labor destes técnicos é bem visível, como é o caso desta exposição, “*Balsa*, Cidade Romana” e do seu respetivo catálogo que surgem como o culminar de um projeto de investigação intitulado “*Balsa*, Searching the Origins of Algarve” (SAICT/2018 n.º 39581), liderado pela Universidade do Algarve, em conjunto com o Centro de Ciência Viva de Tavira, o qual foi apoiado pela Direção Regional de Cultura do Algarve e pelo Município de Tavira, não só a nível financeiro como também a nível técnico e logístico.

Assim, esperamos que a presente exposição seja um sucesso, servindo a cultura e os interesses de todos os tavirenses e de quem nos visita. Fazemos, igualmente, votos que a mesma possa contar a história de *Balsa* ao maior número possível de visitantes, assumindo-se como um motivo de orgulho para todos mas, principalmente, para os tavirenses.

Paulo Águas

Reitor Universidade
do Algarve

As Instituições de Ensino Superior têm por missão o Ensino, a Investigação e a Transferência de conhecimento para a sociedade, comumente designado por Extensão. O Projeto *Balsa, Searching the Origins of Algarve* (SAICT/2018 n° 39581), liderado pela Universidade do Algarve, em consórcio com a Associação Oficina Ciência Viva de Tavira, cumpre essa vertente tripartida do que deve ser o papel de uma Universidade. Em parceria com outras entidades, como a Direção Regional de Cultura do Algarve e a Câmara Municipal de Tavira, desenvolveu entre 2019 e 2022 um projeto que acolheu no âmbito da sua investigação de campo dezenas de estudantes de História e Arqueologia, e não apenas da Universidade do Algarve, que receberam aqui importante formação prática.

A investigação feita em colaboração com investigadores de outras universidades, portuguesas e espanholas, viu os seus resultados vertidos em várias comunicações e artigos científicos de âmbito nacional e internacional. Mas, porque a atividade de investigação da Universidade deve estar próxima da Região, particularmente em matérias que lhe dizem diretamente respeito, como é o caso do conhecimento do passado do seu território e das comunidades que o habitaram, foi dada particular atenção à transferência para a comunidade do conhecimento gerado pela investigação deste projeto.

Em colaboração com as entidades parceiras, foram realizadas ações de formação dirigidas a técnicos de turismo e do património, webinars e colóquios para o público em geral, palestras e outras ações feitas nas escolas da Região. Esta exposição é o culminar de toda essa atividade de disseminação do conhecimento, apresentando-se aqui uma significativa mostra dos materiais que fizeram parte do quotidiano da comunidade que, há cerca de 2000 anos, povoou estas terras e, em grande parte, forjou o seu futuro. Esta exposição é também uma forma de, em articulação com o município de Tavira a que se associa o Museu Nacional de Arqueologia, a Universidade do Algarve servir a Região em que se insere e transmitir para a comunidade de residentes e visitantes o que hoje se sabe sobre essa cidade romana que articulava o Algarve com o mundo civilizado de então.

António Carvalho

Diretor do Museu Nacional
de Arqueologia

Entendeu a Câmara Municipal de Tavira apresentar no seu Museu Municipal uma exposição dedicada à antiga cidade romana de *Balsa* (Torre de Ares). Uma das duas cidades romanas que se localizavam no litoral sul da província da Lusitânia, cujo estatuto é confirmado por diversos autores latinos.

A História da Arqueologia em Portugal regista logo no século XVI, na obra de André de Resende, uma primeira referência à cidade romana e Frei Vicente Salgado, já no século XVIII, retoma o tema, prova da importância da cidade antiga nas fontes e dos seus vestígios no território. Desde o século XIX que o sítio não deixou de estar no “radar” dos investigadores, merecendo especial destaque no projecto de investigação arqueológica de Estácio da Veiga.

O acervo proveniente de *Balsa*, recolhido por Estácio da Veiga na segunda metade de oitocentos, integrava a colecção do Museu Arqueológico do Algarve, tendo ingressado posteriormente no então Museu Etnográfico Português - hoje Museu Nacional de Arqueologia -, quando foi criado em 1893, acrescido da colecção que se encontrava então na posse da viúva do falecido arqueólogo, e que José Leite de Vasconcelos propôs na mesma ocasião a Bernardino Machado, Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que fosse adquirida.

Foi assim possível reunir num Museu Nacional a colecção, evitando-se que se perdesse o muito labor do arqueólogo algarvio e o património de *Balsa* e, desde então, se honrasse o seu legado científico e patrimonial, permitindo também que a região do Algarve estivesse bem representada na colecção arqueológica do Museu.

É, portanto, um acervo fundacional do Museu e permitiu garantir que o Algarve ocupasse sempre um papel de destaque na colecção nacional. Desde a origem do Museu muitas vezes estudado e também exposto. E de Estácio da Veiga que os recolheu a João Pedro Bernardes, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve que, com outros colegas, agora investiga o local e comissaria a exposição, todos, por via da ligação ao acervo, estão assim presentes no Museu. O que inclui lembrar a investigação aqui realizada por Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos Silva Pereira (1942-2023) ou Jeannette U. Smit Nolen (1930-2016). E muitos outros investigadores, como Vasco Gil Mantas, Catarina Viegas, Carlos Pereira, etc.

Em tempo de Plano de Recuperação e Resiliência o Museu Nacional de Arqueologia foi escolhido para ser alvo de uma intervenção de requalificação integral do edificado e completa reprogramação expositiva. Esta feliz e consensual tomada de decisão significou, necessariamente, encerrar o Museu - o que ocorreu no dia 18 de Abril de 2022 - e interromper a programação expositiva.

Estamos, todavia, apostados em manter um compromisso com o público e com muitos parceiros, participando na organização de exposições, garantindo assim que se possa continuar, de alguma maneira, a fruir a colecção arqueológica nacional e internacional de referência que o Museu conserva.

O estabelecimento da parceria com a Câmara Municipal de Tavira relativamente à participação na exposição sobre *Balsa*, constitui um desses caminhos. Regista-se também ao longo deste processo a boa colaboração entre a equipa do MNA, o Comissariado Científico e equipa do Município de Tavira – nomeadamente a Directora do Departamento

de Desenvolvimento Sociocultural, Cristina Neto, o Chefe da Divisão de Turismo, Património e Museus, Daniel Santana e o arqueólogo Celso Candeias -, que assumem a coordenação executiva da exposição.

Para concretizar esta exposição a Câmara Municipal de Tavira e o Comissariado Científico reuniram ainda um consórcio de relevantes instituições e entidades que representam diferentes níveis da Administração Pública, bem como da área associativa, prova também da sua capacidade mobilizadora e do interesse do projecto.

Esperamos que os muitos visitantes da exposição e leitores deste catálogo possam compreender a História de *Balsa* e o muito trabalho que ali se realizou e realiza, através das colecções históricas conservadas no Museu Nacional de Arqueologia em diálogo com as de outras instituições e com o acervo recolhido nas escavações recentes, que agora são de novo reunidas perto de *Balsa* - no Museu Municipal de Tavira - como há cerca de 2.000 anos.

João Pedro Bernardes

Universidade do Algarve

Celso Candeias

Câmara Municipal de Tavira

Esta é uma exposição que a Região do Algarve e a cidade de Tavira já ansiavam e mereciam há muito; pode-se dizer que já era esperada há quase século e meio, depois do laborioso trabalho de Estácio da Veiga, e da sua vontade em criar um Museu Arqueológico do Algarve nesta região, terem criado expectativas que se goraram ainda em tempo de vida do arqueólogo algarvio, falecido em 1891. O conjunto das peças constituídas pelo Museu Arqueológico do Algarve, que desde 1880 estavam na Academia das Belas Artes, e por peças particulares de Estácio que estavam na sua casa de campo em Cabanas de Tavira e na residência onde morava em Lisboa, foram reunidas por Leite de Vasconcelos e expostas na capital, no edifício da Academia das Ciências, na última década do século XIX. Daqui a coleção seguiu para as instalações do mosteiro dos Jerónimos em Lisboa, acabando por estar na primeira linha dos acervos que fundaram o então Museu Etnográfico Português, hoje Museu Nacional de Arqueologia, criado por decreto de Bernardino Machado, em 20 de dezembro de 1893. E, entre eles, lá estavam as peças do vasto acervo recolhido na “esplendorosa *Balsa*”, para utilizar as palavras de Estácio, de que se expõe aqui boa parte, passados 144 anos após a sua primeira mostra pública na Real Academia de Belas Artes, em Lisboa. Pela primeira vez, são agora apresentadas ao público na sua região de proveniência, como resultado de uma parceria entre o projeto *Balsa*, da Universidade do Algarve e do Centro de Ciência Viva de Tavira, o município de Tavira e o Museu Nacional de Arqueologia.

“*Balsa*, cidade Romana”, começa por apresentar-nos as referências dos autores clássicos a esta urbe, fazendo ainda alusões a textos da época do Renascimento e de Humanistas que supunham que *Balsa* era em Tavira. A descoberta da cidade e a sua correta identificação nas quintas da Torre d’Aires e das Antas, nas margens da ria Formosa, em Luz de Tavira, por Estácio da Veiga no século XIX, e as investigações posteriores, são o foco da sala 2 dedicada à descoberta desta cidade. Entrando na sala 3, conheceremos as comunidades que estão na origem desta urbe que, começando com um povoado na atual cidade de Tavira, irão, com a chegada dos Romanos, ocupar o ponto estratégico do Cerro do Cavaco, construindo de seguida a cidade clássica na Quinta da Torre d’Aires, que acabará por se dissipar, voltando a sua comunidade ao ponto original em Tavira. Começaremos por conhecer a cidade de *Balsa* propriamente dita, através das suas elites, apresentadas nas salas 4 e 5, a partir de inscrições honoríficas, votivas e monumentais que nos dão conta de várias ações que definem a construção e o quotidiano da cidade. O conhecimento deste quotidiano prossegue na sala seguinte onde nos são apresentados diversos aspetos do seu dinamismo económico, essencialmente centrado no mar e no comércio à distância. A sala 7, através de um conjunto de recipientes, em cerâmica e vidro, destinados a armazenar, cozinhar e servir alimentos, permite-nos conhecer algo sobre a alimentação dos balsenses e das origens da Dieta Mediterrânica. Aspetos da vida privada, como a beleza e tratamento do corpo, ou que se situam entre o privado e o público, como a saúde e a superstição/religião, serão apresentados na sala 8. A entrada para a sala seguinte representa a saída da urbe, onde se localizavam os espaços funerários, permitindo-nos conhecer as práticas e rituais funerários, bem como as concepções

do além por parte do Romanos. Ainda nesta sala, e para além do espaço fúnebre atravessado pela via que sai da cidade, estende-se o território com as suas vias e residências rurais das elites (*villae*). A exposição encerra com uma pequena mostra, na sala 10, do projeto *Balsa* e do trabalho desenvolvido nos últimos anos no âmbito deste projeto financiado pelo CRESC Algarve 2020 (Programa Operacional Regional do Algarve), que permitiu melhor conhecer a verdadeira extensão e o estado de preservação das ruínas desta cidade romana e no âmbito do qual surgiu a iniciativa desta exposição.

Esta mostra em Tavira só foi possível devido à boa vontade de um conjunto de Instituições que prontamente aderiram à ideia de reunir nesta cidade as peças dispersas por diversos museus, ao mesmo tempo que se apresenta o estado da investigação atual, decorrente em grande parte dos resultados do projeto *Balsa* (SAICT/2018 nº 39581) já referido. Neste projeto de investigação previa-se uma pequena exposição, mas sem a complexidade que uma mostra de peças arqueológicas de vários museus implica. A boa vontade de dois executivos, do município de Tavira e do Museu Nacional de Arqueologia, em transformar a pequena exposição inicialmente prevista numa grande exposição sobre uma das primeiras e mais importantes cidades da Antiguidade no Algarve, tornou possível trazer a Tavira e expor no Palácio da Galeria boa parte do significativo acervo daquele núcleo romano e de que este catálogo dá conta. Dirigentes e pessoal técnico do município de Tavira e do Museu Nacional de Arqueologia, mas também de todas as instituições que emprestaram peças, não regatearam esforços para tornar possível esta exposição. A todos eles, e ao empenho de toda a equipa técnica que a concebeu e executou, se deve esta exibição focada em *Balsa*, essa já longínqua realidade que faz parte do imaginário da comunidade de Tavira, e de muitos portugueses, como uma grande (e até mítica) cidade que há dois mil anos teve assento nestas terras.

Pretende este catálogo não outra coisa do que perpetuar o que se mostra nesta exposição temporária do Palácio da Galeria. Tem ainda a expectativa de que possa, de alguma forma, contribuir para motivar e estimular a preservação e investigação futuras desta cidade portuária, com o rigor, a clareza, mas também as incertezas e certezas que os estudos científicos permitirem. Esperemos que o empenho e entendimento entre políticos, proprietários, investigadores e o entusiasmo da comunidade torne isso possível. Afinal, *Balsa* elucidamos sobre as origens urbanas do Algarve e ensina-nos muito acerca dos primórdios da construção humana deste nosso território!

Índice

18

Antes de *Balsa*

Celso Candeias
João Pedro Bernardes

76

As cerâmicas de *Balsa*

Catarina Viegas

28

**As investigações
arqueológicas em *Balsa***

João Pedro Bernardes
Celso Candeias

86

**O *Instrumentarium*
médico-cirúrgico
Greco-Romano**

Maria do Sameiro Barroso

42

**Monumentos antigos
de *Balsa* e inscrições inéditas.
Os pedestais da Quinta
da Torre de Ares**

Vasco Gil Mantas

96

**Vestígios das disposições
na morte e *funus* nas
necrópoles romanas de *Balsa***

Carlos Pereira
João Pedro Bernardes

56

**A sociedade balsense.
Uma análise social
através da epigrafia**

Lívia Silva Spinacé

108

Conservação Arqueológica

Leonor Esteban

66

**De mão em mão,
a moeda de *Balsa***

Elena Moreno-Pulido
Alicia Arévalo-González

118

Catálogo

242

***Balsa*, o Projeto Expositivo**

Atelier Célia Anica

Antes de *Balsa*

Celso Candeias

Câmara Municipal de Tavira

João Pedro Bernardes

Universidade do Algarve

Introdução

Sabe-se hoje que nos terrenos situados a sul da vila de Luz de Tavira, junto às margens da ria Formosa, floresceu outrora uma cidade portuária romana chamada *Balsa* que chegou a possuir o estatuto de *municipium*, como nos prova a expressão *R(es) P(ublica) BALS[ENSIVM ?]*, que foi gravada numa epígrafe encontrada nos terrenos outrora ocupados pela urbe romana. Situada nos confins do Império Romano, terá sido fundada por volta de meados/ finais do século I a.C., tendo-se mantido ocupada, com intercalação de períodos de maior e menor fulgor até, pelo menos, ao século VII da nossa Era. A partir desta altura foi sendo paulatinamente abandonada, tendo o aglomerado urbano sido então transferido, já em plena época Islâmica, para a colina de Santa Maria, local onde anteriormente se haviam já implantado as mais antigas ocupações humanas da atual cidade de Tavira.

Ainda que o conhecimento científico acerca de *Balsa* tenha sido substancialmente aumentado nos últimos anos, muito graças aos trabalhos arqueológicos efetuados entre 2019 e 2022, no âmbito do projeto de investigação “*Balsa, Searching the Origins of Algarve*” (“*Balsa, Em Busca das Origens do Algarve*” - 01/SAICT/2018 n.º 39581), são ainda muitas as dúvidas acerca de alguns aspetos ligados à urbe romana que insistem em não se dissipar (para saber mais visitar: <https://balsa.cvtavira.pt/>).

De entre as questões por responder que teimam em pairar sobre a cidade romana de *Balsa*, existe uma que assola muitos dos que se dedicam, ou dedicaram, ao seu estudo:

– Existiu nos terrenos ocupados pela cidade romana de *Balsa* um povoado pré-romano?

Obviamente, também nós quando iniciámos, em 2019, o projeto de investigação que acima referimos, pretendíamos responder a essa mesma questão. Infelizmente, por motivos que não interessa aqui debater, e ainda que o tenhamos tentado insistentemente, não nos foi possível avançar no sentido de comprovar a existência, ou não, de uma ocupação humana prévia à chegada dos primeiros romanos aos terrenos onde viriam a fundar a cidade de *Balsa*. Assim sendo, na ausência de novidades sobre o tema, teremos que procurar a resposta à questão formulada entre os dados já conhecidos!

O Topónimo *Balsa*

O topónimo *Balsa* surge pela primeira vez na literatura figurando entre as cidades romanas referidas pelas fontes clássicas, como são as obras de Plínio-o-Velho, Pompónio Mela ou no Itinerário Antonino, entre outros (Plínio, *N.H.*: IV, 116-118; Mela: III,7; Ptolomeu, *Geog.*: II, 5,2; Marciano de Heracleia: II, 13; *Itinerário de Antonino*: 426, 1; Anónimo de Ravena: 306, 10). A título de exemplo, pode ler-se nos textos deixados por Plínio que, “*A partir do Tejo, na costa, as cidades mais dignas de memória são Olisipo, célebre pela concepção de éguas pelo vento favónio, Salácia, cognominada Cidade Imperatória, Miróbriga; o Promontório Sagrado e um segundo, o Cúneo; os ópidos de Ossónoba, Balsa, Mirtilis.*” (tradução de Francisco Oliveira, segundo Alarcão, 2005: 251). Esta afirmação é de extrema importância para o tema que neste texto nos ocupa pois os autores, ao referirem-se às cidades de *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Tavira) e *Mirtilis* (Mértola), identificam-nas como *oppida*, termo que, como se sabe, os Romanos usavam para identificar os grandes assentamentos humanos da Idade do Ferro sobre os quais vieram a edificar as suas povoações principais. A contribuir para esta hipótese surgem as referências de Estrabão, Ptolomeu e Marciano de Heracleia, que atribuem a cidade de *Balsa* aos Túrdulos ou aos Turdetanos (Arruda, 1997: 247; Arruda, 2003: 52; Mantas, 2003: 86), que, como se sabe, eram povos pré-romanos que se fixaram no sudoeste peninsular. Assim sendo, segundo estes dados, poderíamos afirmar que *Balsa* teria então sido fundada sobre um povoado pré-romano. No entanto, como veremos adiante, a problemática não se fica por aqui!

O topónimo *Balsa* só volta a surgir novamente na literatura em finais do século XVI pela mão do humanista André de Resende (Resende, [1593] 1996). Numa tentativa de localizar as cidades romanas referidas pelos autores clássicos, André de Resende identifica a cidade de *Balsa* como correspondendo à atual cidade de Tavira. Pois bem, se assim fosse a questão estaria plenamente resolvida pois sabemos hoje que sob a atual cidade de Tavira existiu um importante povoado pré-romano.

No entanto, após esta primária identificação de *Balsa* com Tavira, é já na segunda metade do século XIX, pela mão do pioneiro da arqueologia algarvia, o tavirense Estácio da Veiga, que a real

localização de *Balsa* é definitivamente esclarecida, verificando-se então que a mesma não se situava sob a atual Tavira como havia defendido André de Resende. Na posse dos dados que recolheu durante as extensas explorações que empreendeu a Sul da vila de Luz de Tavira, junto das margens da ria Formosa, nas áreas ocupadas pela quinta da Torre d’Aires e antiga quinta das Antas, Estácio da Veiga afirma que “*Entre o povoado de Santa Luzia, que fica proximalmente a meia légua de Tavira, e a freguesia da Senhora da Luz, que dista desta cidade 6 kilometros, nota-se uma zona de terra quasi paralela à costa de SE, onde a todo o passo se estão manifestando grandes e numerosos vestígios de edificações antigas, e muitos objetos, que assás denunciam ter naquella ou em parte daquelle campo vivido uma população romana*”, concluindo mais adiante, baseado no aparecimento de 2 inscrições honoríficas (ver peças n.º 15 e 16 do catálogo) onde figurava a palavra BALS, que naquela localização “*existiram os famigerados balsenses*” (Veiga, 1866: 12-13). Portanto, se a cidade romana de *Balsa* não se localiza sob a atual Tavira, será que o povoado pré-romano que existiu em Tavira corresponde à *Balsa* pré-romana? Veremos!

Refira-se uma outra pista relacionada com o topónimo e que aponta neste mesmo sentido: – a origem etimológica da palavra *Balsa*. Tem sido defendido por alguns autores que o topónimo *Balsa* não é de origem latina (Fabião, 2003: 80; Mantas, 2003: 86; Nolen, 1997: 328; entre outros), o que, mais uma vez, sugere a existência de um povoado pré-romano prévio à fundação de *Balsa*. Alguns investigadores atribuem ao topónimo *Balsa* uma possível origem oriental semita, ou mesmo fenícia (Arruda, 1997: 247; Fabião, 2003: 80; Mantas, 1997: 291; Silva, 2007: 23), sendo que alguns deles, devido à natureza de um conjunto de vestígios arqueológicos detetados em Tavira e à presença recorrente em moedas romanas de cunhagem local, com a legenda BALS (Fig. 1), de um navio que transporta uma árvore o associam diretamente ao teónimo fenício *Baal*, principal divindade dos homens do mar ligada ao controlo das tempestades e dos ventos, argumentando que “*esta representação mostra que se não tinha apagado ainda, nesse tempo [no da Balsa romana], a ideia de um local consagrado ao culto, não da árvore em si, mas de uma divindade que assim é figurada simbolicamente, porque a árvore representa o pilar central que sustenta o templo*

ou a casa e, no caso dos cananeio - fenícios, era um emblema de grandeza, força, imortalidade e incorruptibilidade. (Maia, 2003b: 59).

Para a origem oriental do topónimo *Balsa* concorre também, segundo Vasco Mantas, a “*presença próxima [da cidade de Balsa] de dois topónimos em que o elemento Luz é predominante, Luz de Tavira e Santa Luzia,*” que poderão “*reflectir uma influência orientalizante*”, uma vez que estes tendem a ser relacionados “*com o santuário de Lux Dubia, divindade protetora dos navegantes*”, podendo assim ser admitida “*a presença em Balsa de um local de culto consagrado a uma divindade oriental*” (Mantas 2003: 87).

Desta forma, e segundo o que atrás expusemos, poderemos concluir que, muito provavelmente, terá existido um povoado pré-romano prévio à fundação da cidade romana de *Balsa*.

A Topografia de Balsa

Ora se, como vimos anteriormente, o topónimo *Balsa* poderá apontar para a existência de um povoado pré-romano prévio à fundação da urbe, onde procurar, nos terrenos ocupados pela cidade de *Balsa*, vestígios dessa, suposta, ocupação?

Como é sabido, os povoados da Idade do Ferro que se situam no litoral implantam-se em colinas com amplos campos de visão em seu redor, junto, ou muito próximo, do mar, de cursos de água navegáveis ou em zonas estuarinas.

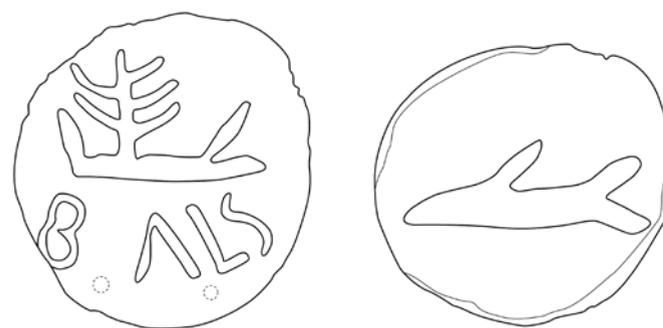


Fig. 1

Desenho de moeda cunhada em Balsa (ver peça n.º 32 do catálogo).



Fig. 2
Vista aérea da colina onde se terá localizado o fórum de *Balsa*.

Balsa, destaca-se uma elevação que, pelas suas características, nos parece evidente que será a que melhores condições possui para a implantação de um povoado pré-romano. Falamos da colina de topo aplanado onde hoje se implanta o casario da Quinta da Torre d’Aires. (Fig. 2)

Esta colina mereceu particular destaque dentro da organização espacial da cidade de *Balsa*, tendo ali sido criado o centro da vida pública da mesma, uma vez que, como tivemos oportunidade de defender recentemente, ali “*foram recolhidas várias epígrafes honoríficas que, (...), deixam poucas dúvidas quanto à localização do fórum, que teria um enorme*

Partindo deste pressuposto, se observarmos a topografia dos terrenos onde outrora floresceu a cidade romana de

e impressionante impacto visual e cenográfico na paisagem”, sendo “*praticamente seguro que o fórum se localizava na colina da quinta da Torre d’Aires, enquanto a estrutura portuária se situava junto à base da colina, onde são visíveis restos de uma antiga plataforma que poderia corresponder ao cais*” da cidade romana (Bernardes, Viegas & Candeias, 2022: 364).

Cientes da importância inegável daquela colina, iniciámos, no âmbito do projeto “*Balsa, Em Busca das Origens do Algarve*”, conversações com os proprietários dos terrenos onde a mesma se localiza, no sentido de aí podermos realizar trabalhos arqueológicos que nos ajudassem a esclarecer questões relacionadas com a configuração do *fórum* da cidade e com a existência, ou não, de um povoado pré-romano naquela localização. Numa primeira fase, em 2020, foi-nos autorizada a realização de prospeções geofísicas. Os resultados foram bastante



Fig. 3

Vista aérea com o Cerro do Cavaco, em 1º plano, e a colina de Santa Maria (Tavira), em 2º plano (Foto de Alan Silva).

detetadas em toda a área da cidade e sua periferia (NE-SO e NO-SE), que corresponderão, certamente, a estruturas pertencentes ao fórum de *Balsa*.

No entanto, existe um pequeno conjunto de alinhamentos, também de tendência ortogonal, situadas no extremo sul da colina, cuja orientação (NNE-SSO e ONO-ESSE) diverge das demais, não sendo possível, apenas com os dados proporcionados pela prospeções geofísicas, determinar se se tratam de estruturas romanas, pré-romanas, ou de outra cronologia.

Tornou-se então evidente que, para esclarecer aquelas dúvidas, seria necessária a realização de escavações arqueológicas. Nesse sentido, nas campanhas seguintes, em 2021 e 2022, voltámos

promissores, tendo sido registadas diversas anomalias correspondentes a alinhamentos ortogonais com orientações coincidentes com as das estruturas anteriormente

à conversação com os proprietários no sentido de aí podermos realizar uma sondagem arqueológica, no âmbito do bom relacionamento, e interesse mútuo, que vínhamos tendo com os mesmos, não nos tendo sido autorizada a realização da dita sondagem naquele local. Desta forma, apenas podemos constatar que, sendo a topografia e o topónimo *Balsa* bastante sugestivos, estes não conseguem, por si só, fornecer uma resposta concreta para a questão que inicialmente formulámos.

Os Vestígios Arqueológicos

Resta-nos ainda uma pista por explorar: os vestígios arqueológicos. É sabido que, de entre as várias fontes de dados de que dispõem os arqueólogos, as estruturas e os materiais arqueológicos encontrados nas escavações são dos que mais contributos aportam para a contextualização funcional e cronológica dos seus achados. Partindo deste pressuposto, passaremos em revista os vestígios arqueológicos encontrados em

Balsa que possam ser atribuídos à época pré-romana e, caso não existam, procurá-los-emos, caso existam, em áreas próximas.

No que a estruturas arqueológicas diz respeito, a não ser as que anteriormente referimos, cuja cronologia desconhecemos, não é possível atribuir uma origem pré-romana a nenhuma das muitas estruturas arqueológicas que conhecemos atualmente em *Balsa*. A mesma situação se verifica no que respeita aos materiais arqueológicos. Até ao momento, de que tenhamos conhecimento, os materiais mais antigos atribuídos a *Balsa* correspondem a apenas dois fragmentos de cerâmica dita campaniense, pertencentes a um prato e a uma taça, e dois fragmentos cerâmicos pertencentes a unguentários fusiformes de engobe negro (Viegas, 2011, 289). Estes materiais foram dados a conhecer por Jeannette Nolen (1994) que lhes atribuiu uma datação para a segunda metade do século I a.C., sendo, portanto, enquadráveis já em época romano-republicana. A juntar-se a estes conta-se um outro pequeno fragmento, também de cerâmica de tipo campaniense, que recolhemos em ações de prospeção de superfície na vertente Sul da colina onde se encontra o casario da quinta da Torre d'Aires, cuja datação é idêntica à dos materiais publicados por Jeannette Nolen. Também a cronologia das moedas cunhadas em *Balsa*, já nitidamente romanas, não vai além dos meados do século I a.C., como poderá o leitor constatar no artigo publicado mais adiante, neste mesmo catálogo, da autoria de Elena Moreno-Pulido e Alicia Arévalo-González.

Desta forma e apenas com base neste pouco numeroso, mas coerente do ponto de vista cronológico, conjunto de materiais arqueológicos somos levados a inferir, com as devidas reservas, que não existem vestígios arqueológicos em *Balsa* que apontem para uma ocupação pré-romana no local. No entanto, como tivemos oportunidade de expor nas páginas anteriores, são muitas as evidências que apontam para a existência, naquele local ou em áreas próximas, de uma ocupação pré-romana diretamente relacionada com a cidade de *Balsa*. Sabendo disto e norteados por essas evidências, seguiremos rumo na procura de vestígios pré-romanos, desta vez, visto que os mesmos não são conhecidos em *Balsa*, nas redondezas da urbe romana.

É conhecido um sítio arqueológico localizado num cabeço aplanado junto da margem direita do

rio Séqua/Gilão, a pouco mais de 1 km a montante de Tavira, designado de Cerro do Cavaco, a partir do qual se pode observar a zona estuarino-lagunar e o mar (Fig. 3). O abandono deste sítio, a crer pelas datações fornecidas pelos materiais ali encontrados à superfície, ter-se-á dado em meados do século I a.C., hipótese sustentada pela presença, naquele sítio, de fragmentos de cerâmicas de tipo campaniense e de ânforas vinárias, ambas de origem itálica, cujo fabrico se terá centrado entre os séculos II e I a.C. e pela ausência de cerâmica de tipo *terra sigillata*, cujo aparecimento nos sítios do sudoeste peninsular se dá a partir das últimas décadas do século I a.C. (Candeias, 2015: 732-735; FABIÃO, 2003: 78-79). A crer pelo conjunto de materiais acima referido, a ocupação deste sítio arqueológico parece estar relacionada com a ação dos exércitos romanos durante o processo de conquista do ocidente peninsular, podendo até ter sido edificado para a instalação de uma guarnição militar (Fabião, 2003: 80). Após a estabilização desse processo, talvez por razões ligadas a melhores condições naturais e estratégicas, do ponto de vista da vocação marítima pretendida para a nova urbe, o povoado romano republicano ter-se-á deslocado do Cerro do Cavaco para as margens da ria Formosa, fundando-se então a cidade de *Balsa*. A confirmar-se esta hipótese, e crendo na origem pré-romana oriental do topónimo *Balsa*, somos levados a supor que o povoado romano republicano do Cerro do Cavaco seria já conhecido por um topónimo idêntico a *Balsa*, cujo nome terá sido aproveitado para designar a nova cidade romana imperial.

Se parecem não existir dúvidas acerca da época de abandono do povoado do Cerro do Cavaco, o mesmo não se pode dizer em relação à época da sua fundação. É certo que neste sítio arqueológico aparecem também fragmentos cerâmicos pertencentes a contentores de produção pré-romana, cujo fabrico se inicia durante os séculos IV ou III a.C. No entanto, esses mesmos materiais continuam a ser produzidos até ao século II e I a.C. coexistindo em muitos sítios arqueológicos com as produções itálicas romano-republicanas também identificadas no Cerro do Cavaco (Candeias, 2015: 734-735; Fabião, 2003: 79). Desta forma, visto que ainda não foram realizadas escavações arqueológicas no local, que permitam esclarecer se estamos na presença de um povoado de fundação romano-republicana ou se, pelo contrário, se trata de uma fundação pré-romana que

foi posteriormente ocupada por populações romanas, não é, por agora, possível atestar uma ocupação pré-romana neste sítio arqueológico, parecendo ser certo que a mesma, a ter existido, não será anterior ao século IV-III a.C. A ser assim, não será possível encontrar no Cerro do Cavaco a, suposta, origem oriental do topónimo *Balsa*, sendo então provável que o mesmo, a confirmar-se a relação entre ambos, tivesse também ele herdado esta designação de um outro povoado.

Não sendo possível atestar uma ocupação pré-romana no Cerro do Cavaco, vejamos então se nas redondezas existem registos de vestígios arqueológicos de cronologias anteriores e que possam ser relacionados com *Balsa*.

Recuando então no tempo, somos levados até à cidade de Tavira. No sopé da colina de Santa Maria, onde hoje se situa o Núcleo Islâmico do Museu Municipal de Tavira (sítio do BNU), foram identificados vestígios arqueológicos imediatamente anteriores aos do Cerro do Cavaco, enquadráveis na 2ª Idade do Ferro, de matriz cultural dita púnico-turdetana, cronologicamente situáveis entre os finais do século V e o século III a.C. (Candeias, 2016). Os arqueólogos Maria Maia e Manuel Maia, que dirigiram as escavações neste local, interpretaram

os vestígios que aí detetaram como pertencendo a uma área portuária dedicada à exploração de recursos marinhos (Maia, 2004; 2006; 2008), o que nos mostra que naquele período a área ocupada pela atual praça da República se encontraria no curso navegável do rio Gilão.

Os dados obtidos através da escavação no sítio do BNU, bem como em outros pontos da cidade, parecem começar a delinear a presença de influências orientalizantes na região, dada a influência púnica presente em muitos dos artefactos ali encontrados, embora, como veremos de seguida, existam evidências mais fortes que concorrem nesse mesmo sentido. Falamos dos vestígios arqueológicos encontrados no topo e a meia encosta da colina de Santa Maria, nomeadamente, nos sítios designados de Parque de Festas, Pensão Castelo, Solar Corte-Real, Palácio da Galeria, largo Dr. Jorge Correia (Convento da Graça) e Travessa dos Pelames, entre outros (Arruda, 2003; Arruda, Covaneiro & Cavaco, 2008; Maia, 2000; Maia, 2003b; Maia & Silva, 2004; Santos & Almeida, 2017; Simão & Pinto, 2019), cujas evidências ali recolhidas apontam para uma forte ocupação a partir dos meados/finais do século VIII a.C., por comunidades inteiramente fenícias ou culturalmente muito influenciadas por estas. De entre os vestígios arqueológicos que atestam influências marcadamente orientalizantes na ocupação da 1ª Idade do Ferro em Tavira, destacam-se, entre outros, o troço de muralha fenícia e os vestígios de atividades metalúrgicas, nomeadamente do processamento da prata e do ferro identificados na Pensão Castelo, datados dos finais do século VIII ao século VI. a.C.; o conjunto de poços fenícios identificados no Palácio da Galeria, com datação para o século VII a.C., cujo espólio ali exumado lhe confere funções de natureza votiva e cultual (Maia, 2003b: 62-70; Maia & Silva, 2004: 180-191); a necrópole fenícia identificada no largo Dr. Jorge Correia, datada da segunda metade/finais do século VII a.C. (Arruda, Covaneiro & Cavaco, 2008) ou o fragmento de tigela de cerâmica cinzenta onde foram identificados, em ambas as faces, caracteres de escrita fenícia, que nos mostra que existiriam neste período e neste povoado pessoas que escreviam em alfabeto e língua fenícia e que os seus escritos eram lidos e entendidos (Amadasi Guzzo & Zamora López, 2008; Maia, 2003b: 70; Maia & Silva, 2004: 184-186) (Fig. 4). Na posse de todo este conjunto



Fig. 4
Desenho de fragmento cerâmico com inscrição fenícia (adaptado a partir de Maia, 2003b).

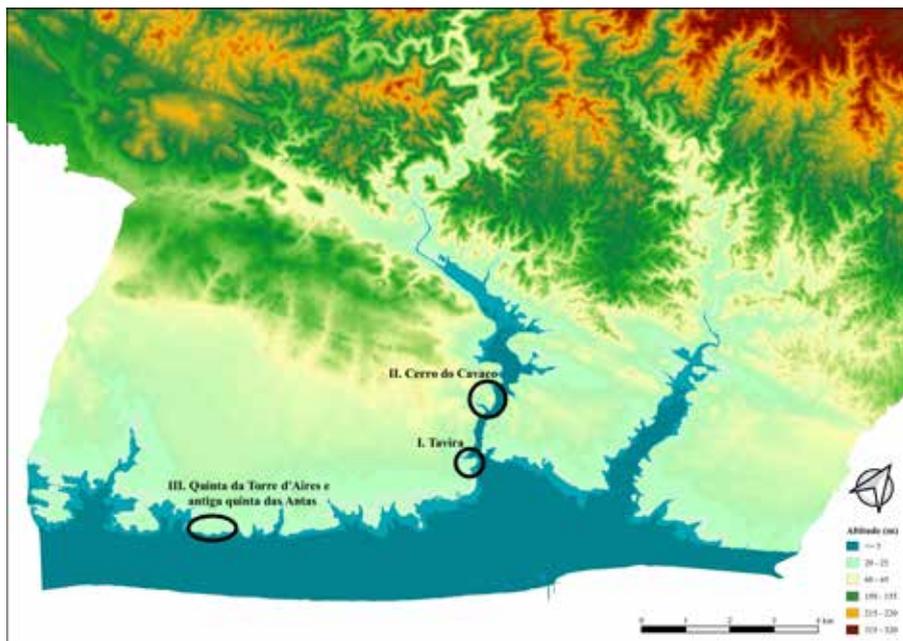


Fig. 5

Mapa hipsométrico da região de Tavira com proposta de localização das origens pré-romanas da cidade romana de *Balsa*: I. Tavira – Origem do topónimo *Balsa* durante a 1ª Idade do Ferro com a chegada de influências culturais fenícias; manutenção do topónimo na 2ª Idade do Ferro de influência cultural púnico-turdetana; II. Cerro do Cavaco – Adoção do topónimo *Balsa* com a ocupação romano-republicana; III. Quinta da Torre d'Aires e antiga quinta das Antas – Transferência final do topónimo *Balsa* aquando da fundação da cidade romana imperial.

de dados, Maria Maia, que dirigiu grande parte dos trabalhos arqueológicos que possibilitaram a obtenção da maioria das evidências anteriormente expostas, defende “*para a antiga Tavira um papel importante na expansão fenícia para Ocidente, onde se terá formado um santuário dedicado a Baal, o deus protector da navegação, porque dominava o mar, os ventos e os elementos atmosféricos*” (Maia & Silva, 2004: 192-193), concluindo que o topónimo *Balsa* “*provem de um nome derivado do de Baal*” (Maia, 2004: 3).

De referir ainda que as comunidades exógenas fenício-púnicas que, a partir dos finais do século VIII a.C., se instalaram na colina de Santa Maria, no momento da sua chegada encontraram uma paisagem já humanizada, correspondente a um pequeno povoado indígena de cabanas circulares, datado dos séculos IX-VIII a.C. (Idade do Bronze

Final), com o qual coabitaram e interagiram durante os primeiros anos da sua permanência nestas paragens (Maia, 2003a; Maia & Gómez Toscano, 2012).

Pelo anteriormente exposto, no que se refere aos achados da colina de Santa Maria, parecem não restar dúvidas acerca de uma forte influência orientalizante na ocupação da 1ª Idade do Ferro registada neste local, sendo pois provável que, a provar-se a origem oriental do topónimo *Balsa*, em virtude da inexistência de vestígios pré-romanos nos terrenos outrora ocupados pela urbe romana, tenha sido este o local da importante e primitiva ocupação humana cujo topónimo poderá ter sido aproveitado pelos Romanos aquando da fundação da cidade de *Balsa*.

Considerações finais

Chegados ao capítulo final, onde se torna necessária uma reflexão acerca dos dados expostos nas páginas anteriores, é altura de tentarmos responder à questão formulada inicialmente: – Existiu nos terrenos ocupados pela cidade romana de *Balsa* um povoado pré-romano?

Como tivemos oportunidade de demonstrar, são muitas as pistas que concorrem no sentido de que a cidade romana de *Balsa* seja herdeira de um povoado pré-romano. O topónimo *Balsa* assim o sugere, seja através da associação feita pelos autores clássicos à palavra *oppidum*, seja pela sua origem etimológica que aponta para uma origem oriental pré-latina, muito provavelmente associada ao teónimo fenício *Baal*, divindade venerada pelos navegadores fenícios.

Também a topografia dos terrenos onde se implantou a cidade romana de *Balsa* é bem sugestiva, existindo no local uma colina com ótimas condições para a implantação de um povoado pré-romano, como sejam o amplo campo de visão que possui, a proximidade a um curso de água navegável com boas condições portuárias ou a abundância de água doce. Neste caso a sugestão cinge-se a isso mesmo dado que não foram até agora detetados vestígios dessa suposta ocupação naquela localização, ainda que, especificamente na colina, nunca tenham sido efetuados trabalhos de escavação.

No que aos vestígios arqueológicos diz respeito, os materiais mais antigos recolhidos em *Balsa* são escassos e a sua cronologia não vai além dos

meados do século I a.C., não podendo, portanto, ser associados a uma ocupação pré-romana. Em relação a estruturas arqueológicas a situação não se altera visto que em todas as áreas já escavadas em *Balsa* não foi possível identificar nenhum tipo de estruturas que pudessem ser associadas à presença de comunidades pré-romanas. No entanto, se procurarmos nas redondezas a situação altera-se, e de que maneira, sendo possível, como vimos, encontrar uma sequência cronológica ininterrupta, que recua desde a época da fundação de *Balsa* (meados do século I a.C.) até à Idade do Bronze Final (séc. IX-VIII a.C.).

Desta forma, e em jeito de resposta à questão que nos ocupou neste texto, na posse dos dados que dispomos neste momento, não nos parece que tenha existido nos terrenos onde floresceu a cidade romana de *Balsa* uma ocupação pré-romana. O que se nos afigura como mais provável é que o topónimo tenha tido origem numa outra localização e que, derivado da adoção de diferentes estratégias de ocupação do território por parte de diferentes comunidades e em distintos períodos históricos, o mesmo tenha sido trasladado desde a sua origem, passando por uma segunda localização, até ter chegado às margens da ria Formosa, local onde, após a sua gravação em suportes pétreos se tornou eterno. Assim, o topónimo *Balsa* terá então tido origem no importante povoado fortificado fenício que se ergueu na colina de Santa Maria (Tavira), durante a 1ª Idade do Ferro (séc. VIII-VI a.C.), muito provavelmente devido à sua devoção a *Baal*, devendo o mesmo ter-se mantido ao longo da ocupação da 2ª Idade do Ferro (séc. V-III a.C.) neste mesmo local. Por inícios do século II a.C. os exércitos romanos, numa estratégia de controlo do território, ao chegarem ao nosso território preferem instalar-se no Cerro do Cavaco, ao invés de o fazerem na colina de Santa Maria, que nesta altura estaria já praticamente abandonada, passando então o núcleo populacional principal a localizar-se no Cerro do Cavaco, que terá adotado o topónimo do povoado da colina de Santa Maria. A ocupação romano-republicana do Cerro do Cavaco ter-se-á mantido até meados do século I a.C., altura em que se terá iniciado o processo de transferência deste núcleo populacional, e do respetivo topónimo, para os terrenos junto às margens da ria Formosa, onde, a partir dessa altura, terá sido fundada a cidade romano-imperial de *Balsa*. Refira-se que esta nossa

proposta está, total ou parcialmente, em linha com o que outros investigadores já avançaram anteriormente (Arruda, 1999: 25-26; 2003: 52; Bernardes, Viegas & Candeias, 2022: 364; Fabião, 1999: 37; 2003: 80; Maia, 2003b: 59; Maia & Silva, 2004: 179; Mantas, 1999: 138-139; 2003: 86; Silva, 2007: 23-26; Viegas, 2011: 390) (Fig. 5).

Esperando poder ter elucidado o leitor acerca da complexidade de questões que envolvem as, praticamente certas, origens pré-romanas da cidade romana de *Balsa*, resta dizer que nos parece certo que as mesmas não poderão ser dissociadas da realidade que se viveu durante Idade do Ferro no paleo-estuário do rio Gilão, tendo, no entanto, em mente que a realização de escavações arqueológicas na colina onde hoje se implanta o casario da quinta da Torre d'Aires, ou no Cerro do Cavaco, poderão, ou não, deitar por terra muitas das considerações que aqui tecemos.

Bibliografia

- Alarcão, J. (2005). Os equívocos dos promontórios Sacro(s) e Cúneo. *Promontoria*, 3, 251–285.
- Amadasi Guzzo, M. G. & Zamora López, J. A. (2008). Un ostracon phénicien de Tavira (Portugal). *Vicina Oriente*, 14, 231–240.
- Arruda, A. M. (1997). Os núcleos urbanos litorais da Idade do Ferro no Algarve. In M. F. Barata & R. Parreira (Coords.), *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, p. 243–255.
- Arruda, A. M. (1999). O Algarve nos séculos V e IV a.C. In M. G. M. M. Marques (Ed.), *O Algarve da antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*. Lisboa: Colibri, p. 23–31.
- Arruda, A. M. (2003). Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1ª Idade do Ferro. In M. Maia; C. Fernandes; M. Lopes & S. Cavaco (Coords.), *Tavira. Território e poder* (Catálogo da exposição). Lisboa: MNA/CMT, p. 51–56.
- Arruda, A. M.; Covaneiro, J. & Cavaco, S. (2008). A necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça (Tavira). *Xelb*, 8, 141–160.
- Bernardes, J. P.; Viegas, J. P. & Candeias, C. (2022). *Balsa*. In T. Nogales Basarrate (Ed.), *Ciudades Romanas de Hispania: II. Roma – Bristol: «L'ERMA» di BRETSCHNEIDER*, p. 357–368.
- Candeias, C. (2015). Prospeção arqueológica de superfície intra-sítio, o Cerro do Cavaco e a II Idade do Ferro em Tavira. In *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular* (Aroche-Serpa, 2013). Huelva: Ayuntamiento de Aroche, p. 711–738.
- Candeias, C. (2016). Auscultando as Fronteiras da Turdetânia: Repertórios Cerâmicos da II Idade do Ferro Provenientes do Sítio do BNU em Tavira, Algarve, Portugal. In *Cadernos do Museu da Lucerna*, II (Actas da mesa redonda A Turdetânia e os Turdetanos, Novembro, 2014). Castro Verde: Museu da Lucerna – Cortiçol, 159–177.
- Fabião, C. (1999). O Algarve Romano. In M. G. M. Marques (Ed.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Colibri, p. 33–51.
- Fabião, C. (2003). O Serro do Cavaco (Tavira). In M. Maia; C. Fernandes; M. Lopes & S. Cavaco (Coords.), *Tavira. Território e poder* (Catálogo da exposição). Lisboa: MNA/CMT, p. 77–81.
- Maia, M. G. P. (2000). Tavira Fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a.C. In A. González Prats (Ed.), *Fenícios y territorio* (Actas del II Seminário Internacional sobre Temas Fenícios). Alicante, Instituto Alicantino de Cultura, p. 121–150.
- Maia, M. G. P. (2003a). O Bronze Final Pré-Fenício no Concelho de Tavira. In M. Maia; C. Fernandes; M. Lopes & S. Cavaco (Coords.), *Tavira. Território e poder* (Catálogo da exposição). Lisboa: MNA/CMT, p. 39–47.
- Maia, M. G. P. (2003b). Fenícios em Tavira. In M. Maia; C. Fernandes; M. Lopes & S. Cavaco (Coords.), *Tavira. Território e poder* (Catálogo da exposição). Lisboa: MNA/CMT, p. 57–72.
- Maia, M. G. P. (2004). Tavira Turdetana, porto do 'Círculo do Estreito' nos finais do séc. V a.C., *Comunicação à Conferência Internacional: Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho* (Junho 2004), Puerto de Santa María, Cádiz. Acedido a 20/11/2012, em <http://www.arkeotavira.com/Estudios/PescaTavira.pdf>.
- Maia, M. G. P. (2006). La Pesca, a Actividade Conserveira e as Ânforas de Tavira. In *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho, I Conferencia Internacional*. Puerto de Santa María, Cádiz: Junta de Andalucía, p. 459–487.
- Maia, M. G. P. (2008). Tavira e o mar na antiguidade. In J. Queiroz & R. Manteigas (Coords.), *Tavira, patrimónios do mar* (Catálogo da exposição). Tavira: Câmara Municipal de Tavira, p. 59–67.
- Maia, M. G. P. & Gómez Toscano, F. (2012). Um achado da Idade do Bronze em Tavira. In J. Jiménez Ávila (Ed.), *Anejos de AEspA LXII, Sidereum Ana II, El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida: IAM, p. 327–344.
- Maia, M. G. P. & Silva, L. F. (2004). O culto de BAAL em Tavira. *Huelva Arqueológica*, 20, 173–194.
- Mantas, V. G. (1997). As Civitates: Esboço da Geografia Política e Económica do Algarve Romano. In M. F. Barata & R. Parreira (Coords.), *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, p. 283–309.
- Mantas, V. G. (1999). As Villae marítimas e o problema do povoamento português na época romana. In J. -G. GORGES & F. GÉRMAN (Eds.) *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid, p. 135–156.
- Mantas, V. G. (2003). A cidade de Balsa. In M. Maia; C. Fernandes; M. Lopes & S. Cavaco (Coords.), *Tavira. Território e poder* (Catálogo da exposição). Lisboa: MNA/CMT, p. 85–94.
- Nolen, J. U. S. (1994). *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: SEC/MNA/IPM.
- Nolen, J. U. S. (1997). *Balsa*, uma cidade romana no litoral algarvio. In M. F. Barata & R. Parreira (Coords.), *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, p. 327–341.
- Pinto, M. & Simão, I. (2009). *Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico. Antigo Parque de Festas, Tavira. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*.
- Resende, A. (1593). *De Anquitatibus Lusitaniae*, (1996) – Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, F. & Almeida, S. (2017). *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos no âmbito da Obra de Reconstrução de Habitação unifamiliar na Travessa dos Pelames 6 e 8, Tavira*.
- Silva, L. F. (2007). *Balsa, cidade perdida*. Tavira: CAT/CMT.
- Veiga, S. M. P. E. (1866). *Povos Balsenses. Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares. Distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Editora, a Livraria Catholica.
- Viegas, C. (2011). *A ocupação romana do Algarve: estudo de povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias, 3. Lisboa: Uniarq.

As investigações arqueológicas em *Balsa*

João Pedro Bernardes

Universidade do Algarve - CEAACP

Celso Candeias

Câmara Municipal de Tavira

Introdução

As primeiras referências à cidade romana de *Balsa* datam de meados do século I d.C. São alusões lacónicas feitas por Pompónio Mela, na sua *Chorographia* (3,7), escrita nos anos 40 daquele século, ou por Plínio, na monumental obra *Naturalis Historia* (4, 116-118), vinda a público três décadas mais tarde. Apesar de lacónicas, as menções a *Balsa* indicam que esta cidade do sul da Lusitânia, situada no extremo do mundo conhecido de então, já teria importância no século I d.C., ao ponto de ser referida nestas obras clássicas que descrevem o Império romano. No século II d.C., quando atravessava um período áureo, Cláudio Ptolomeu refere-a de novo na sua *Geographia* de (2,5,2), sendo ainda mencionada em obras mais tardias, como no *Itinerário* de Antonino (426, 1) ou na *Cosmographia* do anónimo de Ravena (306, 10). O nome da cidade aparece ainda recorrentemente em inscrições epigráficas ou em moedas cunhadas localmente. Ainda em plena época romana, a cidade entrará em acentuado declínio, perdendo para a vizinha *Ossonoba* (atual Faro) todo o fulgor que apresentava nos primeiros séculos da nossa Era. A perda de importância vai levar ao paulatino abandono que se consumará em plena época medieval, altura em que já nada tem a ver com a urbe original ao ponto do seu nome ter desaparecido da memória popular. Na *Crónica da Conquista do Algarve*, escrita em 1419, mas onde se descrevem os acontecimentos da década de 40 do século XIII, que levam à passagem destas terras das mãos islâmicas para as cristãs, a área da cidade de *Balsa* é referida como Antas (Calado, 1998). Este topónimo, que nada tem a ver com o nome da cidade, parece remeter para ruínas de edifícios que então se veriam no lugar. Tal como o seu nome já desaparecera, também os restos destes edifícios iam ficando cada vez menos visíveis na paisagem à medida que os séculos decorriam, pois que constituíam um bom depósito de matéria-prima para as construções de toda a região. Tendo desaparecido da memória coletiva a sua exata localização, na época do Renascimento, quando surge o interesse pelas antiguidades clássicas, a cidade referida pelos textos clássicos é identificada com a atual cidade de Tavira, como é o caso da Corografia do Reino do Algarve, de Frei João de São José, elaborada em 1577, na qual nos recorda que “*Foy chamada esta Cidade dos*

Geografos antigos Balsa e agora seu nome he Tavira, ou Tauilla” (José, 1577: 49). É certo que os restos de uma ocupação antiga na freguesia da Luz de Tavira, junto à ria Formosa, não passaram despercebidos ao pároco local na resposta ao inquérito de 1758 a mando do marquês de Pombal, ou ainda nas *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve* de Frei Vicente Salgado, publicadas em 1786, mas sem os associar a *Balsa*. Aliás, Vicente Salgado diz que viu “na esquina de umas casas ao poente do convento da Graça desta cidade de Tavira”, o busto romano “de dois palmos”, incorporado pouco depois na coleção do Bispo de Beja Emanuel do Cenáculo e hoje no museu de Évora (Fig. 1), o que só reiterou a sua convicção de que *Balsa* se situou em Tavira (Salgado, 1786: 128-129). Só na segunda metade do século seguinte, quando o pioneiro da arqueologia portuguesa, Estácio da Veiga, se debruça sobre o assunto, se identificam corretamente os testemunhos da antiga cidade romana com os muitos vestígios romanos existentes nas quintas da Torre d’Aires e das Antas, situadas nas margens da ria Formosa, em Luz de Tavira.

A descoberta de Balsa

Com a publicação, em 1866, do opúsculo “Povos Balsenses”, Estácio da Veiga mostra inequivocamente onde se situou a cidade romana de *Balsa*. Para além de referir os abundantes vestígios que se viam, menciona várias inscrições onde se lê o nome da cidade, que apareceram na parte mais alta da quinta da Torre d’Aires, então pertencente a um seu familiar, e junto às casas da antiga quinta das Antas (Veiga, 1866). Vai acompanhando as descobertas ocasionais que se vão fazendo na quinta, como a de várias pedras com inscrições que teriam figurado no fórum, e desenvolve um laborioso trabalho de escavação, sobretudo na necrópole, situada a noroeste das casas da quinta e num edifício termal. Se na necrópole, onde escava cerca de 200 sepulturas, recolhe um enorme espólio de assinalável qualidade e diversidade, constituído por 758 peças bem preservadas, que passará a partir de então a marcar a imagem da cidade como urbe “esplendorosa”, nas termas, onde levanta um fragmento de mosaico



Fig. 1

Busto feminino encontrado
em Tavira no século XVIII.
(Foto: DGPC/ADF José Pessoa).

com motivos marinhos, constata que o que resta já está muito destruído (Santos, 1971: 219-280; Pereira, 2018: 96-257). Simultaneamente vai recolhendo peças de Torre d'Aires e da vizinha quinta das Antas, constituindo uma importante e notável coleção que, sendo central no vasto acervo do museu arqueológico do Algarve, que estava a formar, acabou por ser determinante na afirmação do fundo romano no atual Museu Nacional de Arqueologia.

A segunda metade do século XIX, com os trabalhos de Estácio da Veiga, constitui assim a época de ouro da descoberta de *Balsa*, a que podemos acrescentar outros contributos como o de Teixeira de Aragão, que escava uma necrópole nas imediações da antiga cidade (Aragão, 1868). Teremos que esperar por 1977 para ver de novo escavações arqueológicas em *Balsa*, desta vez conduzidas pelas mãos de Maria e Manuel Maia. No período de 90 anos que medeiam entre as escavações de Estácio da Veiga e as dos arqueólogos Maia, pouco se avançou com a investigação sobre *Balsa*; para além de alguns estudos esporádicos de materiais, sobretudo os depositados no Museu Nacional de Arqueologia, da antiga coleção de Estácio da Veiga, e de um ou outro estudo, como o que resultou das escavações de Abel Viana da necrópole de Pedras d'El Rei, pouco mais se fez (Viana, 1952). Todos os trabalhos até inícios desta década acabam por ser sintetizados, em 1971, por Maria Luísa Santos que publica muita informação inédita do seu bisavô Estácio da Veiga (Santos, 1971). Mesmo as escavações de 1977, nunca publicadas, localizadas em três pontos a nascente das casas da quinta da Torre d'Aires, incidindo sobre um conjunto de muros dos séculos I e II, uma fábrica de preparados piscícolas mais tardia e um conjunto de canalizações, não adiantam muito em relação ao que já se sabia (Maia & Maia, 1977).

Com o desenvolvimento da Arqueologia em Portugal a partir dos anos 80 do século passado, nomeadamente nas universidades, começam cada vez mais a surgir estudos sobre *Balsa*. Mário e Rosa Varela Gomes (1981/1983) apresentam um conjunto de moedas cunhadas localmente; José d'Encarnação (1984) compila e estuda sistematicamente as inscrições que revelam uma sociedade pujante; Jeannette Nolen (1994) publica as cerâmicas e vidros de Torre d'Aires depositadas no Museu Nacional de Arqueologia. Outros estudos se seguirão sobre materiais, como os de Catarina Viegas (2006; 2011)

ou, mais recentemente, de Carlos Pereira (2018), enquanto se vão publicando vários textos sobre a cidade de *Balsa* em geral. Mas, se excetuarmos o trabalho prospetivo de levantamento das realidades arqueológicas visíveis à superfície, feitas pelo Parque Natural da ria Formosa (Garcia, 1989), os trabalhos no terreno continuavam estagnados. Apesar do muito que se ia publicando e das referências, nomeadamente na bibliografia arqueológica estrangeira, que punham em destaque elementos relevantes de *Balsa*, cada vez mais se sentia a falta de estudos sistemáticos no terreno. E quanto mais sentida era essa ausência de estudos no terreno, que não acompanhava a crescente divulgação do notável espólio recolhido no século XIX, maior era a preocupação, e até revolta, de alguns setores da população que, desde os anos 70, viam mobilizações de terras e até destruições massivas de estruturas arqueológicas, como as que ocorreram nos anos 80 do século XX. Este sentimento é ampliado face a uma valorização, que chega a ter contornos de mitificação, nos órgãos de comunicação social de uma cidade romana grandiosa que alegadamente se ia destruindo sem nada se fazer, de que é bom exemplo o documentário de José Manuel Lopes, feito para a RTP 2 em 2008, intitulado "*Balsa, Memória Flutuante*"¹. O tópico do desprezo e destruição deste património icónico, que ia fazendo notícia na comunicação social e mobilizando cada vez mais interessados, a par da tal escassez de estudos científicos no terreno, leva a que se vá propondo e desenhando uma cidade mais ou menos imaginária, de como *Balsa* teria sido, com as suas ruas, edifícios, dimensão, de que o atrativo livro de Luís Fraga da Silva, "*Balsa, cidade Perdida*", é exemplo paradigmático (Silva, 2007). Estas visões da urbe antiga, que resultaram de olhares equivocados, inclusive de arqueólogos, que confundiam os vestígios das casas de campo que se edificaram em torno da cidade com a própria cidade, para daí inferirem uma enorme povoação ilustrada pelas riquezas do espólio depositado nos museus, tiveram o dom de chamar cada vez mais a atenção para a realidade arqueológica

¹ Para além do sugestivo nome deste documentário de 51 minutos, também uma das frases da sua apresentação dá bem a ideia do sentimento que *Balsa* convocava ao dizer-se que "*As ruínas do porto de Balsa revelam uma das cidades mais vivas do Mediterrâneo ocidental*".



1977
 Túmulo descoberto por
 Francisca Santos Costa e explora-
 rado por Joaquim Patrício Ho-
 gno Horta Correia, no ano de
 1977, na zona denominada
 Cidade de Balsa, no Quinto
 de Torre d'Aires no lugar de
 Tavira, onde se encontrou a Tala
 de vidro opacada ao Helenus de Rom. chaff

Fig. 2

Sepultura descoberta na necrópole
 norte de Torre d'Aires em 1977.
 (Foto e registo: José Mascarenhas).

e de sensibilizarem para a necessidade de se estudar e de preservar o que ainda existia. Assim, quando, em 2016, se inicia um projeto agrícola na quinta da Torre d'Aires sem o devido acompanhamento arqueológico, rapidamente a população se mobiliza para a salvaguarda do sítio arqueológico, efetuando denúncias que suscitam o interesse da comunicação social e a ação das autoridades competentes que culminam no início de trabalhos arqueológicos no local. O caso acaba por chegar à Assembleia da República que, através da resolução nº 207/2017 de 11 de agosto, recomenda ao Governo a defesa e preservação das ruínas da antiga cidade. Estavam criadas as condições favoráveis para, finalmente, se poder avançar com um projeto de investigação no terreno que procurasse averiguar a verdadeira extensão e importância de *Balsa*, bem como o que ainda se preservava. É nesse quadro que, em 2018, a Universidade do Algarve, em parceria com o Centro de Ciência Viva de Tavira e com o apoio da Direção Regional de Cultura do Algarve e da Câmara Municipal de Tavira, obtém apoio financeiro, pelo Programa Operacional do Algarve, para implementação no terreno do projeto “*Balsa*, Searching the Origins of Algarve”.² (Fig. 2).

As destruições em Balsa

Uma das imagens mais comuns que se associa à cidade romana de *Balsa* é a de destruições massivas e recorrentes, de forma propositada ou não, das suas ruínas. A incúria e desinteresse pelo passado ou os interesses económicos e imobiliários são frequentemente apontados como causa de destruições sistemáticas e deliberadas desde, sobretudo, os anos 70 do século passado. Se é certo que muito foi destruído no antigo burgo romano, particularmente na plataforma a norte das casas da quinta de Torre d'Aires, não é menos certo que muitos dos desmantelamentos e ações destrutivas do edificado já remontam à Antiguidade, não sendo, portanto, algo recente e exclusivo dos nossos tempos. Isso mesmo já tinha constatado Estácio da Veiga quando escavou um edifício termal; o mesmo é observado por Manuel

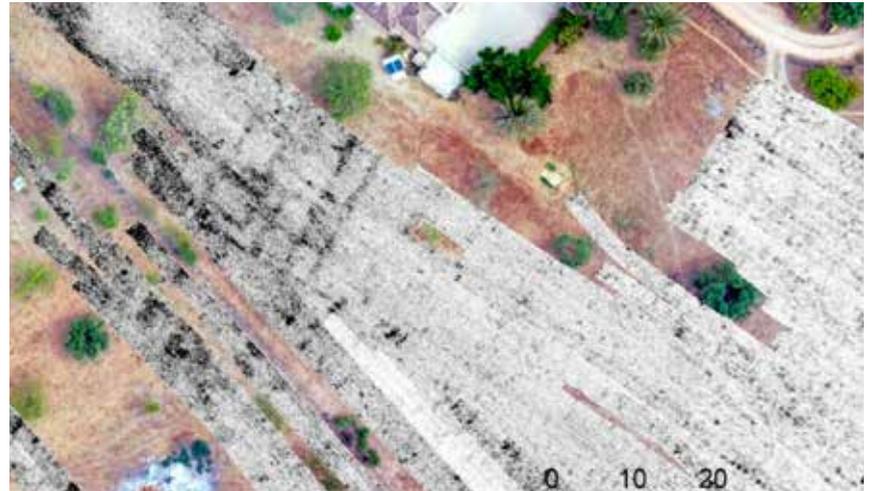
² Para ser ler mais sobre o projeto e atividades relacionadas veja-se o sítio em linha: <https://Balsa.cvtavira.pt>

e Maria Maia aquando da intervenção em 1977; e, durante as escavações dos últimos anos efetuadas em *Balsa*, para além das destruições dos finais do século passado, ficaram bem evidentes desmantelamentos e reaproveitamentos de múltiplas estruturas ainda durante a época romana. Nada de estranho considerando que a cidade de *Balsa*, como qualquer cidade enquanto viva, é dinâmica e permanentemente mutável; mas também o é depois de abandonada, uma vez que o que dela resta continua a ser reaproveitado pelas comunidades locais para as suas necessidades do quotidiano, construtivas ou outras. Ainda no século XIX, ou talvez antes, quando se construiu uma nora e uma plataforma por onde corre a respetiva levada de água, a sul e oeste da colina das casas da quinta de Torre d’Aires, foram efetuadas grandes mobilizações de terras que afetaram profundamente as estruturas romanas que se encontravam na encosta voltada à ria Formosa. Aliás, a maior parte do terreno aplanado que corre paralelo à ria Formosa desde as proximidades da base daquela colina até junto do estuário da ribeira da Luz, para onde foi apontada a área portuária, corresponde a aterros destinados à agricultura, conforme comprovámos através dos levantamentos geofísicos e de quase 2 dezenas de sondagens mecânicas. Claro que, aos desmantelamentos ao longo dos séculos, há que juntar as destruições, já com modernos meios mecânicos, da segunda metade do século XX, bem visíveis nas escavações arqueológicas efetuadas em 2019 e 2021. As mobilizações de terras feitas então, sobretudo nas décadas de 80 e 90, afetaram sobretudo a necrópole e parte da cidade situada a norte das casas da quinta, e ainda as áreas com menos potencial de terra onde os vestígios do subsolo estavam menos profundos. As áreas mais próximas das bases das vertentes com maior capacidade de sedimentação foram as menos atingidas porque mais profundas. Assim, para além da colina onde se edificaram as casas da quinta e de uma faixa situada ao longo da ria Formosa para nascente daquelas casas até, pelo menos, à foz do ribeiro das Antas temos ainda um conjunto assinalável de estruturas preservadas. São sobretudo estruturas dos séculos III/IV d.C. e posteriores que se preservam, uma vez que as do período áureo da cidade, correspondendo aos séculos I e II d.C., foram em grande parte desmanteladas e reaproveitadas nos séculos posteriores.

O projeto Balsa

O projeto *Balsa* arrancou em março de 2019 com o principal objetivo de investigar a real dimensão e importância das ruínas de *Balsa* e averiguar o que ainda se preserva. Visava investigar, mas também informar a população através da divulgação dos seus resultados. Esta vertente da divulgação da investigação ficou a cargo do Centro de Ciência Viva de Tavira que, em colaboração com a equipa de investigação, organizou várias idas a escolas, cursos de formação/*webinars* para agentes turísticos e técnicos de Património, bem como várias sessões de esclarecimento dos resultados das investigações para a população em geral. A Universidade do Algarve, com o apoio sempre presente do município de Tavira, coordenou e promoveu as atividades de investigação repartidas no campo entre prospeções intensivas, com recurso sobretudo a métodos geofísicos não invasivos, e escavações arqueológicas. Se as primeiras pretendiam identificar no subsolo testemunhos da antiga cidade, as escavações visavam conhecer a natureza dos testemunhos assinalados e o seu grau de preservação.

As prospeções de superfície e geofísicas com recurso ao magnetómetro e ao georadar já tinham sido iniciadas em 2016 e 2017, no âmbito das atividades de minimização de impacto do projeto agrícola da quinta da Torre d’Aires, bem como prospeções intensivas de superfície, e 4 sondagens arqueológicas. O projeto *Balsa* continuou com as prospeções e escavações então iniciadas, enquanto foi acompanhando e integrando dados de outros trabalhos prospetivos ou de escavações na Zona Especial de Proteção definida para a área em 2011 e ampliada em 2017 (Dias *et al.* 2020: 1400). A área arqueológica definida era enorme, sendo *Balsa* considerada por alguma bibliografia uma super cidade portuária com pelo menos 47 hectares de extensão, marcada por uma multiplicidade de edifícios públicos (Mantas, 2003: 88; Silva, 2007: 94-100; Mantas, 2016: 36). Tais dimensões colocariam *Balsa* entre uma das maiores da Hispânia romana! A enorme área apontada para a cidade, bem como a necessidade de comprovação científica inequívoca dos seus limites, levou a que no âmbito do projeto “*Balsa, Searching the Origins of Algarve*” se iniciasse um extenso trabalho de prospeções não invasivas com recurso a equipamentos de georadar, comprovadamente



Figs. 3

Prospeções geofísicas em *Balsa*

o método mais adequado à realidade em estudo (Dias *et al.* 2018). Estes levantamentos foram efetuados pela Unidade de Geodeteção da Universidade de Cádiz com recurso a equipamentos de georadar 3D e multicanal (Fig. 3). O conjunto dos levantamentos com estes equipamentos de última geração e de alto rendimento, a que se adicionam os de outras equipas no âmbito de projetos agrícolas dos últimos anos, permitiram cobrir mais de uma dezena de hectares, cruzando algumas áreas com outros métodos de deteção não invasiva, como o magnetómetro ou a tomografia elétrica. A aplicação destas técnicas, a juntar às prospeções intensivas de superfície e às 35 sondagens que se seguiram, permitiram avanços muito significativos. Infelizmente, a recusa de alguns proprietários em autorizar a passagem com estes aparelhos não invasivos pela superfície dos seus terrenos impossibilitou a cobertura de uma área maior, ainda que o essencial tenha sido rastreado (Bernardes *et al.* 2022).

As escavações foram constituídas por 14 sondagens arqueológicas escavadas manualmente, repartidas pela quinta da Torre d’Aires (6) e pela propriedade de Eduardo Mendonça (8), correspondente a parte da antiga quinta das Antas. Foram ainda efetuadas mais 21 sondagens arqueológicas escavadas com meios mecânicos, particularmente na parte baixa, a poente, na quinta de Torre d’Aires para confirmar os resultados das prospeções geofísicas que nada sugeriram nestes terrenos ou que apresentavam anomalias de natureza duvidosa. As sondagens permitiam averiguar o tipo de ocorrências arqueológicas detetadas pelos levantamentos geofísicos, bem como o seu estado de conservação e cronologia. As sondagens na antiga quinta das Antas confirmaram que já não estaríamos perante a área urbana da cidade, mas na sua periferia, pertencendo as estruturas escavadas, quer a uma *villa* suburbana, quer a fábricas de preparados de peixe, junto às margens da ria Formosa. Já na quinta da Torre d’Aires, para além da identificação da necrópole tardia, na parte oriental, e de se ter descartado completamente a existência de qualquer tipo de estrutura nas áreas mais a poente da propriedade, onde recorrentemente era apontada a localização do porto da cidade, foram detetadas estruturas muito afetadas, ou completamente destruídas, pelos trabalhos de ripagem com *bulldozer*, bem como o troço de uma rua edificada de ambos

os lados. Como se disse, estas estruturas, quando situadas a algumas dezenas de metros da ria Formosa, encontram-se ainda num razoável estado de preservação. Infelizmente não nos foi permitido fazer sondagens na colina e respetivas encostas onde estão as casas da quinta, local aparentemente bem preservado e onde as leituras de georadar assinalam várias ocorrências arqueológicas de diferente natureza que poderão corresponder à praça do fórum. No conjunto, os trabalhos permitiram estimar que a malha urbana da cidade se estendia por uma área em torno dos 10 hectares, preservando-se ainda boa parte das suas estruturas, nomeadamente naquela colina e na faixa costeira que dali se estende para nascente, correspondendo à parte onde a cidade teve na Antiguidade maior expressão. Em suma, os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do projeto de investigação “*Balsa, Searching the Origins of Algarve*”, permitiram conhecer as reais dimensões da cidade romana de *Balsa*, bem como aferir o grau de preservação dos testemunhos no subsolo. Permitiram ainda avançar noutros campos, como na leitura das epígrafes dos dois pedestais de estátua, que se apresentam neste volume, ou na obtenção de uma ideia mais aproximada das fases evolutivas da cidade em época romana, bem como da continuidade da sua ocupação, que parece ter-se dado por um período mais longo do que se apontava até agora.

O estado atual dos conhecimentos de *Balsa*

As recentes investigações colocam os nossos conhecimentos numa nova fase, mais realista, onde se separam os vestígios da malha urbana (o *pomerium* da cidade) e os das *villae* que a circundavam; uma cidade bem mais pequena do que até agora se tinha avançado, que não ultrapassaria os 10 hectares, como a esmagadora maioria das cidades provinciais, mas desempenhando um papel central na região e uma pujança económica digna de relevo, conforme os materiais e a epigrafia do sítio bem atestam; uma cidade que passou por várias fases evolutivas, com um período áureo nos dois primeiros séculos da nossa Era, a que se seguiu um período onde as atividades piscícolas marcaram a vida de uma urbe que já pouco tinha a ver com a pujança política e social que antes conhecera, até à sua perda de identidade como centro urbano. Após a queda do Império romano continuou



Figs. 4
Escavações e ruínas de *Balsa*

a viver gente à sombra das ruínas da antiga cidade, aparentemente até finais do milénio, quando, sob domínio islâmico, Tavira se começa a afirmar como centro regional (Bernardes, Viegas & Candeias, 2022).

Com efeito, as campanhas arqueológicas permitem-nos ver claramente uma primeira fase em que a cidade de *Balsa* atinge todo o seu esplendor, com uma economia vibrante e uma sociedade cosmopolita cujas elites, endinheiradas por um comércio à distância, financiam grandes obras públicas, durante o século I e sobretudo o século II d.C. Os materiais e a epigrafia revelam isso mesmo.

Após este período pleno assistimos, a partir do último terço do século II d.C., a um momento disruptivo cujas causas não são claras. As fontes clássicas falam-nos de invasões dos *mauri* na década 70 do século II d.C., povos oriundos da outra margem do Mediterrâneo que afetam o sudoeste peninsular com repercussões pouco conhecidas; de sublevações populares pela mesma altura e de um clima político de instabilidade que se arrasta, pelo menos, até final do século com consequentes e profundas crises económicas. Recentemente, a investigação tem vindo a detetar alguns indícios de cataclismos naturais que por esta mesma época poderiam ter afetado as povoações litorais do sudoeste peninsular (Campos *et al.* 2015). Desconhecemos qual destas causas, se todas, ou outra qualquer, poderão estar na origem do aparente colapso do modo de vida e de muitas estruturas, que se regista igualmente um pouco por toda a costa algarvia e andaluza. Independentemente das causas, existe algo nos finais do século II ou já nos inícios do III que provoca uma disrupção no processo evolutivo que se vinha a assistir, e que se pode inscrever naquilo a que a historiografia tem vindo a chamar crise do século III. As arquiteturas que marcaram a fisionomia da cidade durante os séculos I e II, terão sido profundamente afetadas, com destruição e abandono de edifícios que o registo arqueológico comprova. Mas esse momento disruptivo estendeu-se além da urbe levando ao abandono, por exemplo, da *villa* periférica que identificámos na sondagem 14 na propriedade de Eduardo Mendonça, que integrava a antiga quinta da Antas (Fig. 4).

A reconstrução da cidade não tardaria. Na sondagem I, sobre um nível de aterro onde os materiais do século III ou posteriores estão ausentes,

verificámos a re(construção) de edifícios, utilizando cantarias e tijolos de estruturas anteriores, que limitam uma rua em piso de terra batida que integra fragmentos cerâmicos datando exclusivamente dos séculos I e II.

Aparentemente, e à semelhança do que aconteceu com muitas cidades hispânicas (Marfil Vasquez, 2020), será por essa altura que em *Balsa* se assiste à falência das estruturas político-administrativas clássicas, com o desmantelamento ou a não reconstrução de edifícios públicos, conforme verificámos na mesma sondagem 1 onde se observam imponentes elementos arquitetónicos, eventualmente pertencentes àqueles edifícios, reaproveitados em prédios comuns. Todavia, em meados do século III, ainda teremos um poder político ativo como testemunham as homenagens promovidas pelo senado da cidade aos imperadores da época, patentes nas epígrafes inéditas publicadas por Vasco Mantas neste volume. Mas as formas de habitar a urbe e a paisagem urbana já não serão as mesmas, assistindo-se agora a um incremento das atividades industriais ligadas à exploração e transformação dos recursos piscícolas que, ora ocupam novos espaços, ora refuncionalizam espaços antigos, por vezes situados bem próximos das áreas mais nobres da cidade, como o complexo produtivo escavado por Manuel e Maria Maia, em 1977. O brilho de uma cidade de província marcada por uma elite burguesa e mercantil assente no comércio marítimo à distância nos dois primeiros séculos da nossa Era dá cada vez mais lugar a um povoado pálido, cuja dinâmica assenta num cariz essencialmente produtivo. Esta nova fase de *Balsa*, inscrita num cenário urbano mais geral de crise ou mesmo de decadência que afeta muitas cidades por todo o Império, que o Imperador Constantino apelida de *urbes intermortuas*, procurando reavivá-las (Arce, 2015, p. 311-313), corresponde a uma época em que o cristianismo se vai implantando e consolidando, pelo menos desde o século III (Maciel, 2003).

Esta fase de um certo dinamismo ter-se-á prolongado até bem dentro do século IV, conforme deixa antever a datação radiocarbónica convencional de 1680 +/- 30 BP, correspondente a uma data calibrada para o nosso calendário de 326 - 432 cal AD, (com um pico por volta de 400) obtida a partir de um osso de animal recolhido entre a primeira camada de abandono da via detetada na sondagem 1. Com muita probabilidade, a rua e os



Fig. 5
Reconstituição
do perímetro da área
urbana de Balsa

edifícios a que daria acesso teriam sido abandonados na segunda metade do século IV. Também por essa altura, foi abandonado um edifício detetado na sondagem 12, situado próximo a uma fábrica de preparados de peixe parcialmente escavada na sondagem 11, de acordo com uma datação de Carbono 14 de 320 - 415 cal AD (1710 ± 30 BP), com um pico centrado na segunda metade do século IV, a partir de carvões recolhidos imediatamente sobre o seu piso térreo.

A cerâmica africana clara D, da forma Hayes 61a, datável entre 325 e 400 AD, encontrada sob o derrube do telhado que cobria um tanque de outra fábrica de preparados de peixe identificada na sondagem 13, a cerca 100 metros para ocidente da anterior, apontam também o seu abandono para aquela altura.

Note-se que as fábricas de preparados piscícolas identificadas nas sondagens 11 e 13 e que faziam

parte de um extenso complexo fabril que se estendia ao longo da ria Formosa, conforme os levantamentos por georadar deixam entender, localizavam-se já na periferia da cidade, em terrenos da antiga quinta das Antas. As cronologias obtidas para o abandono de todas estas estruturas na urbe e sua periferia, sugerem que a dinâmica produtiva da cidade e eventualmente a sua existência enquanto tal, tenha terminado nos finais do século IV. Todavia, findo o Império romano, terão continuado a viver pessoas sobre as ruínas da antiga cidade por mais alguns séculos, conforme é atestado por algumas cerâmicas finas importadas até ao século VI (Viegas, 2011: 284 e 338), por enterramentos cristãos da Antiguidade tardia assinalados por Teixeira de Aragão (1868: 9-10) na antiga Quinta das Antas e dos quais detetámos um na sondagem 14 que rompe com o pavimento de mosaico por nós ali identificado, ou ainda por alguns muros tardios feitos de pedra e terra encontrados naquela e noutras sondagens.

Apesar das destruições ao longo dos tempos atestadas nas ruínas da cidade de *Balsa*, os trabalhos recentemente realizados permitem-nos comprovadamente afirmar que se mantém uma parte significativa da cidade razoavelmente preservada numa faixa ao longo da ria Formosa que, *grosso modo*, se estende da colina onde se edificou o casario da quinta da Torre d'Aires até cerca do ribeiro das Antas, embora os vestígios bem preservados que se situam mais próximo desta ribeira já se integrassem na periferia da urbe ocupada com fábricas de transformação de preparados de peixe. Seria para nascente daquela colina, onde se situava o centro cívico, e em direção a esta última ribeira, que se estenderia a maior parte da malha urbana da cidade, com os seus principais edifícios. O porto situava-se, muito provavelmente, na base da colina onde se observam algumas estruturas condizentes com um cais. Para ocidente, a área edificada da cidade seria menos expressiva e aparentemente mais modesta, sendo a cumeada e encosta ocupadas por casario e atividades artesanais, estendendo-se somente até à necrópole tardia que ainda se preserva parcialmente. Da malha urbana situada imediatamente a norte da colina, e da grande necrópole que delimitava a cidade por este lado, de onde são oriundos a maior parte dos materiais recolhidos em *Balsa*, já nada resta (Fig. 5).

Conclusão

Em torno do perímetro da malha urbana existiriam, para além das estruturas fabris junto à ria, um conjunto de *villae*, residências da elite balsense, que têm sido recorrentemente confundidas com a área urbana. Esta, como vimos, rondaria os 10 hectares, delimitados a norte e a oeste por necrópoles e a sul pela ria Formosa. Para nascente, o limite da área urbana permanece ainda algo indefinido, uma vez que o proprietário que confina por este lado com a quinta da Torre d'Aires não autorizou os trabalhos de prospeção geofísica no seu terreno. Mas, muito provavelmente, estaria por aí o limite oriental da cidade, uma vez que nos terrenos de Frederica Mendonça e de Eduardo Mendonça já se localizam unidades industriais que se prolongavam, junto às margens da ria Formosa, até ao ribeiro das Antas, junto do qual se veem ainda restos de tanques de uma fábrica de preparados de peixe. Na parte

norte da propriedade de Eduardo Mendonça, situava-se a *villa* e a necrópole, da Antiguidade tardia, já referidas e identificadas na sondagem 14. Nas suas proximidades, para ocidente e já na propriedade de Frederica Mendonça, estaria, previsivelmente, localizado o *circus* de *Balsa* referido nas duas lápides recolhidas nesta área (ver peças n.º 17 e 18 do catálogo) e onde são frequentes elementos arquitetónicos condizentes com um edifício desta natureza. Seria, pois, conveniente, se as condições e os proprietários o permitirem, que as próximas investigações incidissem nesta área periférica à área urbana, bem como na colina onde estaria o fórum e que poderá encerrar importantes elementos arquitetónicos, escultóricos ou outros que figurariam na praça pública, como as epígrafes honoríficas aqui encontradas em 24 de janeiro de 1866 (Veiga, 1866: 12-19) correspondentes às peças n.º 15 e 16 do catálogo.

Na verdade, estabelecido, ainda que genericamente, o perímetro das ruínas de *Balsa*, bem como o potencial que ainda se preserva, o futuro das investigações dependerá em grande parte da boa vontade dos proprietários dos terrenos onde se encontra esse Património. A articulação entre estas ruínas milenares, de uma das primeiras cidades do Algarve, com a riqueza biótica e paisagística do Parque Natural da ria Formosa onde se localizam, configura, desde logo, um enorme potencial turístico e cultural para toda esta área de *Balsa*. Perante esta realidade não podemos deixar de imaginar um percurso em passadiços pelas margens da ria Formosa onde as ruínas romanas da cidade portuária se iriam conjugando com a diversidade natural e paisagística onde se integrou. Esperemos, então, que estes sejam os primeiros passos desse caminho, que se prevê longo, numa atitude de permanente diálogo com os proprietários que, cada vez mais, se deverão assumir, também eles, como beneficiários e parte interessada dos recursos que os seus terrenos guardam.



Bibliografia

- Aragão, A. C. T. (1868). *Relatório do cemitério romano descoberto próximo de Tavira em Maio de 1868*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Arce, J. (2015). La inscripción de Orcistus y las preocupaciones del emperador. In *Laurent Brassous et Alejandro Quevedo (eds.), Urbanisme civique en temps de crise. Les espaces publics d'Hispanie et de l'Occident romain entre les IIe et IVe siècles*. Madrid: collection de la casa de Velázquez (149), p. 311-323.
- Bernardes, J. P.; Viegas, C. & Candeias, C. (2022). *Balsa*. In T. Nogales Basarrate (Ed.), *Ciudades Romanas de Hispania: II. Roma - Bristol: «L'ERMA» di BRETSCHNEIDER*, p. 357-368.
- Bernardes, J.P.; Rondán Sevilla, I.R.; Candeias, C.; Ruiz Barroso, M.R. (2022). Non- Invasive Prospection Methods in the Roman City of Balsa (Luz de Tavira-Portugal): Revealing the Real Townscape. *Land*, 11 (10): 1785.
- Calado, A. A. - ed. (1998). *Crónica de Portugal de 1419: edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado*. Aveiro: UA editora, p. 154 e segs.
- Campos, J.; Bermejo, J.; Rodríguez-Vidal, J. (2015). La ocupación del litoral onubense en época romana y su relación con eventos marinos de alta energía. *Cuaternario y Geomorfología*, 29 (1-2), p. 75-93.
- Dias, V.; Bernardes, J. P.; Mantas, V.; Freire, J.; Dores T. (2018). A cidade romana de Balsa: novos dados e algumas problemáticas da prospeção geofísica em meios muito humanizados. In J. P. Bernardes et. al. (Eds.), *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*. Faro: UAlg, p. 178-195.
- Dias, V. e Bernardes, J., Candeias, C.; Garcia, C. T. (2020). *Balsa*, Topografia e Urbanismo de uma cidade portuária. In J. M. Arnaud, C. Neves e A. Martins (Coords.), *Arqueologia em Portugal / 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1399-1412.
- Encarnação, J. d' (1984). Inscrições Romanas do *Conventus Pacensis*. *Subsídios Para o Estudo da Romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- Garcia, C. T. (1989). *Estação Arqueológica da Luz (Tavira). Relatório de prospeção de campo e proposta de classificação*. Olhão: Parque Natural da Ria Formosa (Policopiado).
- Gomes, M. V. e Gomes, R. V. (1981/1983). Novas moedas hispânicas de Balsa e Ossonoba. *Nummus*, 2.ª série, 4-6, 155-182.
- José, Frei João S. (1577) [1983]. *Corografia do Reino do Algarve*. In M. Viegas Guerreiro e J. Romero de Magalhães, *Duas Descrições do Reino do Algarve do Século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Maia, M. G. P.; Maia, M. (1978). *Relatório da Campanha de escavações realizada em Torre de Ares (Tavira) entre 24 de Outubro e 25 de Novembro de 1977*. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural (policopiado).
- Mantas, Vasco G. (2003). A cidade de Balsa. In M. Maia et al. (Coords.), *Tavira: Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Tavira, p. 85-94.
- Mantas, V.G. (2016). Navegação e Portos no Algarve Romano". *Al'Ulyā: Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, XVI, 25-51.
- Marfil Vazquez, F. (2022). *Fora Baetica. La provincialización de los modelos forenses imperiales en la Provincia Ulterior Baetica*. Huelva: Universidad de Huelva.
- Maciel, M. J. (2003). O território de Balsa na Antiguidade tardia. In M. Maia et al. (Coords.), *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Câmara Municipal de Tavira/ Museu Nacional de Arqueologia, p. 105-126.
- Nolen, J.U. S., (1994). *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: IPM.
- Pereira, C.S. P. (2018). *As Necrópoles Romanas do Algarve. Acerca dos Espaços da Morte no Extremo Sul da Lusitânia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/ Imprensa Nacional.
- Salgado, Fr. V. (1786). *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*. Lisboa: Regia Officina Typográfica.
- Santos, M. L. E. V. A. (1971). *Arqueologia Romana do Algarve*. vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 219-304.
- Silva, L. F. (2007). *Balsa, cidade perdida*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira/ Câmara Municipal de Tavira.
- Veiga, S. P. E. (1866). *Povos Balsenses. Situação Geographico-physica Indicada por Dois Monumentos Romanos Recentemente Descobertos na Quinta da Torre d'Ares Distante seis Kilómetros da Cidade de Tavira*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Viana, A. (1952). Balsa y la Necropolis Romana de as Pedras d'El-Rei. *Archivo Español de Archeologia*, 25, 261-285.
- Viegas, C. (2006). *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares- Tavira): (1) A terra sigillata*. Tavira: C. M. Tavira/IPM.
- Viegas, C. (2011). *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: Uniarq.

Monumentos antigos de *Balsa* e inscrições inéditas

Os pedestais da Quinta da Torre de Ares

Vasco Gil Mantas

Universidade de Coimbra
Academia Portuguesa da História

I. Introdução

Entre os numerosos vestígios de época romana existentes no território algarvio, uns com melhor sorte e divulgação que outros, as ruínas hoje quase invisíveis da cidade de *Balsa*, nas cercanias da Luz de Tavira, merecem especial atenção, por vários motivos. Antes de mais, trata-se de uma das raras cidades de reconhecido estatuto romano identificadas no Algarve, a *Respublica Balsensis*, como é referida epigraficamente (*IRCP* 75), com presença em diversas fontes escritas antigas. Embora tenhamos já uma ideia geral aceitável da história da cidade, provavelmente uma refundação romana, por transferência de Tavira (Mantas, 2003: 85-94), no século I a.C., só a continuação de prospecções e escavações no local ocupado pela cidade e na sua periferia permitirá definir os ritmos de desenvolvimento, apogeu e declínio da mesma, sem esquecer a necessidade de rever muito material, pertencente ao acervo de vários museus.

Não vale a pena insistir na importância de uma cidade estabelecida numa região onde, se abundavam as *villae* e as aglomerações secundárias, o fenómeno estritamente urbano era limitado. Porém, se nunca se duvidou do valor do sítio, pelo menos desde o século XIX, a verdade é que tardaram as escavações científicas no local das ruínas, em especial na zona da Quinta da Torre de Ares, verificando-se gravíssimas e irreversíveis destruições nas últimas décadas do século passado. Sobre elas escreveu, entre outros, Fraga da Silva (Silva, 2007: 36-37), cujo conhecido entusiasmo pela cidade o desviou da cautela sempre necessária quando se empreendem estudos arqueológicos sem comprovação através da escavação.

Apesar de tudo, e os trabalhos recentes de prospecção geofísica e de escavação efectuados na área outrora ocupada pela cidade estão em vias de o comprovar (Dias *et al.*, 2020: 1399-1406), ainda subsistem restos que importa preservar, da mesma forma que a retoma do estudo de materiais já conhecidos não deixará de facultar novos dados. É este o caso de que nos ocupamos no âmbito da epigrafia local, através do estudo de dois pedestais há muito conhecidos na Quinta da Torre de Ares. É lugar-comum chamar a atenção para a importância da epigrafia como suporte fundamental da história, sobretudo quando, como neste caso, falta por completo ou quase outro tipo de referências escritas.

Felizmente, para *Balsa*, que possui um *corpus* epigráfico muito razoável em quantidade e qualidade, contamos com a excelente obra de José d'Encarnação (Encarnação, 1984: 123-154), à qual se foram juntando, desde a sua publicação, algumas outras achegas. Como é normal, a maior parte das epígrafes recolhidas ou registadas em *Balsa* pertencem cronologicamente ao Alto Império, o que torna as epígrafes que agora se publicam, na verdade inéditas, ainda mais interessantes, por se situarem numa fase avançada do século III.

A Quinta da Torre de Ares, topónimo por vezes grafado como Aires, corresponde ao que parece ter sido a área central de *Balsa*. Situa-se a uns seis quilómetros a ocidente de Tavira, numa zona que nos suscita recordações dos anos 50 do século passado, quando era tudo novo, mesmo a história que andava por ali ainda sem incomodar, e era tudo muito, mas muito, diferente, o que a visão do mar azul entre o arvoredado não deixou de fazer sentir quando aí estivemos em 2016.

Não nos ocuparemos da história arqueológica da Quinta da Torre de Ares, para o que sugerimos a leitura da obra de Maria Luísa Afonso dos Santos (Santos, 1971: 219-280), na qual são referidos e ilustrados os dois pedestais cujas inscrições procuramos interpretar. Sobre eles escreveu a investigadora algarvia, em breve legenda: *Cais da Torre de Ares, onde se encontram duas inscrições cobertas de cal* (Santos, 1971: 264). São estes monumentos que Estácio da Veiga informa terem sido encontrados com outros na Quinta da Torre de Ares pouco antes de 1866 e colocados no caminho que conduzia ao cais da quinta (Veiga, 1866: 29-30). Hübner, quando por várias vezes se ocupou da epigrafia de *Balsa* não lhes fez qualquer referência.

Muito mais tarde, entre 1948 e 1951, Manuel Bairrão Oleiro, que viria a fundar o *Instituto de Arqueologia* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, referiu a presença dos pedestais: *Foram ainda detectados belos plintos colocados a um e outro lado do caminho* (Cavaco, 2017: 18). Este caminho é, naturalmente, o que conduzia ao cais, passando junto de uma espécie de mirante que ainda ali vimos, então já muito arruinado, em 1984 (Fig. 1). Neste mesmo ano, José d'Encarnação publicava a sua monumental tese de doutoramento sobre a epigrafia luso-romana

Fig. 1

Os pedestais da Quinta da Torre de Ares em 1984
(Foto V. Mantas).



Fig. 2

O pedestal A na Quinta da Torre de Ares, em 2016
(Foto V. Mantas).



Fig. 3

Leonor Esteban, conservadora restauradora do Museu Municipal de Tavira, procede à limpeza do pedestal B.



do *Conventus Pacensis*, cabendo-lhe as inscrições balsenses numeradas de 73 a 94.

A propósito dos pedestais da Quinta da Torre de Ares escreveu o seguinte: *Junto ao braço de mar que limita a sul a quinta da Torre de Aires, encontram-se dois cipos em calcário friável da região, cuja fotografia já veio publicada em ARA I 1971 p. 264 (fig. 81-A). De boas proporções – o da direita (de quem olha para o mar) mede 144 x 47 x 47, o da esquerda 142 x 52 x 33 – ambos teriam inscrição, possivelmente honorífica, hoje totalmente ilegível devido à erosão, à cal e aos caracóis. O campo epigráfico (direita: 61 x 34, moldurado com três sulcos; esquerda: 61 x 40, moldurado com dois sulcos) está cheio de pequenas covas resultantes dos mencionados factores – o que dificulta o próprio decalque. No monumento da direita, o capitel é mais volumoso e, do lado oposto ao da inscrição, também há um campo epigráfico marcado* (Encarnação, 1984: 123).

Pelo texto citado confirma-se a dificuldade em tentar, na época, qualquer tentativa de leitura minimamente coerente do que pudesse ter existido nas pedras, pelo aspecto geral e dimensões, suporte de inscrições cívicas de *Balsa*, cidade da qual temos alguns exemplos deste tipo de epigrafia, destacando-se o pedestal comemorativo do sexvirato de Ânio Primitivo, consagrado a *Fortuna Augusta* (CIL II 13 = IRCP 73). Quanto a inscrições dedicadas ou comemorando imperadores não tínhamos, até agora, mais que o fragmento de epígrafe da Quinta das Antas, pouco elucidativo pelo seu deficiente estado de conservação (IRCP 90), inscrição que terá pertencido a um edifício público, talvez o circo, datável de inícios do século II. Muito mais tarde, Fraga da Silva refere e ilustra os pedestais (Silva, 2007: 35), que considerou cipos de suporte de outros monumentos epigráficos locais (IRCP 79-80).

Quando vimos os pedestais, no último quartel do século passado, já com preocupações epigráficas, não conseguimos ler nada, pelas mesmas razões aduzidas por José d'Encarnação. Na visita que fizemos à Quinta da Torre de Ares em 1984, esta já estava muito degradada, sobretudo a zona onde se encontravam os pedestais, ainda erectos, marcando teimosamente o caminho para o cais. Pouco depois escrevemos, algo desanimados: *Actualmente, duas aras em que o tempo apagou toda a escrita lembram, junto a uma casa arruinada e a um cais sem barcos, que nem todas as cidades são eternas* (Mantas, 1990: 203).

Voltámos a *Balsa* em 2016, quando já se tinha iniciado a nova fase de investigações arqueológicas na área da antiga cidade, acompanhado por João Pedro Bernardes e outros membros da equipa empenhada nos referidos trabalhos e pudemos constatar a gravidade das destruições operadas no sítio anos atrás. Um dos pedestais continuava de pé, como actualmente, mas já sem vestígios do muro a que ainda se encostava em 1984. O segundo pedestal, situado à esquerda do caminho para o mar, jazia e jaz, tombado, com o campo epigráfico visível (Fig. 2). Desaparecida a cal, essencialmente por acção dos elementos, a presença de letras e mesmo de abreviaturas, palavras e siglas, como CAES, EORVM e D.D., tornou-se clara, sugerindo uma possibilidade de leitura, pelo menos parcial, da epígrafe, nitidamente melhor conservada que a primeira, portadora de dois campos epigráficos muito maltratados.

Sempre considerámos como um desígnio pessoal o estudo destas epígrafes, aguardando que alguma evolução a propósito das ruínas da Quinta da Torre de Ares permitisse a deslocação dos pedestais para um museu, naturalmente o de Tavira. O estudo *in situ* parecia muito difícil, praticamente impossível, atendendo às condições do local e ao estado de conservação das mesmas. Decalques não permitiriam leituras compreensíveis e fotografias com luz rasante dificilmente se poderiam executar. Porém, o progresso científico, salvo raras excepções, não deve apressar aquilo para que não existem meios funcionais, princípio cujo desrespeito causou e causa não poucos prejuízos ao património, sendo aconselhável aguardar pelo aparecimento desses meios. Foi o que sucedeu neste caso dos pedestais de *Balsa*, referidos, sem leituras, durante décadas e preservados numa posição de exposto abandono, o que obrigou a uma cuidadosa limpeza prévia antes da operação fotográfica (Fig. 3).

Não analisaremos o método fotogramétrico utilizado para recuperar, tanto quanto possível, as três epígrafes em causa, trabalho efectuado por Hugo Pires, do *Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo*, da Universidade do Porto, sem o qual continuaríamos longe de qualquer solução. Deixaremos a este colega, a quem exprimimos o nosso reconhecido agradecimento pela eficiência do trabalho realizado, o cuidado de explicar o princípio que gere o chamado Modelo de Resíduo Micro-morfológico (MRM), graças ao qual é possível recuperar os indícios deixados na pedra pela gravação de uma inscrição,

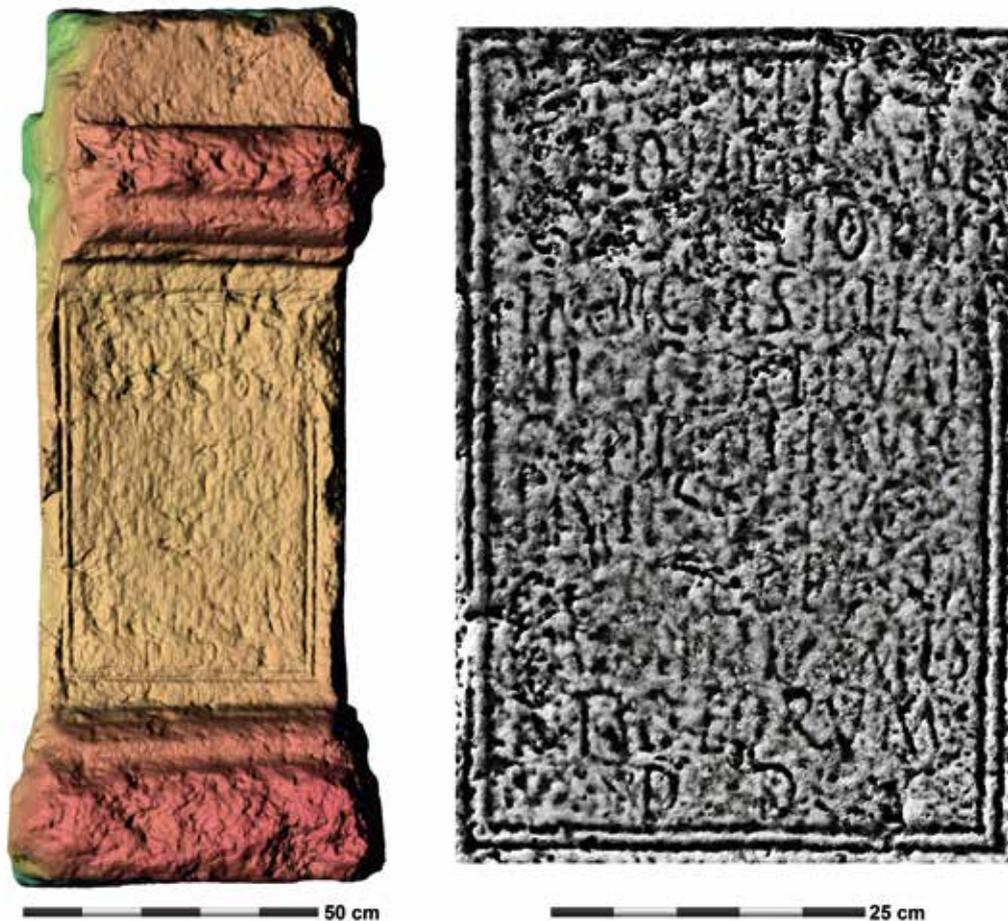


Fig. 4

O pedestal A e a sua epígrafe (imagem MRM. Hugo Pires).

mesmo muito apagada. Devemos sublinhar que o recurso a este método não só permitirá leituras consideradas impossíveis como, por essa mesma razão, levará à revisão de numerosas epígrafes já publicadas, com leituras duvidosas. Vejamos então os pedestais da Quinta de Torre de Ares e o que é possível ler ou reconstituir nas suas epígrafes.

II. Os pedestais e as epígrafes

O aspecto geral dos dois monumentos recorda o de outros achados na região, destacando-se pelas suas dimensões, próprias da finalidade que serviam, pela molduração múltipla, algo pesada, sobretudo no coroamento, o que poderá relacionar-se com a função

de suporte que lhes foi atribuída, provavelmente de uma estatueta ou busto. Designaremos como pedestal A o que se encontra tombado, à esquerda do caminho quando virados para o canal e como pedestal B o que se encontra à direita, ainda erecto, monumento que, além de ostentar um aspecto menos harmonioso, mais pesado, possui dois campos epigráficos em faces opostas, ambos preenchidos por epígrafes muito maltratadas, em parte deliberadamente, o que sucedeu seguramente na época romana. O coroamento, robusto, termina num pequeno plinto.

O material utilizado, calcário friável de origem regional, é modesto, embora, em condições normais pudesse ter conservado razoavelmente as inscrições, aparentemente de gravação ligeira, pelo menos na inscrição do pedestal A, mais difícil de verificar no pedestal B, apesar de este se encontrar menos erodido e esborcelado, apresentando ainda um aspecto

robusto. Não cremos que a opção por este tipo de material se possa relacionar com qualquer forma de afirmação de identidade regional (Encarnação, 2016: 50), tanto mais que existem epígrafes gravadas em mármore estremocense, antes devemos considerá-la uma circunstância de ordem económica. Estes pedestais acusam um certo barroquismo, sobretudo o pedestal B, estética que não admira encontrar na época da sua feitura, meados do século III, quando os modelos de perfeição clássica se tornam menos vulgares. Nota-se alguma influência de padrões norte-africanos, sobretudo no pedestal B, afinal normais nesta região da Lusitânia, dado que as relações de *Balsa* com províncias africanas não se limitam a meras suposições (IRCP 73, 294), apesar dos continuados laços com a Bética (Fabião, 2000: 717-730; Viegas, 2011: 15-204; Bernardes, 2021: 357-374).

Pedestal A

Quinta da Torre de Ares, Luz de Tavira (Fig. 4)

a) Descrição

Pedestal honorífico de calcário, trabalhado nas quatro faces, sem vestígios de decoração lateral ou posterior, encontrando-se esta última face muito mal conservada. Generosamente moldurada na base e no coroamento, que mostram pesadas amossadelas, possui o campo epigráfico limitado por dois sulcos, muito desgastado, dificultando sobremaneira a leitura directa da epígrafe. Foi achado no século XIX junto à casa da Quinta da Torre de Ares, juntamente com o pedestal B, achado na mesma ocasião e no mesmo local, ambos reutilizados no caminho de acesso à mesma como pilares ornamentais. Encontra-se no mesmo local, agora tombado, aguardando-se a sua desejável transferência para o Museu de Tavira. Como não conhecemos qualquer leitura publicada da epígrafe deste pedestal, vamos considerá-la inédita.

Dimensões: 147 x 52 x 34.

Campo epigráfico: 62 x 40.

Altura média das linhas: 5. Entrelinhas: 0,5.

CORNELIO . LIC(*inio*) / SALONINO . NOB(*ilissimo*) / [CAES(*ari*) . FIL]LIO . D(*omini*) . N(*ostri*) / IMP(*eratori*) . CAES(*ari*) . P(*ubl*ii) . LICI/NI(*i*) .

EGNATI(*i*) . VAL(*eriani*) / GALLIENI . INVIC/TI . P(*ontificis*) . M(*aximi*) . P(*ii*) . FEL(*icis*) . AVG(*usti*) / R(*es*) . P(*ublica*) . BAL(*sensium*) . DEVOTA / NVMINI . MAIES/TATIQ(*ue*) . EORVM . D(*edit*) . D(*edicavitque*)

A CORNÉLIO LICÍNIO SALONINO, NOBILÍSSIMO CÉSAR, FILHO DO NOSSO SENHOR O IMPERADOR CÉSAR PÚBLIO LICÍNIO EGNÁCIO VALERIANO GALIENO, INVICTO, PONTIFÍCE MÁXIMO, PIO, FÉLIX, AUGUSTO – A REPÚBLICA DOS BALSENSES DEU E DEDICOU, POR DEVOÇÃO AO SEU NÚMEN E MAJESTADE.

b) Comentário

Embora o mau estado de conservação da epígrafe dificulte a avaliação de determinados pormenores paleográficos é evidente tratar-se de um monumento cuidado, dentro das normas convencionais em vigor por meados do século III. Caracteres de tipo monumental, de gravação algo ligeira, denotando influência actuária, de *ductus* francamente vertical, com sinais de pontuação de forma circular e ausência de nexos. O campo epigráfico foi plenamente preenchido, com alinhamento bem conseguido à esquerda e à direita, sugerindo eixo de simetria e linhas de suporte. Translineação correcta, notando-se apenas o corte do gentílico Licínio. As fotos obtidos pelo MRM permitiram recuperar a totalidade do texto, com uma ou outra dificuldade de reconstituição, sobretudo nas linhas 4 e 5, mas sem prejuízo de maior.

O monumento foi dedicado ao César Cornélio Licínio Salonino e indiretamente a seu pai, o imperador Galieno. Não são vulgares as inscrições conhecidas na Hispânia destes dois governantes, filho e neto do infeliz imperador Valeriano, tendo algumas delas sofrido a acção da *damnatio memoriae*, executada muito provavelmente após a integração do território peninsular na órbita política de Póstumo, em 261, ainda que apenas parcial. No caso da Lusitânia, o pedestal de *Balsa* oferece a primeira inscrição conhecida comemorando estes dois soberanos do conturbado século III romano. De Salonino, tanto quanto sabemos, só existem na Hispânia outras duas, registadas em *Pollentia*, na ilha de Maiorca, a meio caminho da rota para Itália. Do imperador Galieno também não abundam (Martínez & González, 2022: 155-165), existindo até agora apenas uma registada na Lusitânia,

em Mérida (AE 1993, 914), alvo de *damnatio memoriae*. Esta circunstância confere um especial valor à epígrafe de *Balsa*. É muito interessante, significativo mesmo, o facto de se ter achado, na grande *villa* de Milreu, perto de Faro, talvez a *Statio Sacra* do Anónimo de Ravena, um excelente retrato de Galieno (Gonçalves, 2007: 103-107), provavelmente de feitura italiana ou bética (Fig. 5).

Apesar das frequentes incorrecções e lacunas notadas nas inscrições imperiais do século III, esta não se destaca por essa razão, a não ser por omitir o poder tribunicio, o consulado ou proconsulado e os títulos triunfais que o imperador Galieno possuía por altura da homenagem que os balsenses lhe prestaram. Trata-se, evidentemente de uma versão simplificada, cuja intenção principal foi a de dar a conhecer, e reconhecer, o novo estatuto de Cornélio Salonino como César, depois da morte do irmão mais velho, Valeriano II, em 258, ano em que lhe sucedeu na função de herdeiro presuntivo, associado ao pai e ao avô. Salonino usou os antropónimos Cornélio Salonino recebidos da mãe, a imperatriz Cornélia Salonina, mulher de Galieno (Fig. 6). Pouco tempo manteve o poder, pois, proclamado Augusto em 260, Salonino foi assassinado em Colónia pelas tropas amotinadas de Póstumo, que alargou a sua acção à Hispânia a partir de 261. Tinha dezoito anos de idade.

A onomástica e a titulatura presentes na inscrição ajudam a datá-la com bastante precisão. Galieno deixou de usar o cognome Valeriano, aliás pouco usual nas inscrições conhecidas, após o cativo do pai, o imperador sénior Valeriano, em 260, mantida em segredo durante algum tempo após a esmagadora derrota infligida pelos Sassânidas às tropas romanas na batalha de Edessa, de gravíssimas consequências políticas e morais no Império. Recordamos que, no arco de Galieno e Salonina, em Roma, a parte da inscrição celebrando Valeriano foi encoberta depois da derrota, pois resultava penosamente inconveniente. Dado que na epígrafe balsense Salonino é referido como César, podemos atribuir a homenagem a 259 ou, no máximo, aos primeiros meses de 260. O monumento representa um eloquente testemunho do culto imperial, numa época em que se vai tornando gradualmente institucional e em que a instabilidade política sugeria prudência (De Blois, 2006: 268-278). Uma *devotio*, claramente destacada pela fórmula *devota numini maiestatique*

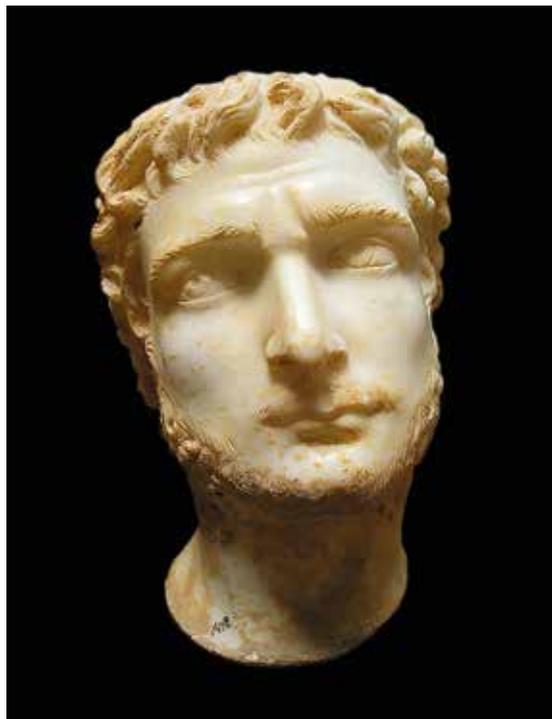


Fig.5

Retrato de Galieno da *villa* romana de Milreu (Museu Municipal de Lagos).



Fig. 6

Moedas (*Aurei*) do César Salonino (RIC 17) e da mãe, Cornélia Salonina (RIC 10 [j]). Emissões de *Viminacium* e de Roma.

eorum, caracterizando a divindade das personagens da família imperial, bem patente nas homenagens da vizinha *Ossonoba* a Valeriano e a Aureliano (*IRCP* 3-4). A inscrição deste pedestal de *Balsa* revela-se, portanto, da maior importância para a epigrafia romana da Lusitânia e, particularmente, para a história da sua região mais meridional.

Pedestal B

Quinta da Torre de Ares, Luz de Tavira

a) Descrição

Pedestal honorífico de calcário, em bom estado de conservação, salvo no espaço ocupado pelos campos epigráficos, com inscrições em faces opostas, em muito mau estado, em parte por terem sido picadas. Moldurada na base, difícil de medir por se encontrar semienterrada, e no coroamento, que mostra vestígios de lhe ter sido fixado algum elemento artístico, estatueta ou busto. Os campos epigráficos são delimitados por moldura simples de três sulcos. O monumento apresenta um aspecto robusto, com as faces não epigrafadas cuidadosamente polidas. Foi achado, tal como o pedestal A, junto à casa da Quinta da Torre de Ares, no século XIX, e reutilizado como pilar no caminho que conduzia da quinta ao cais da mesma no canal de Tavira, ligado ao muro, à direita de quem olhava o mar. Na época não foi tentada nenhuma leitura, dado o estado de ilegibilidade das inscrições, depois repetidamente caiadas e cobertas de líquenes. Permanece no mesmo local, aguardando melhor e mais honrosa localização. Consideramos a leitura do que foi possível recuperar no monumento como inédita e continuaremos a tentar aperfeiçoar a decifração dos dois textos.

Dimensões: 144 x 48 x 48.

Campo epigráfico 1: 61 x 34; 2: 60 x 34.

Altura média das linhas: Face 1: 4.

Entrelinhas: 4. Face 2: indeterminável.

b) Comentário: Face 1 (Fig. 7)

IMP(eratori) . CAES(ari) / [...] / [...] / P(io) .
F(elici) . INVICTO / AVG(usto) . P(ontifici) .
M(aximo) . T(ribunicia) . P(otestate) V / P(atr) .
P(atriciae) . R(es) . P(ublica) . [BALS(ensium)] .
D(edit) . D(edicavit)que
AO IMPERADOR [...] / [...] PIO, FÉLIX, INVICTO,

AUGUSTO, PONTÍFICE MÁXIMO, REVESTIDO DO PODER TRIBUNÍCIO PELA QUINTA VEZ, PAI DA PÁTRIA – A REPÚBLICA DOS BALSENSES DOOU E CONSAGROU.

A leitura da epígrafe, gravada, tanto quanto é possível observar, com caracteres monumentais de influência actuária, irregulares, pouco profundos, não é fácil. Estamos perante um caso particularmente bem-sucedido de *damnatio memoriae*, uma vez que o nome do homenageado, nas linhas 2 e 3, só por hipótese se pode reconstituir. A paginação denota algumas hesitações, mas pode considerar-se razoável para uma inscrição do século III, embora pouco concorde com a boa qualidade do pedestal. Pontuação com sinais circulares, bem colocados a meia altura das linhas, e translineação aparentemente correcta. O recurso a linhas de suporte parece evidente. Esta epígrafe suscita várias questões complicadas, embora o formulário, facilmente identificado, permita sem problemas a sua atribuição ao século III.

Um desses problemas, além da questão central que consiste na identificação do imperador, é o determinar a cronologia relativa das duas epígrafes presentes no monumento. Não parece credível que as inscrições sejam contemporâneas, a menos que o pedestal ficasse facilmente visível por todas as faces. Ainda assim, embora se conheçam inscrições com o texto distribuído em torno do suporte, não se trata de casos semelhantes a este. Cremos que houve uma primeira inscrição e que, posteriormente, talvez não muito depois, se apagou a anterior e reutilizou o pedestal, circunstância da qual não faltam exemplos na epigrafia latina, sobretudo em épocas tardias, e não apenas para aproveitar suportes epigráficos. Basta recordar os materiais reutilizados no arco de Constantino, em Roma. O texto eliminado teria ficado oculto devido à posição do pedestal, escondendo-o.

Entre as epígrafes deste pedestal notam-se algumas diferenças. O texto da inscrição na face 2 parece menor e, enquanto na face 1 apenas se martelou de forma eficiente o nome imperial, já na face 2 podemos considerar ter havido uma furiosa demolição da epígrafe. Esta circunstância induz-nos a considerar a epígrafe da face 2 anterior à da face 1. O formulário presente na epígrafe da face 1, algo parcimonioso de títulos, insere-se bem nos modelos habituais, inclusive nos que se identificaram no



Fig. 7
O pedestal B
e a sua epígrafe
da face 1
(imagem MRM.
Hugo Pires).

Algarve, o que nos leva a atribuir-lhe uma cronologia semelhante, em torno de meados do século III. Subentende-se que o voto é expresso pela população de *Balsa*, através, naturalmente, da *Ordo*

local, ainda que não referida expressamente.

A que imperador atribuir a inscrição? No texto encontramos uma referência que permite avançar algumas hipóteses, pois é indicado o exercício do poder tribunício pela quinta vez. Procurando, entre os imperadores de meados século III, os que se acomodam a esta indicação e à tipologia do texto, não encontramos muitos, e alguns deles representados em epígrafes vizinhas, como é o caso de Valeriano ou Aureliano, sem esquecer Galieno, como vimos, e o não reconhecido Póstumo (Cagnat, 1914: 221-224, ao qual se poderiam atribuir, após

261, as ações no sentido de eliminar os nomes dos representantes da família de Valeriano, caso o seu domínio fosse efectivo na Hispânia meridional. Na verdade, tal não se verificou com a desaparecida inscrição de Valeriano registada em Faro (*IRCP* 3), nem com a inscrição do pedestal A da Quinta da Torre de Ares. Seja como for, e a título de hipótese, apoiada no espaço disponível e em vestígios de algumas letras, consideramos a possibilidade de se ler, nas três primeiras linhas, IMP. CAESAR / P. LICINIO / VALERIANO, identificando o pai de Galieno, o que conferiria a *Balsa* uma forte presença, institucional ou não, dos *Licinii*, gentílico aliás, bem representado no Algarve (Encarnação, 1984: 57, 863). A ser assim, a inscrição remonta ao ano 256.

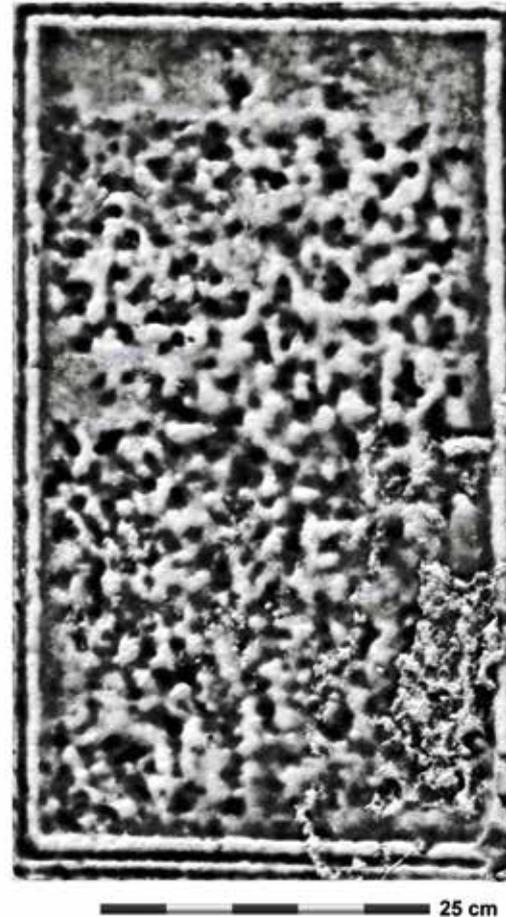


Fig. 8

O pedestal B e a sua epígrafe da face 2 (imagem MRM. Hugo Pires).

Face 2 (Fig. 8)

Se a epígrafe anterior levantava problemas, muito pior é a situação da inscrição da face 2 deste pedestal. Neste caso, a *damnatio memoriae*, prática muito vulgar na cultura política romana, com larga expressão no mundo contemporâneo (Encarnação, 2021: 167-202), foi radical. As largas horas que passámos tentando encontrar pistas nas imagens MRM, repetidamente trabalhadas por Hugo Pires, poucos frutos deram, tal é o estado de destruição. Apesar disso, foi possível recuperar algumas letras que permitem hipóteses de reconstituição de uma ou outra linha. Não é possível definir os espaços interlineares nem o número exacto de linhas da inscrição, ficando-nos a impressão de estarmos perante um palimpsesto. Teria havido uma

inscrição anterior, talvez a mais antiga de todas?

Para complicar a questão, o campo epigráfico, totalmente preenchido pelo texto, mostra ainda restos da argamassa que em tempo o cobria parcialmente. Também se nota que a epígrafe acusa maior destruição acima da zona que conteria as fórmulas dedicatórias, nas linhas finais. Um monumento cheio de problemas, portanto, do qual damos uma hipótese de leitura, muito parcial e reservada.

D(omini) . N(ostri) / [IMP(eratori)] . CAES(ari)
/ [.....] / EX [DEC(reto)] O[RD(ini)] / (R(es)
] . P(ublica) . [B]ALS(ensium) . D(edit) .
[D(edicavitque)]

AO NOSSO SENHOR, O IMPERADOR CÉSAR [.....]
/ POR DECRETO DA ORDEM – A REPÚBLICA DOS
BALSENSES DOOU E CONSAGROU.



Fig. 9
Monumentos imperiais do século III no Algarve (mapa J. L. Madeira).

A inscrição é encimada por um espaço menos picado, onde parece ter existido uma cartela, aparentemente com vestígios de letras muito

apagadas e onde se pode reconstituir a sigla D.N., o que situa o texto no mesmo período das anteriores, sigla que surge na Hispânia com o imperador Gordiano III, que governou entre 238 e 244, comprovada por exemplo, numa inscrição de Évora em honra da mulher deste, a imperatriz Fúria Sabina Tranquilina (*IRCP* 380); Salonina, por exemplo, conta com uma inscrição observando o referido formulário, em Córdoba (*ILER* 1283). Se acaso reconstituíssemos *D(omina) S(antíssimae)* nesta epígrafe de *Balsa* encontraríamos facilmente outras imperatrizes da mesma faixa cronológica (*ILER* 1280, 1284), mas de difícil coincidência paleográfica com o que sobreviveu na pedra. Na impossibilidade de apurar a leitura, julgamos preferível admitir a

dificuldade do caso e não avançar com propostas menos objectivas. Este monumento representa um mudo e dramático testemunho da instabilidade que caracterizou o século III no mundo romano (Le Bohec, 2017: 98-118), pontuado por uma permanente obsessão por legitimação política, quase patética.

III. Conclusões

Apesar de não ser possível estabelecer o texto completo de todas as epígrafes visíveis nos pedestais da Quinta da Torre de Ares, o contributo histórico do que se recuperou não deixa de ser importante. Em primeiro lugar por integrarem um *corpus* de inscrições imperiais bem localizado regional e cronologicamente, destacando a zona central do Algarve, com as suas principais cidades, como uma área de legalismo comprometido, quer com a família de Valeriano

(Fig. 9), quer pouco depois com o imperador Aureliano, que conseguiu reconstituir a unidade do Império, um objectivo de Galieno não conseguido, apesar de teimosamente tentado depois do desastre de Edessa. A historiografia tradicional deixou uma má imagem de Galieno e de Salonina, que foram personagens centrais da tentativa de Valeriano para criar uma dinastia familiar. Hoje as opiniões são mais matizadas, considerando as dificuldades que o imperador foi obrigado a enfrentar, conseguindo numerosos e importantes êxitos militares, sobretudo contra inimigos externos.

Na verdade, o que sucedeu com Galieno recorda as circunstâncias que rodearam o principado de Marco Aurélio, cujo gosto pela filosofia e pela cultura foi sacrificado à necessidade de viver uma vida de guerras fronteiriças defensivas. Galieno tinha também interesses culturais e teria decerto preferido a paz que lhe permitiria desenvolver essa apetência, no que a influência da imperatriz, de ascendência grega, não terá sido estranha (Bois, 1976; Minaut, 2012: 263-284). Apesar de tudo, Galieno governou ao longo de 15 anos, destacando-se esta longevidade num período em que os governantes, ou os que pretendiam sê-lo, se sucediam rapidamente.

Quanto ao Império Gaulês de Póstumo e ao Império de Palmira, da célebre Zenóbia, que Galieno não conseguiu controlar, devemos ver neles uma tentativa de salvaguardar a romanidade



Fig. 10

Um Aureus do imperador Valeriano I, emitido em Roma (RIC 37).

contra Bárbaros e Persas, uma espécie de tetrarquia anunciada, que Galieno acabou por aceitar e que Aureliano resolverá vitoriosamente em 274, ano provável da inscrição de *Ossonoba* (IRCP 4). Terminou em tragédia o projecto dinástico de Valeriano (Fig. 10), desaparecido o imperador sénior, depois dois dos filhos de Galieno, Valeriano e Salonino e, por fim, em Milão, em 268, Galieno e muito provavelmente, Salonina e o cônsul Mariniano, último filho sobrevivente. Quem tomou a iniciativa de ordenar a *damnatio memoriae* testemunhada nas duas epígrafes do pedestal B de *Balsa*? Na realidade, a única que não foi picada é a de Salonino, no pedestal A.

Que se passou no Algarve entre 253 e 275 que possa sugerir a razão de todas estas inscrições imperiais? É conhecida a complicada tectónica da região, onde não faltam registos, mesmo da época romana, sobre terramotos e maremotos (Gomes, Angelucci & Cabral, 2008: 73-93; Campos, Bermejo & Rodríguez-Vidal: 2015: 75-93; Martí-Aguilar & Machuca, 2022), um dos quais atingiu fortemente a cidade de *Baelo*, no Estreito de Gibraltar, por meados do século II. Esta cronologia não se coaduna com os testemunhos epigráficos de *Balsa*, onde as escavações em curso parecem apontar para um fenómeno de elevada intensidade, com forte impacte urbano, talvez passível de integrar neste cenário, mas posterior, pois nos inícios do século III a cidade parece próspera (IRCP 73, 76-77).

Se excluirmos uma razão puramente política, muito possível no contexto da época, para a concentração dos testemunhos honoríficos conhecidos, reconhecimento da autoridade imperial, devemos ter em conta outras possibilidades. Por meados do século III a pirataria germânica e africana assolava a zona do Estreito e do Golfo de Cádiz, devendo-se-lhe a destruição de *Baelo* em 262, tendo os raides piratas começado antes, aproveitando a instabilidade e a fraqueza militar romana na região, aparentemente desprovida de meios navais. Não é impossível que as honras prestadas em *Balsa* e *Ossonoba*, que não referem intervenções imperiais motivadas por desastres, naturais ou não, possam reflectir medidas de defesa destinadas a garantir a segurança da região e as actividades comerciais marítimas, essenciais em *Balsa* e em *Ossonoba* (Bernardes, 2021a: 30-39). Um importante tesouro monetário de Cláudio II, que governou entre 268 e 270, achado na Quinta da Torre de Ares nas ruínas

de umas possíveis termas (Santos, 1971: 231-234), poderá reflectir semelhantes perturbações, que só teriam terminado com Maximiano, por volta de 298. Atendendo à possibilidade da Bética e, como parece possível deduzir das inscrições algarvias, também o sul da Lusitânia, terem mantido a obediência a Galieno, o factor marítimo ganha especial relevância do ponto de vista político e económico.

Uma última constatação. O local de achado destes pedestais, invulgares na epigrafia luso-romana do Algarve, pedestais associados a outras epígrafes de conteúdo cívico (*IRCP* 73, 74, 75, 79, 80, 86), quase confirma a localização do fórum da cidade na plataforma onde se levantou a Quinta da Torre de Ares, excelente posição dominando o mar, lembrando a implantação do fórum de *Ossonoba*. As escavações futuras não deixarão de o provar definitivamente.

Gostaríamos de poder dizer mais e com maior contributo, mas neste momento entendemos reservar maior desenvolvimento do tema, para evitar especulações hoje de moda em muita literatura arqueológica, enquanto não avançarem as leituras, caso isso seja possível, e crescerem os dados, muito promissores, das escavações em curso em *Balsa*, apesar de décadas de destruições que se abateram, incompreensivelmente, sobre as ruínas desta cidade marítima da Lusitânia, cujas ruínas poderiam ser hoje um polo formidável de turismo cultural e ecológico, que não é, certamente, de menor importância que outros. Os pedestais, mudos durante tanto tempo, acabaram por nos contar alguma coisa. Como escreveu Robert Étienne, é preciso voltar às pedras e interrogá-las de novo (Étienne, 1977: 85-86).

Bibliografia

- AE = L'Année Épigraphique, Paris.
CIL = Corpus Inscriptionum Latinarum, Berlim.
ILER = Inscripciones Latinas de la España Romana, Barcelona.
IRCP = Inscrições Romanas do Conventus Pacensis, Coimbra.
RIC = Roman Imperial Coinage, Londres.
- Bernardes, J. P. (2021). As conexões marítimas da cidade romana de *Balsa*. In J. Campos & J. Bermejo (coords), *Del Atlántico al Tirreno. Puertos hispanos e itálicos*. Huelva: Universidad de Huelva, 357-374.
- Bernardes, J. P. (2021a). Annius Primitivus e a elite mercantil de *Balsa*. *Kairos*, 11, 30-39.
- Bois, L. (1976). *The Policy of the Emperor Gallienus*. Leida: Brill.
- Cagnat, R. (1914). *Cours d'Épigraphie Latine*. Paris: Fontemoing.
- Campos, J. Bermejo, J. & Rodríguez-Vidal, J. (2015). La ocupación del litoral onubense en época romana y su relación com eventos marinos de alta energia. *Cuaternario y Geomorfología*, 29 (1-2), 75-93.
- Cavaco, S. (2017). *Relatório informativo sobre a cidade romana de Balsa*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira.
- De Blois, L. (2006). Emperorship in a Period of Crises. In L. De Bois, P. Funke & J. Hahn (eds.), *The Impact of Imperial Rome as Religion, Ritual and Religious Life in the Roman Empire*. Leida: Brill, p. 268-278.
- Dias, V. et al. (2020). *Balsa*. Topografia e urbanismo de uma cidade portuária. In J. Arnaud, C. Neves & A. Martins (eds.), *Arqueologia em Portugal. 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses / CITCEM. p. 1299-1406.
- Encarnação, J. (1984). *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- Encarnação, J. (2016). Epigrafia romana do Algarve. In P. Oliveira et al. (coords.), *Apontamentos para a História de Cultura da Escrita*. Da Idade do Ferro à Era Digital. Faro: Universidade do Algarve, p. 45-64.
- Encarnação, J. (2021). Dissidências políticas em monumentos epigráficos. *Biblos*, 7, p. 167-202.
- Étienne, R. (1977). Le Centre Pierre Paris (ERA 522) et la révision des inscriptions grecques et latines de la Péninsule Ibérique. *Conimbriga*, 16, p. 83-88.
- Fabião, C. (2000). O Sul da Lusitânia (Algarve Português) e a Baetica: concorrência ou complementaridade. In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*, 2. Écija: Gráfica Sol, p. 717-730.
- Gonçalves, L. J. (2007). *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*, 1-2. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Gomes, J., Angelucci, D. & Cabral, J. (2008). Arqueosismologia: estado actual do conhecimento em Portugal. *Comunicações Geológicas*, 95, 73-93.
- Le Bohec, Y. (2017). *Histoire générale de l'Empire romain*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Mantas, V. G. (1990). As cidades marítimas da Lusitânia. In J.- G. Gorges (coord.), *Les Villes de Lusitanie Romaine*. Bordéus: Éditions du CNRS, p. 149-205.
- Mantas, V. G. (2003). A cidade de *Balsa*. In M. Maia (coord.), *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia - Câmara Municipal de Tavira, p. 85-94.
- Martí-Aguilar, M. & Machuca, F. (2022). *Historical Earthquakes, Tsunamis and Archaeology in the Iberian Peninsula*. Singapura: Springer.
- Martínez, D. & González, A. (2022). La integración de Hispania en el Imperio Galo (260-260). *Athenaeum*, 111 (2), p. 152-191.
- Minau, G. (2012). *Les vies de 12 femmes d'empereur romain. Devoirs, intrigues et voluptés*. Paris: L'Harmatan.
- Santos, M. L. (1971). *Arqueologia romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Silva, L. F. (2007). *Balsa, cidade perdida*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira - Câmara Municipal de Tavira.
- Veiga, S. F. (1866). Povos Balsenses. Sua situação geográfica indicada por dois documentos romanos descobertos em Tavira. Lisboa: Livraria Católica.
- Viegas, C. (2011). *A ocupação romana do Algarve: estudo de povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias, 3. Lisboa: Uniarq.

A sociedade balsense

Uma análise social através da epigrafia

Lívia Silva Spinacé

Mestranda em Arqueologia
na Faculdade de Letras da Universidade
de Lisboa

A prática de inscrição em pedras ou em outros materiais duradouros, é um costume que remete à antiguidade e se mantém até à atualidade. Os seres humanos desde tempos remotos sentem a necessidade de deixar registos que percorram os séculos. Essa prática foi muito comum na época romana; as inscrições feitas em pedra, ou até em madeira, podiam ser utilizadas para prestar homenagens aos deuses (votivas), para honrar a memória de um ente querido que partira (funerárias) ou até mesmo para relembrar os grandes feitos de determinados indivíduos, sendo oferecida uma inscrição em sua honra (honoríficas).

Os testemunhos obtidos através das fontes epigráficas latinas, conjuntamente com as fontes literárias deixadas pelos autores clássicos, proporcionam documentação acerca dos indivíduos que viveram num determinado sítio durante o período romano. As fontes epigráficas fornecem-nos informação quanto à idade; origem dos indivíduos; estatuto social; relações de parentesco; exercício de cargos políticos e militares; entre tantos outros aspetos que permitem caracterizar os indivíduos de uma sociedade à nível social, político e cultural. Infelizmente, as informações fornecidas pelas fontes epigráficas não possibilitam uma visão geral de toda sociedade da época, pois nem todos os indivíduos foram retratados nas inscrições, mas sim uma parcela específica da sociedade, mesmo no que diz respeito às inscrições funerárias. Contudo, apesar de algumas limitações, através da informação retirada das fontes epigráficas é possível obter um testemunho da realidade vivida na época.

A sociedade balsense através dos testemunhos epigráficos

A partir do estudo de um conjunto de dezanove inscrições romanas (IRCP¹ 73 a 90 e FE² 133) encontradas nas proximidades de Luz de Tavira - sítio onde se localizava a antiga cidade portuária de *Balsa* - foi possível conhecer uma parcela dos indivíduos que habitavam essa cidade durante o período romano.

¹ Inscrições Romanas do *Conventus Pacensis*.

² Fichero Epigráfico. Suplemento de Conimbriga, Coimbra.

Tais inscrições foram, na sua maioria, descobertas pelo arqueólogo algarvio Sebastião Estácio da Veiga, no século XIX, e posteriormente estudadas por José d'Encarnação, em 1984, na sua obra *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da Romanização*, e no caso de uma delas, em 1988, no *Fichero Epigráfico* publicado pela Universidade de Coimbra. Para a realização do estudo foi utilizado como base a obra de Encarnação (1984), em particular o capítulo referente às inscrições de *Balsa* (Encarnação, 1984, pp. 123-148).

Os testemunhos epigráficos constituem grande parte da documentação do que se conhece dos indivíduos que viveram em *Balsa* durante o período romano, retratando aspetos da vida política, cultural e social dessa cidade. A partir das inscrições foi possível conhecer o nome de alguns balsenses e seus correspondentes estatutos sociais. Através da epigrafia também foi possível confirmar o estatuto de município romano da cidade, identificar eventos de edificações de espaços públicos e aspetos da vida política e cultural dos habitantes da época, entre tantas outras informações que permitem caracterizar essa sociedade.

A coleção estudada conta com dezanove inscrições datadas do século II a III da nossa era³. Dessas dezanove inscrições, dez são de tipo funerário, cinco são honoríficas, duas são votivas e duas monumentais (destinadas a figurar monumentos). No que concerne às inscrições monumentais (IRCP 75 e 78), essas não identificam o nome de nenhum habitante de *Balsa*, mas fornecem informações relevantes para a compreensão do estatuto da cidade e do seu urbanismo. A primeira inscrição (IRCP 75), comprova o estatuto de município romano da cidade de *Balsa* através do texto “R(es) P(ublica) BALS[ENSIVM]”. Assim, sabemos que *Balsa* seria a capital de um município romano, provavelmente inscrito na tribo Quirina, facto que pode associar-se a menção de um indivíduo, Tito Mânlio Faustino (IRCP 79), que está inscrito nesta tribo e, considerando que este indivíduo era natural de *Balsa*, podemos inferir que esta seria a tribo à qual os cidadãos romanos de *Balsa* pertenciam. Já a segunda (IRCP 78), um fragmento de um possível epistilo

³ Aqui não se incluem as duas inscrições honoríficas apresentadas neste catálogo pelo professor Vasco Mantas.

em mármore, destinava-se a ser colocada na entrada de um grande edifício. Supõe-se que esse edifício pudesse ser o *circus* de *Balsa*, considerando que duas inscrições (IRCP 76 e 77) registam as doações realizadas por dois indivíduos como contributo para a edificação desse edifício.

Nas dezanove inscrições analisadas foram identificados 40 indivíduos. Desses, foi possível identificar a idade de apenas 7, o estatuto social de 36 e o nome e género de todos os indivíduos. Com os dados obtidos através das fontes epigráficas, realizou-se uma análise social, a fim de se perceber quem eram os indivíduos, ou pelo menos uma parte deles, que habitaram a cidade de *Balsa* durante o período romano. As inscrições foram estudadas segundo as categorias: género, estatuto social e onomástica⁴. Com esse estudo procurou-se compreender a representatividade de cada género na sociedade da época; perceber qual o estatuto social melhor representado nessa sociedade, buscando identificar quais os indivíduos tiveram uma maior notoriedade e quais as famílias com maior representação documental; maior importância política; peso demográfico e prestígio na sociedade balsense e por fim, através do estudo da onomástica, averiguar a proveniência étnica dos indivíduos dessa sociedade e compreender as relações sociais que se estabeleceram entre si.

Quanto ao género dos indivíduos identificados nos testemunhos epigráficos, o que melhor aparece representado é o masculino, sendo referidos 28 homens e 12 mulheres nas inscrições. No conjunto analisado os homens representam 70% dos indivíduos estudados. Essa diferença discrepante entre a representatividade de género pode demonstrar que a mulher tinha uma participação sociopolítica reduzida quando comparada ao homem, que exercia um papel mais ativo na sociedade da época. Os homens eram os principais personagens a figurar nos textos honoríficos, distintamente das mulheres que não eram frequentemente retratadas nessas inscrições, tendo em vista a maior influência e poder do género masculino na vida pública. Uma mulher na época,

inclusive as de maior distinção social, não poderia participar ativamente na vida política, sendo impedida de exercer cargos públicos ou votar, mesmo que possuísse a cidadania romana.

O estatuto e a onomástica como indicadores sociais

Durante o período imperial, a estrutura da realidade social do mundo romano foi definida por estatutos jurídicos amplamente reconhecidos e documentados através dos testemunhos epigráficos. Estes estatutos permitiam aos indivíduos integrarem-se em diferentes categorias, tais como: cidadãos romanos (indivíduos livres nascidos na Península Itálica ou nativos das províncias romanas que adotaram a cultura latina e adquiriram a cidadania romana); escravos; libertos (ex-escravos); e peregrinos (indivíduos que nasceram livres (*ingenuus*), mas não possuíam a cidadania romana, e detinham apenas a cidadania local). Nas províncias romanas, os *peregrini* correspondiam às populações locais (indígenas), ou seja, indivíduos livres que não possuíam cidadania romana (Guerra, 2018).

É necessário referir a importância da onomástica na identificação do estatuto social de um indivíduo, pois a partir do estudo dos nomes é possível compreender a qual classe social o indivíduo fazia parte. Os cidadãos romanos e os libertos poderiam utilizar habitualmente os *tria nomina*, contando com um *praenomen*, *nomen* e *cognomen*. O *praenomen* era um prenome, como por exemplo: Tito (*Titus*) ou Lúcio (*Lucius*). As mulheres não utilizavam *praenomen*, elas apenas conservavam o *nomen* do pai. O *nomen*, gentílico, indicava a família (*gens*) a que o indivíduo pertencia, e o *cognomen*, cognome, era próprio de cada indivíduo e baseava-se nas suas características. Os libertos, na maioria das vezes, utilizavam como *cognomen* o seu antigo nome de escravo. Ressalta-se que existiam diversas exceções a esta regra, como a ausência do *praenomen*, a presença eventual de nomes duplos nas mulheres e alterações resultantes de modas e costumes que vão se estabelecendo com o passar do tempo. A partir dos finais do século II d.C., os indígenas e escravos, até alguns cidadãos, passaram a identificar-se muitas vezes apenas pelo *cognomen* (Encarnação, 2013; Silva, 2007).

⁴ A onomástica consiste no estudo dos nomes próprios abrangendo todos os géneros, buscando perceber as suas origens e os processos de denominação no campo de uma ou mais línguas ou dialetos.

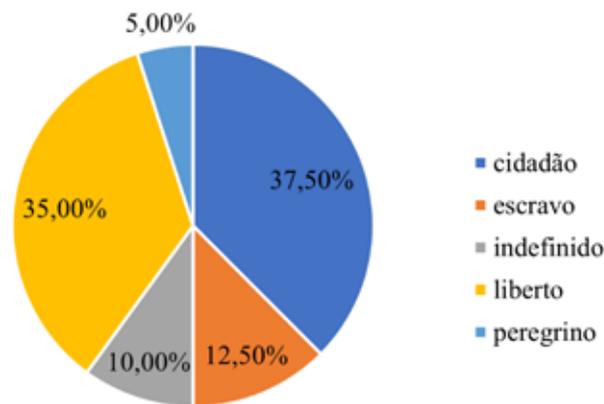


Fig. 1

Gráfico de sectores que demonstra a percentagem do número de indivíduos segundo o estatuto social.

Os cidadãos romanos, além de usarem habitualmente os *tria nomina*, costumavam referir-se à sua filiação como forma de identificar o seu estatuto. Os libertos e escravos omitiam a sua filiação. No caso dos libertos, era frequentemente utilizado o nome do seu patrono como forma de identificar o seu estatuto, como por exemplo, *Lucii LIB(ertus)*, liberto de Lúcio. Contudo, caso um indivíduo utiliza-se os *tria nomina* - mesmo que não mencionasse o nome do patrono - e omitisse sua filiação, tendo ainda um cognome grego, provavelmente seria um liberto. Restringir-se à utilização dos *tria nomina* pode não ser suficiente para identificar com absoluta certeza um indivíduo como cidadão romano, para isso é preciso indicar a sua filiação seguida pela tribo em que o cidadão estava inscrito. No que diz respeito à transmissão dos nomes de pais para filhos e de patronos para libertos existiam regras estritas, assim, o gentílico permanecia inalterado dentro de uma mesma família (Encarnação, 2013). Os *peregrini*, por sua vez, costumam identificar-se apenas por um único nome e faziam menção à sua filiação.

No conjunto estudado, os estatutos sociais mais representados são de cidadãos e libertos (Fig. 1). Dos 40 indivíduos estudados, 15 foram identificados com o estatuto de cidadão; 14 foram identificados com o estatuto de liberto; 5 foram identificados com o estatuto de escravo; e 2 foram identificados com o estatuto de peregrino. Não foi possível aferir

precisamente o estatuto de quatro indivíduos, sendo esses, Ploce Catula (*Ploce Catula*) e seu pai Sérvio (*Servius*), Marcos Grânio (*Marcus Granius*) e Quinto Flávio Serano (*Q. Flavius Seranus*). A inscrição dedicada a *Marcus Granius* (IRCP 89) não se encontra completa, o que dificulta atribuir-lhe um estatuto social.

Foram identificados 14 indivíduos com estatuto social de liberto, 11 homens e 3 mulheres. Desses libertos, destaca-se Ânio Primitivo (*Annius Primitivus*), que dedica uma inscrição (IRCP 73) à deusa Fortuna Augusta como forma de agradecimento por ter sido eleito séxviro (sacerdote do culto imperial), cargo esse que era atribuído frequentemente a libertos. *Annius Primitivus* realizou ações beneméritas deixando registado para a posterioridade que cumpriu a sua promessa, a *summa honoraria*, tendo realizado espetáculos de barcas e de pugilato, além de distribuir dádivas aos cidadãos (*edito barcarum certamine et pugilum sportulis etiam civibus datis*). O recém-eleito séxviro somente fez ofertas aos cidadãos, pois apenas esses tinham acesso ao voto e contribuíram para sua eleição, constituindo a sua clientela política. A consagração do ex-voto a Fortuna Augusta, divindade ligada ao culto imperial que preside à promoção social e económica, possivelmente estaria relacionada com o facto de Ânio ter ascendido ao sexvirato pelo enriquecimento em virtude da sua atividade económica (Bernardes, 2021a, 2021b; Encarnação, 2014, 2018).

A realização de um *barcarum certamine*, que poderia ser uma espécie de batalha naval de natureza bélica ou desportiva, reforça a ideia de que Ânio detinha um alto poderio económico, tendo em vista que esse evento acarretaria um alto custo e complexidade, mesmo que a proximidade à ria Formosa facilitasse sua realização sem a necessidade de inundar um edifício público para a concretização do espetáculo. A realização do evento também poderia demonstrar a sua preocupação com a pirataria vinda do Norte de África que se alastrava por toda a costa algarvia, tendo em conta que o liberto se dedicaria ao comércio marítimo como grande parte da burguesia balsense, pois esse espetáculo poderia ser utilizado para simular os perigos do mar e da pirataria. As ações beneméritas de *Annius Primitivus* consagram-no como um liberto de alto poderio socioeconómico, que teria os meios e o poder monetário para oferecer aos habitantes

de *Balsa* eventos com a dimensão de um *barcarum certamine*, pouco frequentes na Lusitânia (Bernardes, 2021a, 2021b; Encarnação, 2018).

Outros indivíduos que realizaram ações beneméritas na sociedade balsense foram Lúcio Cássio Celer (*L. Cassius Celer*) e Gaio Licínio Bádio (*C. Licinius Badius*), IRCP 76 e 77, respetivamente. Cada um deles patrocinou a construção de cem pés (30 metros) do pódio do *circus* de *Balsa*. Ambos usam os *tria nomina*, contudo não mencionam a sua filiação. A doação efetuada revela um certo poder económico, o que, juntamente com outros fatores, pode sugerir um estatuto de libertos para os indivíduos (Encarnação, 1984). Eles seriam contemporâneos de *Annius Primitivus*, possivelmente durante o período de grande esplendor da cidade no século II d.C. Ambos fariam parte de uma burguesia que se encarregou da construção ou restauro de edifícios públicos da cidade através de atos de evergetismo (Bernardes, 2021a).

Numa inscrição honorífica (IRCP 80), são referidos um grupo de seis *amici* que dedicaram uma inscrição em honra de Tito Rutilio Tusciliano (*T. Rutilius Tuscillianus*), um cidadão romano, que é identificado pela sua filiação, sendo seu pai Quinto Rutilio Rusticino (*Q. Rutilius Rusticinus*), e seu avô Tito Mânlio Marcial (*T. Manlius Martialis*). *Tuscillianus* pertencia à tribo Galéria, sendo inscrito em outra cidade, provavelmente *Ossonoba* (Faro). Os *amici* que dedicam a inscrição a *Tuscillianus* correspondem a um grupo de seis libertos *balsensium*, dentre eles: um libertos da família de seu pai, Públio Rutilio Antígono (*P. Rutilius Antigonus*); dois libertos da família de seu avô materno, Tito Mânlio Êutiques (*T. Manlius Eutyches*) e Tito Mânlio Eutiquião (*T. Manlius Eutychio*); um libertos público, Públio Alexandre Letiliano (*Publicius Alexander Laetilianus*) - o gentílico *Publicius* era utilizado por libertos de uma cidade ou colónia, assim, *Publicius Alexander Laetilianus* seria um libertos dos habitantes de *Balsa*; um *Paccius*, Lúcio Pácio Basileu (*L. Paccius Basileus*), que seria libertos de Lúcio Pácio Marciano (*L. Paccius Marcianus*); e um *Meclonius*, Tito Meclónio Cássio (*T. Meclonius Cassius*) (Dias, 1988; Encarnação, 1984, 1987).

As outras inscrições que memoram libertos são todas de tipologia funerária, dedicadas à memória de entes queridos que partiram. É dedicada uma ara funerária (IRCP 81) a Emília Quéris (*Aemilia*

Chaeris), que faleceu aos 27 anos, pelo seu marido Gaio Flávio Relato (*C. Flavius Relatus*). A utilização dos *tria nomina* pelo dedicante da inscrição, a omissão da filiação por ambos, a utilização do cognome grego por parte de sua mulher e o requinte da decoração da inscrição pode indicar o casal como libertos de alto nível económico. À liberta Álbia Nereida (*Albia Nereis*), que faleceu em idade avançada para a época, aos 60 anos, é dedicada uma pequena placa de mármore (IRCP 82). De provável origem grega, o cognome *Nereis* pode ser atribuído a uma homenagem a Nereida, ninfa do mar, o que demonstra por parte de Álbia um expressivo nível cultural (Encarnação, 1984).

Outra das inscrições que chegou até nós figura na estela funerária de Catúrico Lupato (*Caturicus Lupatus*) (IRCP 83), que faleceu em idade avançada para época, aos 58 anos, mandada gravar por sua esposa Catúrica Agatemera (*Caturica Agatemera*). A omissão da filiação por ambos e a utilização do cognome grego por parte de sua esposa pode identificá-los como um casal de libertos. O facto de os dois serem membros da *gens Caturica* pode significar que eram libertos de uma mesma família, tendo em conta que os libertos utilizavam o gentílico (*nomen*) de seu patrono.

Uma outra estela funerária (IRCP 85) é dedicada a Quinto Flávio Serano (*Q. Flavius Seranus*), que faleceu aos 12 anos. É possível que ele seja filho de um libertos, já que não há menção de sua filiação no epitáfio (Encarnação, 1984).

São referidos, nas inscrições de *Balsa*, 15 indivíduos que foram identificados como cidadãos romanos, 11 homens e 4 mulheres. Mânlia Faustina (*Manlia Faustina*) dedicou uma inscrição em honra (IRCP 79) de seu irmão Tito Mânlio Faustino (*T. Manlius Faustinus*). Oferece ainda um banquete de benemerência em memória de seu irmão, com autorização dos decuriões, ou seja, da assembleia municipal, o que demonstra o prestígio social desta família. Tito Mânlio Faustino, membro da burguesia balsense, foi eleito duas vezes duúnviro de *Balsa*, o mais alto cargo de magistrado municipal na sociedade da época. Os dois irmãos, filhos de Tito Mânlio (*T. Manlius*), eram membros da *gens Manlia*, uma das famílias mais influentes de *Balsa* da qual já foram documentados outros representantes no litoral algarvio. Na inscrição é mencionada a filiação e a tribo em que Faustino era inscrito, a tribo Quirina,

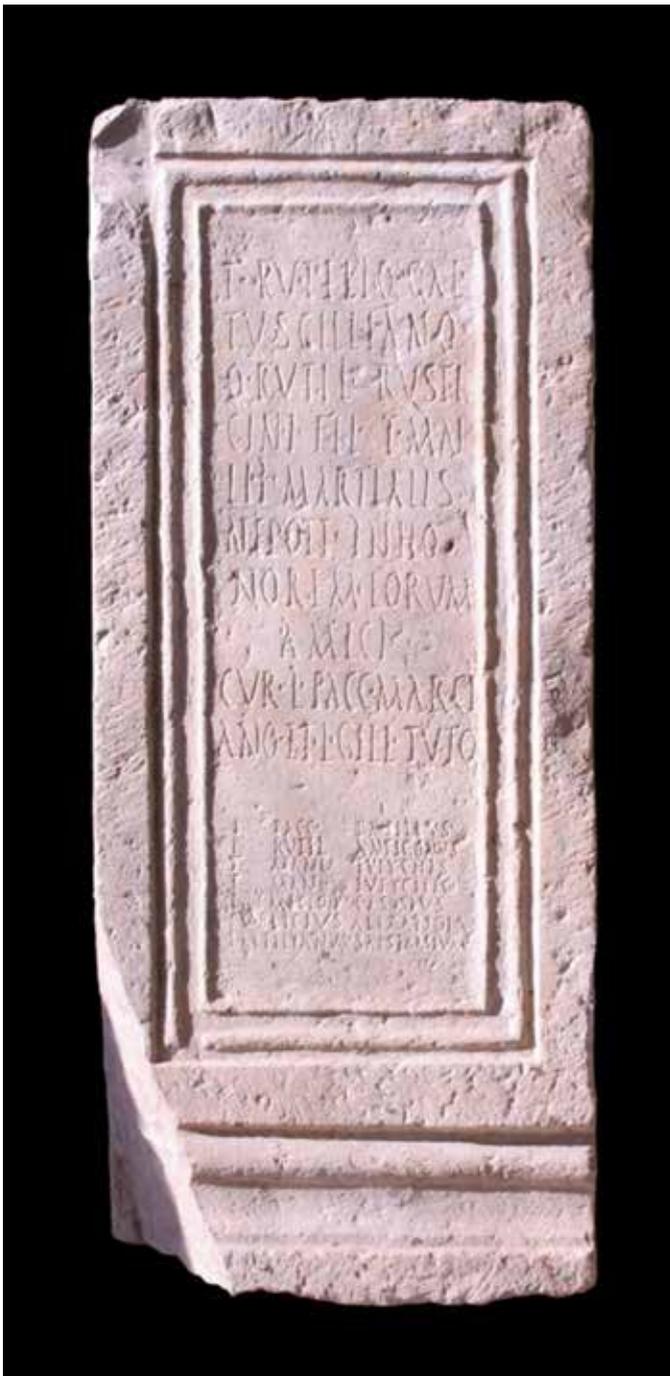


Fig. 2
Inscrição honorífica dedicada
a Tito Rutílio Tusciliano (IRCP 80).
(MNA: 6372 – Matriznet-foto João Almeida).

sendo sem dúvida um cidadão romano inscrito em *Balsa*. Era muito frequente entre as elites locais exercer cargos públicos como forma de ascensão à cidadania romana, assim, Faustino provavelmente teria ascendido à cidadania romana após o exercício de um cargo público, no caso o de magistrado municipal (Encarnação, 1984, 1987, 2015, 2016).

A inscrição honorífica dedicada a Tito Rutílio Tusciliano (IRCP 80), além do grupo de libertos já referidos, também menciona cinco cidadãos romanos, Tusciliano, seu pai Quinto Rutílio Rusticino, seu avô Tito Mânlio Marcial, e outros dois cidadãos romanos: Lúcio Pácio Marciano (*L. Paccius Marcianus*) e Lúcio Gélio Tuto (*L. Gellius Tutus*), que foram *curatores*, isto é, ficaram incumbidos de tratar da inscrição. Observa-se na inscrição alguns aspetos curiosos, como no caso da menção da filiação de Tito Rutílio Tusciliano, na qual a sua ascendência é reconstituída até ao seu avô. Normalmente a filiação remonta apenas até ao pai que é apenas referido pelo *praenomen*. Tito Mânlio Marcial, além de constar na filiação de Tusciliano, é designado pelos seus *tria nomina*, facto que demonstra o seu reconhecimento por parte da comunidade local. Apesar de Tito Rutílio Tusciliano estar inscrito na tribo Galéria, de *Ossonoba*, ele provavelmente não exerceu um cargo político, pois se o tivesse feito seria mencionado. Assim, Tusciliano seria um ossonobense que foi homenageado em *Balsa*, a fim de se legitimar nesta cidade onde o seu gentílico, desconhecido, não explicitava a sua relação com a importante família local, os *Manlii*, da qual fazia parte pelo lado materno (Dias, 1988; Encarnação, 1984, 1987; Viegas, 2011). Observa-se nessa homenagem “que estão presentes diversos elementos de famílias importantes que se relacionavam entre si através de alianças ou de verdadeiras relações de clientela, como fica evidenciado pela utilização do termo *amici*” (Viegas, 2011:396). (Fig. 2)

Uma outra inscrição, contida num pedestal funerário (IRCP 86) é dedicada em memória de Júlia Márcia Gémina (*Iulia Marcia Gemina*), filha de Tibério (*Tiberius*), por membros de uma mesma família: Lúcio Quíncio Priscião (*L. Quintius Priscion*), Caleia Severina (*Callea Severina*), filha de Tito (*Titus*), e Quíncia Avita (*Quintia Avita*), respetivamente, pai, mãe e filha. A inscrição identifica, face a uma onomástica latina, pessoas de condição livre, provavelmente cidadãos romanos,

e tudo leva a crer que fariam parte da aristocracia de *Balsa*. O testemunho demonstra uma relação de dependência dos *Quintii* com os *Iulii*, comprovada pelo termo *amicae optima* (à amiga ótima) que é utilizado pelos dedicantes do epitáfio para se referir à falecida. Nota-se que na epigrafia o conceito de amizade está estritamente ligado a uma relação de dependência (Dias, 1988; Encarnação, 1984).

Outra das inscrições funerárias balsenses (IRCP 84) é dedicada a Domício Festo (*Domitius Festus*), que “identifica-se apenas pelo gentílico e pelo cognome, omitindo a filiação - o que pode ser sintoma de estarmos perante um indígena romanizado” (Encarnação, 1984:142). Possivelmente, Domício seria um indígena que adotou a cultura latina, assim como uma onomástica latina, e teria adquirido a cidadania romana. A inscrição foi datada do século III d.C., o que pode apoiar a hipótese de que o indivíduo adquiriu a cidadania. Isso se deve ao facto de que, a partir do Édito de Caracala (212 d.C.), todos os homens livres do Império passaram a ter esse direito.

A Ploce Catula (*Ploce Catula*), que faleceu aos 40 anos, é dedicada uma placa funerária de calcário (IRCP 87), por seu filho. A menção da sua filiação na inscrição - filha de Sêrvio (*Servius*), um possível liberto, tendo em conta a origem grega do antropónimo *Ploce* - e o seu cognome latino *Catula*, identificam-na como uma mulher de condição livre. Apesar desta identificação, não se sabe se ela teria ascendido à cidadania romana, o que inviabiliza designar seguramente o seu estatuto social (Encarnação, 1984).

No que se refere aos peregrinos, foram identificados dois indivíduos. Romulense (*Romulensis*) dedica ao seu filho Salião (*Salianus*), que faleceu com 33 anos, uma placa funerária (IRCP 88). O cognome *Salianus* não aparece outra vez nas coleções epigráficas peninsulares. O pai de *Salianus* identifica-se como *Romulesis*, forma sincopada de *Romulensis*, fazendo alusão à *Colonia Iulia Romula* (atual Sevilha). O pai de *Salianus* poderia ser originário de *Romula* e teria migrado para *Balsa*. Face a uma onomástica latina e a menção da filiação, ambos seriam indivíduos de condição livre. Deste modo, pai e filho poderiam ter, entretanto, adotado nomes de onomástica latina, sem necessariamente possuírem cidadania romana, sendo assim, peregrinos (Encarnação, 1984). Assim, “*Romulensis* designará

preferentemente o «natural de Rómula» e não o «cidadão de Rómula»” (Encarnação, 1984:148).

No que diz respeito ao estatuto de escravo, foram identificados 5 indivíduos, um homem e quatro mulheres. Uma inscrição de tipologia votiva (IRCP 74) refere-se a Esperado (*Speratus*), um escravo público de *Balsa* que exercia o cargo de *dispensator* (*balsensium dispensator*) e que faz uma homenagem ao culto de uma divindade augusta, masculina ou feminina; a inscrição não conservou elementos suficientes para se saber ao certo a natureza da divindade. O cargo municipal, atribuído a escravos, estava ligado à administração, assim, *Speratus* era um funcionário municipal de *Balsa* (Encarnação, 1984, 1987).

Bastante interessante é também o caso da ara funerária (FE 133), dedicada a *Sycecale*, uma criança que faleceu ainda no primeiro ano de vida, pelas suas três irmãs (*sorores*), *Tricisma*, *Psalceades* e *Vegeta*. A utilização de cognomes com influência da onomástica grega, com exceção de *Vegeta* que é um cognome latino, e a omissão da filiação por ambas as identificam como indivíduos de condição servil (Encarnação, 1988). Observa-se que em *Balsa*, a representatividade da taxa de mortalidade infantil é pouco expressiva, o que enfatiza o cuidado que as irmãs tiveram ao dedicar um epitáfio, incluindo os anos e meses de vida da irmã. A elaboração de um epitáfio acarretaria custos consideráveis, e as dedicantes provavelmente utilizaram parte do seu *peculium* (soma de dinheiro que os escravos podiam acumular com seu trabalho) para arcar com as despesas. Isso pode demonstrar que “os vínculos biológicos e afectivos não se esbatem no contexto de servidão, mesmo que no plano jurídico prevaleçam os direitos do dono” (Guerra, 2018:13).

No que concerne à origem dos nomes dos indivíduos segundo a onomástica (Fig. 3) destaca-se a origem latina dos nomes. Assim, dos 40 indivíduos identificados na coleção epigráfica estudada, 25 possuíam nomes de origem latina, 4 indivíduos possuíam nomes de origem grega e 11 indivíduos possuíam nomes com componentes latina e grega.

As dezanove inscrições estudadas forneceram os seguintes gentílicos, ou seja, nomes de família: *Aemilius*; *Albius*; *Annius*; *Calleus*; *Cassius*; *Caturicus*; *Domitius*; *Flavius*; *Gellius*; *Grannius*; *Iulius*; *Licinius*; *Manlius*; *Marcius*; *Meclonius*; *Paccius*; *Publicius*; *Quintius* e *Rutilius*. No que diz respeito aos *nomina*

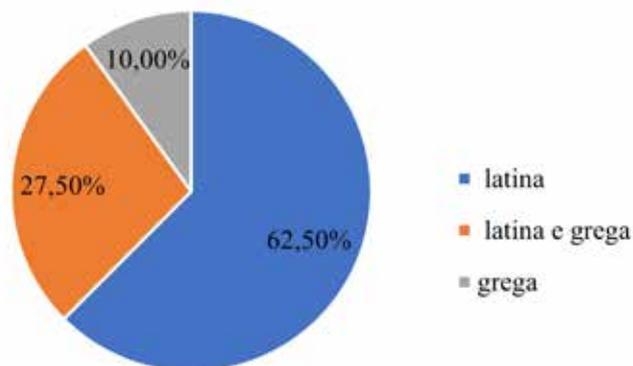


Fig. 3

Gráfico de sectores que demonstra a percentagem da origem dos nomes segundo a onomástica.

mais frequentes nas inscrições estudadas, destacam-se os *Manlius* (6 indivíduos), os *Rutilius* (3 indivíduos), os *Paccius* (2 indivíduos) e os *Flavius* (2 indivíduos). A *gens* mais representativa no conjunto estudado é a *Manlia*.

Distintamente da *gens Manlia*, a *gens Rutilia*, da qual faziam parte *Tuscillianus* e seu pai, não aparece largamente representada na Península. A *gens Rutilia* é documentada em *Olisipo* (Lisboa). Assim, pode-se levantar a hipótese de que uma filha de *T. Manlius Martialis*, avô de *Tuscillianus*, poderia ter-se unido através do matrimónio com um *Rutilius* de *Olisipo*. Isso explicaria como se originou a ligação entre as *gens Rutilia* e *Manlia* (Encarnação, 1987).

Observa-se na coleção estudada que mais de 30% dos nomes tem componente grega (Fig. 3). Os antropónimos gregos são frequentemente documentados no território algarvio, todavia não significando necessariamente uma origem relacionada com a metade oriental do Império, denotando antes um hábito cultural das elites de atribuírem aos seus escravos nomes de origem grega, a fim de demonstrar um nível cultural elevado. *Balsa* não faz exceção a esse hábito, contemplando um vasto conjunto de libertos na cidade com nomes gregos (Encarnação, 2003; Viegas, 2011).

No território lusitano, *Balsa* mantinha relações próximas com a cidade vizinha *Ossonoba*, onde são documentadas as mesmas famílias mercantis (Bernardes, 2021a). Existiam gentilícios comuns

entre *Balsa* e *Ossonoba*, sendo eles: *Aemilius*; *Annius*; *Iulius*; *Licinius*; *Publicius* e *Quintius*. As antigas cidades romanas tiveram uma relação de proximidade, tendo em conta a distância entre si, o que possibilitou frequentes contactos entre os habitantes das duas cidades, principalmente pela atividade comercial marítima. Esses contactos possibilitaram um encadeamento entre famílias, unidas entre si por laços matrimoniais. Entretanto, apesar dessas ligações entre as duas cidades e da presença de indivíduos de *Balsa* em *Ossonoba* e vice-versa, não é possível identificar relações restritas entre as elites de cada cidade, ainda que seja possível determinar para cada uma das urbes a caracterização das suas elites (Dias, 1988).

É possível observar, na parte oriental do Algarve, os traços de indigenismo a desaparecerem, seja pela tipologia dos monumentos epigráficos ou pela onomástica documentada, demonstrando um amplo contacto com a cultura greco-latina trazida por colonos vindos da Península Itálica e das Gálias, desde cedo (Encarnação, 1987). Observa-se uma predominância da onomástica latina nas inscrições estudadas, demonstrando que em *Balsa* os traços indígenas extinguem-se face a uma adoção da cultura latina, processo que fica muito evidente com a ausência generalizada de nomes com origens indígenas e a popularização da onomástica latina.

As atividades marítimas possibilitaram à população de *Balsa* uma série de contactos com outras regiões do Império, destacando-se os contactos com grandes centros de comércio como *Olisipo* (Lisboa), *Gades* (Cádiz), a vizinha Bética e a atual região da Tunísia. Os contactos de *Balsa* com o Norte de África comprovam-se pela onomástica - como exemplo, os cognomes *Faustinus*, *Faustina*, *Catulus* e o gentilício *Gellius* que aparecem frequentemente documentados em África - mas também pelo conteúdo dos textos e pela estética dos monumentos epigráficos, de que a inscrição consagrada a Fortuna Augusta pelo liberto *Annius Primitivus* (IRCP 73) constitui um bom exemplo. O espetáculo de pugilismo oferecido por Ânio é uma prática frequentemente documentada na província da *Africa Proconsularis*. A composição do texto epigráfico de forte conotação africana, até pela utilização da expressão *barcarum* ou pela estética do monumento epigráfico, atestam os contactos de longa tradição com o Norte de África, sendo bem documentados desde o período púnico-turdetano (Bernardes, 2021a, 2021b).

As gentes de *Balsa*: um olhar epigráfico

No que concerne à caracterização social de *Balsa*, sabe-se que a cidade não destoaria dos outros municípios vizinhos, tendo uma população da qual emergia uma burguesia empreendedora, tal como *Ossonoba*. *Balsa* tem ainda o seu prestígio retratado nos edifícios públicos como o circo, na variedade e relevância dos seus monumentos epigráficos e pelo poder sociopolítico que a sua burguesia exercia (Dias, 1988; Encarnação, 1987). Quanto à administração da cidade, os testemunhos epigráficos documentam três magistrados em *Balsa*, o duúviro *Titus Manlius Faustinus*, o séxviro *Annius Primitivus* e o *dispensator Speratus*.

Observa-se na epigrafia balsense uma elite que pratica um significativo evergetismo municipal, ou seja, uma forma de mecenato político, na qual indivíduos com poder monetário, com ou sem prestígio social, poderiam ascender política e socialmente por meio de doações e obras públicas feitas em seu nome para a cidade e seus habitantes. Essa elite encarregou-se da construção ou restauro de edifícios públicos da cidade através de atos de evergetismo. Em *Balsa* são bons exemplos dessa ação evergética Lúcio Cássio Celer, Gaio Licínio Badio e Ânio primitivo. Esses libertos utilizam o seu poderio económico para realizar ações beneméritas a fim de alcançar prestígio social e político, visto que, apesar de possuírem poder monetário, esse estatuto não lhes dá total prestígio social (Bernardes, 2021b; Silva, 2007; Viegas, 2011).

A expansão urbanística ocorrida em *Balsa* desde finais do século I d.C., refletida na topografia urbana e na evolução do consumo de bens importados, acarretou um rápido crescimento da sua população urbana, que pode ser explicado pela imigração organizada de um contingente de novos habitantes. Assim, uma parcela da nova população seria originária de outras regiões e meios socioculturais mais romanizados. A posterior ascensão de *Balsa* a município romano provavelmente só se concretizou pelo reforço demográfico e financeiro originado pelos imigrantes. Esses passaram a ocupar um papel de destaque na vida política e social da cidade (Silva, 2007). Por outro lado, às populações indígenas, pelo exercício de magistraturas municipais, tornava-se possível adquirir a cidadania romana, originando, em poucas gerações, uma elite dirigente totalmente

romanizada, prática que foi muito comum na Península no período romano por parte das elites locais.

A ausência de elementos indígenas, especialmente na onomástica e na religião, evidencia a forte assimilação e a adoção da cultura latina por parte dessa sociedade. Observa-se em *Balsa*, assim como na maior parte do Algarve, uma adoção homogénea e precoce da cultura latina pelas populações indígenas. Esse facto deve-se à ocorrência de frequentes contactos com os povos do Mediterrâneo e a cultura greco-latina, mesmo antes da chegada do colonizador romano. O processo de romanização iniciou-se pelas elites locais e posteriormente foi encorajado a toda a população. Isso reflete-se através dos espaços públicos da cidade, como o circo, que é um edifício público tipicamente romano; a epigrafia latina; os cultos religiosos a deuses romanos como a Fortuna Augusta; a onomástica latina; o alto contingente de cidadãos romanos identificados na epigrafia balsense; entre tantos outros aspetos que comprovam a forte adoção da cultura latina por parte desta sociedade.

Todo este manancial de dados mostra-nos que *Balsa* se inseria no contexto romano do sul da Lusitânia como uma cidade cosmopolita que mantinha contactos com outras regiões da província e do Império por onde circulavam pessoas e bens de consumo. A sua localização privilegiada nas margens da ria Formosa e na rota entre o Mediterrâneo e o Atlântico fez com que *Balsa* tivesse uma elite mercantil ligada ao comércio marítimo (Bernardes, 2021a, 2021b). Tal facto justifica o alto número de libertos identificados nos testemunhos epigráficos, os quais se dedicavam, em nome do seu patrono, ao comércio marítimo tendo também eles chegado a enriquecer. Dessa forma, assim como ocorreu em grande parte das cidades do litoral algarvio no período romano, a cidade de *Balsa* também esteve sob o domínio e influência de importantes famílias mercantis, das quais se destacam os *Manlii*, que exerciam na região o monopólio de um vasto poderio político e económico. Com isso, através da epigrafia, nota-se que a sociedade balsense contava com uma elite mercantil ligada às atividades marítimas, composta principalmente por libertos e cidadãos romanos de alto poderio económico que se relacionavam entre si e recorriam a atos de evergetismo como forma de se consagrar na comunidade local.

Referências Bibliográficas

- Bernardes, J. P. (2021a). *Annius Primitivus* e a elite mercantil de Balsa. *Kairós*, (11), 30-39.
- Bernardes, J. P. (2021b). As conexões marítimas da cidade romana de Balsa. In Campos Carrasco, J. M. & Bermejo Meléndez, J. (eds), *Del Atlántico al Tirreno: puertos hispanos e itálicos*. Huelva: Universidad de Huelva, 357-373.
- Dias, M. M. A. (1988). A propósito de duas inscrições romanas da Quinta de Torre d'Ares (Luz, Tavira). *O Arqueólogo Português*, 4(7), 241-262.
- Encarnação, J. d'. (1984). *Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
- Encarnação, J. d'. (1987). A população romana do litoral algarvio. *Anais do Município de Faro*, (17), 58-75.
- Encarnação, J. d'. (1988). Ara funerária de Tavira. *Ficheiro Epigráfico*, (29), 11-13.
- Encarnação, J. d'. (2003). Sobre a epigrafia romana do Algarve. *Xelb*, (4), 151-160.
- Encarnação, J. d'. (2013). *Introdução ao estudo da epigrafia latina* (4ª ed.). Coimbra: Instituto de Arqueologia e de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Encarnação, J. d'. (2014). A epígrafe latina como elemento didático (XXXIII): o colégio dos séxviro - religião e poder em evidência. *Boletim de Estudos Clássicos*, 59(1), 95-102.
- Encarnação, J. d'. (2015). Banquetear-se em vida e no além: os testemunhos epigráficos. *Portvgalia*, 36(1), 159-169.
- Encarnação, J. d'. (2018). A epígrafe latina como elemento didático (XXXV): a aparente inocência de um ex-voto a fortuna. *Boletim de Estudos Clássicos*, (63), 81-88.
- Guerra, A. (2018). *Os contrastes sociais e culturais numa cidade romana provincial: um olhar sobre as inscrições de Ammaia*. Marvão: Fundação Cidade de Ammaia (3.ª Conferência José Mattoso).
- Silva, L. F. (2007). *Balsa, cidade perdida*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira e Câmara Municipal de Tavira.
- Viegas, C. (2011). *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ.

De mão em mão, a moeda de *Balsa*

Elena Moreno-Pulido

Alicia Arévalo-González

Universidade de Cádiz

Balsa, uma cidade emissora de moeda

Durante a época tardo-republicana, a cidade de *Balsa* emitiu numerário em bronze e em chumbo, à semelhança de *Ossonoba* e *Baesuris*, cidades algarvias vizinhas (Fig. 1). As suas moedas foram dadas a conhecer em diversos trabalhos, como os realizados pelo casal Varela Gomes (1981–1983), Faria (1995) ou Gomes (1998). As principais obras de referência para a numismática da península Ibérica também tiveram a preocupação de compilar e sistematizar estes amoedamentos (Casariego, Cores e Pliego, 1987:80; Villaronga e Benages, 2011: 496). Atualmente podemos aceder-lhes no sítio de internet *Moneda Ibérica* (<https://monedaiberica.org/v2/mint/26>).

As moedas de *Balsa* terão sido emitidas em alturas indeterminadas de meados do século I a.C., quando a cidade estava em transformação devido a uma presença romana crescentemente visível. Foi inclusivamente sugerido que poderá ter existido um impulso em consequência da presença de Pompeu Magno no sul da Lusitânia (Faria, 2001), e das famosas lutas vitoriosas travadas no combate à pirataria que fustigava as costas do Algarve, que tiveram lugar por volta do ano 67 a.C.

O fabrico destas moedas poderá ter-se limitado a um breve período, cujo final poderá coincidir com a chegada da nova ordem de Augusto. A razão que levou *Balsa* a dotar-se do seu próprio numerário é explicável pelas necessidades quotidianas do uso de moeda de troca como forma de agilizar as pequenas transações do dia a dia, não para custear grandes gastos uma vez que se trata de numerário de escasso valor, com peças de pouco peso, em bronze e chumbo.

Deve destacar-se que os primeiros testemunhos do nome desta cidade são conhecidos por, nas suas moedas, estar escrito, em caracteres latinos, o topónimo *BALSA*, algumas vezes completo, outras abreviado *BALS*, outras com alguma letra invertida *BALZA*, e também, por vezes, com letras agregadas *BALSA*.

Atuns e barcos como imagens emblemáticas da cidade

Os atuns foram escolhidos como emblema da moeda de *Balsa*, estando representados em todas e cada uma das séries da cidade, tanto em bronze como em chumbo (Fig. 2A). Por vezes, encontramos dois atuns

a rodear o topónimo da cidade, numa composição semelhante à de outras cidades do sul da Hispânia, em que se destacam as famosas moedas de Gadir (Cádiz). Os atuns de *Balsa* são representados com um tamanho exagerado, oblongos e carnudos, com as barbatanas bem marcadas, por vezes atravessados por um arpão, refletindo de forma clara a importância da pesca nesta região. Por outro lado, importa assinalar a mudança estilística destas imagens, que evoluem de uma representação naturalista para formas cada vez mais estilizadas, abandonando a representação clara de um atum para passar a mostrar a ideia geral de um peixe como forma de sublinhar a riqueza pesqueira da cidade (Arévalo e Moreno, 2017).

As autoridades responsáveis pela escolha das imagens que viriam a identificar as moedas de *Balsa* centraram-se em sublinhar a ligação da cidade à pesca e ao mar, já que estes atuns são por vezes acompanhados de pequenas embarcações (Fig. 2B).

A localização e a topografia de *Balsa*, na atual estação arqueológica de Luz de Tavira — limitada a sul pelo canal de Tavira, a norte por uma linha paralela na margem do referido canal, a este pela ribeira das Antas e a oeste pela ribeira da Luz —, é claramente singular, pois mostra um ambiente rodeado de canais de água salobra face ao Atlântico. Além disso, *Balsa*, *Ossonoba* e *Baesuris* estariam ligadas por uma estrada que acompanhava a linha de costa. Tudo isto iria desenvolver o costume, que perdura, de viajar através destes lugares utilizando pequenas embarcações de pouco calado e com capacidade limitada de estivagem, como os barcos representados na iconografia das suas moedas, também escolhidas por *Ossonoba* ali próxima, por serem devidamente adequadas para sulcar os bancos de areia que se formam na ria Formosa.

Os desenhos destas embarcações representam por vezes um mastro, outras incluem um leme ou um remo, e há até tipos que combinam estes elementos navais.

Apesar da sua preponderância, atuns e barcos não foram os únicos ícones utilizados nestas cunhagens. Encontramos também uma composição muito utilizada no sul da Hispânia, que apresenta o topónimo rodeado por duas espigas, numa tendência possivelmente iniciada pela prestigiada *Carmo* (Carmona, Sevilha). Também não podemos esquecer

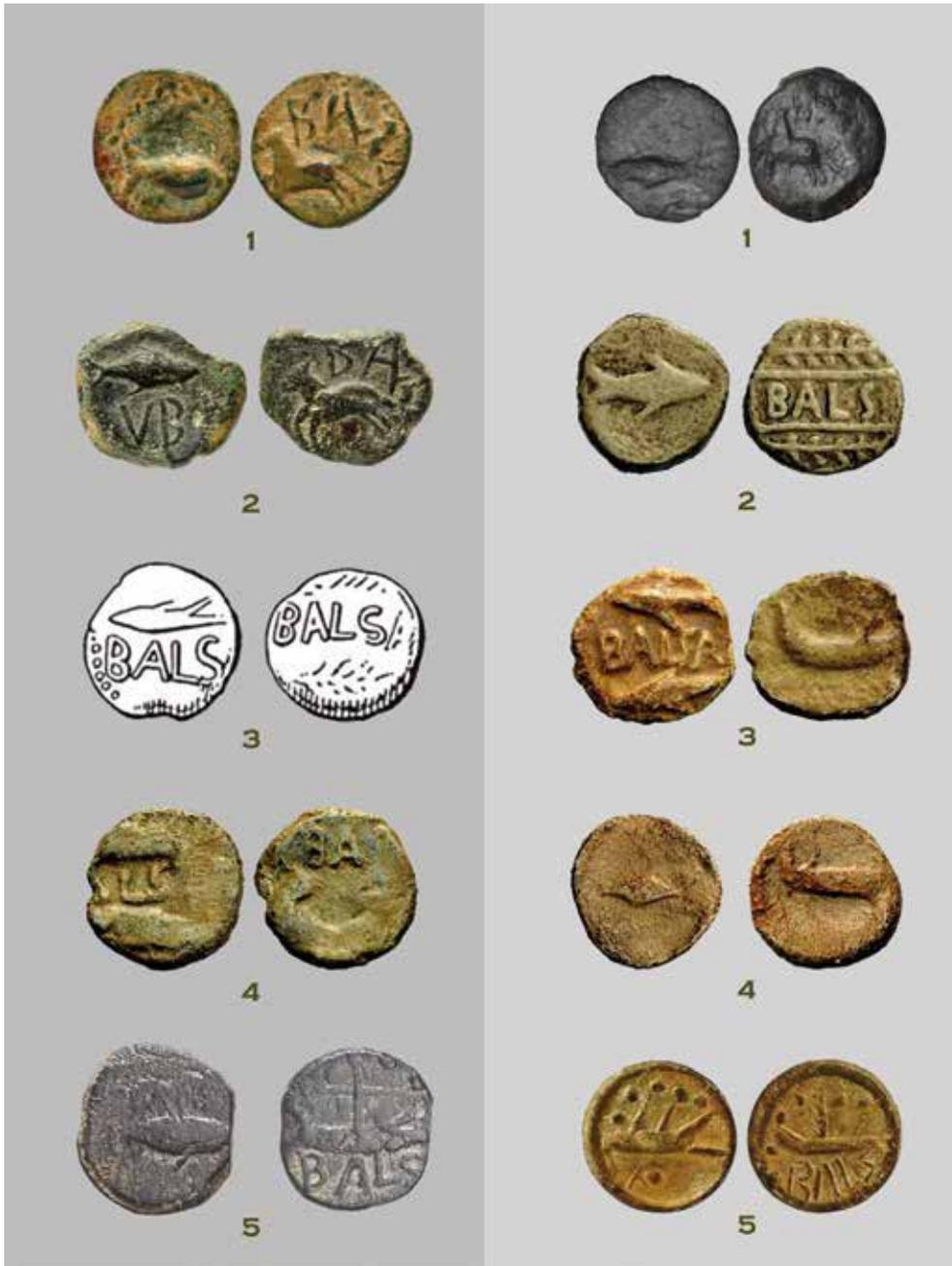


Fig. 1

A. Moedas de Bronze de *Balsa*: 1. Meia unidade (MIB 170/3 y 6?. Jesús Vico 07-11-2019, 155, Cores VIII, lote 62); 2. Meia unidade (MIB 170/4 y 5. Jesús Vico 07-11-2019, 155, Cores VIII, lote 63); 3. Divisor (Gomes, 1998: BAL.12.01. Desenho de Gomes, 1998:30); 4. Unidade (Gomes, 1998: BAL.08.07. *Numismática Ars Classica* NAC AG, Leilão 64); 5. Meia unidade (MIB 170/2. Numisma 11-12-2019, Leilão 121, lote 42). B. Chumbos monetiformes de *Balsa*: 1. Divisor (Gomes, 1998: BAL.13. Jesús Vico, S.A., Auction 121 134, Lot 35); 2. Divisor (Gomes, 1998: BAL.06. *Numismática Ars Classica* NAC AG, Leilão 64); 3. Divisor (Gomes, 1998: BAL.08. *Numismática Ars Classica* NAC AG, Subasta 64); 4. Divisor (Gomes, 1998: BAL.01. Jesús Vico, S.A., Leilão 134, Lote 3005); 5. Divisor (Gomes, 1998: BAL.03. José A. Herrero, S.A., Leilão Numismática Diciembre 12, Lote 22).



Fig. 2

Chumbo de *Balsa* com atum (a) e barco (b). (Col. particular).

a singular escolha do cavalo selvagem a trote, que no meridiano peninsular encontra paralelo apenas num dos amoadamentos pontuais de Bailo (La Silla del Papa, Bolonia, Tarifa, Cádiz).

Moeda entesourada e moeda perdida na cidade de *Balsa* e respetivo território

Existem escavações na Estação Arqueológica da Luz de Tavira desde finais do século XIX, daí resultando um contínuo aparecimento de moedas. No entanto, as metodologias arqueológicas de então registavam de forma genérica a localização dos achados, e eram limitadas na obtenção de informação sobre os contextos. Com esta informação, juntamente com os dados fornecidos pelos achados casuais, as coleções institucionais e as privadas, é possível apresentar um panorama geral da moeda entesourada e perdida nesta cidade (Moreno e Arévalo, 2021:271–287).

Sabe-se que foram encontrados três tesouros no território e na cidade de *Balsa*: um composto por numerário romano-republicano, outro por moedas alto-imperiais e o terceiro com cunhagens do século III d. C. (Fig. 3).

O mais antigo é o chamado Tesouro de Monte de Sodes, encontrado em Pereiro (Alcoutim) — um lugar situado no limite entre os distritos de Beja e Faro, mas ainda no território de *Balsa* (Mantas, 1997:285) —, cujo paradeiro, infelizmente, é hoje desconhecido. Segundo narra Estácio da Veiga (1889:70–72), foi localizado um número impreciso de denários romano-republicanos dentro de um vaso, dos quais só conseguiu identificar onze moedas de prata datadas entre os anos 242 a. C. e 108/104 a. C.

O tesouro seguinte é designado por Tesouro da Serra de Tavira, encontrado em fevereiro de 1840. Consistia num número indeterminado de denários alto-imperiais (Hipólito, 1960–61: n.º 138), e o seu paradeiro é, infelizmente, desconhecido; sabemos apenas que as moedas foram vendidas entre Tavira e Faro.

O último dos tesouros associado a *Balsa* foi encontrado em Torre de Ares e, ao que parece, consistia em cerca de 300 antoninianos de Cláudio II (Martínez Mira, 1995–1997:64). Muito embora não reste nenhum indício acerca da real composição e detalhes da descoberta, é provável que parte deste abundante numerário se encontre atualmente entre

os muitos antoninianos conservados no Museu Nacional de Arqueologia e provenientes de Torre de Ares.

Apesar dos poucos dados que possuímos acerca destes conjuntos, tudo parece indicar que, em *Balsa*, existiu ao longo do tempo uma predisposição continuada para a acumulação de moeda, bem como a necessidade de ocultação de numerário em distintos momentos da sua história.

As moedas perdidas são mais frequentes do que os tesouros, em resultado do extravio accidental por parte dos seus proprietários; o seu escasso valor e o uso trivial levaria a que houvesse pouco cuidado em evitar as perdas accidentais, bem como na sua recuperação. Este tipo de achados reflete a circulação habitual em cada um dos períodos históricos da antiguidade em *Balsa* (Fig. 3).

Para a época republicana, temos achados de numerário romano e hispânico em contexto urbano no Serro do Cavaco, considerado o antigo núcleo populacional originário de *Balsa*, antecessor do de Torre de Ares, onde também foi achado numerário da época republicana. Foram recuperadas moedas, na maioria hispânicas, ainda que também algumas romanas, igualmente de contexto urbano, mas procedentes das necrópoles de Antas, Arroio e Xareca, Pedras del Rei (norte) e Quinta do Pinheiro. A estas há que acrescentar cunhagens hispânicas pontuais de bronze encontradas em Flandres e em Canada de Conceição de Tavira, onde sabemos que se instalou, respetivamente, uma vila e uma necrópole rural cujas cronologias se desconhecem (Fig. 4).

No Alto Império, em geral, os achados multiplicam-se, em número e em regiões. A ocupação do Serro do Cavaco não tem continuidade, como nos diz a ausência de moedas e de material cerâmico, já que o único achado da época imperial é um asse de Augusta Emerita emitido em nome de Tibério, cujo aparecimento poderia explicar-se pelas ligações porto marítimo-porto fluvial-Via da Prata, que já existiam, dado que Emerita era a capital da província da Lusitânia, a que *Balsa* pertencia, e com a qual existiram certamente inúmeros contactos.

Com a paz de Augusto e o florescimento da cidade de *Balsa*, a povoação deslocou-se para zonas mais próximas do mar, mais acessíveis e funcionais para as atividades comerciais e para o fluxo de pessoas ligadas às atividades marítimas. Deste modo, a cidade

ACHADOS MONETÁRIOS	REPÚBLICA ROMANA	HISPÂNICA	PROVINCIAL HISPANA	ALTO IMPÉRIO	BAIXO IMPÉRIO	BIZANTINA
TESOUROS LOCALIZADOS NO TERRITÓRIO DE Balsa						
TESOURO DE MONTE DE SODES	+12?					
TESOURO DA SERRA DE TAVIRA				s/d		
TESOURO DA QUINTA DA TORRE DE ARES					300?	
ACHADOS CASUAIS NA CIDADE DE Balsa						
SERRO DO CAVACO	12	44	1			
ANTAS	1	9		15	32	
ANTAS. MARGEM DO RIO				10	5	
ARROIO E XARECA		38	1	30	24	
PEDRAS DEL REI NORTE	1	26		7	1	
QUINTA DA TORRE D'ARES	6	52	5	225	585	
QUINTA DO PINHEIRO		2				
TAVIRA				1		
ACHADOS NO AGER DE Balsa						
CALÇADINHA					68	
FLANDRES		15		15	37	
ODELEITE				1		
HORTA DO RAMOS				7	1	
CANADA DE CONCEIÇÃO DE TAVIRA		1				
PAUL				1		
DESCONHECIDO		16	1	3	45	1
ACHADOS CASUAIS EM Balsa SEM ORIGEM DETERMINADA						
DESCONHECIDO (COLEÇÕES PARTICULARES)	2	5	1	18	78	

Fig. 3

Tabela com os diferentes tipos de moedas achadas nos sítios arqueológicos de *Balsa* e do seu território.

As necrópoles urbanas anteriormente citadas continuam a ser fonte de numerário, tanto em sepulturas como em ambiente funerário, devido à chegada de pessoas a estes cemitérios. Em muitos casos, conserva-se a tipologia da sepultura e os materiais que acompanhavam o cadáver, sendo as moedas, os pregos, as lamparinas e as conchas de vieira os objetos que surgem mais vezes associados a estas necrópoles.

No território de *Balsa* estavam localizadas diversas vilas, três delas com achados monetários alto-imperiais: Flandres, Horta do Ramos e a envolvente da barragem de Odeleite. A estas podemos

cresceu à volta de Torre de Ares e os achados monetários do período imperial multiplicam-se e acumulam-se neste sítio.

acrescentar o singular achado de um denário de Tibério encontrado em Paul, um sítio próximo da ribeira da Asseca e que, segundo Celso Candeias, corresponde à tipologia de uma vila romana com necrópole. Este denário foi encontrado dentro de uma “urna cheia de terra queimada” (Pereira, 2014: 233, estampa 39.5), que, neste caso, confirmaria o uso, apesar de escasso, da prata como viático numa cremação.

Por último, foi encontrado numerário baixo-imperial em grandes quantidades na Quinta da Torre de Ares e suas necrópoles, testemunhando a continuidade de ocupação da cidade de *Balsa* e a pujança que ainda mantinha nos últimos séculos do império. Observa-se esta mesma continuidade também nas vilas rurais citadas, já que nestas ainda se recuperaram moedas deste período. É diferente o caso da *mansio* perto do sítio de Calçadinha, onde

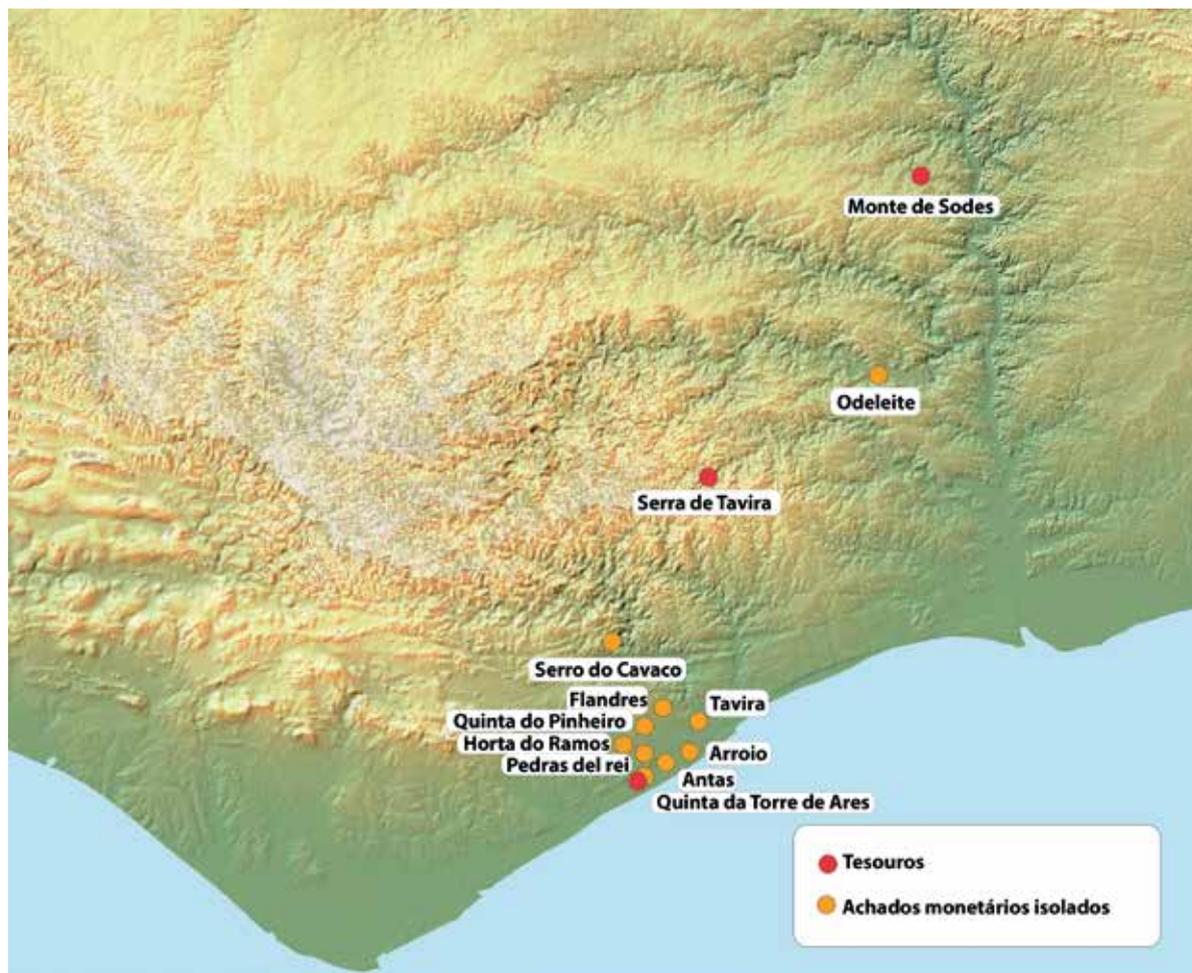


Fig. 4
Mapa com a localização dos tesouros e achados monetários isolados em *Balsa*.

apenas foram encontrados bronzes que vão do imperador Volusiano (251 d. C.) a Teodósio (391 d. C.), o que corrobora a datação baixo-imperial do sítio e situa o pico da referida *mansio* em meados do século IV d. C.

Abordagem ao aprovisionamento de numerário em *Balsa* na Antiguidade

As moedas recuperadas, tanto na cidade como no território de *Balsa*, permitem traçar perfis dos ritmos de aprovisionamento monetário nas distintas etapas históricas do atual concelho de Tavira.

A moeda mais antiga é um $\frac{1}{2}$ shekel perfurado hispano cartaginês datado de aprox. 237–227 a. C. (Fig. 5a) encontrado casualmente no Serro do

Cavaco. Através de um único exemplar é difícil explicar o porquê da sua utilização e perda em *Balsa*; poderá existir aqui uma relação com os movimentos cartaginenses com origem no sul da península por ocasião da Segunda Guerra Púnica, o mesmo sucedendo com outros materiais arqueológicos provenientes deste mesmo outeiro e desta cronologia de finais do século III a. C. (Fabião, 2003:79).

Por outro lado, a moeda mais recente é um tremisse bizantino de imitação de Justino I da casa de cunhagem de Constantinopla, emitido entre 565 e 578 (Fig. 5b). Apesar da singularidade do achado, a única coisa que sabemos é que foi encontrada casualmente no *ager* de *Balsa* (Cesário, 2005: nº 8383/3–18).

O arco cronológico de oito séculos balizado por estas peças conduz-nos aos diferentes momentos de uso de moeda em *Balsa*, daquela emitida pela própria cidade e da que chegava de distintos lugares,



Fig. 5

- a. Hemishekel hispano-cartaginés procedente do Cerro do Cavaco (Col. Particular).
 b. Tremisse de Justino I encontrado no *ager* de *Balsa* (Cesário, 2005: n° 8383/3-18).



Fig. 6

- a. Chumbo de *Ossonoba* encontrado no *ager* de *Balsa* (Col. Particular).
 b. Chumbo de *Baesuris* recuperado na *villa* romana de Flandres (Col. Particular).
 c. “Mitad” de *Gadir* procedente do Cerro do Cavaco (Col. Particular).

bem como das flutuações na ocupação desta urbe e respetivo território.

Deste modo, na época republicana, a acrescer à numerosa moeda fabricada em *Balsa*, verifica-se um aprovisionamento monetário procedente sobretudo das cidades próximas como *Ossonoba* (Fig. 6a) e *Baesuris* (Fig. 6b), para além de peças pontuais da Hispânia de Ulterior, futura Bética, em que se destacam moedas de *Gadir* (Fig. 6c). Outros materiais cerâmicos recuperados nos sítios do Algarve permitem constatar esta relação, já que a enorme quantidade de importações provenientes da baía gaditana tem vindo a ser interpretada como mais um testemunho de um comércio de tipo institucional controlado pela “liga gaditana” ou então como parte de um processo de colonização territorial dirigido desde *Gadir* (Sousa e Arruda, 2010:972). Ao mesmo tempo, estes materiais, moedas e cerâmicas, ilustram o contínuo trânsito marítimo e portuário entre as povoações do arco atlântico do sudoeste peninsular.

Adicionalmente, a série de achados de numerário de casas de cunhagem do grande grupo púnico-turdetano situado em torno do vale do Guadalquivir e no *Lacus Ligustinus* (Fig. 7) está em consonância com o aparecimento de ânforas de barro produzidas nestas zonas (Viegas, 2011). Estes achados de grandes recipientes de transporte poderiam ser explicados, entre outros motivos, pela falta de oleiros na própria *Balsa* (Bombico 2017 a e b). Tal poderia ter também fomentado a importação deste tipo de recipientes, sendo que as gentes que os transportavam seriam as que traziam consigo o numerário das suas cidades de origem.

A esta chegada de numerário hispânico variado soma-se uma afluência pontual de moeda romana republicana trazida por cidadãos do Império em diferentes momentos dos séculos II e I a. C. Poderá ter sido trazida por soldados, vindos para alguma guarnição militar, como aquela proposta para o Serro do Cavaco, associada aos primeiros momentos da presença romana na Ibéria. Mas também poderão ter sido perdidas pelas pessoas que transportavam produtos como ânforas de vinho ou cerâmica de mesa, achados nesta zona do Algarve (Fabião, 2003:78–80).

Dos séculos I a III d. C., regista-se em *Balsa* numerário provincial e imperial e este último predomina largamente sobre os restantes amoedamentos. Na sua globalidade, o numerário provincial diminui face ao hispano pré-imperial. A maioria

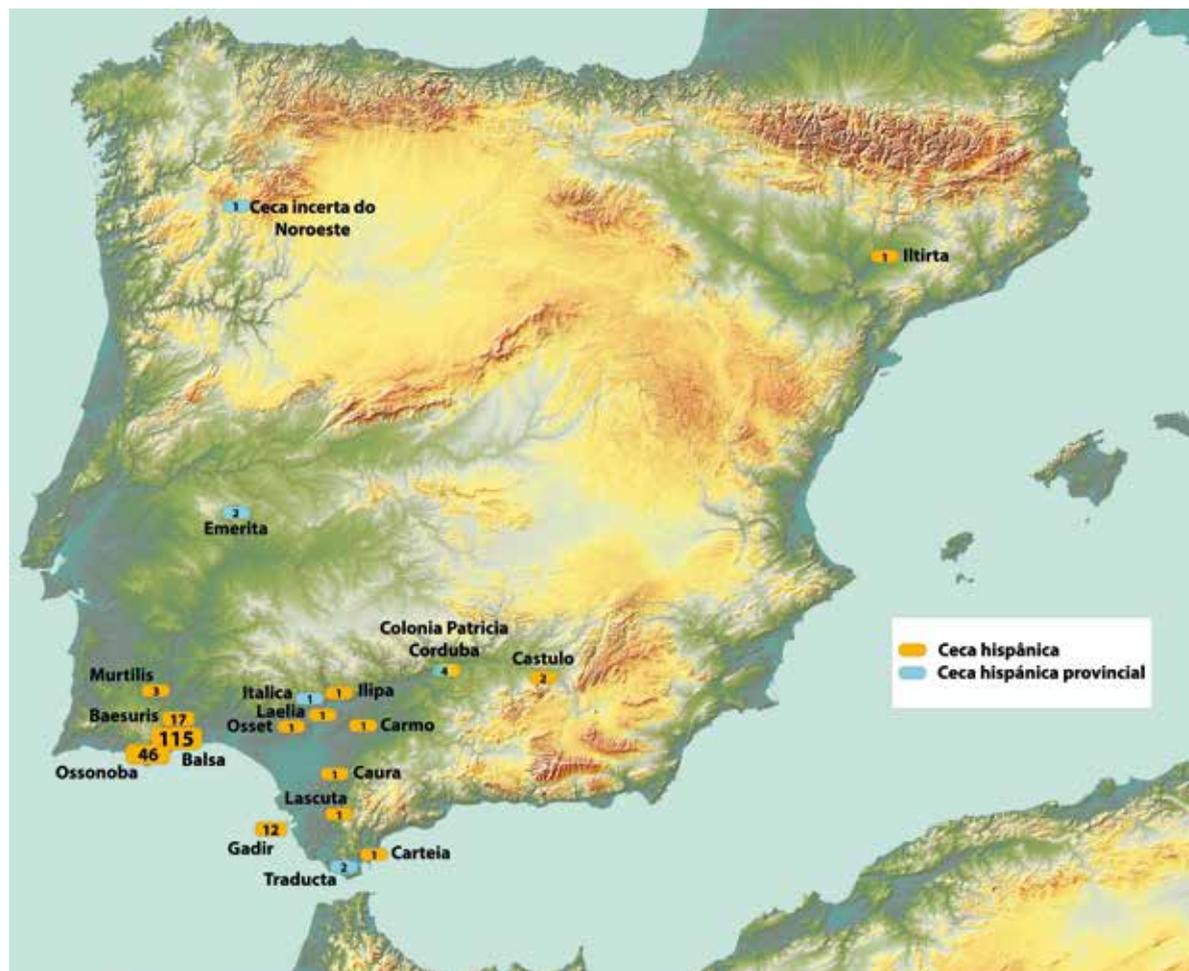


Fig. 7

Mapa com a localização das cecas hispánicas e provinciais recuperadas em *Balsa*.

continua a proceder do vale do Guadalquivir — de *Colonia Patricia e Italica* — (Fig. 7). A este numerário hispano soma-se o singular semisse de Gordiano III (Fig. 8a) cunhado em *Balanea-Claudia Leucas* (atual Baniyas, Qalaat el-Marqab, Síria), encontrado durante as escavações de Estácio da Veiga em na quinta da Torre d’Aires (1866), embora não saibamos detalhes do respetivo contexto arqueológico (Ruivo, 2008: n.º 5).

Vale a pena aqui recordar que, para Maia (2006), *Balsa* poderia ser considerada um “superporto na época romana”. A significativa categoria a que é elevada esta cidade leva-nos a questionar se este achado sírio poderia precisamente ter que ver com esta enorme capacidade portuária e se teria

permitido que, no século III, pudesse ter existido algum tipo de rotas ou de escalas que franqueassem o Mediterrâneo e justificassem o achado desta moeda de *Balanea* na própria *Balsa*. Mas esta questão só poderá ser esclarecida se forem encontrados outros tipos de materiais procedentes desta região do Oriente mediterrânico.

As moedas de produção imperial dos primeiros três séculos são escassas mas particularmente significativas: abrangem a representação de 26 imperadores com cronologias correlativas e com poucas ausências, incluindo vários dos protagonistas da crise militar do século III d. C. Na sua grande maioria, são bronzes, predomina o asse, e o numerário de prata, como o denário, tem uma presença episódica (Fig. 8b). Por conseguinte, é a moeda de pouco valor que mais dados nos proporciona e, apesar de nos apontar para uma maior



Fig. 7

a. Semis de Gordiano III da ceca de *Claudia Leucas* achada na Quinta da Torre de Aires (MNA 147/69).
 b. Denário de Trajano procedente da *villa romana* de Flandres (Col. Particular. Imagem de Fraga da Silva).
 Flandres (Col. Particular. Imagem de Fraga da Silva).



Fig. 8

A. Antoniniano de Galieno encontrado na Quinta da Torre de Aires (Col. Particular. Imagem de Fraga da Silva). B. AE2 de Honório achado na Quinta da Torre de Aires (MNA 144/07).

circulação destes pequenos divisores pela cidade, devemos manter presente que o seu baixo valor justifica que haja mais casos de perda, já que o proprietário da moeda não investiria a mesma preocupação em recuperar um asse perdido comparativamente com uma moeda de ouro ou prata.

Os totais de moedas por imperador aumentam consideravelmente nos últimos séculos do império romano em comparação com o período anterior e vão ininterruptamente de Galieno (Fig. 9a) a Honório (Fig. 9b). A maioria são antoninianos e o resto das denominações baixo-imperiais são bronzes, entre os quais se destacam os divisores pequenos. Quanto às oficinas que produziam este numerário, a maioria são ocidentais, de Roma em particular, o que justifica a presença do referido número de antoninianos. Seguem-se a oficina de *Arelate*, *Constantinopla* e *Antioquia*, e em menor número cunhagens de *Treveris*, *Aquileia* e *Siscia*. Por último, surgem pontualmente moedas com origem em *Nicomédia*, *Lugdunum*, *Alexandria*, *Cartago*, *Tessalónica*, *Mediolanum*, *Heracleia*, *Ambianum*, *Colonia Agrippinensis* e *Tizinum*.

Esta distribuição de casas de cunhagem baixo-imperiais contrasta com o que se observa relativamente à entrada em *Balsa* e *Ossonoba* de ânforas com peixe e azeite com origem no Norte de África, embora as béticas continuem em maioria e as restantes sejam de produção local lusitana, principalmente dos centros do Algarve (Viegas, 2008 a e b). Não obstante, estes níveis de importação de produtos norte-africanos não parecem estar em consonância com o número de cunhagens procedentes da casa de cunhagem de Cartago encontradas nesta zona, já que, como indicámos, são uma minoria. Tal poderia acontecer por a moeda e os produtos oleários e piscícolas, frequentemente associados à provisão de víveres (Bombico, 2017 a e b), não utilizarem os mesmos trâmites de distribuição, o que justificaria, ao contrário do que sucedia na época republicana e alto-imperial, que a oficina emissora de moeda e a origem dos produtos importados não coincidissem.

Os achados monetários de Balsa e do seu território estarão online muito em breve, graças ao projeto WONDERCOINS (PAIDI P20 - 01295) do programa de apoio à I+D+i do plano Andaluz de investigação, desenvolvimento e inovação (PAIDI, 2020).

Bibliografia

- Arévalo González, A. e Moreno Pulido, E. (2017). La moneda y el trasiego portuario. Una mirada desde la costa atlántica del sur de Hispania. In J.M. Campos & J. Bermejo, eds.- *Los Puertos Atlánticos Béticos y Lusitanos y su relación comercial con el Mediterráneo*. Roma: L'Erma, p. 169–203.
- Bombico, S. (2017a). A navegação romana no Atlântico: um património marítimo entre o material e o imaterial. *ARGOS: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*, 5, 40–48.
- Bombico, S. (2017b). A exportação de produtos lusitanos na Antiguidade Tardia: rotas, cargas e naufrágios no Mediterrâneo Ocidental (Séculos III a VI) – Dados Preliminares. In C. Teixeira & A. Carneiro, coord. – *Arqueologia da transição: Entre o Mundo Romano e a Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 185–211.
- Casariago Córdoba, A. Cores Uría, G. e Pliego Herrera, F. (1987). *Catálogo de plomos monetiformes de la Hispania antigua*. Madrid: Artis Traditio.
- Cesário, A.V. (2005). *Moedas de Balsa*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.
- Fabião, C. (2003). O Serro do Cavaco (Tavira). In *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Inst. dos Museus e da Conservação, p 77–84.
- Faria, A. M. de (1995). Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português. In M^a P. García-Bellido e R. M. S. Centeno, ed.- *La Moneda Hispánica. Ciudad y Territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*. Madrid: CSIC, p. 143–154.
- Faria, A.M. de (2001). *Oppida veteris latii Eborae, quod item liberalitas Iulia et Myrtilis ac Salacia* (Plin. Nat. 4.117). *Vipasca*, 10, 71–82.
- Gomes, A. (1998). *Moedas do território português antes da fundação da nacionalidade (hispano-romanas)*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.
- Gomes, R.M. e Gomes, M.M. (1981–1983). Novas Moedas Hispânicas de Balsa e Ossonoba. *Nvmmvs*, 2.ª Série IV, V e VI, 155–182.
- Hipolito, M.C. (1960–1961). *Dos tesouros de moedas romanas em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Maia, M. G. P. (2006). Tavira, como um porto-santuário de influência fenícia. *Xelb*, 6, 229–239.
- Mantas, V. G. (1997). As civitates: Esboço da geografia política e económica do Algarve Romano. In M. F., Barata, ed.- *Noventa séculos entre serra e o mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 283–310.
- Martínez Mira, I. (1995–1997). Tesorillos del s. III d.C. en La Península Ibérica. *Lvcentvm*, XIV–XVI, 119–180.
- Moreno-Pulido, E. e Arévalo González, A. (2021). La moneda como reflejo del movimiento de personas y mercancías en las ciudades portuarias de Myrtilis, Balsa y Ossonoba y sus territoria. In J.M. Campos Carrasco e J. Bermejo Meléndez, eds.- *Del Atlántico al Tirreno. Puertos hispanos e itálicos*. Roma: L'Erma di Bretschneider, p. 249–330.
- Pereira, C. (2014). *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Ruivo, J. D. S. (2008). *Circulação monetária na Lusitânia do século III*, Porto, Universidade do Porto.
- Sousa, E. e Arruda, M. (2010). A gaditanização do Algarve. *Mainake*, XXXII, 951–974.
- Veiga, S. E. da (1866). *Povos balsenses. Sua situação geographico-physica dirigida por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares*, Lisboa: Livraria Catholica.
- Veiga, S. E. da (1889). *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 3.
- Viegas, C. (2008a). Amphorae Imports in Southern Lusitania (Algarve), Recent evidence from urban sites: the Roman town of Balsa. In *Rei Cretariae Romanae Acta* 40. Bona: Habelt, p. 493–504.
- Viegas, C. (2008b). A cidade de Ossonoba: importações cerâmicas. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve, p. 215–231.
- Viegas, C. (2011). Ritmos do povoamento e economia do Algarve romano: entre o Mediterrâneo e o Atlântico. *O Arqueólogo Português, Série V*, 1, 15–204.
- Villaronga Garriga, L. e Benages Olivé, J. (2011). *Ancient Coinage of the Iberian Peninsula: Greek, Punic, Iberian, Roman*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.

As cerâmicas de *Balsa*¹

Catarina Viegas

UNIARQ, Centro de Arqueologia,
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

¹ De pequenos fragmentos ao contributo para o conhecimento da história económica da cidade.

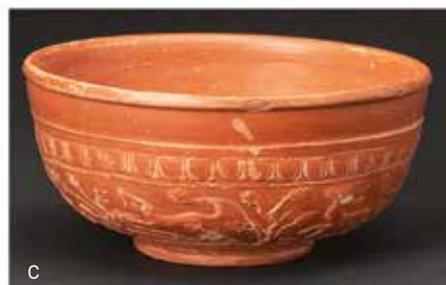


Fig. 1

Fotografia com cerâmicas de *Balsa* (A), registo de Estácio da Veiga. Taça de *terra sigillata* sudgálica. Fotografia de Estácio da Veiga e registo fotográfico actual (B e C, respectivamente). Arquivo Museu Nacional de Arqueologia

Aspectos introdutórios. Historiografia.

No estudo da cerâmica de *Balsa* confluem diversos aspectos e quase que se pode dizer a história da sua investigação ilustra como se têm desenvolvido estas pesquisas, fruto da evolução dos estudos em Arqueologia.

Naturalmente, as primeiras notícias sobre achados em *Balsa* têm origem em Estácio da Veiga, ainda no séc. XIX. A cerâmica não atraiu imediatamente a atenção deste investigador. Pelo contrário seriam sobretudo os monumentos epigráficos e os achados numismáticos a adquirir o maior protagonismo. Estes, juntamente com as escavações realizadas no sítio e a informação das fontes literárias, designadamente do Itinerário de Antonino permitiram a localização de *Balsa* na Quinta de Torre de Ares (Veiga, 1866).

Da série de objectos recolhidos, tendo em vista a constituição do Museu do Algarve, este arqueólogo obteve um amplo conjunto de artefactos da necrópole norte de *Balsa*. Da listagem e dos registos posteriores que nos chegaram e que se encontram actualmente no arquivo do Museu Nacional de Arqueologia percebe-se que, no que se refere às cerâmicas, as peças em destaque correspondiam quase exclusivamente a peças completas que seriam provenientes da necrópole. Aliás esta prática era a habitual na época, seguida por outros estudiosos que percorreram os sítios algarvios e desta forma enriqueceram as coleções museológicas locais, então ainda em formação. Estácio da Veiga utilizou o registo fotográfico exibindo nessas imagens vasos de paredes finas, *terra sigillata*, urnas, objectos em metal e osso e raros exemplares de ânforas, de vários sítios algarvios (Fig. 1 A e B).

Na obra *Povos Balsenses* são os monumentos, ou melhor as inscrições epigráficas que mais interessam na identificação do nome da cidade e na sua localização além das distâncias em milhas mencionadas no Itinerário de Antonino (Veiga, 1866: 16-17). Neste trabalho, são referidas moedas e alguns objectos romanos, mas não há qualquer alusão directa à cerâmica.

Durante o séc. XIX a cerâmica mais cobiçada por parte de arqueólogos e estudiosos seria a *terra sigillata*, então designada por “vasos samios” ou “barros saguntinos”. Leite Vasconcelos nas suas excursões pelo país, e particularmente pelo Algarve

e numa deslocação a Castro Marim menciona especificamente “(...) os “*mercadores* romanos, que vinham buscar os nossos figos e o nosso atum, tão gabado por Estrabão, e em troca deixavam pelas cidades do Algarve os lindos vasos samios historiados, que ainda lá aparecem a cada passo aos bocados, pelos campos, e cujos restos eu sempre procuro com tanta cobiça, quando ando nas minhas pesquisas archeologicas!” (Vasconcelos, 1895: 246).

Na sequência da Carta Arqueológica do Algarve, que Estácio da Veiga empreendeu entre 1876 e 1878, a documentação que posteriormente foi objecto de publicação pela sua descendente Maria Luisa E. da V. A. dos Santos indica os sítios que “explorou”, portanto os que foram objecto de escavações e reproduz o registo gráfico (com planta de localização das áreas escavadas e desenhos de algumas sepulturas, etc.) (1971, nº 35). M. L. A. Santos na descrição dos distintos sítios algarvios e concretamente de *Balsa* descreve, num ponto específico dedicado à “Cerâmica”, a *terra sigillata*, as marcas de oleiro e algumas formas completas de *sigillata* sudgálica e hispânica decoradas ou o “askos” de *sigillata* africana ou ainda a cerâmica de paredes finas, as lucernas sem esquecer alguns fragmentos de ânfora com marcas de oleiro.

Nos anos 70, Maria e Manuel Maia realizaram uma intervenção arqueológica em *Balsa*. Escavaram-se 3 sectores correspondentes a um conjunto de canalizações, uma unidade de produção de preparados piscícolas e uma área residencial (sectores 1 a 3). Os materiais que resultaram dessa intervenção foram depositados nas reservas do MNA (Maia e Maia 1977).

O primeiro estudo realizado já sob moldes actuais sobre a cerâmica de *Balsa* foi produzido por Jeannete Nolen com a colaboração de um conjunto de investigadores como Jorge de Alarcão, Helena Catarino, Carlos Fabião e Manuel Luís Real (1994). A preocupação já não reside apenas na descrição de objectos completos, juntando-se à amostra proveniente da área da necrópole outros materiais das escavações de M. e M. Maia. Além do estudo tipológico das diversas categorias cerâmicas e dos vidros, destaca-se, por exemplo, a preocupação com a descrição dos fabricos de cerâmica comum ou ainda a valorização e análise do conjunto de cerâmica medieval. Identificam-se

tipologias, áreas de proveniência e a cronologia.

Retomamos nestas linhas parte do estudo que realizámos sobre os materiais de *Balsa* provenientes das escavações de M. e M. Maia (Viegas 2011), nunca perdendo de vista o detalhado exame dos materiais provenientes da necrópole de *Balsa* (Pereira 2018).

A uma primeira etapa de estudos em que foram especialmente valorizadas as peças completas, sucedeu-se uma investigação em que se procura identificar nas cerâmicas o perfil de consumo e as respectivas áreas de abastecimento integrando-a nas dinâmicas de ocupação da cidade.

Por que estudamos a cerâmica romana

Em época romana o comércio inter provincial à escala do Império permitiu a chegada de produtos das mais diferentes regiões: cerâmica de construção, mármore, produtos alimentares como preparados piscícolas, azeite e vinho do Mediterrâneo central e oriental, de Itália ou da Gália; cerâmicas de mesas, vidro, para dar apenas alguns exemplos entre muitos outros produtos que pela sua natureza escaparam ao registo arqueológico.

Estudamos a cerâmica romana porque a sua presença, em quantidades apreciáveis, nos vários contextos arqueológicos de época romana, nos ajuda a compreender como se abasteceram as populações que habitaram em cidades como *Balsa*. Tentamos saber quais foram os mercados preferenciais e quais os produtos importados. Com a identificação dos ritmos destes abastecimentos procura-se ainda entender as dinâmicas de ocupação e do progressivo ou repentido abandono. Esta leitura não está isenta de problemas e deverá ser sempre conjugada, na medida do possível, com os restantes vestígios arqueológicos e com os dados epigráficos e numismáticos.

Pela sua localização e estatuto a cidade de *Balsa* constituiu-se como um ponto de chegada de uma quantidade e diversidade apreciável de produtos manufacturados e de alimentos transportados em ânforas. Além da importação da cerâmica de mesa importada (*terra sigillata*) há a sinalizar ainda a cerâmica comum importada que é muito abundante em *Balsa* e no geral em todo o Algarve romano. Referimo-nos às produções originárias da península



Fig. 2

Mapa do Mediterrâneo com as principais regiões que abasteceram a cidade romana de *Balsa* durante o império e a antiguidade tardia:

1. Península itálica; 2. Gália; 3. Bética; 4. Tarraconense; 5. Sicília (Siracusa); 6. Norte de África (Tunísia); 7. Ilha de Pantelleria; 8. Mediterrâneo Oriental (costa da actual Turquia).

e das elites balsenses e mostram-nos como a cidade se encontrava bem integrada nas redes de comércio que se desenvolveram entre o Mediterrâneo e o Atlântico (Fig. 2). Por outro lado, a chegada de alimentos acentua a componente Mediterrânea da dieta alimentar – como se poderá depreender pelo conjunto de importações de vinho, de azeite e de preparados de peixe que aportaram à cidade, vindos sobretudo da vizinha província Bética,

itálica, da Bética (Fig. 3A.) e posteriormente norte africana. Mais raramente, *Balsa* importou também cerâmica comum de Siracusa (na Sicília) e de Pantelleria.

As cerâmicas importadas dão-nos conta da capacidade aquisitiva da população

mas igualmente de Itália, da Gália, do Norte de África ou do Mediterrâneo oriental.

A cerâmica de *Balsa* no período Alto imperial (séc. I-III)

O início das importações para a cidade de *Balsa* marcam o começo do seu crescimento e desenvolvimento. De facto foi sobretudo a partir do reinado de Augusto, mas sobretudo com Tibério que assistimos à chegada de produtos manufacturados com origem na Península Itálica correspondendo à cerâmica de mesa importada: a *terra sigillata* itálica. Trata-se um tipo de cerâmica que era utilizada para o consumo de alimentos nas mesas mais abastadas. As formas mais frequentes correspondem a pratos de bordo vertical e a taças cónicas com idêntica característica, que se convencionou designar como serviço II de Haltern, por serem muito frequentes nesse acampamento militar da fronteira germânica

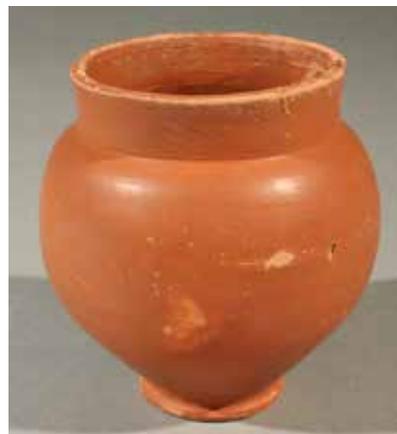
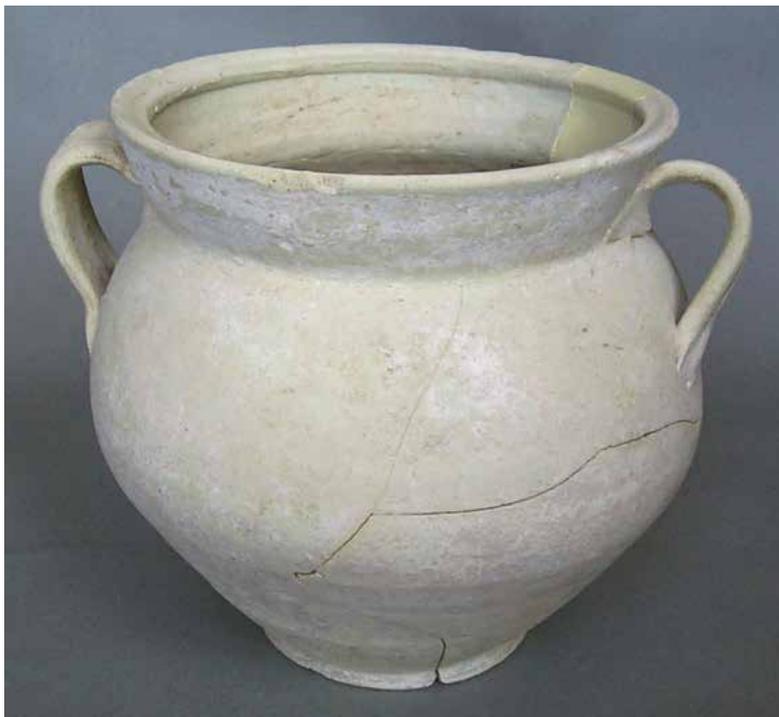


Fig. 3

Cerâmica comum bética (A) e terra sigillata hispânica de Balsa (B e C) (necrópole). Arquivo Museu Nacional de Arqueologia.

confirmam a ausência das produções mais antigas (como as marcas radiais) e testemunha a importação de locais como Arezzo ou Pisa. Nesta fase, chegaram ainda da Península itálica pequenos recipientes que serviram para consumo de líquidos: copos e potinhos de cerâmica de paredes finas, mas estes são relativamente raros na cidade algarvia e apenas se adquiriram até ao momento em que a província bética iniciou a sua produção e exportação.

É notável a coleção de cerâmica de paredes finas, pelo seu estado de conservação e pela diversidade de técnicas decorativas que exhibe, sobretudo a recuperada na necrópole de *Balsa* por Estácio da Veiga ainda no séc. XIX (Nolen 1994; Pereira 2018). Estes pequenos recipientes para consumo de líquidos à mesa e que fazem parte do mobiliário funerário associado aos enterramentos de *Balsa*, foram produzidos na Bética a partir dos inícios do séc. I

do império e que correspondem a um momento mais avançado desta produção. As marcas de oleiro dos exemplares balsenses

com argilas muito depuradas e ostentam além de um engobe como tratamento da superfície, decoração de barbotina com diversos motivos como folhas de água, escamas de pinha, ou guilhoché.

A cerâmica de mesa fina importada do sul da Gália (*sigillata* sudgálica) é a que regista maiores quantidades em *Balsa* (41%) (Viegas 2011). Apesar de poder ter começado a chegar à cidade algarvia ainda durante o reinado de Tibério ou Cláudio, o estudo das formas lisas, decoradas e das marcas de oleiro, permite avançar que a maior parte destas cerâmicas foram importadas durante o reinado dos Flávios ou num momento ligeiramente posterior, nos inícios do séc. II. A percentagem de formas decoradas é muito elevada em *Balsa*, o que não deixa de surpreender quando comparado com outras cidades do Algarve, como Faro e Castro Marim (Viegas 2014), ou mesmo béticas como *Baelo Claudia* ou *Hispalis* (Sevilha) (Arnold e García Vargas 2021).

As produções de cerâmica de mesa hispânicas, com difusão a partir da Tarraconense (Trício) ou da Bética (Andújar) são relativamente escassas, correspondendo a pouco mais de 8% do total da

terra sigillata (Fig. 3 B e C). Além destas, a população de *Balsa* utilizou ainda alguma cerâmica de mesa que imitou as formas de *sigillata* e que foi produzida em Peñafior e noutras regiões da Bética (Bustamante e López 2014)

A partir dos finais do séc. I ou inícios da centúria seguinte, *Balsa*, tal como os restantes sítios algarvios começam a receber a cerâmicas de mesa originárias do Norte de África (actual Tunísia) como a *sigillata* africana A e A/D.

A intensa actividade do porto de *Balsa* transparece ainda quando observamos as ânforas. Estes contentores são um valioso testemunho da origem e natureza de muitos dos produtos alimentares que chegaram à cidade de *Balsa*. A importação de alimentos, com origem na vizinha província bética é muito expressiva e faz-se notar pelo conjunto numeroso de ânforas que tiveram origem naquela região (Fabião 1994; Viegas 2011). Durante o período alto imperial estas ânforas correspondem a quase 90% do total (Fig. 4). No entanto, outras regiões abasteceram a cidade como a Península Itálica, a Gália, ou o Norte de África. Os produtos lusitanos são muito escassos e apenas alguns exemplares de ânforas Dressel 14 testemunham esta fase produtiva das oficinas do vale do Tejo e sobretudo do Sado.

No abastecimento oriundo da Bética destacam-se os preparados piscícolas, numa etapa em que a produção local/regional algarvia estaria a dar os primeiros passos, como o provam as olarias de Manta Rota e S. Bartolomeu de Castro Marim (Fabião 2004; Bernardes e Viegas 2016). Efectivamente, são as ânforas da baía de Cádiz que chegam em maiores quantidades à costa algarvia atingindo uma percentagem de 61,1% (com os tipos Dressel 7/11 e Beltrán 2A e 2B) e que terão transportado diferentes tipos de produtos à base de peixe e sal. Foram utilizados diferentes contentores anfóricos que hoje se questiona se poderiam ter servido para distintos tipos de preparados piscícolas.

Por outro lado, o azeite tem igualmente a sua origem naquela província, identificado pela presença das ânforas Dressel 20 oriundas do Vale do Guadalquivir. Neste período, a produção de azeite seria já certamente efectuada em território algarvio, como o testemunham os dados de algumas *villae*, como por exemplo Milreu (Teichner 2008).

Mas para além dos cereais e do azeite, a completar a tríade da alimentação Mediterrânea é essencial referir o vinho. Assim, os produtos vînicos (o vinho e os seus derivados como o *defrutum*) estão bem representados em *Balsa*, constituindo 27% dos alimentos transportados em ânforas, mas destacam-se sobretudo pela diversidade da sua origem. Dos exemplares recolhidos nas escavações dos anos 70, a maior quantidade de vinho continua a ser originária do Vale do Guadalquivir (transportado em ânforas do tipo Haltern 70), mas identificaram-se também vinhos da Península itálica (região do Lácio e Campânia), da Gália e do Mediterrâneo oriental, como sucede com o raro exemplar da forma Agora M54. Trata-se de importações que nos remetem para o consumo por parte de elementos da elite que certamente estaria envolvida na administração da cidade. Por outro lado, e como foi assinalado à data da sua publicação, esta importação “Sublinha o carácter cosmopolita das costas algarvias e, concretamente, as ligações deste ao Mediterrâneo Oriental, já devidamente assinalado pelos estudos da onomástica pessoal registada no local” (Fabião, 1994: 23).

Recentemente, uma curiosa “descoberta” nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia quando decorria investigação sobre as marcas anfóricas, revelou ainda a existência de uma ânfora da Tarraconense com marca (Fabião *et al.*, 2016). Com este exemplar, que corresponde a um dos raros exemplares de ânforas recolhidos por Estácio da Veiga, amplia-se ainda mais o leque de diversidade de origens do vinho que chegava a *Balsa*. Tal como se referiu a propósito do azeite, também a produção de vinho seria uma realidade presente no Algarve romano, mais uma vez ligada às explorações agrícolas do tipo *villa*. Aparentemente, no território algarvio esta produção foi relativamente circunscrita às necessidades locais, ao contrário de outras regiões da Lusitânia, como terá sido o caso do vale do Tejo, em que chegou a haver produção de ânforas tendo em vista a exportação deste produto (Lusitana 3).

Esta importação quase massiva de produtos alimentares da bética deve ser entendida num quadro regional de integração económica em que o sul da Lusitânia – correspondente ao actual território algarvio – se abastece preferencialmente na vizinha província bética, algo que constitui uma realidade transversal a todo o território algarvio, como tem

sido por diversas vezes demonstrado. Por outro lado, esta preponderância dos produtos da *Ulterior/Baetica* tem antecedentes na Idade do Ferro e no período republicano como foi possível observar em Faro e Castro Marim (Viegas 2011) ou mais a ocidente, em Monte Molião (Sousa e Arruda, 2010).

A enorme procura de cerâmica comum de uso doméstico para funções tão diversificadas como o armazenamento de alimentos (potes e talhas), a preparação de alimentos a frio (almofarizes e alguidares) e a quente (pratos, potes/panelas) ou o serviço de mesa (pratos, tigelas e taças) determinou que além de um conjunto de produções locais e regionais de pastas alaranjadas ou outras cinzentas mais grosseiras, *Balsa* se abastecesse igualmente deste tipo de produtos na Bética. As cerâmica comum bética identificada pela característica pasta calcária (Fig. 3 A), cobrem a totalidade das funções domésticas, com excepção da preparação de alimentos a quente e a diversidade das características dos seus fabricos remete-nos para distintas áreas de produção naquela província. Assim, identificam-se materiais que se podem atribuir à baía de Cádiz, de distintos locais do curso do Guadalquivir, ou mesmo da costa Mediterrânea. Mesmo sem dispormos de dados estratigráficos seguros ou quantificações afinadas, podemos avançar com bastante segurança que até aos finais do séc. II a presença desta cerâmica seria muito significativa.

As importações de cerâmica comum itálica seriam igualmente uma realidade, embora com menor expressão que as originárias da Bética, assinalando-se algumas cerâmicas identificadas pela primeira vez no território português como sucede com raros exemplares de pequenas jarras produzidas na Sicília, em Siracusa (Malfitana *et al.*, 2014; Viegas 2020).

Do que temos vindo a conhecer da produção local/regional de cerâmica comum de pastas cinzentas grosseiras, estas ocorrem também em grande quantidade no sítio e incluem um repertório de formas relacionadas com a confecção de alimentos, como os potes/panelas, os pratos e as tampas. São estes mesmos potes/panelas que se identificaram com a função de urna na necrópole de *Balsa*. A presença destas produções cinzentas grosseiras em Munigua (Vegas 1969) ou em trabalhos mais recentes sobre materiais do porto de Arles em que surgem associadas a ânforas béticas e outras

cerâmicas igualmente daquela província (Djaoui 2016), levam-nos a colocar algumas reservas acerca da sua atribuição a uma produção local exclusiva de *Balsa* (Viegas 2012). A questão da origem destes materiais será mais complexa do que inicialmente se supôs.

As alterações no consumo de cerâmicas durante o Baixo império e a Antiguidade tardia (séc. III- V/VI)

A partir dos finais do séc. I e os inícios do séc. II, as cerâmicas comuns originárias da Tunísia (cerâmica de cozinha africana) começaram a atingir a costa algarvia juntamente com as importações de cerâmica de mesa da mesma proveniência (*sigillata* africana A e A/D). Este fenómeno vai intensificar-se durante todo o séc. III e IV, sendo igualmente identificados outros produtos com origem naquela região. Referimo-nos, por exemplo, às ânforas que nesta fase (do séc. III ao V/VI) são responsáveis por 18,2% dos produtos alimentares que chegam à cidade (Fig. 4). A discussão sobre quais os produtos que transportariam está longe de estar solucionada. Se é certo que tradicionalmente se atribui à produção de azeite o factor impulsionador da economia Tunisina deste período, nos últimos anos outros conteúdos têm vindo a ser propostos como os preparados piscícolas, ou mesmo o vinho (Bonifay 2004).

Além dos produtos alimentares norte africanos surge nesta fase uma outra importante região enquanto área de abastecimento de produtos alimentares para a cidade de *Balsa*. Trata-se das produções com origem no contexto local/regional lusitano que terão transportado igualmente preparados piscícolas. Além das produções lusitanas, os preparados piscícolas béticos permanecem com um peso importante (com 43,7%), sendo o volume de azeite da mesma origem muito escasso. O vinho importado encontra-se praticamente ausente, a menos que se possa atribuir essa mercadoria a alguns dos contentores africanos.

Para uma correcta interpretação destes dados é preciso ter em conta que mais de metade do conjunto de ânforas estudado teve a sua origem na unidade de produção de preparados piscícolas identificada nos anos 70,

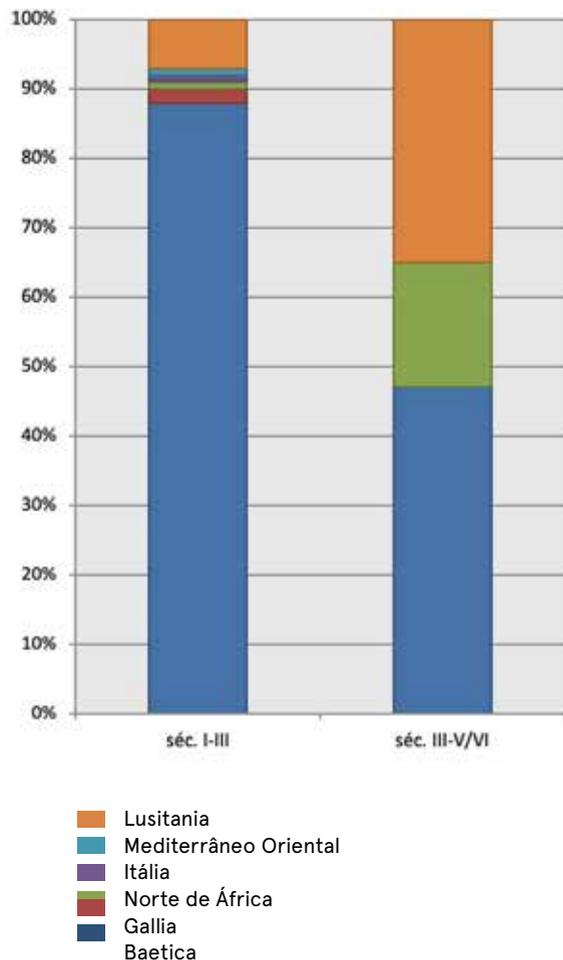


Fig. 4
Distribuição percentual das ânforas de *Balsa* durante o período alto imperial (séc. I-III) e durante a antiguidade tardia (séc. III-V/VI).

o que pode produzir alguma distorção na amostra, dada a funcionalidade específica do local enquanto área artesanal. Deve destacar-se a este propósito, o carácter consumidor e simultaneamente também produtor e exportador destes núcleos urbanos que levam a considerar que alguns destes contentores lusitanos estavam destinados também à comercialização/exportação dos preparados piscícolas produzidos nas várias unidades de produção /cetárias identificadas em *Balsa* e nas áreas mais próximas.

Será interessante no futuro comparar-se estes dados com os de outras áreas da cidade que têm vindo a ser intervencionadas e assim

completar o quadro proposto. Não esqueçamos que a identificação de uma distribuição percentual semelhante em outras cidades algarvias, como sucede em Faro, permitem-nos a supor que se trata de um perfil de consumo a que se poderá atribuir alguma confiança (Viegas, 2011; Almeida *et al.*, 2014).

Como referido anteriormente, as produções locais regionais de cerâmica comum mantêm-se nesta fase, mas a cerâmica de cozinha - caçoilas, e tachos e as respectivas tampas - com origem na região do norte da Tunísia é muito abundante. Trata-se de cerâmica que pelas suas características de elevada resistência ao choque térmico, teve grande sucesso em todos os sítios algarvios mostrando mais uma vez a forte ligação desta região ao Mediterrâneo. Alguns destes recipientes podem ter tido funções relacionadas com o serviço de mesa, mas durante o período que se estende do séc. III ao séc. V/VI ou mesmo VII são as produções norte africanas também do Centro e Norte da Tunísia, as mais relevantes (*sigillata* africana C e D). No entanto, a partir dos finais do séc. IV - V assiste-se a uma redução do volume das importações, um fenómeno que corresponde ao declínio anunciado da própria cidade que irá repercutir-se também na importação de produtos manufacturados. Nas fases finais da ocupação do sítio, e apesar da diminuição do volume de mercadorias que chegaram à cidade, outras áreas de abastecimento são dignas de referência como o Mediterrâneo oriental (costa da actual Turquia para a *sigillata* focence tardia), ou a Gália (*sigillata* luzente e DSP). Desconhecemos com detalhe qual terá sido a dinâmica produtiva da cidade, geradora de riqueza que impulsionou a capacidade aquisitiva dos seus habitantes, mas foi muito possivelmente durante a antiguidade tardia que a produção de preparados piscícolas mais se desenvolveu.

Com uma tão grande exposição ao comércio marítimo ainda durante o baixo império e a antiguidade tardia, o norte de África assumiu um lugar de destaque no comércio balsense. A presença de alguns exemplares de cerâmica de Pantelleria pode assim ser justificada, uma vez que a sua comercialização se pode integrar nos circuitos que se desenvolveram no Mediterrâneo central e que foram responsáveis pela chegada das cerâmicas de mesa africanas como a *sigillata* africana D (Viegas e Almeida, no prelo).

Considerações finais

Desconhecemos o que terá determinado o abandono de *Balsa*, mas vários sinais dão conta do progressivo decréscimo de actividade no sítio e mesmo de abandono de algumas das estruturas produtivas da cidade.

Um dos sectores escavados durante as intervenções de M. e M. Maia corresponde a um conjunto de canalizações construídas e que desconhecemos se corresponderiam a parte do aqueduto que trazia água à cidade ou à cloaca (1977). Os dados obtidos com o estudo das cerâmicas permitiram datar o abandono destas estruturas no séc. IV/V. Essa terá sido também a data que apontamos para o desactivar das possíveis estruturas habitacionais do sector 3. Quanto à unidade de preparados psíquicos identificada no sector 2, esta apenas terá caído em desuso já no séc. VI.

O conhecimento que hoje dispomos do ritmos da vida económica de *Balsa* mostram-nos a actividade intensa da cidade e do seu porto sobretudo durante o período alto imperial, momento em que se intensificou também todo o povoamento da costa algarvia.

Nesta fase e com a criação da rede viária que ligaria toda a costa, assiste-se ao estabelecimento de diferentes tipos de unidades de povoamento como as *villae*, mas também outras de menores dimensões. A região oriental do actual Algarve, beneficiou ainda da proximidade da vizinha província Bética, e tal como toda a costa algarvia participou de uma verdadeira integração na esfera económica daquela região. Esta circunstância que era um traço já reconhecido em época anterior, na Idade do Ferro e no período republicano, apenas se irá modificar a partir do séc. III e IV com o crescente peso das províncias africanas e lusitana no abastecimento à cidade.

Apesar do quadro que é hoje possível traçar, muito há ainda a conhecer sobre as cerâmicas de distintas categorias recuperadas em *Balsa* e a perspectiva de integrar a informação conhecida nos dados contextuais das escavações mais recentes constitui um dos desafios a que a investigação futura poderá responder.

Bibliografia

- Almeida, R. R.; Viegas, C.; Beja, N.; Teixeira, N. (2014). As Ânforas do Mediterrâneo Oriental em Faro (Ossonoba). Novos dados para equacionar o comércio durante a Antiguidade Tardia. In R. Morais, A. Fernández e M. J. Sousa (Eds.), *As produções cerâmica de imitação na Hispânia. Actas do II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana* (Braga, 2013). Tomo II, Braga, p. 151-160
- Arnold, E. e García Vargas, E. (2021). Gaulish terra sigillata in Seville. New data, new perspectives. In C. Viegas e M. Bustamante-Álvarez (Eds.), *South Gaulish sigillata in Southwest Hispania. Circulation and Consumption. Estudos & Memórias*, 18. Lisboa: UNIARQ, p. 177-210.
- Bernardes, J. P.; Viegas, C. (2016). Roman Amphora Production in the Algarve (Southern Portugal). In I. V. Pinto; R. R. de Almeida e A. Martín (Eds.), *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution* (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10), p. 81-92.
- Bonifay, M. (2004). *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. series 1301).
- Bustamante Álvarez, M. e López Rosendo, E. (2014). Las imitaciones locales de Terra Sigillata en la bahía de Cádiz. In F. J. García Fernández e E. García Vargas (Eds.), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad (s. VI a.C. - VI d.C.)*, p. 271-299.
- Djaoui, D. (2016). Les céramiques hispaniques du dépotoir portuaire d'Arles-Rhône 3 (50-140 apr. J.-C.). Fouilles subaquatiques à Arles (Bouches-du-Rhône, France). In R. Járrega e P. Berni (Eds.), *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo* (Monografías Ex Officina Hispana 3). p. 962-975
- Fabião, C. (1994). As Ânforas. In J. U. S. Nolen (org.), *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, p. 17-36.
- Fabião, C. (2004). Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In D. Bernal Casasola e L. Lagóstena Barrios, (Eds.), *Actas del Congreso Internacional Figlinae Beticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana* (ss. II a.C. – VII d.C.) (Cádiz, Novembro 2003). Oxford: Archaeopress (BAR, Int. series 1266), p. 379-410.
- Fabião, C.; Guerra, A.; Almeida, J.; Almeida, R. R. de; Pimenta, J.; Filipe, V. (2016). *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Lisboa: Academia das Ciências.
- Maia, M. G. P.; Maia, M. (1978). *Relatório da Campanha de escavações realizada em Torre de Ares (Tavira) entre 24 de Outubro e 25 de Novembro de 1977*. Disponível no Arquivo de Arqueologia da DGPC.
- Malfitana, D., Lanteri, R., Cacciaguerra, G., Cannata, A., Pantellaro and Rizza, C. (2014). Cultura materiale e produzioni artigianali a Siracusa in età ellenistica e romana. Indagine multidisciplinari sul quartiere artigianale della città antica. In *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 43, 557-572.
- Nolen, J. U. S. (1994). *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus.
- Pereira, C. S. P. (2018). As Necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo Sul da Lusitânia, Suplemento 9, O Arqueólogo Português.
- Santos, M. L. E. da V. A. dos (1971). *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Sousa, E. e Arruda, A. M. (2011). A gaditanização do Algarve, *Mainake*, 32/II, p. 951-974.
- Teichner, F. (2008). *Entre tierra y mar – Zwischen Land und Meer. Arquitectura economía en el sur de la Lusitania romana – Architektur und Wirtschaftsweise im Süden der römischen Provinz Lusitanien*. (Studia Lusitania 3), Mérida: Museu Nacional de Arte Romano.
- Vasconcelos, J. L. de (1900). Da Lusitania à Bética, *O Arqueólogo Português*. S. 1, 5, p. 225-249.
- Vegas, M. (1969). Munigua: römische Keramik des 1. Jahrhunderts n. Chr. *Madridrer Mitteilungen*. 10, 199-250.
- Veiga, S. M. P. E. da (1866): *Povos Balsenses. Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares. Distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Editora, a Livraria Catholica.
- Viegas, C. (2011). *A ocupação romana do Algarve – estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos & Memórias 3. Lisboa: UNIARQ.
- Viegas, C. (2012). A cerâmica cinzenta grosseira do Algarve. In D. Bernal Casasola e A. Ribera i Lacomba (Eds.), *Cerâmicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: Univ. de Cádiz, p. 681-697.
- Viegas, C. (2013). Red in the west. Consumption patterns of gallo-roman sigillata in south-west Lusitania (Portugal). In M. Fulford e E. Durham (Eds.), *Seeing Red. New economic & social perspectives on Gallo-Roman terra sigillata*. (Reading, April 2011). BICCS supp-102, p. 258-277.
- Viegas, C. (2020). Late republican and early Empire common ware in Southern Lusitania (Algarve-Portugal): the Italian imports. In *Rei Cretariae Romanae Fautores Acta* 46, Oxford: Archaeopress, 129-138.
- Viegas, C. e Almeida, R. R. (no prelo). "Pantellerian Ware" in Southern Lusitania (Algarve): an integrated approach". In *Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry* (LRCW7), (Valencia, Riba-roja de Túria e Alicante 2019).

O *Instrumentarium* médico-cirúrgico Greco-Romano¹

Maria do Sameiro Barroso

¹ Núcleo de História da Medicina da Ordem dos Médicos; Centro de Investigação de Antropologia e Saúde (CIAS) da Universidade de Coimbra; Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa; Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Contacto: msameirobarroso@gmail.com
A autora não segue o chamado Acordo Ortográfico de 1990. Ortografia ne varietur, nos termos dos artigos 58.º e 56.º, números 1 e 2, do Código do Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei, nº 63/85, de 14 de Março (com alterações posteriores).

Em 1866, Estácio da Veiga, de seu nome completo Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891) (Fig. 1a), um dos pioneiros da Arqueologia em Portugal, publicou as suas descobertas, relativas à cidade romana de *Balsa*, na Quinta da Torre d’Ares, situada a 6 km de Tavira. Referindo-se às “ruínas da opulenta Balsa” (Veiga, 1866: 7), apresenta um monumento funerário, estudado pelo arqueólogo alemão Emil Hübner (1834-1901) no qual figura uma inscrição em grego vulgar que transcreve e traduz para português, salientando a sua importância por ser a única inscrição grega descoberta até então em território português (Fig. 1.b)

Na ara, erigida pelos pais de uma criança que falecera com um ano e vinte dias, figura um pássaro, um cacho de uvas e o texto da seguinte inscrição:

χερετε: Εύρνοζ και Αντιοχείς ιδίω τένω
Τατιάνω γλυκυτάτω , ζήσαντι ενιαυτόν και
ρועρας Κ .. , υγρυγς κάρειν ... χέρετε ... ντα.

Saude aos que passam . Evéno e Antiochis (nome do pae e da mãe) erigiram este monumento á memoria de seu proprio e mui querido filho Taciano, que viveu um anno e vinte... dias. Saude aos que passam... (Veiga, 1866: 27).

Sendo o nome dos pais grego e o da criança latino, é possível que tivessem sido escravos ou libertos, como tantos outros que encontramos, muito frequentemente, entre os médicos na época romana. A medicina grega entrara em Roma no século III a. C., após um surto de peste. Asclépio, o deus grego da Medicina, tomando a forma de uma serpente, viajara até à ilha Tiberina. Nesse lugar, foi edificado o primeiro templo dedicado a Asclépio. Uma moeda do Imperador Antonino Pio (principado 138-161) de 140-143 d. C.), apresenta, numa das faces, a efígie do imperador e, na outra face, a chegada de Esculápio (forma latinizada de Asclépio), a Roma, em forma de serpente. Esta figura apresenta a popa de um barco, passando por baixo dos arcos de uma ponte. Ao fundo, pode ver-se uma ilha com edifícios e uma árvore². A moeda foi produzida entre

² https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1853-0512-238, visitado a 27 de Junho 2022.

140-143 e encontra-se, actualmente, no British Museum, (Fig. 1c).

Uma inscrição dedicada a Asclépio e Higeia por Marco, em caracteres latinos, proveniente de *Bracara Augusta*, datada do século II d. C. (Fig. 1d), documenta a presença da medicina greco-romana em território português (Vasconcellos 1913: 164-165) (Fig. 1d). Recentemente, foi identificada uma inscrição grega, datada do século III d.C., relacionada com a medicina. Uma estátua votiva de uma figura masculina que representa um ex-voto com mãos e pés demasiado grandes, ostenta, na mão direita a inscrição -Ω-, que significa ‘vida’ ou ‘saúdável’. Neste caso: «[...] Pode significar que a pessoa aí representada haja sido salva de uma situação confrangedora e essa estátua era uma oferta aos deuses...» (Encarnação e Coimbra, 2022: 177-190). A “situação confrangedora” pode indicar patologia osteoarticular. Na parte posterior da figura, é visível escoliose lombar com curvatura para a esquerda, que tem, como consequência, um desvio do hemitórax para a esquerda e valgismo dos joelhos, mais visível na face anterior.

A medicina grega trouxera uma mudança de paradigma ao propor uma interpretação das doenças, baseada em causas naturais, em detrimento da cosmovidência mágico-religiosa, característica das medicinas primitivas e das proto-medicinas anteriores (Sobre este assunto, ver Barroso, 2020). A cirurgia registara avanços consideráveis que, desde a medicina hipocrática até ao período helenístico, inovara substancialmente a área da traumatologia e havia já introduzido cirurgias electivas na cirurgia geral e nas áreas da especialidade emergentes, tais como a ginecologia e obstetria, a oftalmologia, a otorrinolaringologia e a urologia (Sobre este assunto ver Barroso, 2007). Desde Hipócrates (460-370 a. C.) até Paulo de Egina (625-690 d. C.), os textos documentam cerca de 120 operações cirúrgicas diferentes, referidas ou descritas, pelo menos uma vez, nos textos médicos (Bliquez, 2016; Barroso, 2021).

Uma inscrição gravada num bloco de mármore em dois fragmentos, proveniente do Éfeso, datada entre 138-161 d. C., refere: “um concurso médico: em terapêutica: em cirurgia” (Samama 2003: N° 212, 336). Infelizmente, além da informação desta inscrição ser fragmentária, não parecem ter chegado até nós outras informações sobre concursos,

ou encontros nos quais os médicos discutiam temas de medicina, cirurgia e terapêutica. No entanto, embora ténue, esta inscrição abre a possibilidade da sua existência. De qualquer forma, é de notar que os instrumentos médico-cirúrgicos, e de farmácia seguem os mesmos padrões e são semelhantes em todas as regiões do Império (Milne, 1907), não se verificando grandes alterações até ao período bizantino. A decoração é que pode variar. Este facto aponta para uma formação e uma prática comum dos médicos.

Relevos funerários ou de templos de Asclépio revelam, por vezes, a forma de instrumentos completos, uma vez que os cabos, sendo habitualmente de bronze, eram mais resistentes e as lâminas, de ferro, raramente chegaram até nós por serem mais susceptíveis à corrosão. Estes relevos ilustram intervenções bastante ousadas para a época, dados os poucos conhecimentos que os médicos de então possuíam sobre anatomia, fisiologia e fisiopatologia, desconhecendo por completo os conceitos de assésia e antissepsia.

O relevo votivo do templo de Asclépio, em Atenas, de 320 d.C., que se encontra no Museu Nacional de Atenas, apresenta duas ventosas, uma em cada ponta, escalpelos com lâminas várias formas e um elevador ósseo (Kaltsas, 2002: fig. 4) (Fig. 2). Este instrumento, o último à direita (usado para alinhar fracturas dos ossos longos), revela o avanço significativo que a medicina hipocrática (460-377 a.C.) introduziu na abordagem das fracturas expostas. O primeiro escalpelo à esquerda com lâmina arredondada tinha sido concebido para ser introduzido nos espaços inter-costais e drenar empiemas (coleções de pus) pleurais. Esta era uma intervenção de alto risco, dada a falta de conhecimento e recursos da época (Sobre este assunto, ver Barroso, 2021). Nos casos em que o empiema era drenado com sucesso, era possível o restabelecimento do doente, que, de outra forma, não sobreviveria.

Em 1877, Estácio da Veiga escavara uma grande necrópole com túmulos dos séculos I e II d. C. Inscrições, moedas e outros achados permitiram

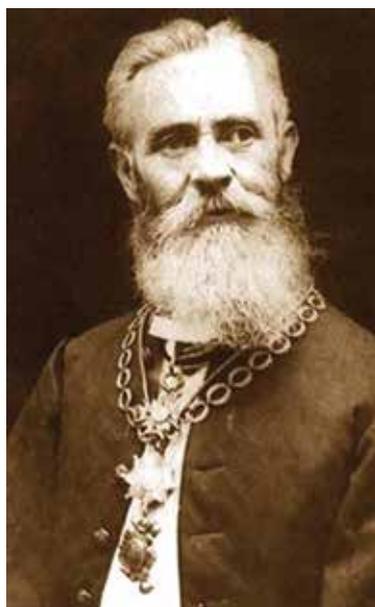


Fig. 1a
Estácio da Veiga.
Fonte: <https://www.ualg.pt/estacio-da-veiga>.

Fig. 1b
Ara sepulcral com inscrição grega, reproduzida de Veiga 1886: 26

Fig. 1c
Moeda representando a chegada de Esculápio a Roma. Imagem reproduzida de Lavastine 1936: 355.

Fig. 1d
Ara votiva de granito dedicada a Asclépio e Higeia por Marcus. A. 780 mm, L. mx. 380 mm. Séc. II/III d.C. Inv. Nr. 1992.0686. Crédito: MDDS/Manuel Santos.



Fig. 2
Relevo votivo do templo de Asclépio.
Museu Nacional de Atenas. Imagem
reproduzida de Lavastine, 1936: 285.

identificar este local como o sítio da *Balsa* de origem pré-romana, junto à actual vila de Tavira (Algarve), nas quintas de Torre de Ares e Antas (Veiga, 1866). Estácio da Veiga recolheu extensos materiais que, em 1894, foram entregues ao actual Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa pela família de Estácio da Veiga. José Leite de Vasconcellos (1858-1914) (Fig. 3a), fundador do Museu Nacional de Arqueologia, médico de formação e pioneiro no estudo da Arqueologia e de outras áreas científicas, iniciou o estudo dos instrumentos cirúrgicos do período romano, em Portugal, tendo publicado o estudo de alguns instrumentos da cidade de *Balsa* nas suas obras *Religiões da Lusitania* (1913) e *Medicina dos Lusitanos* (1925). Não foi encontrado o nome do médico (ou médicos) de *Balsa*.

A coleção, conhecida como ‘O Estojo do Cirurgião’, inclui objectos para preparação e conservação de medicamentos, uma vez que esta tarefa cabia aos médicos. Nos desenhos de José Leite de Vasconcellos, surgem espátulas, uma colher com bico e uma paleta para preparar os ingredientes, entre um cabo de escalpelo, pinças e sondas de uso cirúrgico, entre outros de uso médico-cirúrgico (Fig. 3b e 3c) (Ver descrição dos instrumentos em Barroso, 2014-2015). Um manuscrito bizantino do século IX ainda indicia essa prática, mostrando um médico a

preparar um medicamento num almofariz e, numa outra figura do mesmo manuscrito, administrando-o ao doente (Fig. 3d).

Dos instrumentos da cidade de *Balsa* (Fig. 4a), é de salientar a qualidade, elegância e precisão de algumas peças, tais como a sonda com cabo em balaústre Inv. 983.288.404 (Fig. 4b), a espátula-sonda perfurada Inv. 983.288.403 que permitiria passar fios para passar fios e suturar dentro de cavidades, para a qual não encontrei paralelo (Fig. 4c), e um conjunto de cabos de liga de cobre, decorados com espirais e fios de prata embutidos em damasquinados. Faltam a estes instrumentos as pontas distais que não resistiram à corrosão do tempo ou se partiram. Falta a lâmina ao escalpelo Inv. 983.288.412 (Fig. 4d), a ponta à sonda Inv. 983.288.18 (Fig. 4e) e o gancho ao cabo Inv. 983.288.20 (Fig. 4f). A última peça à direita é uma pinça cirúrgica, magnificamente talhada e decorada, com cabo em balaústre Inv. 983.288.27 (Fig. 4g). Tendo sido encontradas em contexto funerário é de considerar que estas peças não tenham sido utilizadas, mas mandadas fazer para acompanharem o médico de *Balsa* na sua viagem para o além, uma vez que os médicos da época romana, por todo o Império, se sepultavam com as mais preciosas insígnias da sua profissão. No dia a dia, utilizavam instrumentos sem decoração (Deneffe, 1893).

Para preparação de medicamentos, saliento a colher-medida Inv. 983.288.17. (Fig. 5a), uma colher com bico para verter líquidos Inv. 983.288.409 (Fig. 5b), uma balança de pequenas dimensões (de farmácia) Inv. 983.288.9 (Fig. 5c), uma tampa de caixa de medicamentos com compartimento para preparar medicamentos Inv. 983.288.122. (Fig. 5d) e um balsamário de cobre com forma de cabeça de um fauno Inv. 17888 (Fig. 5e). Instrumentos de observação clínica, assistência aos enfermos e objectos de toilette adicionam informação suplementar sobre os cuidados de higiene e de saúde dos habitantes da cidade de *Balsa* (Ver informação sobre os instrumentos em Barroso, 2014-2015). Para observação da orofaringe, esta colecção apresenta uma colher de bronze que serviria como abaixa-línguas Inv. 983.288.370 (Milne 1907) (Fig. 5f). Para cuidados dos doentes, o askos de cerâmica Inv. 14966 seria usado para a administração de líquidos a crianças, doentes e idosos (Fig. 5g) (Ver informação sobre as peças em Barroso 2014-2015).

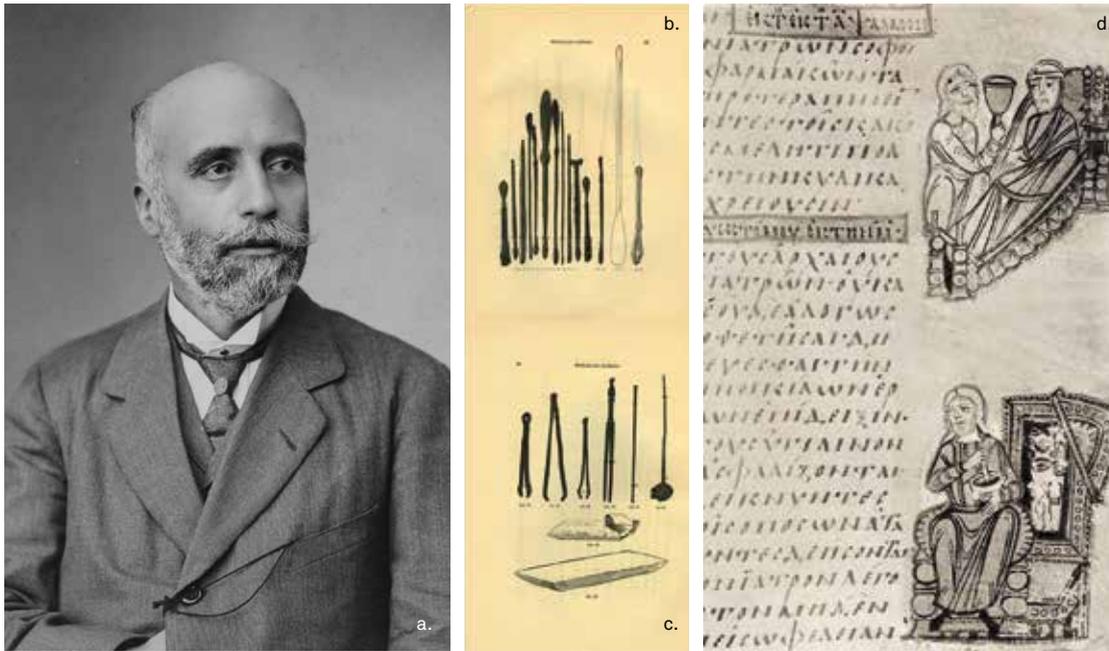


Fig. 3

3a. José Leite de Vasconcellos. Arquivo fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia.
 3b e 3c. Instrumentos de medicina, cirurgia e farmácia. In Vasconcellos 2008: 73-74.
 3d. Miniatura de um manuscrito bizantino. Biblioteca Nacional de França. Reproduzida de Lavastine 1936: 450.



Fig. 4

4a. *Balsa*. Instrumentos cirúrgicos.
 4b. Sonda Inv. 983.288.404
 4c. Espátula-sonda perfurada Inv. 983.288.403.
 4d. Cabo de escalpelo. Inv. 983.288.412.
 4e. Sonda. Inv. 983.288.18.
 4f. Cabo de gancho. Inv. 983.288.20.
 4g. Pinça cirúrgica. Inv. 983.288.27
 Arquivo fotográfico do M. N. A.

Os achados arqueológicos e epigráficos e antropológicos são as principais fontes de estudo da medicina antiga, em território português, uma vez que a única fonte literária é o Livro XI do Código Visigótico que, em relação à saúde estipula algumas leis relativas à prática médica e estipula o preço de 5 soldos se tiver restituído o paciente à saúde original após uma cirurgia (Vasconcellos, 2008: 104), o que denota que a operação nem sempre era bem sucedida. A introdução da agulha de forma a provocar a luxação do cristalino opacificado por idade avançada ou outras etiologias era possivelmente a mais fácil e a mais praticada (Fig. 3b). Embora tenham sido descobertas agulhas de punção partidas, em escavações arqueológicas em território nacional, dificilmente se poderão identificar, com segurança, como agulhas de cataracta, os instrumentos mais nobres desta tipologia. Um conjunto de cinco agulhas foi encontrado em Saône-Montbellet. As agulhas são em bronze, cobre com guarnição de prata e datam dos séculos I/II d.C. Três delas são sólidas, duas são ocas. As agulhas ocas serviam para extrair o cristalino, reduzido a fragmentos e aspirado (Künzl, 2002) (Fig. 6a).

Na época romana, eram praticadas outras intervenções cirúrgicas oftalmológicas. Nas escavações de *Bracara Augusta* foi encontrado um cabo de um escalpelo de pequenas dimensões, utilizado nestas cirurgias (Barroso, 2022) (Fig. 6c). Na Medicina dos Lusitanos, José Leite de Vasconcellos, identificou um instrumento de *Balsa* que corresponde a uma sonda auricular Inv. 983.288.21, com um instrumento usado em cirurgia ocular que vira no British Museum (Vasconcellos, 2008: 58). Efectivamente, as sondas auriculares aparecem muito frequentemente no nosso país e são multifuncionais, sendo utilizadas em cirurgia ocular, cirurgia do canal auditivo e na inspecção de feridas e na extracção de corpos estranhos (Fig. 6d).

Um conjunto de peças de medicina, cirurgia, farmácia e peças de cariz mágico e apotropaico que faz parte da colecção doada ao Museu Nacional de Arqueologia pelo advogado e coleccionador de arte, António Júdice Bustorff da Silva, em 1969, inclui peças nunca encontradas em escavações arqueológicas, levadas a cabo em território português. A proveniência destas peças da época romana é, na generalidade, desconhecida. Pensa-se que algumas terão sido adquiridas em Espanha e Itália. A colecção possui um conjunto de instrumentos médico-

-cirúrgicos, utilizados em dentistria (Alves *et al.*, 1995; Barroso, 2012) (Fig. 7). A peça mais emblemática é o fórceps dentário (boticão) (Fig 7, último à direita). Nenhuma peça desta tipologia foi, até agora, encontrada em território português.

Um cabo de escalpelo (2º à direita), uma espátula encurvada para trás com uma sonda afiada na outra extremidade parece corresponder a um elevador de perioste actual (5º à direita), parecendo ser uma peça única, uma vez que não encontrei paralelo nas colecções que estudei. O conjunto é constituído por um cabo de escalpelo, duas pinças (3º 3 4º à direita), uma espátula curvada para trás, terminando numa sonda afiada (4º à direita), duas espátulas-sonda com uma sonda entre elas (ao centro) e uma caixa rectangular, dividida em compartimentos com tampa para guardar medicamentos (1º e 2º à esquerda). As colheres-sonda e uma caixa rectangular são os instrumentos utilizados pelos médicos para preparar e armazenar medicamentos. (Ver descrição das peças em Alves *et al.*, 1995).

Dois píxides cilíndricas de osso apresentam tampas decoradas com estrias e pegas em forma de cápsulas de plantas anestésicas, papoila e meimendro, usadas nas afecções dentárias, tal como se pode verificar, comparando com as cápsulas das plantas, em ilustrações de Brandt (Fig. 8a, 8b, 8c, 8d) (Brandt *et al.*, 1883).

Os relevos que chegaram até nós, ilustram aspectos pouco conhecidos da profissão médica, tal como a heroicização, após a morte, à maneira de Asclépio, como mostra o relevo do médico de Berlim. Datado entre o séculos II a.C./I d.C., mostra um médico que, após a sua morte, foi elevado a herói pela excelência do seu desempenho da profissão. Tal como Asclépio, também este médico ascendeu ao Olimpo por ter sido um herói na arte da medicina (Fig. 9). O médico segura um pergaminho na mão esquerda que simboliza a sua formação médica. Atrás, figura uma cartela, dividida em duas partes, na qual estão esculpidos em relevo, instrumentos cirúrgicos que constituíam o cerne mais emblemático da profissão (Krug, 2008). De resto, a cirurgia era a área em que os médicos se diferenciavam dos curandeiros e charlatães.

À esquerda, figuram dois escalpelos semelhantes ao do relevo do Asclepieion de Atenas. O terceiro é uma faca cirúrgica que se discute se seria usada na litotomia (Bliquez, 2016). Esta intervenção, chamada



Fig. 5

- 5a. Colher-medida Inv. 983.288.17.
- 5b. Colher com bico
Inv. 983.288.409.
- 5c. Balança de farmácia
Inv. 983.288.9.
- 5d. Tapa de caixa de medicamentos
com compartimento para preparar
medicamentos Inv. 983.288.122.
- 5e. Balsamário de cobre com figura
de um fauno Inv. 17888.
- 5f. Abaixa-línguas Inv. 983.288.370.
- 5g. Askos Inv. 14966. Arquivo fotográfico M.N.A.

Fig. 6

- 6a. Cinco agulhas de catarata de Saône,
Montbellet, em bronze, cobre e guarnição de prata,
séculos I/II d.C. Tournus, Museu Greuze, França.
Crédito: © Musées Greuze de Tournus. Laurent
Chaintreuil photographe.
- 6b. Luxação do cristalino. Roman cataract
surgery. *Ancient History Magazine*. Karwawansary
Publishers.
- 6c. Cabo de escalpelo. Liga de cobre.
Inv. Nr. 2000.0672. Crédito: MDDS/Manuel Santos.
- 6d. Sonda auricular. MNA 983. 288. 21.

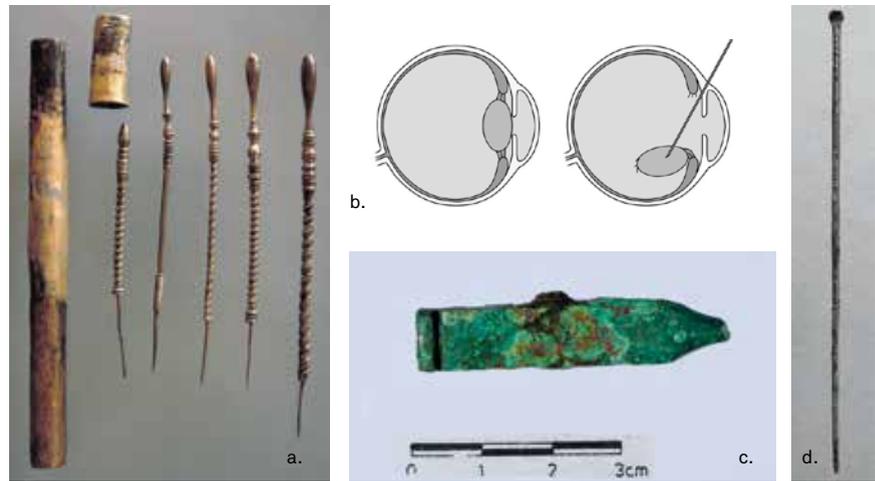


Fig. 7

- Instrumentos de dentistria.
Colecção Bustorff Silva.
Arquivo fotográfico M.N.A.



operação da talha, consistia em extrair um cálculo, de grandes dimensões, da bexiga através de uma incisão no recto, após imobilização do cálculo com um dedo do cirurgião. Na cartela da direita figuram dois botiões (alicates dentários) e, ao centro, outra faca cirúrgica. À frente do médico, está um altar onde está desenhado um bucrânio. Um jovem oferece-lhe outro pergaminho, acompanhado de uma mulher, coberta por um véu, por reverência, atrás dele. Ao fundo, uma serpente, símbolo da medicina e dos heróis ctónicos (Kutsch, 1913) enrolada numa árvore, olha para ele. À semelhança da iconografia dos relevos dos heróis de guerra, no caso deste relevo, as armas de guerra foram substituídas por instrumentos cirúrgicos, surgindo como um herói que trata e alivia o sofrimento.

A operação da talha figura num manuscrito medieval (Fig. 10a). Resultava frequentemente na morte do doente, sendo, por isso, deixada apenas para especialistas no Juramento de Hipócrates. “Não operarei calculosos, mas cederei o lugar aos especialistas na matéria” (Tradução de Pereira, 1990: 215). Quando o cálculo era de dimensões menores, era extraído com ajuda de um cateter dos quais há exemplares no British Museum (Fig. 10b) que era introduzido na bexiga. Um cateter sólido, proveniente das escavações de Tróia, também teria essa função (Barroso, 2020a) (Fig. 10c).

Pedro Julião (ou Pedro Hispano) (1205, c.1277, notável homem de ciência que foi Papa com o nome de João XXI, descreveu este procedimento na sua obra *Thesaurus Pauperum*, após tentar partir o cálculo com medicação oral, expelindo a sua areia, sem sucesso: “Se, de modo nenhum se partir, meta-se com brandura uma algália pelo orifício de pénis até tocar no cálculo, e então empurre-se para mudar o cálculo de lugar e ele ficar colocado noutra parte da bexiga, e assim poderá estar quarenta anos sem perigo” (Hispanus, 2011: 233).

Conjuntos de instrumentos também ilustram a prática de outras especialidades. Um conjunto proveniente do Éfeso, ilustra a prática da embriotomia quando, num parto distócico, ocorria a morte fetal. Caso o feto não fosse retirado, a mãe morreria intoxicada pelas substâncias libertadas pela decomposição do feto *in utero*. A embriotomia é um dos grandes avanços da obstetrícia grega (Diepgen, 1937). Embora com riscos de hemorragias e infecções, permitiu salvar mães, que, de outra forma,

estavam condenadas a morrer. No caso de a mãe morrer com uma criança viva *in utero*, era praticada a cesariana *post-mortem* (Barroso, 2013).

Conclusão

Não nos chegaram catálogos nem desenhos de instrumentos da medicina greco-romana. As peças são mencionadas nos textos médicos, e, por vezes, descritas. Os achados arqueológicos assumem, desta forma, um complemento fundamental para a compreensão das intervenções descritas pelos autores médicos greco-romanos. Dada a escassez de fontes literárias em território português, assumem um papel da maior relevância, pois, juntamente com outras fontes arqueológicas, epigráficas e antropológicas, constituem a fonte mais importante para o conhecimento da prática médico-cirúrgica na época romana.



Fig. 8

8a. Píxide de osso.
Bus 110 A- 73 D. 37.
Arquivo fotográfico M. N. A.
8b. *Papaver somniferum* L. (Brandt,
1883: fig. 37).
(Brandt, 1883: fig. 37).
8c. Píxide de osso.
Bus 211. Arquivo fotográfico M. N. A.
8d. *Hyoscyamus niger* L.
(Brandt 1883: fig. 11).



Fig. 9

Relevo do médico de Berlim.
Staatliche Museen zu Berlin.
Imagem reproduzida de Lavastine,
1936: 203.

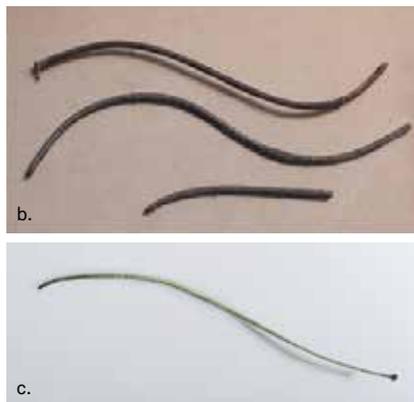


Fig. 10

10a. Intervenção para retirar pedras da bexiga. Rolandus Parmensis, *Chirurgia*, Rome: Biblioteca Casanatense MS 1382, fol. 23v. Wellcome Images Collection.
10b. Cateteres da época romana. British Museum.
1. e 2. Cateteres masculinos ocos.
3. Cateter feminino oco. Séc I d.C. Proveniência: Itália. Crédito: Wikimedia Commons file.
10c. Cateter sólido. MNA 983.4719. Crédito: José Paulo Ruas (DGPC) M. N. A.
10d. Painel de instrumentos cirúrgicos, utilizados em ginecologia e obstetrícia:
1 e 2. Colheres de raspagem.
3 e 4. Sondas uterinas.
5. Sonda.
6. Fragmento de um cranioclasto.
7. Gancho de embriotomia.
8. Embriótomo.
9. Gancho para retirar restos.
Reproduzido de Diepgen 1937: 262.

Bibliografia

- Alves, F. S.; Raposo, L. & Santos, A. I. P. (Org.). (1995). *Um gosto privado/Um olhar público, Doações D. Luís Bramão, Bustorff Silva, Barros e Sá*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia.
- Barroso, M.D.S. (2007). A Medicina no Período Helenístico. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 125, 123-138.
- Barroso, M.D.S. (2008): Introdução a Medicina dos Lusitanos – uma obra de referência. A investigação posterior. In José Leite de Vasconcelos, *Medicina dos Lusitanos*. Lisboa: secção de História da Medicina da Sociedade de Geografia/Museu Nacional de Arqueologia, p. 15-36.
- Barroso, M.D.S. (2012). Gesundheit, Medizin und Pharmazie in der Sammlung Bustorff da Silva des Lissaboner Archäologischen Nationalmuseum. *Arbeitskreis Alte Medizin Zweiunddreißigstes*, 32 Treffen, Mainz (Broschüre).
- Barroso, M.D.S. (2013). Postmortem cesarean section and embryotomy: myth, medicine, and gender in Greek-roman culture. *Acta Medico-Historica Adriatica*, 1, 75-86.
- Barroso, M.D.S. (2014-2015). Medicine, surgery, pharmacy, toilet, and other health care tools from the Roman city of *Balsa* (Tavira, Portugal) from the 1st at the 3rd century AD. *O Arqueólogo Português*, 5, 341-373.
- Barroso, M.D.S. (2020). Herodotus and Hippocrates: two paradigms in interpreting castration among the Scythians. *Cadernos do GEEvH (Grupo de Estudos em Evolução Humana)*, 9, 1-6.
- Barroso, M.D.S. (2020a). Nephro-Urology in Greek-roman medicine. A solid catheter from the Lisbon National Museum of Archaeology. *Archives of Hellenic Medicine*, 37 (Suppl. 2), 192-196.
- Barroso, M. D. S. (2021). Reading Greek-Roman Medicine in the Light of its Medical-Surgical Instruments. In Santos, A. L.; Rola, A.; Morais, C.; Vasconcelos, C.; Gomes, E.; Rodrigues, I. T.; Azevedo, J. & Rodrigues, S. coord.- *História da Ciência no Ensino. Revisitando Abordagens, Inovando Saberes / History of Science in Teaching: Revisiting Approaches, Innovating Knowledge*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 335-360.
- Barroso, M. S. B. (2022). Roman Medical-Surgical Instruments from the Archaeological Museum D. Diogo De Sousa, Braga. In Barroso, M. S. B.; Duffin, C. J.; Silva, J. M.(eds). *Insights Into Portuguese Medical History. From the birth of the art of Asclepius*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Bliquez, L. J. (2016). *The tools of Asclepius, Surgical Instruments in Greek and Roman Times*. Leiden: Brill.
- Köhler, F. E. e Pabst, G. (1883). *Köhlers Medizinal-Pflanzen in naturgetreuen Abbildungen mit kurz erläuterndem Texte*. Gera-Untermyhaus: Verlag von Fr. Eugen Köhler.
- Deneffe, V. (1893). *Étude sur la trousse d'un chirurgien gallo-romain du IIIe siècle*. Anvers: H. Caals Éditeur.
- Encarnação, J. & Coimbra, F. (2022). Estatueta de Bronze de Vale do Junco (Ortiga, Mação). *Antrope* 14, 177-190. <http://hdl.handle.net/10316/100278>
- Hispanus, P. (2011) *Thesaurus Pauperum, Tesouro dos Pobres, Treasury of the Poor*. 2ª ed. Lisboa: Hearbrain Consultores em Comunicação.
- Kaltsas, N. (2002). *Sculpture in the National Archaeological Museum*. Athens: Kapon Editions.
- Krug, A. (2008). *Das Berliner Artzrelief*. Berlin: Verlag Walter de Gruyter.
- Künzl, E. (2002). *Medizin in der Antike - Aus einer Welt ohne Narkose und Aspirin*. Stuttgart: Konrad Theiss Verlag.
- Kutsch, F. (1913). *Attische Heilgötter und Heilheroen*. Gießen: Verlag von Alfred Töpelmann.
- Lavastine, L. (1936). *Histoire Générale de la Médecine, de la Pharmacie, de l'Art Dentaire et de l'Art Vétérinaire*. Paris: Albin Michel.
- Milne, J. S. (1907). *Surgical Instruments in Greek and Roman Times*. Oxford; Massachusetts; London: Clarendon.
- Pereira, M.H. (1990). *Hélade*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos.
- Samama. E. (2013). *Les Médecins dans le Monde Grec. Sources épigraphiques sur la naissance d'un Corps Médical*. Paris: Droz.
- Vasconcellos, J. (1913). *As Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 3 vol.
- Vasconcellos, J. L. (1925). *Medicina dos Lusitanos*. Lisboa: Faculdade de Medicina.
- Vasconcellos, J. L. (2008). *Medicina dos Lusitanos*. Introdução de Maria do Sameiro Barroso. Edição aumentada. Lisboa: Celom.
- Veiga, E. (1866). *Povos Balsenses: sua situação geográfico-physisca indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta de Torre d'Áres distante 6 km de Tavira*. Lisboa: Livraria Catholica.

Agradecimento

Agradeço a autorização de cedência de imagens ao Dr. António Carvalho, Director do Museu Nacional de Arqueologia, à Drª Isabel Silva, Ex-Directora do Museu Arqueológico D. Diogo de Sousa em Braga e à Dra Alexandra Cerveira Lima, actual Directora, ao Museu Greuze de Tournus, à Ancient History Magazine. Karwawansary Publishers e Wellcome Trust.

Vestígios das disposições na morte e *funus* nas necrópoles romanas de *Balsa*

Carlos Pereira¹

UNIARQ - Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras,
Universidade de Lisboa
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

João Pedro Bernardes²

CEAACP - Universidade do Algarve

¹ carlos_samuel_pereira@hotmail.com / ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4116-3602>

² jbernar@ualg.pt / ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1086-2128>

Introdução

A vida e morte em época Romana é um tema que sempre suscitou o interesse dos investigadores. São vários os motivos que estão por detrás desta situação, entre os quais o facto de ser nestes contextos que podemos encontrar os mais bem conservados materiais ou de a morte ter sido sempre um tema que estimulou a imaginação humana e a busca pelo perene. No entanto, as necrópoles em época romana não eram apenas espaços de acumulação cadavérica e a sua integração na vida quotidiana dos cidadãos está demonstrada pela literatura clássica e também pela Arqueologia (Rodríguez Neila, 2008: 308; Rossetti, 1999: 235-236).

Infelizmente, este interesse não está patente nas necrópoles romanas do Algarve. Embora se conheçam abundantes espaços da morte, tem-se-lhes dedicado pouca atenção (Pereira, 2018: 457). Esta situação deve-se quer ao facto de a maioria dos dados ter sido coletada em intervenções antigas, quer por muitas das intervenções recentes se integrarem em contexto de emergência, o que nem sempre é propício à sua divulgação e à realização de estudos detalhados. Conquanto alguns casos tendam a contrariar esta tendência (Bernardes *et al.*, 2019; Pereira e Coelho, 2021), aproveitando o facto de já ter sido realizado um estudo conjunto de todos os dados antigos e recentes (Pereira, 2018), será necessário que no futuro se concretizem investigações metódicas e concretas em algumas necrópoles. Somente assim se poderá ampliar o conhecimento das atitudes perante a morte em época romana nesta região.

Neste âmbito, os espaços funerários da cidade romana de *Balsa* representam um caso paradigmático, contudo antagónico. Estando disponível uma quantidade apreciável de artefactos e de documentos herdados do pioneiro da Arqueologia Portuguesa, o entendimento que podemos alcançar sobre: as associações materiais nas sepulturas; os ritos praticados e orientações dos sepulcros; a planta das necrópoles e a diferenciação de áreas concretas dentro de cada uma delas; a relação com as vias e com as áreas suburbanas (bairros, áreas industriais, portos); entre outros aspetos, está ainda muito longe de ser o ideal. Desejamos que num futuro próximo, à imagem do recente projeto liderado pela Universidade do Algarve, se possam compilar novos dados sobre as necrópoles de *Balsa*.

Por estes motivos, os dados que podemos aportar com este estudo ficam aquém do que seria desejável e apoiam-se quase exclusivamente no espólio que foi recuperado desde o final do século XIX e primeira metade do século XX, sobretudo por Teixeira de Aragão e Estácio da Veiga. Assim, devemos entender algumas das ilações, mormente as que se relacionam com a construção de uma paisagem funerária e dos processos fúnebres, como sugestões culturais de uma sociedade heterogénea, carecendo ainda de diferenciações culturais definidas e fundamentadas.

A Localização das Necrópoles

A localização das necrópoles da cidade romana de *Balsa* é uma questão que atualmente não oferece grandes dúvidas. Ainda assim, persistem algumas incertezas sobre os limites exatos ou eventuais deslocações das áreas nucleares funerárias, problemáticas que, se deslindadas, permitirão um maior detalhe sobre os limites e dinâmica demográfica da própria cidade.

Sabemos que a necrópole norte estaria localizada a cerca de 300 m a norte da capela da quinta de Torre d'Ares (Fig. 1), informação que nos foi transmitida por Estácio da Veiga, a qual concorda com a própria geografia da cidade romana e com o traçado viário. A existência da importante via *Baesuris-Ossonoba*, que passaria próximo da cidade (Santos, 1972; Mantas, 1990: 192; Rodrigues e Bernardes, 2004: 141; Rodrigues, 2004: 32 e 44), a norte, tem sido frequentemente utilizada para reforçar a localização das necrópoles balsenses. No caso da necrópole norte a sua relevância está, pois, justificada quer pelo facto de se situar em redor de um dos principais ramais de acesso àquela via, mas também devido a esse ramal dar acesso à via central do Algarve que se dirigia para Norte (Mantas, 2002; Rodrigues, 2004: 75).

Infelizmente, pouco mais se pode avançar sobre este espaço funerário. Pelos dados que detemos atualmente, sobretudo os reunidos pelo pioneiro algarvio Estácio da Veiga, podemos supor que seria uma das principais necrópoles da cidade, senão mesmo a mais importante, situação que outorga uma grande relevância ao ramal mencionado e permite intuir tratar-se, aparentemente, de um dos principais



Fig. 1
Localização aproximada das necrópoles da cidade romana de Balsa (imagem obtida através do Google Earth).
A: Ribeira da Luz; B: Ribeiro das Antas; C: Ribeira da Chareca; D: Ribeira do Arroio; Ac: Acrópole; N: Necrópole Norte; Oc: Necrópole Ocidental; Or ?: Necrópole Oriental.

menos, outros dois espaços funerários: um a oriente e outro a ocidente da cidade (Fig. 1). Tem-se assumido que a necrópole oriental se implantou no espaço que atualmente incorpora as Quintas das Antas e do Arroio, porém, um de nós já assumiu que persistem dúvidas sobre os limites desta necrópole (Pereira, 2018: 257-259), situação que se deve também às incertezas de localização de trabalhos

acessos à cidade. O volume do espólio, a elevada quantidade de sepulcros e a relevância dos finados isso parece confirmar.

A disposição viária descrita permite corroborar a existência de, pelo

antigos aí efetuados e respectivas breves descrições feitas pelos intervenientes, nomeadamente, Teixeira de Aragão e Estácio da Veiga.

Sendo certo que a localização deste espaço a oriente da cidade é ainda difícil de determinar, os recentes trabalhos que se têm desenvolvido no local³ permitiram ponderar outras possibilidades. Embora a planta encomendada por Estácio da Veiga⁴ represente um espaço funerário entre a Ribeira da Chareca e a Ribeira do Arroio, localização que um de nós havia assumido (Pereira, 2018: 257-259),

³ Destacam-se os trabalhos de prospeção geofísica, não se tendo registado vestígios funerários, mas cuja ausência se pode dever à sua destruição.

⁴ Documento realizado em 1877, por Tavares Bello (desenho do acervo Estácio da Veiga, Museu Nacional de Arqueologia).

não parece improvável que esta necrópole integre os equipamentos de uma eventual *villa* suburbana, estando a da cidade localizada mais a ocidente, talvez entre as Ribeiras das Antas e da Chareca. Deve referir-se neste âmbito que da Quinta das Antas, localizada entre estas linhas de água, é proveniente a conhecida urna de chumbo oferecida ao pioneiro algarvio. Todavia, os trabalhos desenvolvidos não permitem ainda esclarecer esta questão.

Também neste caso a necrópole estaria próximo ou atravessada por um eixo viário, concretamente o de *Baesuris-Ossonoba* (Rodrigues, 2004: 44), não sendo improvável a sua proximidade a um dos principais equipamentos lúdicos da cidade (Silva, 2007). Seguramente que, neste caso, a linha de água marcou uma separação profilática entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, representação simbólica do rito de passagem dos Rios Estige e Aqueronte.

Com os dados obtidos nos recentes trabalhos, é hoje possível reconhecer a existência de uma terceira necrópole nos limites externos da cidade, a ocidente (Fig. 1). Dela foram escavadas em 2017 duas sepulturas tardias (Dias *et al.*, 2018: 190; Dias *et al.*, 2020: 1404) e as prospeções geofísicas de 2020 e 2021 apontam para a existência de mais túmulos⁵. Por outro lado, os trabalhos arqueológicos têm sido bastante esclarecedores sobre os limites da cidade (Dias *et al.*, 2020: 1403-1405), que seriam mais concentrados e se encontravam consideravelmente antes da Ribeira da Luz (Mantas, 2004: 450).

As evidências sepulcrais na *Balsa* romana

Atendendo ao que já se comentou nas páginas precedentes, facilmente se compreende que não é fácil determinar com detalhe as disposições na morte e os ritos do *funus* anunciados pelo título deste trabalho e que foram praticados pelos habitantes da cidade romana de *Balsa*. Conquanto Estácio da Veiga nos tenha deixado um legado considerável de manuscritos que registaram as suas investigações, neles figuram poucos apontamentos sobre a recolha e associação de materiais. Esta situação é particularmente evidente no caso da necrópole norte, da qual nos transmitiu

⁵ vd. texto neste volume sobre as investigações em *Balsa*.

uma contabilização mínima de, sensivelmente, 120 sepulturas onde apareceu espólio funerário, mas às quais se deverão acrescentar as que não tinham quaisquer materiais, situação frequente nos séculos III e IV. A totalidade de sepulturas neste caso poderia facilmente ultrapassar, sem grande surpresa, as duas centenas, sobretudo se tivermos em conta que Estácio da Veiga era familiar dos proprietários que lhe concederam integral acesso aos terrenos. Esta abundância de espólio funerário, embora possa dever-se ao maior investimento e área escavada desta necrópole comparativamente às restantes, é reveladora de uma densidade populacional considerável, sobretudo durante os dois primeiros séculos da nossa Era.

A extensão da intervenção e a eventual concentração de sepulcros potenciou a recolha de uma quantidade considerável de materiais bem conservados⁶, volume que, embora por si já elevado⁷, acreditamos não estar sequer próximo daquilo que terá sido a realidade (Pereira, 2018: 101). É bastante provável que nesta necrópole se tenham recolhido outros artefactos, mais fragmentados, que integravam os contextos de frequentação do espaço cemiterial, que correspondiam a oferendas colocadas *super sepulcrum* ou que integravam conjuntos utilizados na própria manutenção dos memoriais e da necrópole.

Apesar das várias contingências é possível delinear algumas conclusões acerca das disposições e mormente dos ritos praticados nas necrópoles desta importante cidade romana. Desde um primeiro momento ficou clara a presença de um considerável número de sepulturas de incineração, quer na necrópole norte quer na necrópole oriental, algo que foi confirmado pelas passagens de muitos dos documentos herdados do pioneiro tavirense. No entanto, não é possível determinar o volume destas comparativamente às de inumação, nem saber que artefactos concretos lhes estavam

⁶ O conjunto é composto por um total de 758 peças: 10,8 % de C. Comum; 0,5 % de cerâmica africana de cozinha; 1,5 % de unguentários de cerâmica; 3,2 % de *terra sigillata*; 5,6 % de paredes finas; 7,8 % de lucernas; 23,3 % de recipientes de vidro; 17,8 % de artefactos de osso; 1,6 % de líticos; 28,3 % de artefactos metálicos; 0,4 % de monumentos epigráficos.

⁷ Uma análise detalhada de todo o suposto conjunto funerário procedente desta necrópole pode ser consultada em Pereira, 2018: 101-250.



Fig. 2
Alguns dos recipientes de *terra sigillata* recuperados nas necrópoles de *Balsa*:
n.º 1, Herm. 90.5;
n.º 2, Hayes 123;
n.º 3, Hayes 147;
n.º 4, Hayes 134.

associados. Através de alguns excertos apenas podemos intuir alguns dos ritos praticados. A título de exemplo, quando mencionou uma “urna de vidro fracturada com incineração e um prego de cobre” notamos que também em *Balsa* se terá praticado a deposição de pregos de cobre juntamente com os restos mortais. Estes pregos deixam trans-parecer um claro carácter mágico-religioso que se poderá relacionar com a transição, sem retorno, que representa a morte. São componentes do espólio funerário, sempre de bronze, e não tiveram qualquer função prática durante a sua deposição. Teriam como finalidade a fixação do cadáver à terra ou à sepultura, protegendo-o simultaneamente de forças malignas e de possíveis profanações (Ceci, 2001: 90; Castanyer, 2003: 49;

Vaquerizo, 2010: 41; Alfayé, 2010: 432).

Tal como neste caso, a maioria das disposições e dos ritos praticados pôde ser intuída a partir dos materiais. Ainda que muitos deles integrassem serviços que continham as oferendas ou se destinassem a um uso meramente pragmático, de contenção das cinzas, alguns correspondiam claramente a recipientes de uso individual que poderiam, eles próprios, ajustar-se a oferendas isentas de conteúdos. Não é novidade que alguns recipientes de uso individual foram incluídos na tumba apenas por fazerem parte do universo de artefactos utilizados diariamente pelo defunto, sendo, como tal, pessoais e intransmissíveis. Esta situação é transversal à maioria das categorias cerâmicas, sendo certo, contudo, que é mais frequente no caso das cerâmicas comuns, destacando-se as tigelas, taças ou púcaros. Em abono da verdade, tampouco podemos excluir que estes recipientes tenham recebido conteúdos perecíveis, eventualmente alimentos, mas dos quais



Fig. 3

Exemplares de cerâmica de paredes finas procedentes da necrópole Norte de *Balsa*: n.º 1, píxide; n.º 2, Mayet XL; n.º 3, Mayet XXXIV; n.º 4, Mayet XLIIA.

não restou qualquer vestígio. Lembramos que em algumas necrópoles romanas do Algarve existem indícios que permitem supor a presença de, por exemplo, ovos no interior

de recipientes com estas características (Pereira, 2018: 363-364 e 393). Com efeito, a colocação de alimentos nas sepulturas parece ter sido uma prática comum nas necrópoles romanas da atual região algarvia.

Igualmente relevante, ainda que neste caso seja um tanto ou quanto contraditório, é a presença dos recipientes de *terra sigillata* (Fig. 2). Presente sobretudo durante o Alto-Império, desta categoria surgem formas raras nas sepulturas dos cidadãos balsenses, motivo que pode justificar o facto de o uso preferencial de espólio votivo nas necrópoles de *Balsa*

continuar a ser dominado pelas paredes finas e pela cerâmica comum. Todavia, mais uma vez devemos ser cautos nas conclusões, pois este panorama apenas oferece uma leitura muito generalista da situação, sem que tenhamos conhecimento de contextos funerários ou associações artefactuais. Ainda assim, não parece improvável que parte da população, com maior poder aquisitivo, preferisse fazer-se acompanhar na morte pelos mais exóticos recipientes, como poderia ser o caso das formas Herm. 90.5, Hayes 123, 126, 134, 147 e 161.

Mas se a limitada quantidade de recipientes de *terra sigillata* não permite reforçar a noção de uma população heterogénea do ponto de vista social, cultural e, sobretudo, financeiro, o mesmo não pode ser dito sobre os conjuntos de paredes finas, de recipientes de vidro e de lucernas. Ainda que neste caso a quantidade e diversidade não possa relacionar-se com a presença de habitantes abastados, pois as lucernas documentadas integram maioritariamente



Fig. 4
Recipientes de vidro
recolhidos na necrópole
Norte de *Balsa*:
n.º 1, Isings 85a;
n.º 2, Isings 49;
n.º 3, IN 39/AR 198;
n.º 4, Trier 49d/IN 105;
n.º 5, Isings 82.

formas e repertórios recorrentes, os restantes conjuntos com frequência oferecem formas e produções consideradas exóticas e de acesso mais restrito, apenas ao alcance de membros privilegiados da sociedade.

A cerâmica de paredes finas é a categoria que parece ter logrado maior sucesso nas necrópoles urbanas do século I. O conjunto da necrópole norte de *Balsa* (Fig. 3) é, além disso, um dos conjuntos mais emblemáticos e variado a nível nacional. As formas mais comuns que se puderam atestar nos contextos funerários foram as Mayet XXIV, XXVII, XXXIII, XXXIV, XXXVIIA, XXXVIII, XL, XLIIA, algumas de produção claramente local, mas outras formas, mais raras, também constituíram parte do mobiliário fúnebre dos cidadãos balsenses, é o caso das formas Moevs X,

Mayet VIIIb, XXB, XXC, XXI e LII. A maioria dos contentores de paredes finas reflete a estreita relação desta área geográfica com a área atualmente andaluza, de onde é proveniente a maioria destes recipientes.

O êxito do consumo de paredes finas nas necrópoles de *Balsa* foi, contudo, efémero. O sucesso e a rápida disseminação dos recipientes fabricados com vidro, assim como a maior variedade morfológica que ofereciam, culminou numa contração evidente do consumo das cerâmicas de paredes finas, embora algumas formas ainda possam ter persistido até, pelo menos, meados do século II. Tal como no caso anterior, também os recipientes de vidro oferecem formas comuns (Fig. 4), como é o caso dos copos ou taças das formas 32, 34 e 35 de Isings, pratos da forma 49, jarras dos tipos Isings 57 e Morin-Jean 40 ou frascos de tipo Isings 62, sendo igualmente abundantes em contextos funerários os unguentários (formas Isings 6, 7, 8, 28 e 82). Outras formas, porém, podem ser consideradas como exemplos



Fig. 5

Urnas recuperadas nas necrópoles de *Balsa*: n.º 1, urna de chumbo procedente da Quinta das Antas (Fotografia cedida pelo Museu Nacional de Arqueologia); n.º 2 a 4, urnas de cerâmica comum da necrópole Norte.

de contentores raros representativos de grupos sociais mais destacados, é o caso da forma Isings 60, IN 39 e, eventualmente, Trier 49d. Por outro lado, algumas destas formas, como acontece com a Trier 49d/IN 105 (Foy *et al.*, 2018: 106; Fünfschilling, 2015: 490) ou IN 39 (Foy *et al.*, 2018: 47; Sánchez de Prado, 2018: 265), podem reclamar datações mais tardias para algumas sepulturas, eventualmente dos séculos III ou IV, situação que está de acordo com o panorama das necrópoles de centros cosmopolitas. No entanto, apesar de alguns artefactos parecerem delatar a existência de sepulturas ricas em momentos avançados de época romana, esbarramos novamente na limitadora impossibilidade de estabelecer associações concretas.

de contentores raros representativos de grupos sociais mais destacados, é o caso da forma Isings 60, IN 39 e, eventualmente, Trier 49d. Por outro lado, algumas destas formas, como acontece com a Trier 49d/IN 105 (Foy *et al.*, 2018: 106;

Sobre as lucernas, como dissemos, o conjunto não é excepcionalmente representativo de finados socialmente destacados ou aos quais se possa atribuir uma eventual relação cultural através da iconografia representada. No entanto, é-o pelo simbolismo que representam na sepultura. Além da evidente função utilitária que deverão ter desempenhado durante o *funus*⁸ e o facto de essa utilização poder associar-se a uma contaminação funesta que justificava o seu abandono na sepultura, outras intenções podiam legitimar esta presença. Neste âmbito não podemos esquecer que a sepultura era considerada como uma morada eterna e, como tal, o finado necessitava dos mesmos artefactos que utilizou em vida. Assim, as lucernas ganhavam uma importância acrescida,

⁸ Lembramos que todo o processo poderia levar alguns dias e que alguns rituais deveriam ser praticados durante a noite ou em locais de escassa iluminação natural. Sobre o *funus* vd. Vaquerizo, 2010.

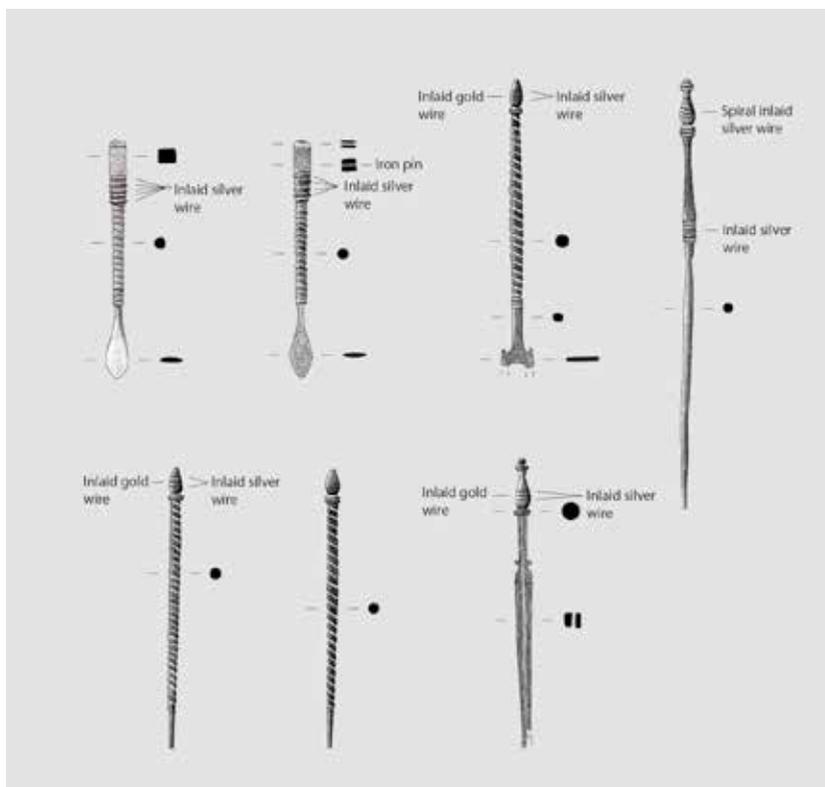


Fig. 6
Conjunto/kit de instrumentos médicos recuperados na necrópole Norte de *Balsa* com embutidos de ouro e prata (reproduzido a partir de Pereira, 2019).

dotando de luz a casa dos mortos (Riso, 2012: 46). Outros simbolismos podem ser-lhes imputados, como a sua utilização durante vigílias aos mortos (Seidel,

2009: 84), de rituais ou correspondendo a oferendas personalizadas contendo inscrições mágico-votivas.

Embora não tenhamos registos que nos permitam contrastar o número de incinerações com o de inumações enquanto reflexo das disposições na morte dos habitantes de *Balsa*, a presença de urnas cinerárias atesta inequivocamente que aquele rito foi frequente. Uma delas, de chumbo, foi recuperada na Quinta das Antas e oferecida a Estácio da Veiga (Fig. 5, n.º 1). Trata-se de uma urna destinada a conter os restos de uma incineração, com forma paralelepipedal retangular conservando ainda a respetiva tampa. Durante os séculos I e II era frequente a utilização de contentores plúmbeos para a contenção das cinzas, principalmente em necrópoles

urbanas, prática utilizada também em inumações.

Mais frequentes são as urnas de cerâmica (Fig. 5, n.º 2 a 4), as quais contemplam sobretudo os recipientes com formas capacitadas para essa função, com um orifício na base. Este orifício foi claramente concretizado após o fabrico do recipiente e seguramente após a sua utilização em âmbito doméstico (Bonnet e Blazoit, 2007: 222-223), destinando-se seguramente a escoar os líquidos resultantes de eventuais libações. Embora esta possibilidade pareça evidente, não podemos excluir outras, relacionadas com ritos concretos de tratamento dos restos cinerados, como é o caso da lavagem das cinzas. Com efeito, após a incineração os restos eram com frequência triturados (Gonçalves, 2011) e lavados (Bendala Galán, 1999: 54; Hernández García, 2005; Mercado Hervás, 2020: 203), não parecendo improvável que, nestes casos, essa tarefa fosse concretizada estando já as cinzas no interior da urna.

Esta situação demonstra simultaneamente que as urnas podiam corresponder a recipientes

reaproveitados dos conjuntos utilitários da residência, quiçá do próprio finado, e que estas sepulturas deveriam ser visitadas com frequência, prestando-se homenagens e realizando-se libações de diversos tipos como símbolo da vida e da regeneração (Bendala Galán, 1999: 54 e s.), depositando-se flores e oferendas alimentares, algumas destinadas a ser partilhadas com o defunto (Torres-Vila e Mosquera, 2004; Vaquerizo, 2011). Estas cerimónias e banquetes funerários deveriam ser celebrados em datas específicas e podiam estar, ou não, diretamente relacionadas com o defunto. Pretendiam sobretudo renovar o luto e manter as relações com os antepassados, assegurando a sua memória para as gerações futuras (Vaquerizo, 2010: 20).

Situação diferente pode ser intuída para o caso da urna de chumbo, uma vez que corresponde a um contentor fabricado com uma finalidade eminentemente funerária. Além de a matéria utilizada, o chumbo, acarretar um simbolismo mágico-votivo próprio, a especialização do seu fabrico é evidência de que nem todos os cidadãos se podiam permitir a sua compra. De facto, não é frequente a utilização de contentores desta natureza, tal como aconteceu com os de pedra ou os de argila em forma de casa (Beltrán Fortes, 2000; López de la Orden, 2003; Bonnet e Blazoit, 2007).

A Arqueologia da Morte permite também outras leituras, relacionadas com o género e a atividade em vida dos sepultados (Lecuona, 2002), algo que é igualmente observável através dos materiais recuperados nas necrópoles de *Balsa*. Embora a Antropologia Física determine o sexo da maioria dos exumados, baseando-se na morfologia diferenciada do esqueleto humano, em casos mais raros podemos conhecer a profissão do defunto através do espólio que a ele está associado, ainda que a própria Antropologia também forneça indícios nesse sentido.

Alguns instrumentos recuperados por Estácio da Veiga podem ter sido utilizados por um médico romano que viveu e exerceu a sua profissão na cidade romana de *Balsa* durante o século I ou II, é o caso de bisturis, sondas, pinças ou estojos médicos⁹. Infelizmente, também neste caso estamos

impossibilitados de saber se integravam todos o mesmo contexto ou se foram recuperados em sepulturas distintas, ainda que a morfologia, estética e técnicas metaloplásticas permitam considerar muitos deles como um conjunto único, caracterizado por filamentos de ouro e de prata incrustados (Fig. 6). Certo é, contudo, que estes instrumentos desempenharam diferentes funções, como é o caso da exploração e unção, cirurgia simples, higiene de superfície ou material de farmácia. Para a maioria deles é indiscutível que pertenceram a um médico ou a um farmacêutico, quiçá até a ambos se forem provenientes de diferentes sepulturas, algo que está de acordo com a realidade social e demográfica de uma cidade cosmopolita.

Situação distinta é a identificação de outros artefactos nas sepulturas romanas, como é o caso dos espelhos circulares individuais, abundantes nas necrópoles de *Balsa*. Os mais comuns são os espelhos decorados com círculos e com orifícios, por vezes entalhados, e com pega abalaustrada que, dependendo dos restantes materiais que lhes estão associados, podem ser reveladores do género do sepultado. Não é inédito que muitos destes artefactos tenham sido depositados em sepulturas femininas (Anglada e Hayes, 2003: 1209), leitura que evidentemente depende dos estudos antropológicos. Com independência do género que utilizou estes artefactos, são indubitavelmente prova de que alguns cidadãos se preocupavam com a sua aparência pública.

Conclusões

As conclusões que poderemos lograr sobre as necrópoles romanas da cidade de *Balsa* são, infelizmente, muito limitadas face à importância que esta cidade teve na Antiguidade e ao volume de materiais existente. Recordamos que a maioria das sepulturas de *Balsa* foi escavada há mais de um século e que os contextos ou associações materiais se perderam. Somente novos e metódicos trabalhos permitirão corroborar e ampliar o conhecimento sobre as disposições na morte e os ritos praticados no *funus* dos cidadãos balsenses.

Por ora apenas podemos esboçar alguns apontamentos sobre a cronologia de utilização dos espaços funerários, sobretudo das necrópoles norte e oriental

⁹ Uma análise detalhada de todo o instrumental médico foi realizada em Pereira, 2018: 201-219. Vd. texto neste catálogo a propósito destes instrumentos médicos.

da cidade, sobre a vontade, gosto ou algumas das modas da época e ainda sobre a eventual diversidade socioeconómica da população, à qual se soma o facto de conhecermos algumas das profissões exercidas. Estas evidências foram obtidas através da arquitetura funerária e da localização dos espaços funerários, mas foram a elevada quantidade e a diversidade de artefactos os principais provedores de informações que permitiram traçar algumas destas ilações.

Voltando à questão da cronologia, são novamente os artefactos os únicos que permitem apontar uma baliza temporal, que situamos entre o principado de Augusto e o século V d.C., ainda que transparecendo uma concentração indiscutível durante os séculos I e II. Mais difícil é determinar, contudo, fases de utilização, o volume de acumulação cadavérica ou a evolução espacial das necrópoles. Neste sentido, lembramos que uma necrópole, tal como as acrópoles, eram espaços dinâmicos e diversificados, nos quais conviviam mortos e vivos (Rossetti, 1999: 235-236; Rodríguez Neila, 2008: 308), com áreas concretas que se destinavam a diferentes membros da sociedade. Por este motivo, algumas áreas eram mais cobiçadas, como é o caso das próximas às vias de acesso à cidade, comparativamente a outras, mais afastadas daquelas e onde proliferavam tumbas dos mais desfavorecidos e até valas comuns. As necrópoles de *Balsa* deveriam ser, como era norma, o reflexo da sociedade que aí habitava. Por um lado, pretendiam imortalizar a memória e a identidade dos cidadãos às futuras gerações, por outro, ansiavam exibir-se a todos os que por lá passavam, motivo pelo qual as vias cruzavam as necrópoles.

Não é improvável que os espaços funerários de *Balsa* tenham assistido a uma evolução idêntica aos da cidade de *Ossonoba*, cidade com a qual, aliás, partilhou a administração territorial (Bernardes, 2005: 36). Por outras palavras, seguramente que nos primeiros séculos da nossa Era proliferavam as sepulturas de incineração, derradeira consequência de um complexo processo de *funus* que exigia ricos espólios e permitia uma evidente ostentação social. A partir de determinado momento o paradigma terá começado a mudar, aumentando significativamente em número as sepulturas de inumação. Esta situação, não ditou, contudo, o fim da diversidade cultural que até então se praticava ou sequer o desaparecimento dos abundantes materiais que acompanhavam os finados. Pelo contrário, é muito

provável que várias sepulturas de inumação dos séculos III e eventualmente IV perpetuassem algumas das tradições funerárias das gerações precedentes (Pereira, 2018: 460). Aliás, não podemos esquecer que era nas grandes cidades que se encontrava a elite, que frequentemente usufruía da ostentação pública como forma de exaltação familiar. Como vimos, alguns artefactos permitem fortalecer esta possibilidade, nomeadamente alguns dos recipientes de vidro.

Neste sentido, tampouco podemos deixar de mencionar a presença de cidadãos que terão desempenhado profissões nobres na cidade romana de *Balsa*, é o caso, justamente do eventual médico. Sendo certo que nem sempre os médicos gozaram de boa fama na Antiguidade, a partir do século I a.C. aumentou significativamente, para se converterem em membros destacados da sociedade em época Romana Imperial (Pereira, 2018: 200-201; 2019: 210).

Não podemos terminar sem deixar de insistir que, embora os dados não permitam leituras detalhadas dos espaços, das sepulturas e das disposições funerárias nas necrópoles de *Balsa*, é evidente que a população que aí viveu e morreu era bastante diversificada, algo que estava já bem patente na onomástica de alguns cidadãos (Encarnação, 1984: 137-145). Esta diversidade manifesta-se também na morte, desde logo pela preferência pelo ritual da incineração ou da inumação, distinguindo-se algumas sepulturas modestas de outras mais pretensiosas, investindo algumas famílias mais na arquitetura da sepultura do que nos artefactos que acompanharam o cadáver, mas, em última análise, todas as tumbas terão assistido, de uma ou de outra forma, aos rituais associados ao culto dos mortos.

Bibliografia

- Alfayé, S. (2010). Nails for the Dead: a polysemic account of an ancient funerary practice. In R. Gordon & F. Marco Simón, eds. – *Magical practice in the Latin West* (Zaragoza, 2005). Leiden: Brill, p. 427-456.
- Anglada Curado, R. & Hayes, E. (2003). Excavaciones de urgencia en la calle de Enmedio n.º 19 de Carmona (Sevilla): nuevos datos sobre la necrópolis romana. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 2000(2), 1203-1217.
- Bendala Galán, M. (1999). *El vino en el ritual y el simbolismo funerario en la Roma antigua*. In S. Celestino, ed. – *El vino en la Antigüedad romana* (Jerez de la Frontera, 1996). Serie Varia 4. Madrid: Universidad Autónoma, p. 51-62.
- Beltrán Fortes, J. (2000). Mausoleos romanos de Torreparedones (Castro del Río/Baena, Córdoba): sobre “la tumba de los pompeyos” y otro posible sepulcro monumental. *Habis*, 31, 113-136.
- Bernardes, J. (2005). A relação entre campo/cidade. Os casos de Milreu e Ossonoba. In D. Paulo, coord. – *Caminhos do Algarve Romano*. Catálogo da Exposição (Faro, 2005). Faro: Câmara Municipal, p. 35-42.
- Bernardes, J., Veríssimo, H., Amorim, A. & Martins, A. (2019). A necrópole da Boca do Rio: vivências da morte de uma população costeira no Baixo Império Romano. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 30, 333-356.
- Bonnet, C. & Blazoit, F. (2007). Traitements, modalités de dépôt et rôle des céramiques dans les structures funéraires gallo-romaines. In L. Baray, A. Testart & P. Brun, eds. – *Pratiques funéraires et sociétés: nouvelles approches en Archéologie et en Anthropologie Sociale*. Dijon: Université, p. 207-228.
- Castanyer, P. (2003). *10 anys d'arqueologia a l'entorn d'Empúries* (1993-2003). Catàleg de Exposició. Girona: Generalitat.
- Ceci, F. (2001). L'interpretazione di monete e chiodi in cotesti funerari: esempi dal suburbio romano. In M. Heinzlmann, J. Ortalli, P. Fasold & M. Witteyer, eds. – *Römischer Bestattungsbrauch und Beigabensitten - Culto dei morti e costumi funerari romani* (Roma, 1998). Wiesbaden: Deutsches Archäologisches Institut, p. 87-97.
- Dias, V., Bernardes, J., Candeias, C. & Garcia, C. (2020). *Balsa*, topografia e urbanismo de uma cidade portuária. In J. Arnaud, C. Neves & A. Martins, eds. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da questão* (Lisboa, 2020). Lisboa: AAP, p. 1399-1412.
- Dias, V., Bernardes, J., Mantas, V., Freire, J. & Dores, T. (2018). A cidade romana de Balsa: novos dados e algumas problemáticas da prospeção geofísica em meios muito humanizados. In *Atas do IV fórum luso brasileiro de Arqueologia Urbana* (Faro, 2017). Faro: Universidade do Algarve-CEAACP, p. 178-195.
- Encarnação, J. (1984). *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- Foy, D., Labaune-Jean, F., Leblond, C., Pruvot, Ch., Marty, M.-T., Massart, C., Munier, C., Robin, L. & Roussel-Ode, J. (2018). *Verres incolores de L'antiquité romaine en Gaule et aux marges de la Gaule*. Archaeopress Roman Archaeology 42. Oxford: Archaeopress, 2 vols.
- Fünfschilling, S. (2015). *Die römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst. Kommentierter Formenkatalog und ausgewählte Neufunde 1981-2010 aus Augusta Raurica*. Forschungen in Augst 51. August: Museum Augusta Raurica.
- Gonçalves, D. (2011). *Cremins. The value of quantitative analysis for the bioanthropological research of burned human skeletal remains*. PhD Dissertation in Biological Anthropology. Faculdade de Ciências, Universidade de Coimbra.
- Hernández García, J. (2005). Ánforas vinarias en la necrópolis de incineración de Águilas. El uso del vino en los rituales funerarios romanos. *Revista Murciana de Antropología*, 12, 101-117.
- Lecuona Viera, J. (2002). Historia de la Arqueología de la Muerte y Bioarqueología en Fuerteventura. *Vector plus*, 20, 31-40.
- López de la Orden, M.ª (2003). Urnas cinerarias de la necrópolis romana de Cádiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 2000, 111-116.
- Mantas, V. (1990). As cidades Marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires* (Talence, 1988). Paris: CNRS, p. 149-205.
- Mantas, V. (2004). A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa província romana. *Conimbriga*, 43, 63-83.
- Mercado Hervás, L. (2020). *La necrópolis romana del Prado de San Sebastián, Sevilla*. Tese de doutoramento. Universidade de Sevilla.
- Pereira, C. (2018). *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo Sul da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda – Museu Nacional de Arqueologia.
- Pereira, C. (2019). A possible uroscopy flask of Roman Age. *Zephyrus*, LXXXIII, 201-212.
- Pereira, C. & Coelho, C. (2021). Memórias sepulcrais romanas do Algarve: dinâmicas de um espaço funerário suburbano. In A. Ruiz Osuna, coord. – *Morir en Hispania. Novedades en topografía, arquitectura, rituales y prácticas funerarias*. Spal Monografías XXXVII. Sevilla: Universidad, p. 237-260.
- Riso, F. (2012). Il culto funerario romano: riti sepolcrali e ricorrenze commemorative. *Pagani e Cristiani, Forme e attestazione di religiosità del mondo antico in Emilia*, 11, 41-58.
- Rodrigues, S. (2004). *As Vias Romanas do Algarve*. Faro: Universidade do Algarve.
- Rodrigues, S. & Bernardes, J. (2003). *Per Loca Marítima - A via longitudinal do Algarve na época romana*. *Xelb*, 4, 135-144.
- Rodríguez Neila, J. (2008). *Los comitia municipales y la experiencia institucional romana*. In C. Berrendonner, M. Cébeillac-Gervasoni & L. Lamoine, dirs. – *Le quotidien municipal dans l'Occident Romain*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal, p. 301-315.
- Rossetti, A. (1999). Committenze e monumenti funerari nella Hispania Tarraconensis. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 10, 231-262.
- Sánchez de Prado, Mª D. (2018). *La vajilla de vidrio en el ámbito suroriental de la Hispania Romana*. Comercio y producción entre los siglos I-VII d.C. Alicante: Universitat.
- Santos, M.ª L. (1972). *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, Vol. II.
- Seidel, Y (2009). *Künstliches Licht im individuellen, familiären und öffentlichen Lebensbereich*. Vienna: Phoibos-Vlg.
- Silva, L. F. (2007). *Balsa, cidade perdida*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira – Câmara Municipal.
- Torres-Vila, L. & Mosquera Müller, J. (2004). Caracterización de las pepitas de vid de una ofrenda funeraria romana bajo-imperial (s. IV-V) de Los Bodegones (Mérida). *Memoria*, 7, 455-465.
- Vaquerizo Gil, D. (2010). *Necrópolis urbanas en Baetica*. Documenta 15. Sevilla – Tarragona: Universidad de Sevilla – Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- Vaquerizo Gil, D. (2011). De la agonía al luto. Muerte y funus en la Hispania romana. In C. Pacheco Jiménez, coord. – *La Muerte en el tiempo. Arqueología e Historia del hecho funerario en la provincia de Toledo*. Talavera de la Reina: Colectivo de Investigación Histórica Arrabal, p. 95-125.

Conservação Arqueológica

Leonor Esteban

Atualmente, a conservação é considerada parte integrante da arqueologia sem a qual muita informação arqueológica ficaria perdida ou inexplorada. Tem, basicamente, como fim prevenir a deterioração dos objetos à medida que estes vão sendo exumados durante a escavação arqueológica e descobrir a verdadeira natureza dos mesmos. A comunicação entre arqueólogo e conservador deve ser um processo contínuo e em constante atualização.



Fig. 1 e 2
Laboratório de Conservação e Restauro
do Município de Tavira (Fotos: Leonor Esteban)

Breve História da conservação arqueológica

No século XVIII dá-se a democratização do saber e surgem os primeiros museus destinados ao usufruto do público. Período do Iluminismo focado mais no Ser Humano, na razão, no direito, na liberdade, no progresso, na separação da Igreja do Estado, etc. Inicia-se o espírito livre da procura dando origem a uma nova metodologia científica. Os principais princípios e conceitos de conservação e restauro encontram a sua primeira expressão no contexto europeu no século XVIII.

No século XIX, marcado pelas descobertas científicas e avanços tecnológicos, a arqueologia torna-se num campo científico próprio. Também em meados deste século surge a “conservação arqueológica”, em que as técnicas de conservação e preservação começaram a ser uma parte integrante da escavação arqueológica.

Na Alemanha, Friederich Rathgen (1862-1942) foi o primeiro cientista a trabalhar em laboratório associado ao museu e com abordagem científica no tratamento e nas causas da deterioração dos materiais arqueológicos. Desde 1888 que desenvolvia tratamentos para os bens arqueológicos baseados em métodos científicos e foi considerado “o pai” da moderna “conservação arqueológica”.

Na Grã-Bretanha, entre finais do século XIX e inícios do século XX, o desenvolvimento da conservação dos materiais arqueológicos surge a partir de um forte interesse dos arqueólogos, dos químicos e outros indivíduos. Este interesse levou ao desenvolvimento da conservação como uma disciplina com especialização própria, autónoma, separada da arqueologia, mas ao mesmo tempo com laços estreitos com esta. Os britânicos cedo se aperceberam da importância da química e da física no sucesso do tratamento nos materiais.

A palavra “conservação” só começou a ser aplicada a partir de 1930, no momento em que se começaram a adquirir conhecimentos de como deter e controlar a deterioração dos bens culturais. Durante as décadas de 1930 e 1940, algumas instituições na Europa e nos Estados Unidos começaram a estudar as causas da deterioração dos objetos, a aplicar as suas descobertas na preservação das suas coleções e a partilhar essa informação.

Até à década de 1960 a maioria dos técnicos eram aprendizes treinados nos próprios museus e tinham

formação sobretudo em Belas Artes. Na década de 1960 e inícios de 1970, os museus começaram a requerer conservadores com mais treino sistemático e com formação científica, o que levou à criação de programas de conservação em várias universidades da Europa e América do Norte. Em Portugal, os cursos superiores de conservação e restauro surgem no final da década de 1980, em Lisboa e Tomar, e o primeiro laboratório de conservação e restauro de materiais arqueológicos surge no Museu Monográfico de Conimbriga.

Muitos dos métodos de intervenção usados no passado são hoje em dia considerados perigosos pois produzem alterações irreversíveis nos objetos e destruição de informação associada. O desenvolvimento da ciência e das novas tecnologias permitiu um avanço nas metodologias de intervenção nos materiais e uma melhor compreensão da sua constituição e dos processos de deterioração. Artefactos são encontrados contendo vestígios de alimentos, mostrando desgaste ou possuindo exemplos de reparos feitos na época que fornecem informações sobre as pessoas, sua tecnologia, dieta e atitudes que tinham em relação aos objetos.

Os cientistas especializados tornaram-se mais prevalentes: Werner, em conservação etnográfica, especialmente de objetos orgânicos frágeis; Robert M. Organ, em tratamento e armazenamento de metais e madeira; Garry Thomson, em questões ambientais em museus (como ar condicionado e os efeitos de poluição do ar em obras de arte); W. A. Oddy, concentrou-se em metais e pedra como corrosão e prevenção e tratamento da deterioração; Jędrzejewska e Pelikan no tratamento de artefactos arqueológicos, especialmente metais, entre outros.

Atualmente, a conservação recai cada vez mais nos meios passivos de estabilização pelo controlo ambiental e na ética da mínima intervenção, ou seja o conservador deve interferir o mínimo possível na verdadeira natureza do artefacto.

Conservação e Restauro: definição

O conservador restaurador é considerado um investigador que tem de identificar, revelar e preservar os achados arqueológicos. Tem que ter um elevado grau de destreza manual, conhecimentos científicos (física, química, biologia, ciência dos materiais),

conhecer os processos e as preocupações atuais da arqueologia, conhecimento das antigas tecnologias na produção dos artefactos, senso estético e deve obedecer às diretrizes profissionais do código de ética desenvolvida pela *European Confederation of Conservator-Restorers Organisations* (E.C.C.O.). A definição da carreira do técnico de conservação e restauro na administração pública está regulada pelo Decreto-Lei N.º 47/2004 (19 de Agosto) no artigo 31.º, n.º 1, refere o seguinte:

Conservação e restauro de bens culturais incorporados ou depositados no museu só podem ser realizados por técnicos de qualificação legalmente reconhecida, quer integrem o pessoal do museu, quer sejam especialmente contratados para o efeito.

Deste modo, o trabalho de conservação e restauro é feito em laboratório pelo técnico especializado na área e o seu trabalho consiste essencialmente em analisar o estado de conservação dos bens culturais e extrair toda a sua informação possível, intervir apenas quando necessário para estabilizar os materiais, ou seja aplicação de tratamentos químicos para retardar a deterioração, acondicionamento correto dos objetos, documentação de todo o trabalho efetuado, incluindo a fotografia e os raios X e assegurar um meio ambiente correto para a sua preservação.

A ARP, Associação Profissional de Conservadores Restauradores de Portugal, foi fundada em 1995 e tem como principais objetivos a defesa e promoção da classe profissional no nosso país e na Europa, através da sua representação na *European Confederation of Conservator-Restorers' Organizations* (ECCO), e na divulgação e salvaguarda do Património Cultural.

No Algarve, os Municípios de Portimão, Albufeira, Silves, Olhão, Lagos, Loulé, Tavira, Alcoutim e Faro possuem técnicos da área nos seus quadros profissionais. Foi ainda criada uma página no Facebook, "*AL-Gharbe* Conservação", relacionado com a conservação do património no Algarve com fins de divulgação de toda a informação e artigos científicos relacionados com esta área.

Conservação Preventiva: reservas e exposição

Uma vez que não é possível adaptar o material arqueológico ao meio ambiente após a escavação,

o ambiente deve ser modificado. Um dos principais objetivos da conservação das coleções arqueológicas é a provisão das condições corretas nas reservas e exposição, ou seja o controlo do meio ambiente.

O nosso património cultural não é eterno. A sua deterioração é um processo irreversível que se pode retardar, mas não evitar. A conservação preventiva tem como finalidade prevenir e controlar as principais causas de deterioração dos bens, sendo as principais causas a luz, a temperatura, a humidade relativa, os poluentes atmosféricos e os ataques biológicos. Temperaturas, humidades relativas e iluminação incorretas e a presença de poluentes atmosféricos podem colocar o acervo museológico em risco.

Existem equipamentos e métodos que permitem controlar o meio ambiente no museu como humidificadores, desumidificadores, sílica-gel, ar condicionado e colocação de filtros que absorvem tanto a luz ultravioleta como a luz visível. De igual forma existem equipamentos de monitorização



Fig. 3
Acondicionamento dos metais
arqueológicos (Foto: Leonor Esteban)

ambiental: a humidade relativa e a temperatura são registadas por meio de termohigrógrafos, higrómetros, dataloggers e sensores e a iluminação é medida por meio de um luxímetro. Uma prática continuada e correta do plano de conservação preventiva assegurará a estabilidade dos bens tornando-se possível o seu estudo e exposição.

Tanto as vitrinas como os armários/estantes das reservas devem ser de materiais inertes, como metal, vidro e acrílico, evitando o uso da madeira e determinados adesivos que podem libertar vapores prejudiciais e afetar os bens expostos ou acondicionados. As iluminações devem ser preferencialmente em fibra ótica ou LEDS, uma vez que são lâmpadas frias sem emissão de radiação ultravioleta.

A conservação preventiva começa na escavação arqueológica

Existem algumas considerações a ter em conta antes da escavação arqueológica como:

- a) Tipo de material que irá ser encontrado. No caso de um sítio arqueológico romano encontram-se cerâmicas, metais, vidro, pedra, fauna, fragmentos de mosaicos e de reboco com pintura, entre outros;
- b) Equipamentos e materiais necessários para garantir a proteção dos materiais recém-descobertos como acondicionamento e transporte para o laboratório de conservação e restauro;
- c) A possibilidade da conservação no local da escavação ou conservação de emergência, quando surgem materiais em avançado estado de degradação;
- d) Conservação efetuada no laboratório, pós escavação arqueológica, com uso de equipamentos adequados.

Os materiais arqueológicos, após vários séculos de enterramento, encontram-se em equilíbrio com o meio ambiente circundante. Durante a escavação arqueológica são expostos a uma nova atmosfera e entram em desequilíbrio, ou seja ficam sujeitos a condições ambientais que são muito diferentes daquelas em que se encontravam quando estavam enterrados. A conservação intervém no momento em que os objetos vão sendo desenterrados através



Fig. 4 e 5
Aplicação do biocida
e lavagem
(Fotos: Celso Candeias)



Fig. 6 e 7
Fragmentos antes e depois
da limpeza e montagem do puzzle
(Fotos: Leonor Esteban; Celso
Candeias)

de um bom acondicionamento e, quando necessário, o controlo do meio ambiente. Não se devem efetuar tentativas de limpeza do material no local da escavação. Este processo só deve ser levado a cabo no laboratório pelo conservador restaurador. No entanto, no caso de alguns fragmentos cerâmicos mais robustos pode-se efetuar a lavagem no local da escavação, mas nunca fragmentos fragilizados com engobes ou pinturas sensíveis ou outro material.

Metodologia

A preocupação do Município em conservar o seu património arqueológico remonta a 1998, na sequência das intervenções arqueológicas do antigo Banco Nacional Ultramarino e de Netos – Hotelaria e Turismo, Lda. Durante os primeiros anos adquiriram-se equipamentos necessários para o funcionamento do laboratório, produtos químicos para o tratamento das peças, e materiais de acondicionamento. Os materiais provenientes das escavações arqueológicas são sobretudo cerâmicas, ligas de cobre, chumbos, ferros, vidros, azeviches, materiais osteológicos humanos e faunas. O cabedal, a madeira e os tecidos são materiais mais raros e foram encontrados apenas pequenos fragmentos. Os solos da nossa região, devido às suas características químicas, não permitiram a preservação destes materiais, que se preservam, sobretudo, ou em solos encharcados, incluindo zonas geladas, típicas do Norte da Europa e Norte da América ou áreas desérticas como o Norte de África. Por este motivo, alguma informação arqueológica não chega até nós, como cintos, sapatos, vestuário, etc.

No laboratório, começa o exame pormenorizado dos artefactos. Muitos objetos são limpos à lupa binocular e este processo é entendido como investigação, ou seja, o seu principal objetivo é retirar toda a informação de um objeto, que ficará registada, como as características, tecnologias empregues na produção, funções, etc. Sempre que possível deverá incluir-se fotografias, desenhos e raios X. Existem diferentes graus de interferência nos objetos, como sejam a conservação de emergência, conduzida logo no local da escavação, a limpeza completa ou restrita, a aplicação de restauros, a extração de informações por meio de radiografias, a recolha de amostras para análises ou somente o acondicionamento e controlo

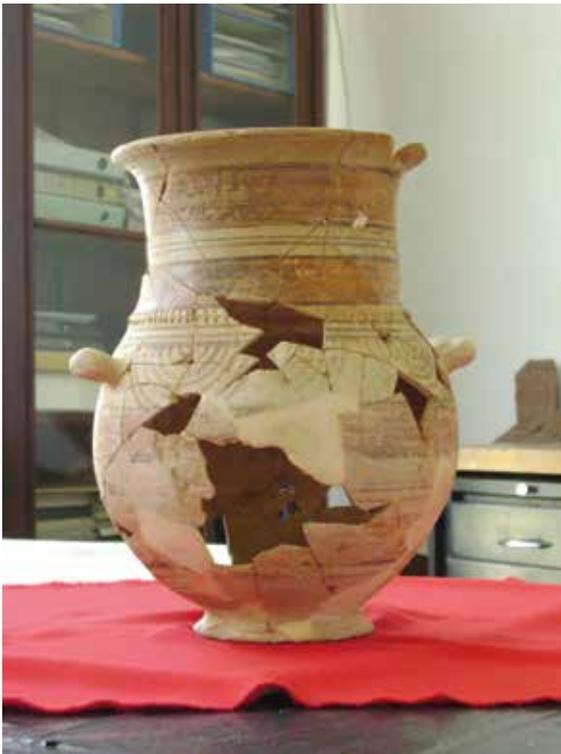
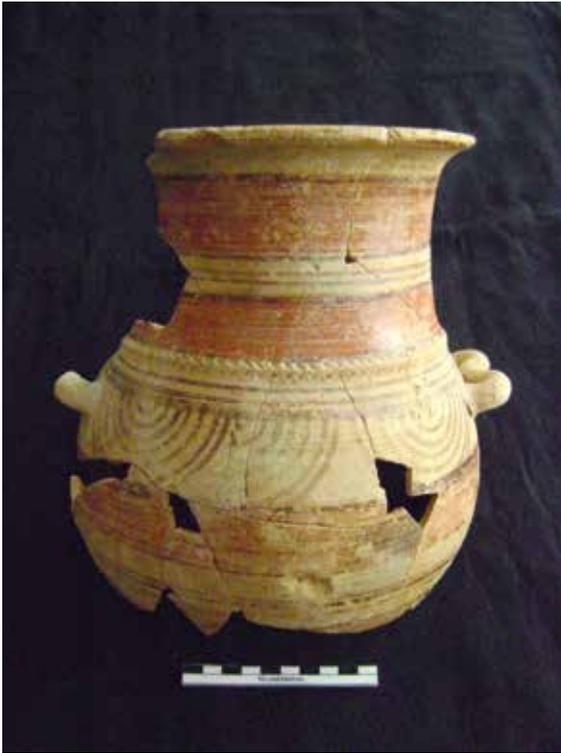


Fig. 8, 9, 10 e 11

Colagem, preenchimento de algumas lacunas para dar estabilidade às colagens e após a conclusão do restauro (Fotos: Leonor Esteban)

ambiental, entre outros. A conservação preventiva deve estar continuamente presente.

Durante a intervenção levada a cabo, nos materiais arqueológicos é muito importante a realização do registo da mesma, ou seja, a anotação de toda a informação observada incluindo a intervenção levada a cabo, acompanhada de fotografias e, por vezes, raios x e desenhos, com o fim de registar o grau de interferência em um dado objeto, sendo uma informação importante para os futuros conservadores restauradores.

Caso estudo de alguns bens arqueológicos

a) Pedra: dois pedestais de estátuas, Torre d'Aires, local da antiga *Balsa*

Os dois pedestais de estátua apresentados pelo professor Vasco Mantas neste mesmo volume, foram limpos de modo a serem submetidos a levantamento fotogramétrico para aplicação do método do resíduo morfológico com o objetivo de ler as inscrições neles contidas.

O suporte pétreo apresentavam infestação biológica, presença de musgo e líquenes de cor amarela. Numa primeira fase fez-se a aplicação do biocida diluído, em água, com pincel de caiar. Após duas semanas de espera da atuação do produto, as pedras foram então lavadas com jato de água de baixa pressão. (Figs. 4 e 5)

b) Cerâmica: vaso crateriforme, BNU (Exposição, *Balsa, Cidade Romana*)

A peça denominada por "vaso crateriforme" estava fraturada em 71 fragmentos com presença de grandes e pequenas lacunas no corpo, colo e bordo. A superfície interior dos fragmentos encontrava-se muito deteriorada apresentando destacamentos em lamelas. A pintura exterior encontrava-se muito desgastada com depósitos de terras duras e de concreções calcárias sobre a superfície que obscureciam a decoração.

A limpeza dos fragmentos foi efetuada à lupa binocular com uma solução sequestrante para amolecer e remover facilmente as camadas de terras e concreções, mas os depósitos mais duros tiveram

que ser cuidadosamente removidos com bisturi. Após a limpeza os fragmentos foram passados por água corrente para remover os resíduos da solução depositados na superfície. Seguiu-se, após a secagem dos fragmentos, a consolidação pela aplicação, a pincel, de um consolidante. Efetuou-se a dessalinização em 50:50 de água corrente/água desionizada para remover o excesso dos sais durante três dias. Após a secagem ao ar, aplicou-se novamente o consolidante para reforçar a superfície e proteger a pintura.

De seguida procedeu-se à colagem dos fragmentos com adesivo reversível e ao preenchimento de algumas lacunas existentes junto à base e na parte inferior do corpo, para conferir resistência, utilizando barro de moldar com integração cromática.

Atualmente os preenchimentos/reconstituições de lacunas das cerâmicas só são aplicados quando absolutamente necessário como por exemplo o reforço de colagens sensíveis ou para uma melhor leitura da peça em exposição (ex: uma peça que tem quatro asas mas só uma está presente tem lógica refazer as outras três para o público perceber que o objeto era composto por quatro asas). O objetivo é sempre respeitar a peça tal como esta chegou até nós.

c) Osso Trabalhado: dois alfinetes de cabelo, Torre d'Aires (Exposição, *Balsa, Cidade Romana*)

Os dois alfinetes apenas foram limpos com solvente à lupa binocular para remover as terras depositadas sobre a superfície.



Fig. 12
Alfinetes de cabelo
(Foto: Leonor Esteban)



Figs. 13 e 14
Moeda em chumbo
(Fotos: Leonor Esteban)



Figs. 15 e 16
Moeda em liga de cobre
(Fotos: Leonor Esteban)

d) Liga de Cobre: moeda, Torre d'Aires (Exposição, Balsa, Cidade Romana)

A moeda apresentava muito bom substrato metálico, com uma pequena lacuna no bordo, com camadas de produtos de corrosão estáveis (óxidos de cobre) e instáveis (cloretos de cobre).

A limpeza das terras e dos cloretos de cobre foi efetuada à lupa binocular com utensílios como o bisturi. Depois da limpeza foi submetida a um tratamento para estabilizar os produtos de corrosão.

A limpeza mecânica à lupa binocular é considerada o método mais seguro para remover os produtos de corrosão e as terras. A limpeza química não deve ser aplicada porque:

- 1 - Dependendo da corrosão, a extração das camadas de corrosão do cobre pode deixar a superfície picada e pouco atrativa;
- 2 - Sob a camada de corrosão pouco núcleo metálico pode ter sobrevivido;
- 3 - Os detalhes superficiais e elementos decorativos como douramentos, esmaltes, etc, podem estar preservados através das camadas de corrosão e serão perdidos;
- 4 - A história de um objeto e o seu contexto podem estar preservados na corrosão;
- 5 - Não distinguem a continuidade de uma superfície original.

d) Chumbo: moeda, Torre d'Aires (Exposição, Balsa, Cidade Romana)

O chumbo facilmente corroí em presença de vapores de ácidos orgânicos, oxigénio, dióxido de carbono e humidade, formando camadas de corrosão. A moeda em chumbo apresentava muito bom substrato metálico com presença de camadas de carbonatos de chumbo. A limpeza foi efetuada à lupa binocular com bastão de fibra de vidro macio e palitos. No chumbo não se aplica proteção final com acrílicos porque em presença de humidade decompõem-se em ácido acético que por sua vez ataca o chumbo.

Bibliografia

Bradley, S. & Daniels, V. (1995). Environment - A Guide to the Storage, Exhibition and handling of Antiquities, Ethnographic and Pictorial Art. Edited by Susan Bradley, *Occasional paper*, 66. British Museum: Department of Conservation.

Caldararo, N. (1987). An Outline History of Conservation in Archaeology and Anthropology as Presented Through Its Publications. *Journal of the American Institute for Conservation* (JAIC), 26, 85-114.

Camacho C.; Sousa, C. B. de; Carvalho, G.; Amaral, J. & Tissot, M. (2006). *Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva. Bases orientadoras*. Lisboa: Instituto Português dos Museus/Instituto Português de Conservação e Restauro.

Cronyn, J. M. (1990). *The Elements of Archaeological Conservation*. 1st Edition. London and New York: Routledge.

Esteban, L. (2007). Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro da Câmara Municipal de Tavira: Conservação Preventiva. *Museal: Revista do Museu Municipal de Faro*, 2, 148-156.

Hunter, K. (1988). *Conservation Guidelines No.1: Excavated Artefacts and Conservation - UK Sites*. UKIC, Archaeology Section.

Johnson, J. S. (2013). Conservation and Archaeology in Great Britain and United States: A Comparison. *Journal of the American Institute for Conservation* (JAIC), 32, 249-269.

Karali, L.; Afonasin, E.; Afonasina, A. (2019). An Outline of the History of Archaeology. *Schole*, 13(2), 823-840.

Watkinson, D. - ed. (1998). *First Aid For Finds*, 3ª ed. Rescue: The British Archaeological Trust.

Referências on-line

CALDARARO, Niccolo. (1987) An Outline History of Conservation in Archaeology and Anthropology as Presented Through Its Publications. *Journal of the American Institute for Conservation*, 26, 85-114. Acedido a 7 de Julho 2022, em https://www.researchgate.net/publication/235928304_An_Outline_History_of_Conservation_in_Archaeology_and_Anthropology_as_Presented_Through_Its_Publications

JOHNSON, Jessica S. (2013). "Conservation and Archaeology in Great Britain and United States: A Comparison". *Journal of the American Institute for Conservation* (JAIC), 32, 249-269. Acedido a 15 de Julho 2022, em <https://www.jstor.org/stable/3179548>

KARALI, Lilian; AFONASIN, Eugene; AFONSINA, Anna. (2019). "A Outline of the History of Archaeology". Novosibirsk State University (NSU). Acedido a 16 de Julho 2022, em https://www.researchgate.net/publication/334627308_AN_OUTLINE_OF_THE_HISTORY_OF_ARCHAEOLOGY



Catálogo



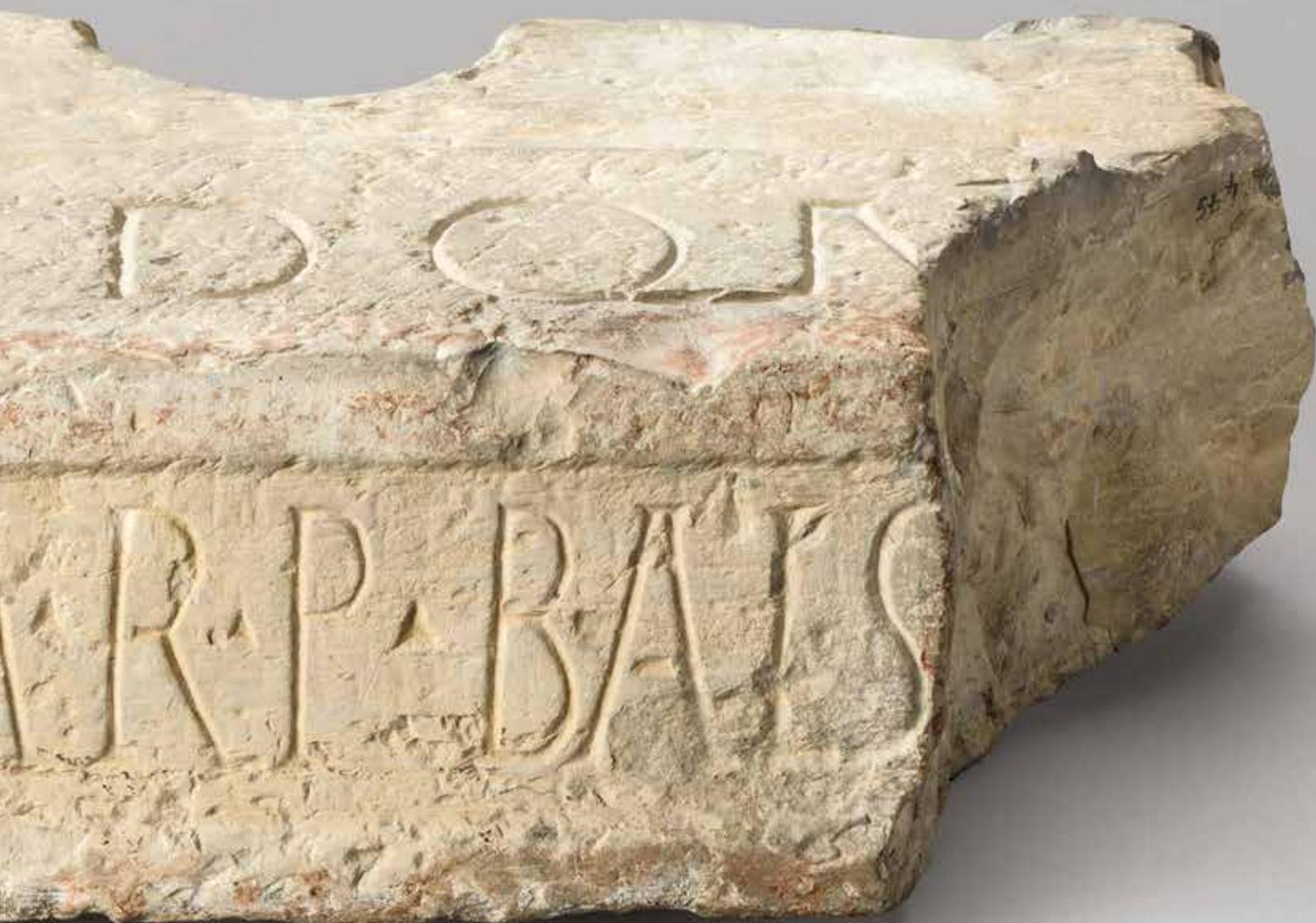
1

**Bloco arquitetónico
de edifício público com menção
à “República dos Balsenses”**

Inscrição 1: [...] (*hedera*) DOM[...]

Inscrição 2: [EX DECRETO DECVRI?]ONVM ·
R(es) · P(*ublica*) BALS[ENSIVM?]
(...) por decreto dos decuriões,
a república de *Balsa* (...)

Mármore cinzento margoso
Alt. 39 cm; Larg. 47 cm; Esp. 15 cm
Século II d.C.
Quinta da Torre d’Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº E 6412



DOCT

URP. BATS

São duas inscrições em faces distintas do mesmo bloco, gravadas na mesma época, tendo em conta as características paleográficas de ambos os textos. Pela sua posição, a primeira inscrição ficava na vertical e a segunda seria vista de baixo, pelo que, provavelmente, este bloco seria parte de um lintel de porta de edifício público. Os dois orifícios circulares, que poderiam ter servido para acomodar barrotes de uma qualquer cobertura ou avançado sobre a porta, reforçam esta ideia.

Foi recolhido na colina de Torre d'Aires, pelo fundador do atual Museu Nacional de Arqueologia, José Leite de Vasconcelos, onde, com toda a probabilidade, se situaria o *fórum* da cidade. Assim, poderá ter pertencido a um edifício forense, eventualmente dedicado à casa imperial, se aceitarmos a hipótese de reconstituição da primeira inscrição, que se veria no frontispício da porta, como parte da fórmula IN HONOREM DOMVS DIVINAE ("em honra da casa divina"). A hipótese deste bloco poder ser relacionado com o edifício do circo, como já foi sugerido, que se situaria na periferia da cidade, parece ser menos provável. A menção à *Res Pvblica Balsensivm* (ou *Balsensis*) da segunda inscrição atesta o carácter público do edifício.

[JPB]

Bibliografia: Vasconcelos, 1899/1900, pp. 174-175; IRCP, nº 75; Maia et al. 2003, p. 261 n.º 79.





E.6412

⊙ D O N



2

Taça carenada

Cerâmica
Alt. 4,9 cm; Diâm. 13,2 cm;
Esp. 0,5 cm
Séculos IX - VIII a.C.
Tavira - Pensão Residencial
do Castelo
Museu Municipal de Tavira,
Nº M00000383

Esta pequena taça carenada, de superfícies brunidas, apresenta dois tipos de perfurações: duas, muito finas, na extremidade do bordo, realizadas antes da cozedura da peça, que serviriam para suspender a peça quando esta não estava em uso; e outras três, mais grosseiras, duas perto do fundo e uma abaixo da carena, que corresponderão a antigos restauros.

[CC]

Bibliografia: Maia *et al.* 2003, p. 239, n.º 8.



3

Fragmento de panela de fabrico manual com carena alta marcada por impressões digitadas

Cerâmica

Alt. 9,4 cm; Larg. 11,6 cm; Esp. 0,8 cm

2ª metade do século VIII - inícios do século VII a.C.

Tavira - Pensão Residencial do Castelo

Museu Municipal de Tavira, N° M00000384

[CC]

Bibliografia: Maia *et al.* 2003, p. 242 n.º 20.

Jarro com “boca de cogumelo”

Cerâmica
Alt. 20,6 cm; Diâm. 12,5 cm;
Esp. 0,7 cm
Século VII a.C.
Tavira - Palácio da Galeria
Museu Municipal de Tavira,
Nº M00000381

Sabemos hoje que a colina de Santa Maria, em Tavira, foi ocupada por comunidades fenícias a partir de finais do século VIII a.C., durante a chamada 1ª Idade do Ferro. Quando os primeiros marinheiros fenícios chegaram a Tavira encontraram uma paisagem já humanizada, de onde se destacaria um povoado de cabanas circulares pertencentes a comunidades indígenas da Idade do Bronze Final (séc. IX-VIII a.C.). Aparentemente, indígenas e fenícios terão interagido pacificamente, o que terá resultado num processo de aculturação mútua que viria a estar na base do surgimento das comunidades púnico-turdetas da chamada 2ª Idade do Ferro que habitaram a região de Tavira até à chegada dos primeiros romanos a este território.

Durante as escavações arqueológicas realizadas no âmbito das obras de reabilitação do Palácio da Galeria, em 1999, foi encontrado este jarro, ou “oinochoe”, com boca de cogumelo, sendo considerado um dos recipientes mais característicos entre a cerâmica fenícia.

A este tipo de recipientes é atribuída uma origem oriental. Foram produzidos entre o século VIII e os princípios do século VI a. C. Estes jarros, tendo em conta a forma da boca, seriam usados para conter substâncias perfumadas, óleos ou bálsamos que poderiam ser untados na superfície plana da mesma. No seio das comunidades fenícias eram habitualmente utilizados em ambiente funerário, para guardar os óleos e perfumes usados nos rituais funerários, ainda que também já tenham sido encontrados em ambientes habitacionais, não só em povoados fenícios como também em povoados indígenas.

[CC]

Bibliografia: Maia *et al.* 2003, p. 250 n.º 55.





5

Pithos

(grande pote para armazenamento de alimentos)

Cerâmica

Alt. 31 cm; Diâm. 38 cm; Esp. 1 cm

Séculos VIII - VII a.C.

Tavira - Palácio da Galeria

Museu Municipal de Tavira,

Nº M00000385

[CC]

Bibliografia: Maia *et al.* 2003, p. 252 n.º 65.

Candeia de dois bicos

Cerâmica
 Alt. 3.6 cm; Diâm. 13.3 cm;
 Esp. 0.6 cm
 Séculos VII - VI a.C.
 Tavira – Solar dos Corte-Real
 Museu Municipal de Tavira,
 Nº M00000354

Em Tavira, durante as escavações arqueológicas realizadas no sítio designado de Solar dos Corte Real, entre os anos 1998 e 2007, sob direção científica da arqueóloga Maria Maia, em representação da associação Campo Arqueológico de Tavira, foram identificados importantes vestígios arqueológicos que remontam ao final da Idade do Bronze (séc. VIII a.C.), passando pela Idade do Ferro, com presença de comunidades fenícias (final séc. VIII - séc. VI a.C.) e comunidades ditas turdetanas (séc. V - séc. III a.C.), Época Medieval Islâmica (séc. XI - séc. XIII d.C.), Época Medieval Cristã (séc. XIII - séc. XV d.C.) e Época Moderna (final séc. XV - séc. XVIII).

De entre os muitos artefactos exumados nestas escavações, destaca-se esta candeia fenícia com 2 bicos, fabricada há mais de 2500 anos. Estas candeias eram feitas na roda de oleiro, a partir da modelação de uma porção de barro. Primeiramente, era feita uma peça com o formato de um pequeno prato, sobre o qual, ainda antes da secagem da pasta, se pressionava o bordo com a ajuda dos dedos, de modo a

dar-lhe a forma de um ou dois bicos, destinados a receber e acomodar uma pequena torcida ou pavio.

O funcionamento deste tipo de candeias é relativamente simples, bastando colocar as torcidas ou pavios sobre o fundo interno da peça, tendo a preocupação de deixar as respetivas extremidades repousadas no interior dos bicos, dos quais deveriam sobressair ligeiramente. Seguidamente, enchia-se o interior da peça com um pouco de azeite, tendo o cuidado de embeber bem a torcida até às extremidades sobre os bicos, o que permitia que as torcidas ou pavios pudessem ser acesos.

O aparecimento deste tipo de peças, destinadas à iluminação artificial, é comum em assentamentos fenícios, sendo utilizadas, quer em contexto doméstico, quer em contexto funerário, depositadas, em conjunto com outros artefactos, junto do defunto.

[CC]

Bibliografia: Inédito.



Ânfora

Ânfora fenício-púnica
Cerâmica
Alt. 25 cm; Diâm. 30 cm;
Esp. 0.6 cm
Séculos VII - VI a.C.
Tavira - Palácio da Galeria
Museu Municipal de Tavira,
Nº M00000382

Os, já bastante numerosos, trabalhos arqueológicos desenvolvidos na chamada colina genética de Tavira (colina de Santa Maria) permitiram identificar, entre outros, inúmeros vestígios datáveis da 1ª Idade do Ferro (final séc. VIII-VI a.C.), atribuíveis culturalmente à presença de comunidades fenício-púnicas ("Fenícios de Ocidente").

Essa matriz cultural é atestada pela identificação, em contexto arqueológico, de diversas estruturas e artefactos manufaturados através da transformação de diferentes matérias-primas, como o barro (chamado de cerâmica após o processo de cozedura), o bronze, o osso ou o marfim.

Esta peça corresponde a um desses artefactos, tratando-se da metade superior de uma ânfora dita fenício-púnica, de tipo R1 (Ramon Torres T - 10.1.2.1). As ânforas correspondem a contentores cerâmicos usados para o transporte e armazenamento de alimentos e, geralmente, apresentam boca estreita, corpo mais ou menos alongado com duas asas e fundo em bico, mais ou menos pronunciado.

A ânfora apresentada foi descoberta no ano de 2001 pela equipa dirigida por Maria Maia durante os trabalhos arqueológicos levados a cabo no âmbito do processo de reabilitação do Palácio da Galeria. Pelo tipo de pasta cerâmica, esta ânfora terá sido produzida nas oficinas fenício-púnicas localizadas na área do chamado "Círculo do Estreito" (de Gibraltar) e poderá, segundo Maria Maia, ter servido para o transporte e armazenamento de vinho.

Este tipo de ânforas, graças à forte atividade comercial empreendida pelos centros produtores fenício-púnicos da área nuclear do "Círculo do Estreito", obteve grande difusão, a partir dos finais do século VII a. C., estendendo-se por uma vasta área que compreendeu o Levante Ibérico, a Andaluzia meridional, a costa marroquina e parte da costa atlântica portuguesa. Desta forma, a sua presença em Tavira, à qual se juntam muitos outros materiais arqueológicos da mesma filiação cultural, mostra-nos que a região estava, durante a 1ª Idade do Ferro, plenamente integrada nas rotas comerciais inter-regionais existentes no denominado "Círculo do Estreito".

[CC]

Bibliografia: Maia *et al.* 2003, p. 253 n.º 67.





8

Panela

Cerâmica
Alt. 13.5 cm; Diâm. 21 cm;
Esp. 0.5 cm
Século IV a.C.
Tavira – BNU
Museu Municipal de Tavira,
Nº M00000386

Entre os repertórios cerâmicos exumados em alguns sítios arqueológicos da 2ª Idade do Ferro do sudoeste peninsular é relativamente comum a presença de cerâmicas de luxo gregas. Por se tratarem de produtos com elevado custo de aquisição, os oleiros locais produziram imitações de várias dessas peças, como é o caso desta panela que imita uma *lopas* (panela grega), possibilitando assim a sua aquisição por parte de classes sociais menos abastadas.

[CC]

Bibliografia: Inédito.



9

Tigela

Cerâmica
Alt. 5.8 cm; Diâm. 19.7 cm;
Esp. 0.6 cm
Século IV a.C.
Tavira - BNU
Museu Municipal de Tavira,
Nº M00000333

[CC]

Bibliografia: Inédito.

Vaso crateriforme

Cerâmica
Alt. 29 cm; Diâm. 22.4 cm;
Esp. 0.54 cm
Século III a.C.
Tavira – BNU
Museu Municipal de Tavira,
Nº M00000387

À semelhança da panela anterior, também esta peça encontra a sua matriz formal nas cerâmicas gregas da Antiguidade Clássica, fazendo lembrar as famosas *Kratêre*. Além da forma, também a sua profusa decoração nos mostra uma mescla de tradições culturais mediterrânicas orientais e regionais.

[CC]

Bibliografia: Inédito.





11

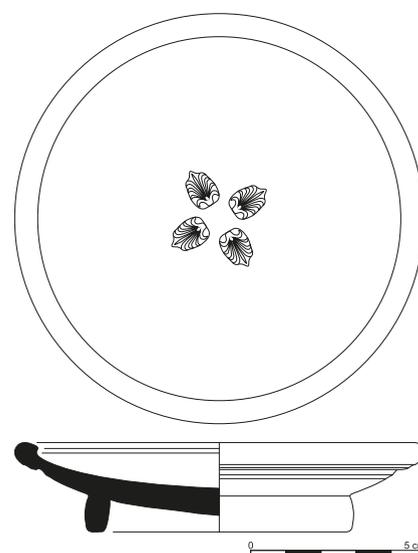
Pratinho estampilhado

Cerâmica
Alt. 2.6 cm; Diâm. 11.7 cm;
Esp. 0.65 cm
Século III a.C.
Tavira - BNU
Museu Municipal de Tavira,
Nº M00000388

Este tipo de peças, de clara estética helenística, é conhecido entre os arqueólogos como "cerâmica de Kuass", tendo surgido a partir dos finais do século IV a.C., como forma de suprir o fim da disponibilidade de cerâmica grega para importação. É recorrentemente associada à presença dos povos cartagineses na região entre os séculos IV e III.

[CC]

Bibliografia: Inédito.



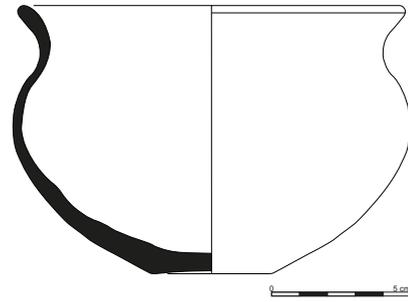
12

Pote

Cerâmica
Alt. 9.66 cm; Larg. 14.4 cm;
Esp. 0.6 cm
Século II a.C.
Tavira - Cerro do Cavaco
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004248

[CC]

Bibliografia: Inédito.





13

Taça de “paredes finas”

Cerâmica
Alt. 6.5 cm; Diâm. 8.7 cm
Século I d.C.
Quinta da Torre d’Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 14597

Com a chegada dos Romanos os repertórios decorativos e funcionais das cerâmicas diversificam-se. É o caso deste tipo de taças e vasos designados por paredes finas, devido à pouca espessura que possuem e à delicadeza do seu fabrico. Entravam dentro do rol de cerâmica fina de mesa, servindo para beber nas mesas mais abastadas. Foram frequentes até à segunda metade do século I, altura em que tendem cada vez mais a ser substituídos por peças fabricados em vidro soprado.

Esta peça, da forma Mayet XXXVII, tem decoração de *guilhoché*, feita quando a pasta estava fresca. Foi recolhida numa das sepulturas de incineração, entre as cerca de duas dezenas que Estácio da Veiga escavou na quinta da Torre d’ Aires, em 1877.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, p. 57 e 60, est.8, fig.6; Pereira, 2018, pp. 130-131, Fig. 53.



14

**Moeda do Imperador
Magnêncio com Cristograma**

Bronze
Diâm. 2.57 cm; Esp. 0,2 cm
350 - 353 d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 2014.4.63

A afirmação do cristianismo, sobretudo a partir do século IV, acabará por se refletir no repertório decorativo dos objetos do quotidiano que chegam a *Balsa*, como no caso do reverso deste numisma, cunhado em Arles (França) entre 19 de janeiro de 350 e 18 de agosto de 353, que apresenta o CRISMON como emblema central.

Este símbolo cristão torna-se cada vez mais frequente entre os artefactos que chegam ao Algarve ao longo de século IV, testemunhando uma implantação cada vez maior da nova religião monoteísta.

[JPB]

Bibliografia: RIC VIII, p. 217, nº 188.

**Bloco com inscrição honorífica
de *Titus Manlius Favstinus***

Inscrição:

T(itus) MANLIO / T(itus) F(ilio) QVIR(ina
tribu) FAV / STINO BALS(ensi) / MANLIA
T(itus) F(ilia) FAVSTINA / SOROR FRA /
TRI PISSIMO / IIVIR (duumviro) II (bis) /
D(ecreto) D(ecurionum) EPVLO DATO

A Tito Mânlio Faustino, filho de Tito,
da tribo Quirina, natural de *Balsa*.

Mânlia Faustina, filha de Tito, irmã,
ao irmão modelo de piedade, duúviro
pela segunda vez. Por decreto dos
decuriões. Tendo oferecido um
banquete.

Calcário

Alt. 140 cm; Larg. 60 cm; Esp. 32 cm

Finais do século II d.C.

Quinta da Torre d'Aires (junto ao casario)

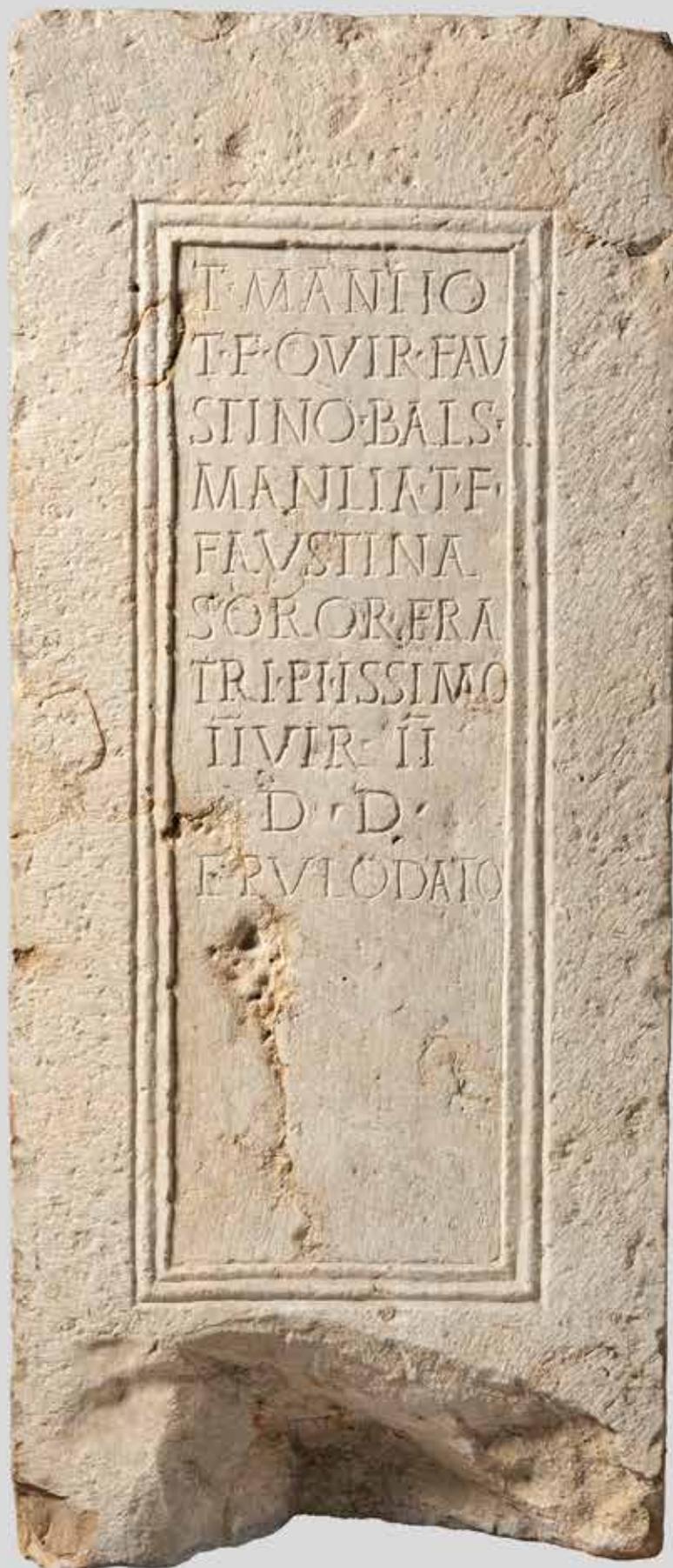
Museu Nacional de Arqueologia,

Nº E 6363

Esta inscrição que estaria originalmente
na praça do *forum*, e que apareceu
juntamente com outras em 24 de janeiro
de 1866 junto à casa principal da quinta
da Torre d'Aires, fala-nos dos políticos
e de uma das mais importantes famílias
da cidade: os Mânlios; mas fala-nos
também do seu poder e influência,
bem como das homenagens privada,
da irmã, e pública, feita pela assembleia
municipal, através de um banquete.

[JPB]

Bibliografia: Veiga, 1866, pp. 12-19; IRCP, 79.



**Bloco com inscrição honorífica
de Titus Rutilius Tvscilianvs**

Inscrição:

T(itus) RVTILIO GAL(eria tribu) /
TVSCILLIANO / Q(uinti) RVTIL(ii) RVSTI /
CINI F(ilio) T(it)i MAN / LII MARTIALIS /
N.EPOTI IN HO / NOREM EORVM AMICI
/ CVR(antibus) L(ucio) PACC(io) MARCI /
ANO ET L(ucio) GELL(io) TVTO / L(ucius)
PACC(ius) BASILEVS /
P(ublius) RVTIL(ius) ANTIGONVS / T(itus)
MANL(ius) EVTYCHES / T(itus) MECLON(ius)
CASSIVS / PVBLICIVS ALEXANDER /
LAETILIANVS BALSENSIVM

A Tito Rutilio Tusciliano, da tribo Galéria, filho de Quinto Rutilio Rusticino, neto de Tito Mânlio Marcial. Em sua honra, ao cuidado de Lúcio Pácio Marciano e Lúcio Gélio Tuto, os amigos da família: Lúcio Pácio Basileu, Públio Rutilio Antígono, Tito Mânlio Eutiques, Tito Mânlio Eutiquião, Tito Meclónio Cássio, Públio Alexandre Letiliano - dentre os Balsenses.

Calcário

Alt. 122.5; Larg. 51 cm; Esp. 28.5 cm
Finais do século II d.C.

Quinta da Torre d'Aires (junto ao casario)
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº E 6372

Esta inscrição, que também figurava no forum a homenagear um dos Rutilios, outra importante família balsense, apresenta-nos uma série de nomes, alguns de origem grega, pertencentes à elite balsense. Apareceu juntamente com a anterior em 24 de janeiro de 1866 junto à casa principal da quinta da Torre d'Aires, e nela nos aparecem de novo membros da importante família balsense dos Mânlios. A onomástica do círculo de amigos do homenageado que lhe dedicam a inscrição, denuncia a sua ligação ao comércio à distância, nomeadamente com o Norte de África, mas também com as cidades costeiras da mesma provincia da Lusitânia, como a vizinha *Ossonoba* (Faro) e *Olisipo* (Lisboa).

[JPB]

Bibliografia: Veiga, 1866, pp. 12-19;
IRCP, 80; Dias, 1988-89.



Placa de *Gaius Licinius Badivs*

Inscrição:
G(aius) LICINIVS · BADIVS · / PODIVM ·
CIRCI · P(edes) · C(entum) · / SVA ·
IMPENSA · D(ono) · D(edit) ·

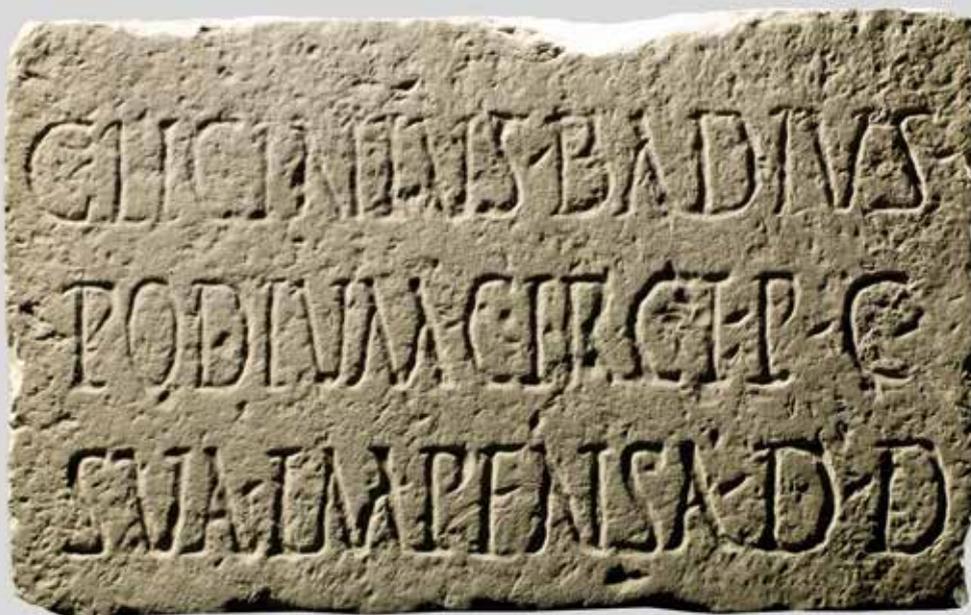
Gaio Licínio Bádio deu, a expensas suas,
cem pés do pódio do circo.

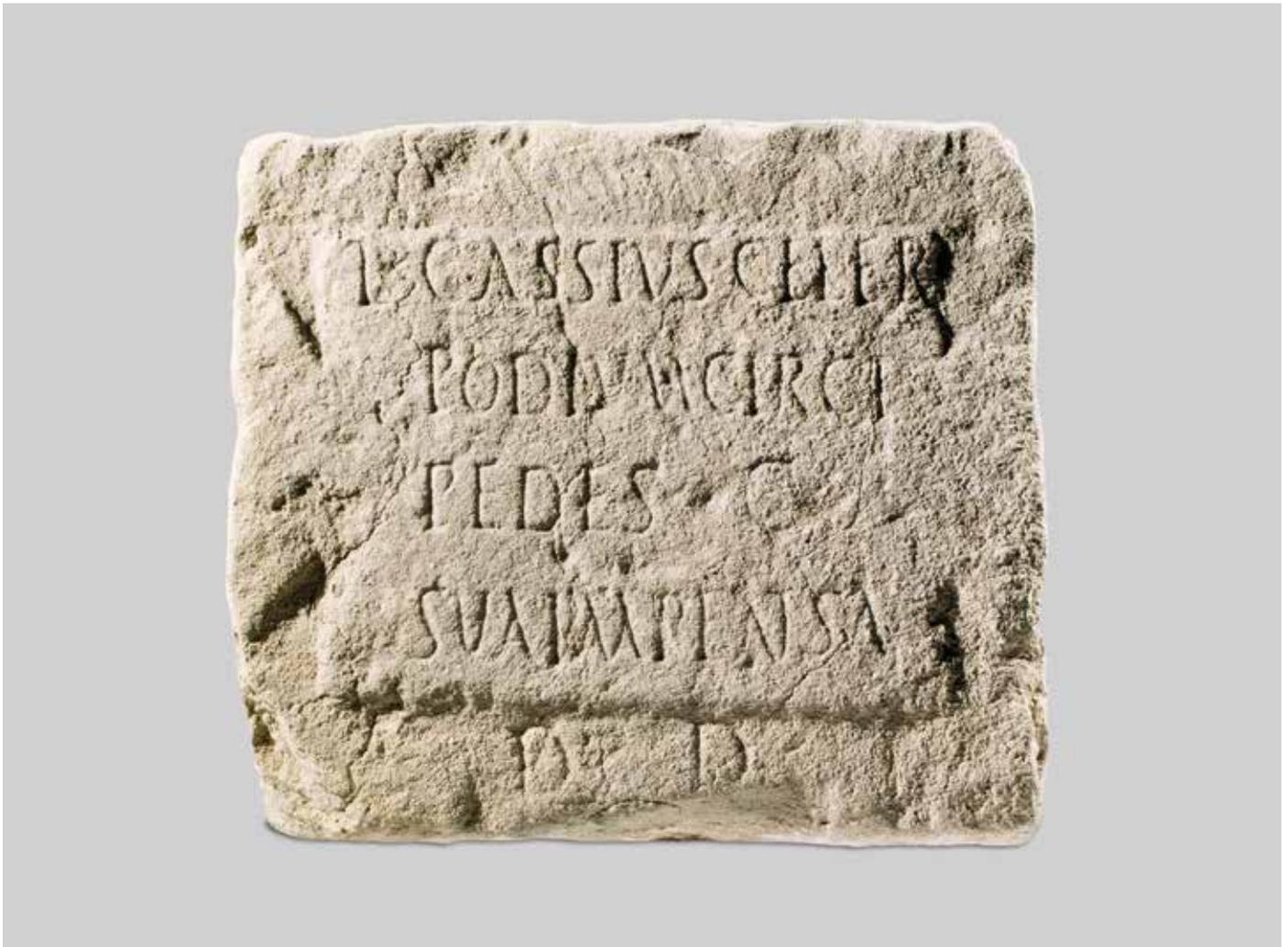
Calcário
Alt. 40 cm; Comp. 64 cm; Esp. 13 cm
Século II d.C.
Quinta das Antas
Museu do Carmo, Lisboa, N° Esc.362

Esta e a epígrafe seguinte, que
testemunham a existência de um
circus em *Balsa*, revelam-nos
também como as elites balsenses
comparticipavam a construção
de edifícios públicos. No caso
destas duas inscrições de *Balsa*,
dois membros dessa elite pagaram
cada um cerca de 30 metros (100
pés) do *podium* do *circus* de *Balsa*
(parte que divide a arena das
bancadas).

[JPB]

Bibliografia: Hübner, 1887, pp. 34-35;
IRCP 77.





18

Placa de *Lucivs Cassivs Celer*

Inscrição:
L (*ucius*) · CASSIVS · CELER / PODIVM
CIRCI / PEDES · C (*entum*) / SVA
IMPENSA / D(*ono*) · D(*edit*) ·

Lúcio Cássio Celer deu, a expensas suas,
cem pés do pódio do circo.

Calcário
Alt. 35,5 cm; Comp. 40 cm; Esp. 14 cm
Século II d.C.
Quinta das Antas
Museu do Carmo, Lisboa, N° Esc.479

Esta e a epígrafe anterior, que atestam a existência de um *circus* em *Balsa*, apareceram juntas na antiga quinta das Antas, já no limite nascente da área urbana da cidade, de onde são conhecidos múltiplos blocos bem esquadriados, colunas e outros elementos arquitectónicos compatíveis com um edifício de espectáculos. Com elas apareceu ainda um fragmento de uma inscrição monumental, destinada a ser colocada à entrada de um grande edifício, aludindo aos *antepagamenta*, ou seja, aos revestimentos arquitectónicos do edifício, e a estátuas. Provavelmente, à semelhança das inscrições dos dois beneméritos que contribuíram para a construção do *podium* do circo, era mais uma inscrição monumental do mesmo edifício referindo-se a outros donativos.

[JPB]

Bibliografia: Hübner, 1887, pp. 34-35; IRCP 76 e 78.

Pedestal dedicado por *Annivs Primitivvs* à deusa *Fortuna*

Inscrição:

FORTVNAE · AVG(*ustae*) · / SACR(*um*) · /
ANNIVS · PRIMITIVVS / OB ·
HONOREM · / IIIIIIVIR(*atus*) · SVI · /
EDITO BARCARVM / CERTAMINE · ET · /
PVGILVM SPORTVLIS / ETIAM · CIVIBVS /
DATIS · / D(e) · S(*ua*) · P(*ecunia*) · D(*ono*) ·
D (*edit*)

Consagrado a Fortuna Augusta. Ânio Primitivo ofereceu, em honra do seu sexvirato, tendo realizado um combate de barcas e de pugilistas e também oferecido dádivas aos cidadãos, a expensas suas.

Calcário

Alt. 119 cm; Larg. 60 cm; Esp. 45 cm
Finais do século II - inícios do III d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Faro, N° 32

Este pedestal de estátua com inscrição, achado na quinta da Torre d'Aires em 1750, serviu de plinto no púlpito da igreja da Luz de Tavira até ser recolhida no Museu Municipal de Faro, em janeiro de 1895. Fala-nos de um membro da elite balsense, *Annius Primitivus*, provavelmente um mercador com fortes ligações à atual região africana da Tunísia, que enriqueceu com os seus negócios entre finais do século II e inícios do seguinte. Pelo facto, agradece à deusa Fortuna, na altura em que foi nomeado para um honroso cargo de funções sacerdotais; como forma de comemorar, pagou à cidade um espetáculo de barcas (talvez uma regata na ria Formosa) e um combate de boxe (prática bem documentada naquela região africana), para além de distribuir dádivas aos cidadãos.

[JPB]

Bibliografia: Botto, 1899, p. 48–50; IRCP 73; Bernardes, 2021.

FORTVNAE AVG
SAGR
ANNIS PRIMITIVS
OB HONORE M
ILLI VER SVI
EDITO BARCARVM
CERTAMINE ET
PUGILVM SPORTVLS
ETIAM CIVIBVS
DATHS
DISPDD

**Fragmento de mosaico
com motivos marinhos**

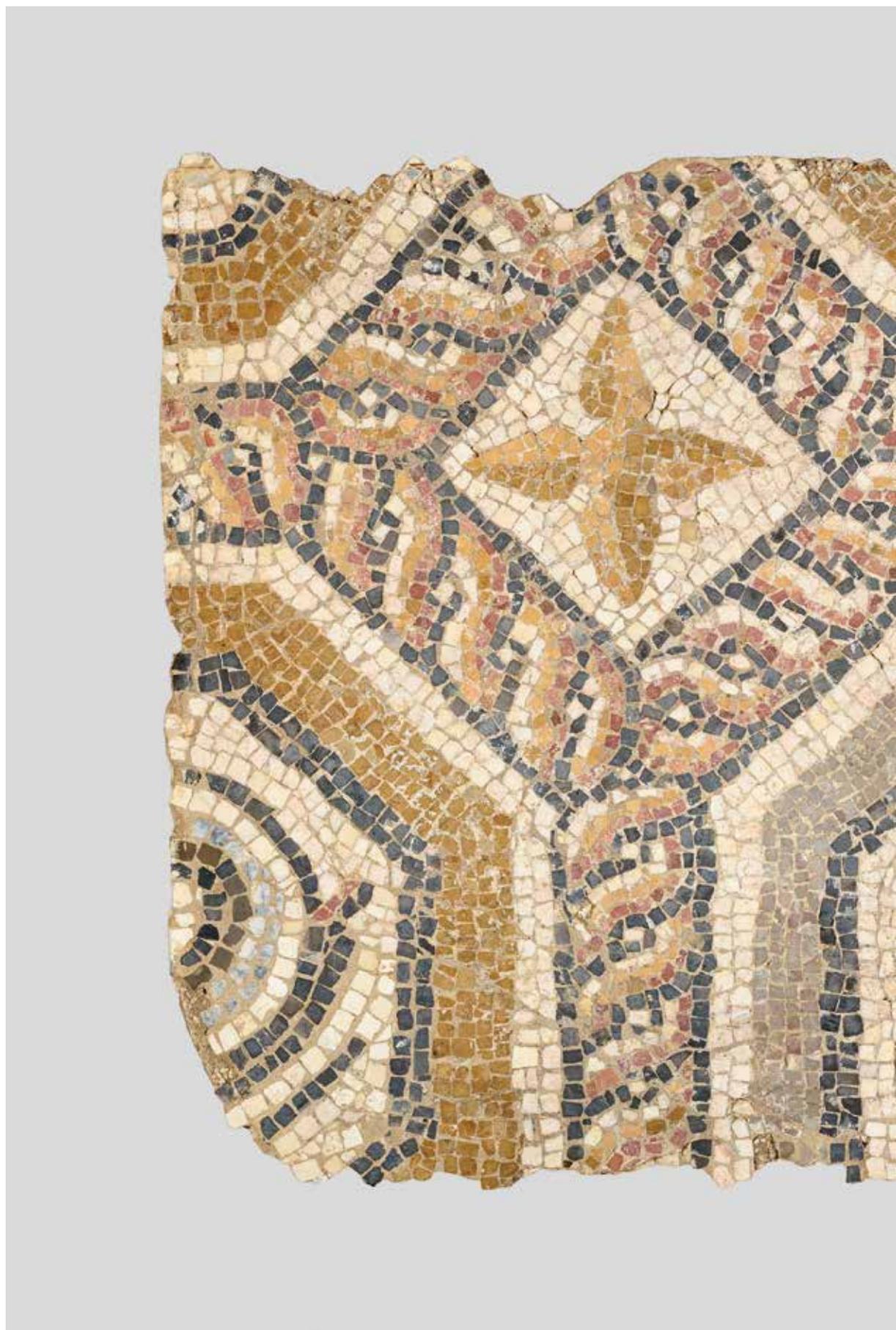
Mármore e Calcário
Comp. 85,5 cm; Larg. 49 cm
Século IV d.C
Pedras d'El Rei
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 18749

Pedras d'El rei era uma das várias *villae* na envolvência da cidade de *Balsa* que tinha a sua base económica na pesca e na produção de preparados piscícolas, sob a forma de pasta e molhos, de que o mais conhecido é o *garum*.

Os motivos figurados mais frequentes nos mosaicos romanos da costa algarvia, são motivos marinhos, retratados como ambientes vivos e não como naturezas mortas. Neste fragmento de mosaico vemos um peixe nadando, procurando as linhas sob a barriga, que representam a água, sugerir esse movimento. Este tipo de cenas com fauna marinha no centro de octógonos repetiam-se ao longo do mosaico de que se recuperaram quatro fragmentos em 1877-1878 por Estácio da Veiga.

[JPB]

Bibliografia: Lancha & Oliveira, 2013, nº 98
(pp. 503-507).







21

Conjunto de Anzóis

Bronze
Séculos I - IV d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004249

O aparecimento de anzóis e de outros instrumentos relacionados com as atividades piscícolas é recorrente em *Balsa*. São artefactos muito semelhantes aos dos nossos dias tal como muitas das técnicas que eram utilizadas para a pesca, desde canas de pesca até à rede de cerco da chamada "arte xávega".

[JPB]

Bibliografia: Inédito.

22

Agulha de rede

Bronze
Comp. 12 cm; Esp. 0.3 cm
Seculos I - IV d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004250

Esta agulha de rede, juntamente com os pesos de rede em chumbo apresentados na página seguinte, e muitas outras peças, foram doadas por Luís Fraga da Silva que as recebeu de um detetorista não identificado que, com recurso a um detetor de metais, foi esventrando muitos terrenos na antiga *Balsa* e noutros sítios arqueológicos do Algarve. Esta atividade ilegal é, infelizmente, muito frequente nos sítios arqueológicos algarvios, o que acaba por destruir ou prejudicar a estratigrafia dos sítios e o contexto de proveniência dos achados.

[JPB]

Bibliografia: Inédito.





23

Pesos de rede

Chumbo
Seculos I - IV d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004251

Os pesos de rede poderiam ter várias formas e serem constituídos por distintos materiais, desde pedra, cerâmica, conchas ou chumbo. Estes últimos assumiam frequentemente formas tubulares que permitiam ajustá-los ao cordame principal das redes.

[JPB]

Bibliografia: Inédito.



24

Pesos de rede

Conchas (*Glycymeris sp*)
Séculos I - IV d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004252

Para além dos pesos de chumbo, pedra ou de cerâmica era frequente utilizarem-se conchas com a mesma função.

[JPB]

Bibliografia: Inédito.



25

Mó

(para moer restos
piscícolas?)

Arenito
Diâm. 31 cm; Alt. 11 cm
Séculos III - V d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004253

A utilização de mós nas fábricas de preparados de peixe era frequente para aproveitar os restos ósseos dos peixes processados. Análises efetuadas recentemente em dezenas de mós recolhidas em fábricas de preparados de peixe, demonstraram o fabrico de farinha de peixe a partir dos resíduos resultantes da produção de molhos e pastas de peixe.

[JPB]

Bibliografia: Inédito.

**Fragmento de Mosaico
com fauna marinha**

Calcário
Comp. 62.5 cm; Larg. 57 cm
Século II d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 18706

Este fragmento de mosaico foi recolhido no compartimento de um edifício escavado por Estácio da Veiga em Torre d' Aires, em 1877. Esta representação marinha bicolor, retratando um peixe perseguindo um polvo, fazia parte de um pavimento de uma grande sala, que correspondia, muito provavelmente, à sala do *tepidarium* de umas termas. À semelhança do que ocorre com a restante fauna marítima representada nos pavimentos de mosaico do Algarve, também aqui a fauna é representada em movimento no seu ambiente aquático, remetendo para os abundantes recursos marinhos da região.

[JPB]

Bibliografia: Lancha & Oliveira, 2013,
nº 97 (pp. 501-502).





27

Balança de braço

Bronze
Alt. 10 cm; Comp. 19,5 cm;
Larg. 0,72 cm; Esp. 0,52 cm
Século I - III d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 983.288.9

Balança de bronze composta por um braço ou haste losangonal, rematado nas extremidades por um botão cônico em cada uma das extremidades. O braço apresenta próximo a uma das extremidades dois ganchos em sentido inverso que saem de duas argolas presas ao braço: um mais fechado e central para suspender a balança e o outro, voltado para baixo, para pendurar o objeto que se queria pesar. A balança apresenta duas escalas de pesagem, incisas em duas faces distintas do braço, onde corria um peso. Atualmente um dos ganchos encontra-se separado do braço. Este tipo de balança, conhecida por *statera*, servia para pesar objetos não muito grandes e era complementada por outros tipos de balança de que existem indícios em *Balsa*.

[JPB]

Bibliografia: Aragão, 1896, p.56; Pereira, 2018, p. 222-223, Fig. 87.1.



28

Fragmento de ânfora romana

(Ágora M-54 – Cilícia,
atual Turquia)

Cerâmica

Alt. 9,3 cm; Larg. 12,5 cm

Século II d.C.

Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
N.º 999.102.11

Este fragmento de ânfora, que serviu para transportar vinho, foi fabricado na antiga província romana da Cilícia, atual Turquia. Sendo este tipo de contentor extremamente raro no Ocidente do Império, a sua presença em *Balsa* constitui mais um testemunho das importações pelas elites locais de produtos refinados e de luxo de regiões longínquas.

[JPB]

Bibliografia: Fabião, 1994, p. 23, Est. 2, an - 17; Maia *et al.* 2003, p. 275, n.º 119; Viegas, 2011, pp. 359-360.



29

Fragmento de ânfora romana

(Haltern 70 – Bética,
atual Andaluzia)

Cerâmica

Alt. 26 cm; Diâm. 36 cm; Esp. 1.35 cm
2.ª metade do séc. I d.C.

Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004254

Este tipo de ânfora, que serviu para transportar produtos vinícolas, para além de outros como azeitonas, foi produzido na vizinha província da Bética. Está bem representado em *Balsa*, tendo sido alguns exemplares recolhidos nas redes de pescadores ao largo de Tavira, o que indicia a existência de algum naufrágio do século I de um barco carregado de ânforas.

[JPB]

Bibliografia: Diogo & Cardoso, 2000;
Viegas, 2011, p. 361.

30

Ânfora produzida na Bética
(forma Dressel 7-11)

Cerâmica
Alt. 74 cm; Larg. 36 cm; Esp. 1 cm
Século I d.C.
Mar de Tavira
Coleção particular

Esta é mais uma ânfora, inédita, destinada ao transporte de preparados de peixe, que se vem juntar às que recorrentemente são recolhidas nas redes dos pescadores em frente a Tavira. Este e outros achados, alguns já publicados, de ânforas desta mesma época, comprovam o naufrágio de, pelo menos, um barco datado do século I ao largo de Tavira, que se enquadraria na rota atlântica proveniente da província vizinha da Bética.

[JPB]

Bibliografia: Diogo e Cardoso, 2000.



Ânfora romana

(Almagro 51 a-b – Sul da Lusitânia,
atual Algarve)

Cerâmica
Alt. 80 cm; Diâm. 21 cm;
Esp. 1 cm
Século IV - V d.C.
Fuzeta
Museu Paroquial
de Moncarapacho,
Nº 554

Esta forma de ânfora, que serviu
para envasar molhos de peixe
genericamente designados
por *liquamen*, foi uma das
mais produzidas nas costas algarvias
na fase final do Império Romano,
sendo frequentes em naufrágios
desta época.

Este exemplar é proveniente
da região, tendo havido um centro
oleiro em Alfaxia (entre a Fuzeta
e Moncarapacho) que, provavelmente,
as terá produzido.

[JPB]

Bibliografia: Mascarenhas, 1974.







32

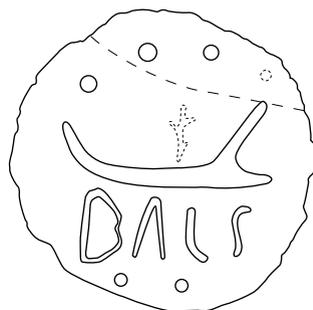
**Moeda (sextante)
cunhada em Balsa**

Chumbo
Diâm. 1.65 cm; Esp. 0.35 cm;
Peso 2.77 g.
Século I a.C.
Proveniência desconhecida.
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00002443

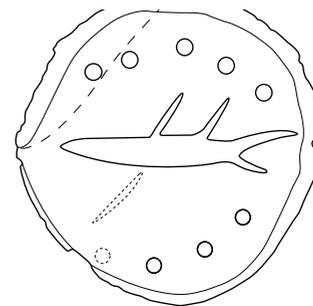
Balsa cunhou moeda em chumbo e bronze no século I. a.C. que circulou localmente até pelo menos o século seguinte. Dentre os principais motivos escolhidos para figurar nas moedas, estão o atum/peixe e o barco, numa clara alusão aos recursos económicos mais importantes da cidade, como é o caso dos dois exemplares aqui apresentados.

[JPB] [CC]

Bibliografia: Maia, *et al.* 2003, p. 262, nº 80; Maia, 2008, pp. 238-239.



20.07 mm



20.07 mm



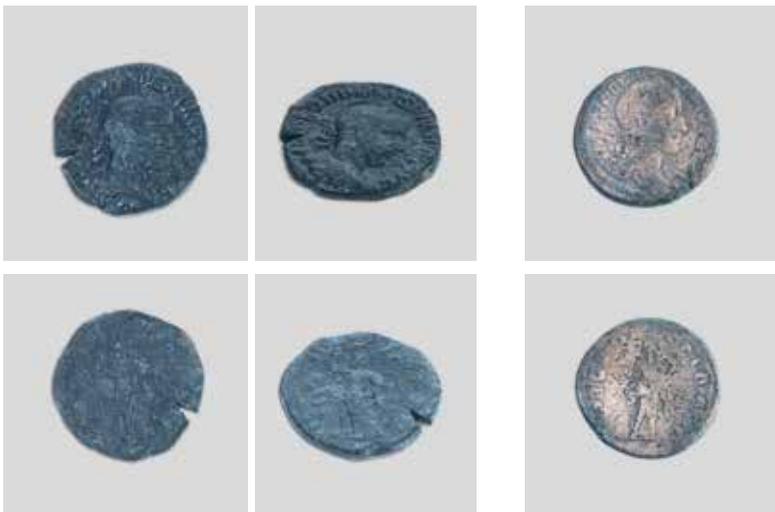
33

Moeda cunhada em *Balsa*

Chumbo
Diâm. 2 cm; Esp. 0.36 cm; Peso 6.56. g.
Século I a.C.
Quinta das Antas
Coleção Particular

[JPB] [CC]

Bibliografia: Inédito.



34

Sestércio de Gordiano III

Bronze
Diâm. 3.11 cm; Peso 14.35 g
241 - 244 d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004268

Moeda de bronze, sestércio, cunhada em Roma.

Anverso: Busto do imperador ao centro, com a face virada para a direita, laureado, drapeado e usando couraça militar. A figura do imperador é cercada pela legenda IMP GORDIANVS PIVS FEL AVG.

Reverso: Júpiter, nu, de pé, com o corpo virado para a esquerda e a cabeça para a direita. A divindade apresenta um elmo na cabeça, estando a mesma a segurar com a mão direita um cetro e com a esquerda um raio. Circundando a imagem a legenda IOVI STATORI S C da qual ainda se conserva as últimas duas letras, que representam a abreviação de *S(enatum) C(onsultum)*.

[DS]

Bibliografia: RIC IV Gordian III 298A.



35

Asse de Alexandre Severo

Bronze
Diâm. 2.53 cm; Peso 11.63 g
231 - 235 d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004269

Moeda de bronze, asse, cunhada em Roma.

Anverso: Busto do imperador ao centro, com a face virada para a direita, laureado e drapeado sobre o ombro esquerdo. A figura do imperador é cercada pela legenda IMP ALEXANDER PIVS AVG.

Reverso: Personificação da *Providencia* drapeada, de pé, com a cabeça virada para a esquerda. A mesma segura com o braço direito uma cornucópia e com a mão direita duas espigas. Circundando a imagem central, a legenda PROVIDENTIA AVG S C.

[DS]

Bibliografia: RIC IV, Severus Alexander, 644b.



36

Antoniniano de Cláudio II

Bilhão
Diâm. 2.06 cm; Peso 1.13 g
268 - 270 d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004270

Moeda de bilhão (liga metálica com baixo teor de prata), antoniniano, cunhada em Roma.

Anverso: Ao centro de forma parcial a face do imperador, que se encontra radiada e virada para a direita. A figura do imperador é cercada pela legenda «(...)VDIVS A(...)», que originalmente seria IMP CLAVDIVS AVG.

Reverso: personificação da *Providencia*, drapeada, de pé, virada para a esquerda. A mesma segura com o a mão direita um cetro e com a esquerda um bastão. Junto a seus pés, um globo, estando o mesmo quase ilegível. Circundando a imagem central, a legenda PROV(...)AVG.

[DS]

Bibliografia: RIC V Claudius II 89 ou 94.



37

Follis AE2-AE3 de Constantino I

Bronze
Diâm. 1.55 cm; Peso 1.64 g
336 - 337 d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004271

Moeda de Bronze, follis AE2-AE3, cunhada na antiga cidade de Nicomedia (atual Turquia).

Anverso: Busto do imperador ao centro, com a face virada para a direita, coroado por um diadema de rosetas, drapeado e usando couraça militar. A figura do imperador é cercada pela legenda CONSTAN(...)MAX AVG.

Reverso: dois soldados, de pé, de frente um para o outro, ambos drapeados e usando elmos na cabeça e couraça militar. Ambas as figuras seguram com a mão que se encontra erguida para o exterior, uma lança, e com a outra um escudo. Entre as duas figuras, encontra-se um estandarte militar. Circundando a imagem a legenda GLOR-IA EXERC-ITVS e abaixo a marca da oficina responsável pela cunhagem do numisma, SMNΓ.

[DS]

Bibliografia: RIC VII Nicomedia 199.

Denário de M. Sila

Prata
 Diâm. 1.95 cm; Esp. 0.18 cm
 116 - 115 a.C.
 Quinta da Torre d'Aires
 Museu Nacional de Arqueologia,
 Nº 2014.4.617

Esta moeda (denário) de prata, é uma das mais antigas encontradas em Balsa. Foi cunhada em Roma, na penúltima década do século II, pertenceu à coleção de Estácio da Veiga, sendo que se desconhece o contexto da sua proveniência.

Anverso: Cabeça de Roma com capacete alado, à direita, tendo à sua frente a legenda Q.CVRT e atrás a marca X, na orla pontos. Reverso: Júpiter numa quadriga, à direita, segurando um ceptro com a mão esquerda e sacudindo um raio com a direita, tendo em baixo a legenda M. SILA (LA em nexo) / ROMA.

[JPB]

Bibliografia: RRC, nº 285, 2.

**Antoniniano de Cláudio II, Gótico**

Bronze
 Diâm. 1.69 cm; Esp. 0.14 cm
 268 - 270 d.C.
 Quinta da Torre d'Aires
 Museu Nacional de Arqueologia,
 Nº 2014.4.516

Moeda de bronze, antoniniano, cunhada em Roma.

Anverso: Busto do imperador à direita, coroado com coroa de raios e drapeado, com a legenda [DIVO] CLAVDIO.
 Reverso: Ao centro um altar com a legenda CONSECRATIO.

[JPB]

Bibliografia: RIC V Claudius II 263.



Asse de Adriano

Bronze
 Diâm. 2.67 cm; Esp. 0.26 cm
 121 - 123 d.C.
 Quinta da Torre d'Aires
 Museu Nacional de Arqueologia,
 Nº 2014.4.525

Moeda de bronze, asse, cunhada em Roma.

Anverso: Busto do imperador, à direita, laureado rodeado da legenda IMP CAESAR TRAIAN HADRIANVS AVG.
 Reverso: Pax de pé à esquerda, segurando um ramo e uma cornucópia. De cada lado as letras S-C e em torno a legenda P.M.TR.P. COS. III.

[JPB]

Bibliografia: RIC II, Parte 3 (2ª edição)
 Adriano 672.

**Sestércio de Trajano Décio**

Bronze
 Diâm. 2.77 cm; Esp. 0.33 cm
 249 - 251 d.C.
 Quinta da Torre d'Aires
 Museu Nacional de Arqueologia,
 Nº 2014.4.622

Moeda de bronze, sestércio, cunhada em Roma.

Anverso: Busto do imperador, coroado, à direita, com a legenda IMP C M Q TRAIANVS DECIVS AVG.
 Reverso: Vitória alada correndo, à esquerda, segurando uma palma e uma coroa de flores, com a legenda VICTORIA AVG e S - C. de cada lado da figura.

[JPB]

Bibliografia: RIC IV, Trajanus Decius
 n.º 126.



42

**Antoniniano de Maximiano
Herculéio**

Bronze
Diâm. 2.17 cm; Esp. 0.13 cm
295 - 296 d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 2014.4.636

Moeda de bronze, antoniniano,
cunhada em Cyzicus (Kapu Dagh,
Turquia).

Anverso: Busto do imperador, com
coroa de raios, couraçado, à direita.
Em torno a legenda IMP C M A
MAXIMIANVS PF AVG.

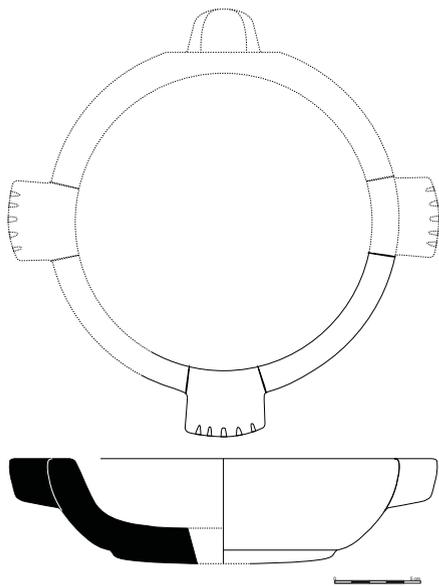
Reverso: Júpiter, de pé, à esquerda,
segurando um cetro, oferece uma
Vitória num globo ao imperador,
de pé, à direita. À volta a legenda
CONCORDIA MILITVM, com a marca
K E entre as duas figuras..

O sistema monetário romano é muito
diversificado e vai-se alterando ao
longo dos tempos. Há vários centros
de cunhagem (cecas) distribuídos
pelo Império. A *Balsa* chegam
moedas das mais diversas origens o
que testemunha a plena integração
da cidade nos circuitos económicos
do Império.

[JPB]

Bibliografia: RIC VI, Maximianus Herculeus
nº 606.





43

Almofariz

Calcário
Alt. 6.5 cm; Larg. 16.2 cm;
Esp. 2.2 cm
Séculos I - II d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004256

Apesar dos almofarizes mais comuns serem fabricados em cerâmica, existiam também almofarizes em metal ou em pedra, como é o caso. A função do almofariz (*mortarium*), não era muito distinta da dos almofarizes dos nossos dias, sendo essencialmente utilizado na cozinha, embora pudesse ser usado no contexto de atividades artesanais ou industriais, como a preparação de cosméticos, tintas ou molhos e pastas piscícolas ou outras.

[JPB] [CC]

Bibliografia: inédito.





44

Púcaro

(cerâmica de cozinha)

Cerâmica

Alt. 8.2 cm; Diâm. 9.4 cm

Séculos I - II d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 14553

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, p. 154;

Pereira 2018, p. 118.



45

Panela

Cerâmica
Alt. 14.3 cm; Diâm. 21.2 cm
Séculos I - II d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 14568

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, p. 153;
Pereira 2018, p. 104.



46

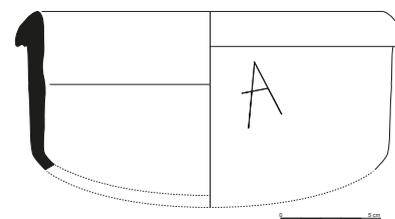
Tacho com grafito - letra "A"
(cerâmica de cozinha
de produção regional)

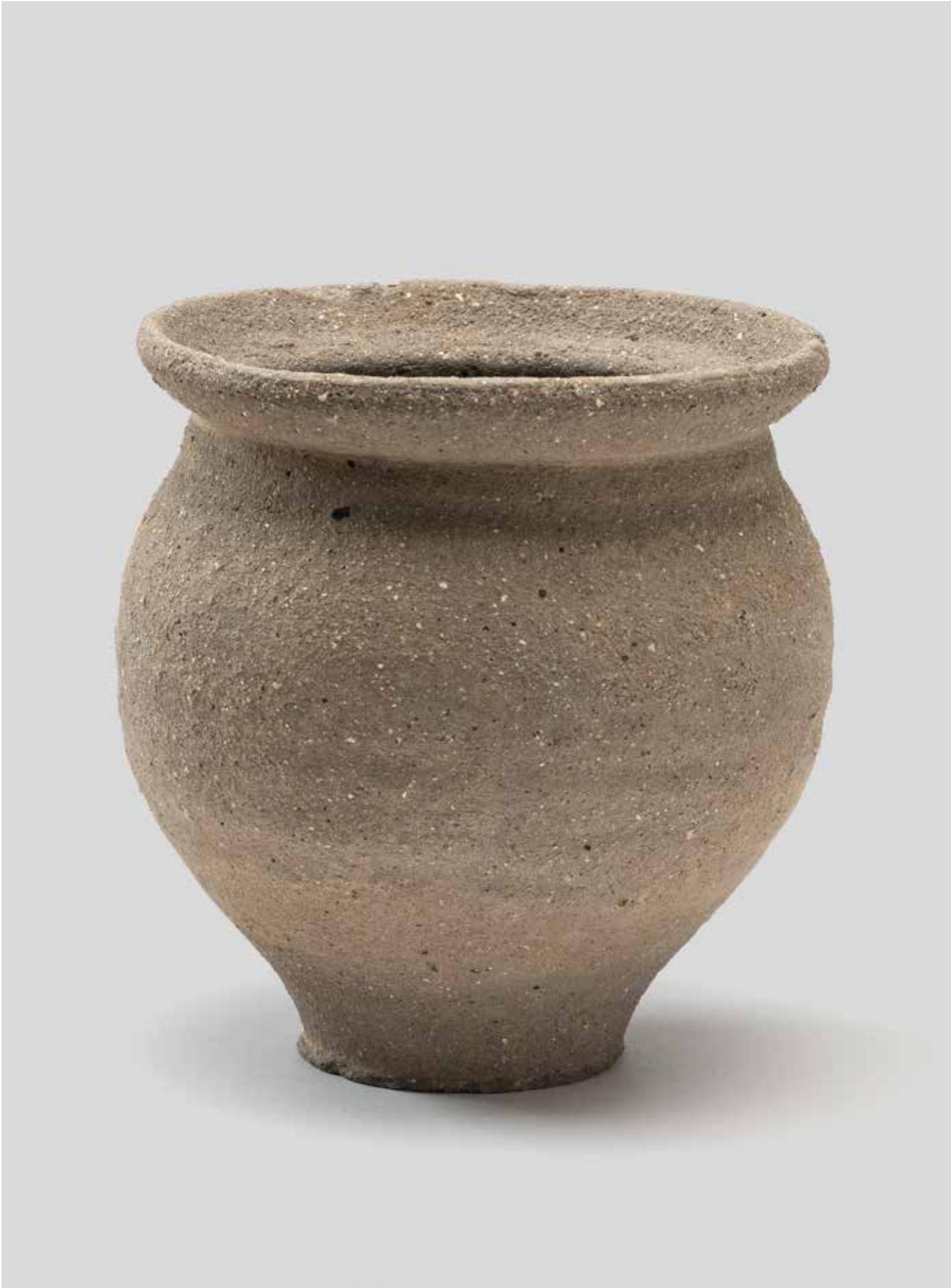
Cerâmica
Alt. 8.2 cm; Larg. 13.7 cm;
Esp. 0.8 cm
Séculos II - III d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004257

É frequente encontrar, incisas na superfície de recipientes cerâmicos, siglas alusivas ao nome do respetivo proprietário. Parece ser o caso deste tacho, com vestígios de ter ido ao fogo, que deverá ter pertencido a alguém cujo nome começaria pela letra A.

[JPB] [CC]

Bibliografia: Inédito.





47

Pote

(cerâmica de cozinha
de produção regional)

Cerâmica

Alt. 15.5 cm; Diâm. 14.4 cm

Séculos I - II d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 14570

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, p. 155;

Pereira 2018, p. 104.

48

Taça em cerâmica comum

(de produção Bética do vale
do Guadalquivir)

Cerâmica

Alt. 5.3 cm; Diâm. 13.5 cm;

Esp. 1.2 cm

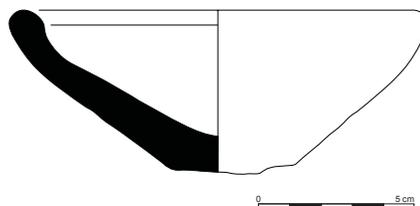
Século I d.C. - primeira metade

do séc. II d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Municipal de Tavira,

Nº MMT00004258



A par da cerâmica produzida na região, boa parte dos recipientes do quotidiano de *Balsa* eram oriundos da província vizinha da Bética, da atual região da Tunísia ou, mais raramente, de outras regiões do Império. Estas cerâmicas, sobretudo quando era possível empilhá-las, constituíam cargas suplementares dos barcos facilmente transportáveis e que ocupavam espaços vazios entre a carga principal. Cerâmicas de boa qualidade produzidas por centros oleiros especializados da região do Guadalquivir ou de Tunis, chegavam ao Algarve a preços muito competitivos, constituindo frequentemente a maior parte dos tipos cerâmicos dos sítios da costa algarvia.

[JPB] [CC]

Bibliografia: Inédito.





49

Prato imitando cerâmica de cozinha africana

(forma Hayes 181)

Cerâmica

Alt. 4.1 cm; Larg. 22 cm; Esp. 0.8 cm
2ª metade do séc. II – inícios do III d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004260

Um dos tipos cerâmicos que chegou à região algarvia e a *Balsa* em grandes quantidades, a partir do século II, foi a cerâmica de cozinha africana oriunda da atual Tunísia. Frequentemente, os oleiros locais procuravam imitar algumas das formas produzidas nas oficinas norte-africanas, como foi o caso deste prato que imita uma forma produzida entre finais do século II e inícios do III d.C.

[JPB] [CC]

Bibliografia: Inédito.



50

Prato em cerâmica de cozinha africana

(forma Hayes 181)

Cerâmica

Alt. 4.4 cm; Diâm. 30.5 cm;
Esp. 0.8 cm
2ª metade do séc. II
– inícios do III d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004261

Este prato de cozinha africana, importado da atual Tunísia, é uma das formas que mais sucesso teve dentro deste tipo de cerâmicas, sendo frequentemente copiado pelos oleiros regionais, de que é o caso o exemplo anterior. É, pois, uma forma que está bem representada ao longo da costa algarvia e também em *Balsa*.

[JPB] [CC]

Bibliografia: Inédito.





51

**Caçarola em cerâmica
de cozinha africana**

(forma Hayes 23b)

Cerâmica

Alt. 7.2 cm; Diâm. 30 cm;

Esp. 0.6 cm

2ª metade do séc. II

– inícios do III d.C.

Quinta da Torre d'Aires

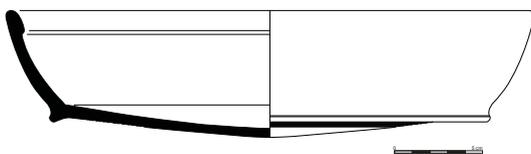
Museu Municipal de Tavira,

Nº MMT00004262

Também esta forma de cozinha africana é muito comum em *Balsa* e na costa algarvia. Tal como a forma do exemplar anterior chegava aqui em grandes quantidades e, certamente, a preços muito acessíveis, uma vez que viajavam nos barcos empilhadas ocupando pouco espaço.

[JPB] [CC]

Bibliografia: Inédito.



Bilha em cerâmica comum

Cerâmica

Alt. 16.5 cm; Diâm. 13.3 cm

Séculos I - III d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 2011.13.1

Esta bilha, tal como outras peças provenientes da antiga quinta das Antas, foram oferecidas a Estácio da Veiga. Neste espaço está identificada uma necrópole paleocristã da Antiguidade Tardia, já referida por Teixeira de Aragão, e, provavelmente, uma outra da época romana, correspondente à necrópole oriental de *Balsa*, de onde são oriundos vários materiais.

[JPB]

Bibliografia: Aragão, 1868, p. 9 e 10;

Pereira 2018, p. 260.



**Taça de paredes finas
produzida na Bética**

(forma Mayet XLII)

Cerâmica

Alt. 7.8 cm; Diâm. 8.3 cm;

Esp. 0.3 cm

Século I d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 14526

Este tipo de taças ou copos de paredes finas, assim chamados pela finura das suas paredes, muito comuns ao longo do século I d.C., constituíam os recipientes de beber que iam às mesas mais abastadas. Com a difusão do vidro soprado e a conseqüente produção em série deste tipo de recipientes a partir da década de 70 do século I d.C., as paredes finas desaparecem para dar lugar aos copos e taças de vidro.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 58 e 61, est. 8. fig.6; Maia *et al.* 2003, p. 293 n.º 160; Pereira 2018, p. 134.





54

**Taça de paredes finas
produzida na Bética**
(forma Mayet XXXVIII)

Cerâmica
Alt. 5.7 cm; Diâm. 11 cm
Século I d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 999.102.16

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 58
e 61; Maia *et al.* 2003, p. 293 n.º 161;
Pereira 2018, p. 132.



55

**Prato de terra *sigillata*
marmoreada produzida
no sul da Gália**

(forma Dragendorff 36)

Cerâmica

Alt. 3.7 cm; Diâm. 14.9 cm; Esp. 0.5 cm

2ª metade do século I d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 14655

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 74 e 82;
Maia *et al.* 2003, p. 289 n.º 149; Pereira
2018, p. 121.

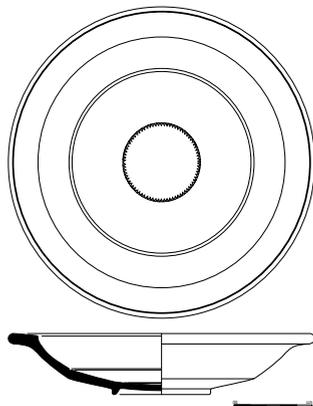
56

Tigela em cerâmica
Africana Clara A
(forma Hayes 6a)

Cerâmica
Alt. 3.9 cm; Larg. 18 cm; Esp. 0.5 cm
Finais do século I - inícios do II d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004263

[JPB] [CC]

Bibliografia: Inédito.





57

**Biberão (*askos*) em cerâmica
Africana Clara A**
(forma Hayes 123)

Cerâmica
Alt. 8.6 cm; Larg. 6 cm;
Esp. 14.77 cm
Segunda metade do Século II d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 14976
Esta peça, pouco frequente

e produzida no norte da Tunísia,
possui uma asa bífida a unir
o bocal e o bico vertedor das
suas extremidades, produzidos
a torno, tal como o corpo
da peça.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 98
e 104; Maia *et al.* 2003, p. 291 n.º 154;
Pereira 2018, p.124.



58

Taça de terra sigillata Hispânica
(forma Dragendorff 29)

Cerâmica

Alt. 6.4 cm; Diâm. 13.2 cm

Último terço do século I d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 14656

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 91 e 94;
Maia *et al.* 2003, p.291, n.º 153; Pereira
2018, pp. 121 e 122.

Ânfora produzida na Bética

(forma Dressel 7-11)

Cerâmica

Alt. 62 cm; Larg. 37 cm;

Esp. 1.7 cm

Século I d.C.

Mar de Tavira

Museu Municipal de Olhão,

Nº Arq 0235

O transporte de alimentos e de outros produtos importados era efetuado sobretudo por via marítima. Conhecem-se vários naufrágios de navios romanos no mar do Algarve e em frente a Tavira têm-se recolhido ânforas de pelo menos um desses naufrágios. Este tipo de ânfora, que se destinava ao transporte de preparados de peixe, é mais um exemplar recolhido por pescadores no mar de Tavira e que parece ser oriundo de um naufrágio romano do séc. I d.C.

[JPB]

Bibliografia: Inédito.



**Ânfora para transporte
de vinho produzida em Itália**
(forma Dressel I)

Cerâmica

Alt. 94 cm; Diâm. 47 cm

Século I a.C.

Mar de Tavira

Museu Municipal de Olhão,

Nº Arq0212

Tal como o anterior, também este exemplar foi recolhido no mar de Tavira. Era um exemplar que servia para transportar vinho, vindo de Itália, e que parece ter origem em mais um naufrágio no Algarve, talvez em frente à praia do Barril, de onde se conhece pelo menos mais um exemplar deste tipo.

[JPB]

Bibliografia: Inédito.





61

**Taça de vidro
com decoração gravada**
(tipo Isings 116)

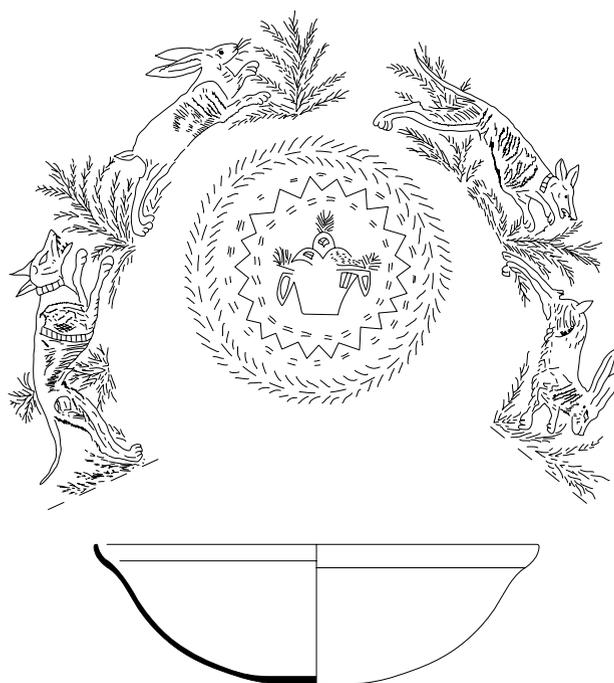
Vidro
Século IV d.C.
Alt. 5.2 cm; Diâm. 17 cm;
Esp. 0.2 cm
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 2006.49.10

Esta taça, gravada à mão, representa na parede uma cena de caça com dois cães perseguindo duas lebres por entre arbustos, tendo na base um cesto de fruta. Pela sua qualidade é muito provavelmente produção de uma oficina do Mediterrâneo oriental, demonstrando que no século IV continuam a chegar a *Balsa* produtos de luxo vindos das regiões mais distantes do Império.

[JPB]

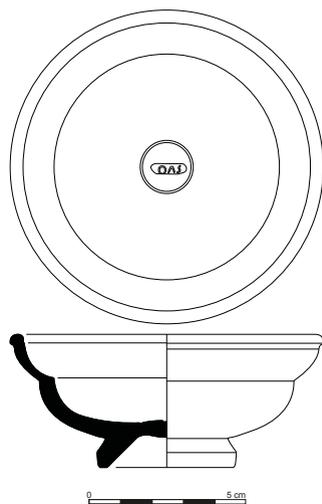
Bibliografia: Alarcão, 1970 241-243, nº 10, Est. II; Nolen, 1994, p. 194, VI-87; Pereira, 2018, p. 166, Fig. 66 nº 3.

Desenho de Carlos Pereira (Pereira, 2018: Fig. 66, n.º 3) adaptado a partir de original de Jeannette Nolen (Nolen 1994: Est. 40)



Taça de terra sigillata do sul da Gália com marca de oleiro
(tipo Dragendorff 27)

Cerâmica
Alt. 4.2 cm; Larg. 8.9 cm;
Esp. 0.5 cm
2ª metade do século I d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004264



Este tipo de taça, produzida, tal como a seguinte, na atual França apresenta, no seu fundo interior, a marca do oleiro que a produziu (o *sigillum* de onde deriva o nome deste tipo cerâmico). Trata-se de recipientes que serviam nas mesas mais abastadas, sendo bastante frequentes no Algarve uma vez que o transporte por via marítima como carga complementar dos navios, possibilitava que chegassem aqui em quantidade e a preços acessíveis.

[JPB] [CC]

Bibliografia: Inédito.



Taça de terra sigillata do sul da Gália

(tipo Dragendorff 37)

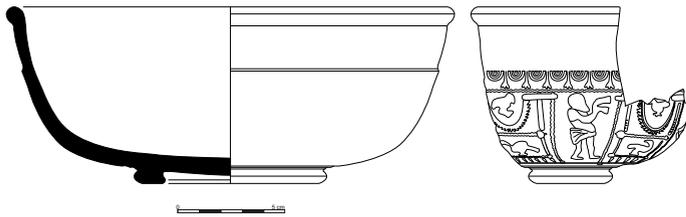
Cerâmica

Alt. 8.1 cm; Larg. 12 cm; Esp. 0.8 cm
 Finais do século I - inícios do II d.C.
 Quinta da Torre d'Aires
 Museu Municipal de Tavira,
 N° MMT00004265

Esta taça de servir à mesa, também importada da atual França, era profusamente decorada a partir de um molde. Os motivos decorativos são muito diversos, podendo ser figurativos, geométricos ou vegetalistas que frequentemente se conjugam na mesma peça.

[JPB] [CC]

Bibliografia: Inédito.



Púcaro de cerâmica africana clara A

(tipo Hayes 134)

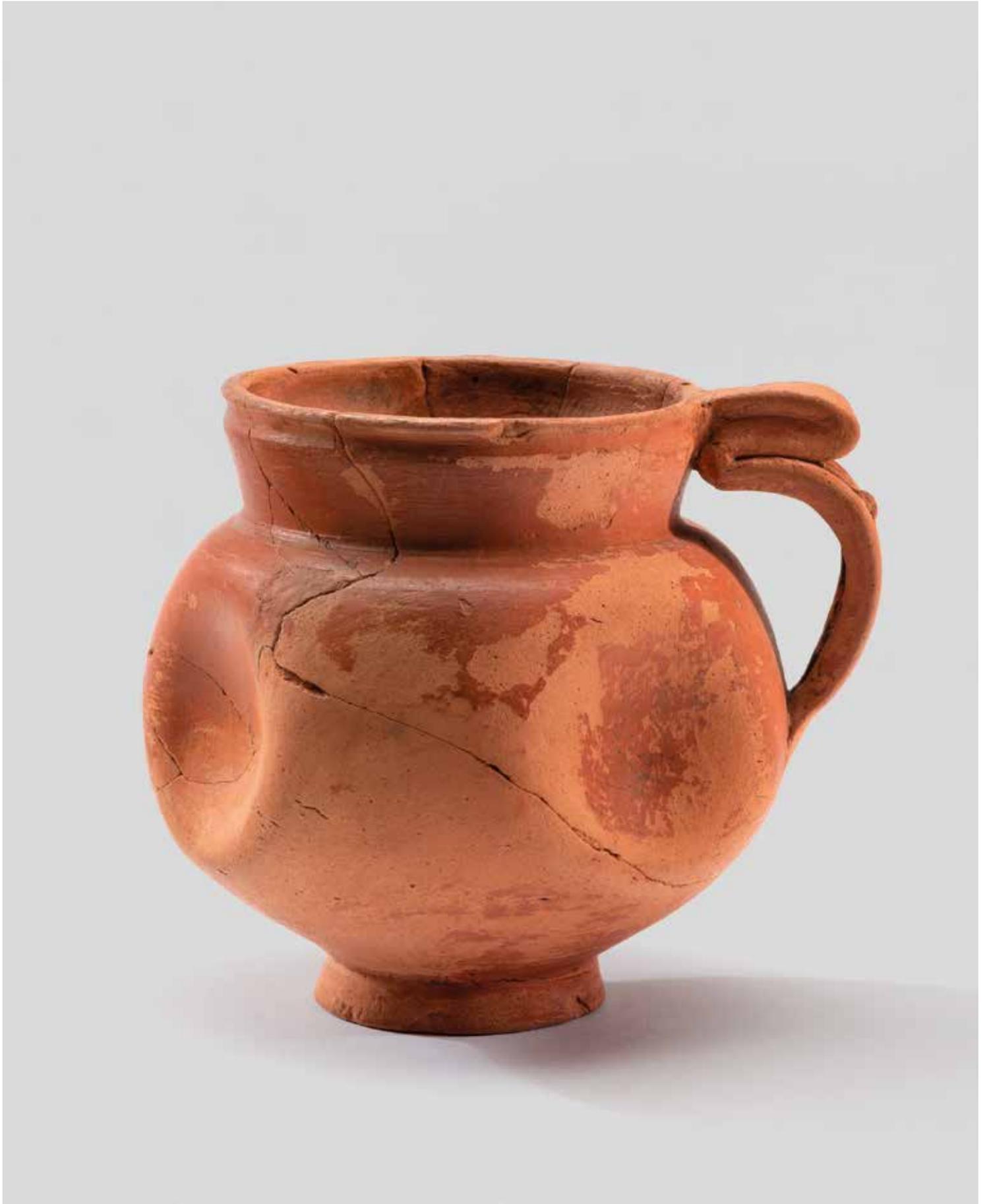
Cerâmica

Alt. 8.5 cm; Diâm. 6.3 cm
 Finais do século I - inícios do II d.C.
 Quinta da Torre d'Aires
 Museu Nacional de Arqueologia,
 N° 14599

Este púcaro, como uma dobra na parte superior da asa para apoiar o polegar, foi importado de Cartago, na Tunísia. É uma forma rara, inspirada em vasos metálicos e de vidro, tendo a particularidade de apresentar 4 depressões no corpo.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 98 e 104;
 Maia *et al.*, 2003, p. 292, n.º 159; Pereira,
 2018, p. 125.



Jarro de vidro

(tipo Isings 57)

Cerâmica

Alt. 9.3 cm; Diâm. 9.23 cm

Século I d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 14123

À semelhança do exemplar anterior, este jarrinho em vidro de cor verde gelo imita uma forma metálica, possuindo igualmente na asa um apoio para o polegar. Servia para conter ou servir líquidos, encontrando-se frequentemente ligado a contextos funerários, como é este o caso.

[JPB]

Bibliografia: Maia *et al.* 2003, p. 285, n.º 139; Pereira, 2018, p. 169; Fig. 66, nº6.



Instrumentos médico-cirúrgicos

Bronze, prata e ouro
Comp. 12,4 cm; Larg. 0,66 cm;
Esp. 0,37 cm (da 1ª peça)
Séculos I - II d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia

Dentre as mais de 200 peças metálicas que Estácio da Veiga recolheu na necrópole de Torre d'Aires, destaca-se um conjunto de 35 peças com funções médicas, médico-cirúrgicas ou farmacêuticas. Este conjunto, vulgarmente conhecido como estojo de cirurgião, é proveniente de pelo menos uma sepultura de um médico generalista de *Balsa* e que a bibliografia designa por "sepultura do cirurgião". A partir de inícios do século I a medicina romana registou francos progressos técnicos, dando lugar ao surgimento de médicos especialistas, sobretudo oftalmologistas, dentistas ou cirurgiões, um pouco por todo o Império. A partir dos materiais encontrados em *Balsa*, sabemos que esta cidade do extremo ocidental do Império, durante o século I e/ou II, teve pelo menos um médico que contava com um conjunto de instrumentos para exercer a sua profissão.

Da esquerda para a direita:

- pinça em bronze, com remate em balaústre, decorada por dois anéis de prata e um intercalar de ouro (nº 983.288.407);
- conjunto de 3 pinças (nº 983.288.408, nº 983.288.411, nº 983.288.7);
- bisturi (escalpelo) com cabo em bronze decorado com caneluras em espiral onde se incrustam fios de prata, possuindo numa das extremidades espátula que funciona como separador cirúrgico e na outra uma ranhura onde encaixava a lâmina (nº 983.288.412);
- 3 agulhas de empreita em bronze (não necessariamente associadas a fins médicos - nº 983.288.5, nº 983.288.4, nº 983.288.14);
- colher destinada a aquecer fármacos com estilete na ponta (nº 983.288.409);
- 3 colheres sonda destinadas, na extremidade que tem a colher, a explorar feridas profundas ou a verter bálsamos e, na parte oposta, com a sonda, a explorar fístulas e a introduzir pomadas (nº 983.288.406, nº 983.288.405, nº 983.288.413);

- sonda de ouvido com minúscula colher numa das extremidades destinada a auscultar o ouvido, mas também a limpar feridas (nº 983.288.21);
- estilete cirúrgico ou sonda de punção na extremidade engrossada (nº 983.288.15);
- gancho para cirurgia simples ou estética usado para separar as extremidades de uma lesão (nº 983.288.404);
- colher sonda (nº 983.288.410);
- espátula sonda com orifício na extremidade da sonda destinado a colocar uma linha para tratamento de pólipos nasais ou outros (nº 983.288.403);
- agulha cirúrgica (nº 983.288.402);
- tampa de bronze (nº 983.288.128) para cobrir paleta de ardósia (nº 983.288.421) destinada à preparação de fármacos.

[JPB]

Bibliografia: Maia *et al.* 2003, pp. 265-270, n.º 89-107; Pereira, 2018, pp. 198-219; Figs. 82-85.



**Ungentário de vidro opaco
em forma de anforeta**

(tipo Isings 60)

Vidro

Alt. 12.7 cm; Diâm. 4 cm

Século I d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

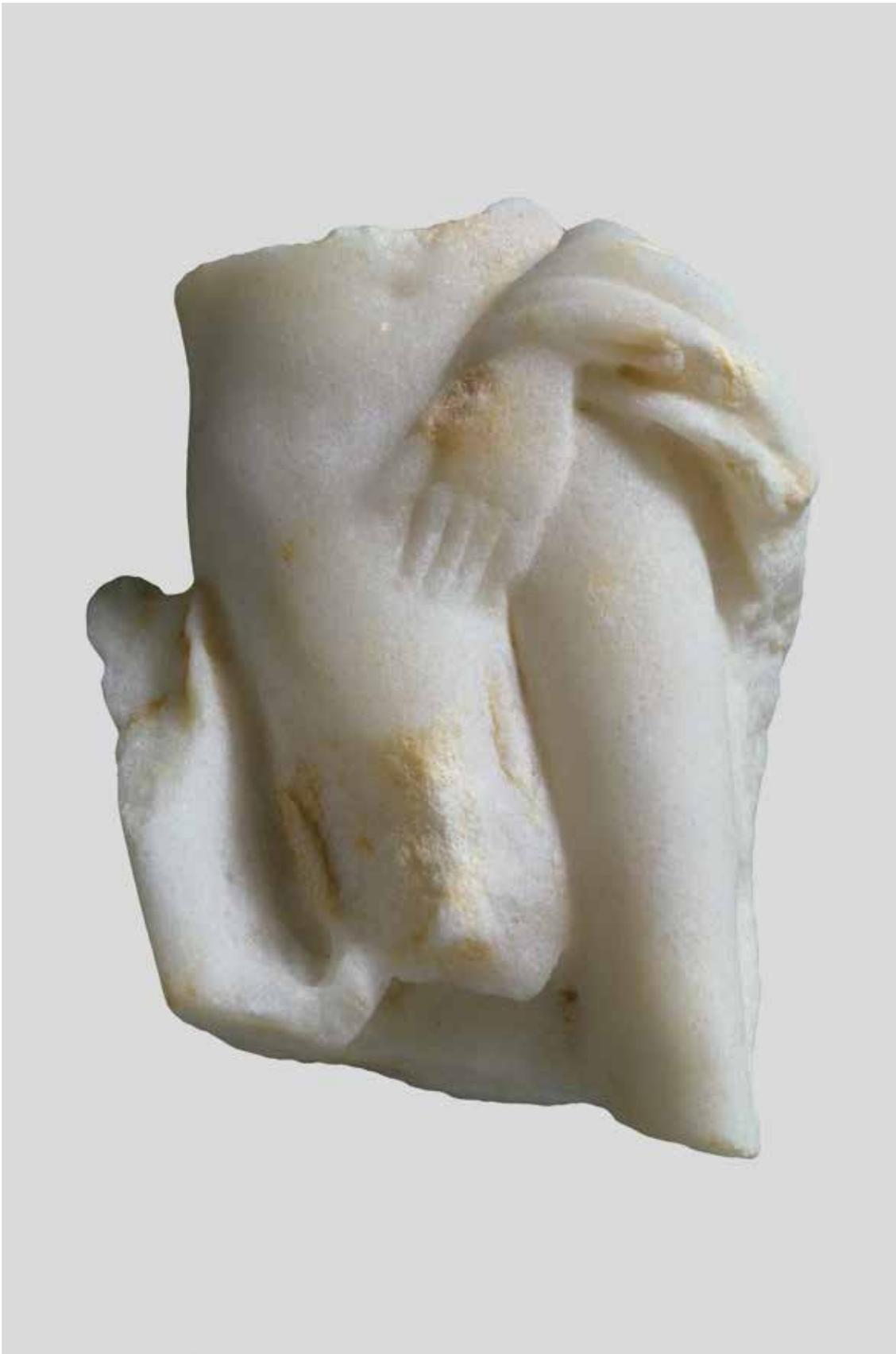
Nº 14745

Este tipo de anforisco, ou vaso que imita uma ânfora, constitui uma forma rara, particularmente no Mediterrâneo Ocidental. Servia para conter unguentos ou perfumes, e pode ser atribuída a uma oficina da Síria onde estas formas são mais correntes.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 175-176, VI-51;
Pereira, 2018, p. 180, fig. 70 nº 11.





68

**Fragmento de estatueta
de Vénus**

Mármore
Alt. 9.9 cm; Larg. 7.4 cm;
Esp. 4.1 cm
Século II d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 14709

Este fragmento de estatueta que imita peças gregas e helenísticas dos séculos IV e III a.C., demonstra bem o refinamento cultural das elites balsenses e a sua plena imersão na cultura clássica.

[JPB]

Bibliografia: Ribeiro, 2002, p. 434;
Gonçalves, 2007, p. 221.

Frasco uroscópico

Vidro

Alt. 11.4 cm; Diâm. 5.8 cm

Séculos I - III d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 2006.49.1

Este vaso, com funções médico-farmacêuticas, foi encontrado associado ao conjunto de materiais cirúrgicos numa sepultura de um médico. Um outro vaso semelhante foi igualmente recolhido numa sepultura de um médico, em Mérida, capital da província e grande centro de medicina no Ocidente romano. É possível que tivesse a função de observar o aspeto da urina como forma de diagnóstico, tal como é referido por algumas fontes literárias romanas e prática bem atestada para a Idade Média em recipientes de forma similar.

[JPB]

Bibliografia: Pereira, 2018, p. 182, fig. 70 nº 16; Pereira, 2019.





70

Unguentário
(tipo Isings 82-A2)

Vidro
Alt. 10.5 cm; Diâm. 6.6 cm
Séculos I - III d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 14109

Este tipo de recipiente, designado unguentário porque se destinava a conter unguentos, pode assumir múltiplas formas. Deste tipo com reservatório triangular são conhecidos em *Balsa* um total de 37 exemplares.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994; Pereira, 2018, pp. 174-175, figs. 67-69.

Unguentário bulbiforme

Cerâmica
Alt. 12.6 cm; Diâm. 5 cm
Século I d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 14683

Este tipo de unguentário em cerâmica, que surge frequentemente ligado a contextos funerários, acabará por ser substituído pelos de vidro a partir da segunda metade do século I d.C., quando se dá a disseminação do vidro soprado.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, p. 158, cr-165; Pereira, 2018, p. 117, fig. 47.





72

**Amuleto-pendente fálico
com mão fazendo uma "figa"**

Bronze
Larg. 0.82 cm; Diâm. 0.41 cm;
Comp. 2.68 cm
Séculos III - IV d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 14804

No quadro das crenças e superstições romanas, os amuletos constituíam um dos elementos da cultura material mais visível. É o caso desta peça que, em forma de falo, protege do mau-olhado, sendo ainda símbolo da fertilidade da terra, propiciador de Fortuna.

Na parte oposta tem a representação de uma "figa" com o mesmo propósito propiciatório. Este tipo de amuleto representando o órgão sexual masculino tem, neste contexto, um caráter protetor, e não erótico, destinando-se a proteger quem os possuía. Assim, eram sobretudo as crianças, enquanto seres mais frágeis e desprotegidos, que usavam este tipo de amuleto, como deverá ter sido o caso desta peça de *Balsa*.

[JPB]

Bibliografia: Pereira, 2018, pp. 249-250, fig. 94, nº 13.



73

**Amuleto-pendente
em forma de jarro**

Pasta vítrea
Alt. 2.1 cm; Larg. 1.6 cm; Esp. 1.2 cm
Séculos III - IV d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 999.102.4

Os amuletos tinham uma função mágica religiosa, protetora e propiciadora assumindo diferentes formas consoante o pretendido. Esta peça em forma de jarro, oca e que se suspendia no corpo, guardaria no seu interior um pequeno rolo de papiro ou pergaminho com uma fórmula mágica de teor apotropaico.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 182 e 197;
Cruz, 2009, p. 96, nº 12.11.2; Pereira, 2018,
p. 188, fig. 75 nº 5.



74

**Amuleto-pendente
em forma de canudo**

Pasta vítrea
Alt. 3.9 cm; Larg. 1.5 cm;
Esp. 0.9 cm
Séculos III - IV d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 999.102.5

Este amuleto de forma alongada e cilíndrica, decorado com fios brancos de pasta vítrea em seu redor, também é oco, tal como o anterior, de forma a guardar uma qualquer fórmula propiciatória escrita em pequeno rolo de papiro ou pergaminho.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 182 e 187;
Cruz, 2009, p. 96, nº 12.11.3; Pereira, 2018,
p. 188, fig. 75, nº 6.

Estatueta de Fortuna Spes ou Tyche

Mármore

Alt. 42.4 cm; Larg. 16.7 cm;

Esp. 14.8 cm.

Primeira metade do século II d.C.

Quinta das Antas

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 994.39.1

Esta estatueta de Fortuna Spes, do século II d.C., mutilada nos braços e decapitada, evoca bem o momento de prosperidade que *Balsa* atravessava nessa época. A proa do navio onde assenta o pé esquerdo da figura, simbolizando a segurança dos que andam sobre as águas do mar, remete também para a importância das atividades marítimas que trazia riqueza e ligava a urbe ao mundo de então. É como um talismã de boa sorte, propiciador de um destino afortunado, que deveria figurar num pequeno oratório existente na residência de uma família balsense abastada, provavelmente ligada ao comércio marítimo. Tendo sido encontrada na quinta das Antas, onde recentemente foi detetada uma rica *domus*, e integrada em 1888 na coleção de Estácio da Veiga por doação, está hoje classificada como de interesse nacional.

[JPB]

Bibliografia: Ribeiro, 2002, p. 453;

Gonçalves, 2007, pp. 277-279.





Espelho

Bronze
Comp. 28.5 cm; Diâm. 16 cm;
Esp. 0.30 cm
Séculos I - II d.C.
Quinta das Antas
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 15451

Este tipo de espelho em bronze, surge frequentemente associado a contextos funerários de incineração datáveis dos séculos I e II. Será certamente o caso desta peça encontrada inteira juntamente com outra em finais do século XIX, mas que terá sido partida pelos trabalhadores agrícolas que a descobriram para averiguarem se seria de prata.

[JPB]

Bibliografia: Aragão, 1896, pp. 56-57;
Pereira, 2018, p. 260, fig. 100 nº 8.







77

Cânula

(tipo Isings 79)

Vidro

Comp. 18.3 cm; Diâm. 1.03 cm;

Esp. 0.7 cm

Séculos I - II d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 14814

Vareta de vidro com extremidades achatadas em forma de cabeça de prego, que servia para misturar ou retirar unguentos ou perfumes dos seus recipientes. Este tipo de instrumentos, tal como os unguentários ou balsamários com os quais se relacionam, são normalmente recolhidos em contextos funerários.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, VI-111; Cruz, 2009, p. 89, nº 11.30; Pereira, 2018, pp. 177 e 180, fig.70, nº 4.

78

Cânula

(tipo Isings 79)

Vidro

Comp. (haste) 11.5 cm;

Larg. (argola) 2.5 cm

Séculos I - II d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 14139

Vareta para mexer ou remover unguentos, torcida em toda a sua extensão, com argola numa das extremidades e achatada na outra (em forma de cabeça de prego). De *Balsa* conhecem-se 8 varetas com diferentes tipos de remate.

[JPB]

Bibliografia: Cruz, 2009, p. 89, nº 11.32; Pereira, 2018, pp. 177 e 180, fig.70, nº 1.



79

Anel de mesa

Vidro
 Diâm. 2.4 cm; Esp. 0.4 cm
 Séculos I - II d.C.
 Quinta da Torre d'Aires
 Museu Nacional de Arqueologia,
 N° 2006.49.5

Anel de vidro verde gelo, ornado com fio de vidro branco aplicado em espiral, e mesa lisa de vidro castanho, delineada por fio cor de âmbar.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, VI-120; Cruz, 2009, p. 91, n° 12.3; Pereira, 2018, p. 187, fig. 75, n° 3.



79

Anel-chave

Bronze
 Alt. 1.48 cm; Diâm. 2 cm;
 Esp. 0.33 cm
 Séculos I - III d.C.
 Quinta da Torre d'Aires
 Museu Nacional de Arqueologia,
 N° 983.288.70

Anel-chave de rotação de uma pequena caixa destinada a conter objetos pessoais. A presença de pequenos móveis pessoais a que se acedia através de chaves incorporadas em anéis que se usavam, está atestada em *Balsa* através ainda de um outro exemplar.

[JPB]

Bibliografia: Pereira, 2018, p. 238, fig. 91, n° 17.



81

Fíbula de charneira

Bronze
Alt. 2.6 cm; Larg. 1.94 cm;
Comp. 4.29 cm
Séculos I - II d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 983.288.80

Esta fíbula de charneira do tipo Aucissa é um dos poucos alfinetes de adorno de vestuário que encontramos em *Balsa*. Como alfinete de peito, para além da função ornamental, servia para apertar peças de vestuário.

[JPB]

Bibliografia: Pereira, 2018, pp. 224-225, fig. 87, nº 6. Ponte, 2006, pp. 342, 354 e segs.



82

Alfinetes de cabelo

Osso
Séculos I - IV d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 999.102.48; 999.102.55;
14720A; 14725A; 14719A.
Museu Municipal de Tavira,
Nº MMT00004266; MMT00004267

Comp. 4,4 cm; Esp. 0,3 cm
(da 1ª peça).

Os alfinetes de toucado, sobretudo em osso, são muito frequentes e diversificados quanto à forma da cabeça. Seriam, pelo menos na sua maioria, fabricados localmente e, só em *Balsa*, Estácio da Veiga recolheu mais de meia centena, sobretudo de sepulturas.

[JPB]

Bibliografia: Pereira, 2018, pp. 190-191, fig. 76.





83

Unguentário

(tipo Isings 82A1)

Vidro

Alt. 14 cm; Diâm. 7.65 cm

Finais do século I – Inícios do II d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 14113

Recipiente destinado a conter unguentos, perfumes ou medicamentos. Encontra-se frequentemente em sepulturas, entre o espólio funerário que acompanhava o defunto, o que permite, apesar de serem peças relativamente frágeis, que muitas delas cheguem até nós em bom estado de conservação.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, p. 193, VI-73a; Maia *et al.* 2003, p. 271, n.º 110; Pereira, 2018, pp. 172-174, fig.67, n.º 6.

84

Unguentário

(tipo Isings 6)

Vidro

Alt. 6 cm; Diâm. 4.1 cm;

Esp. 0.1 cm

Século I d.C.

Proveniência desconhecida

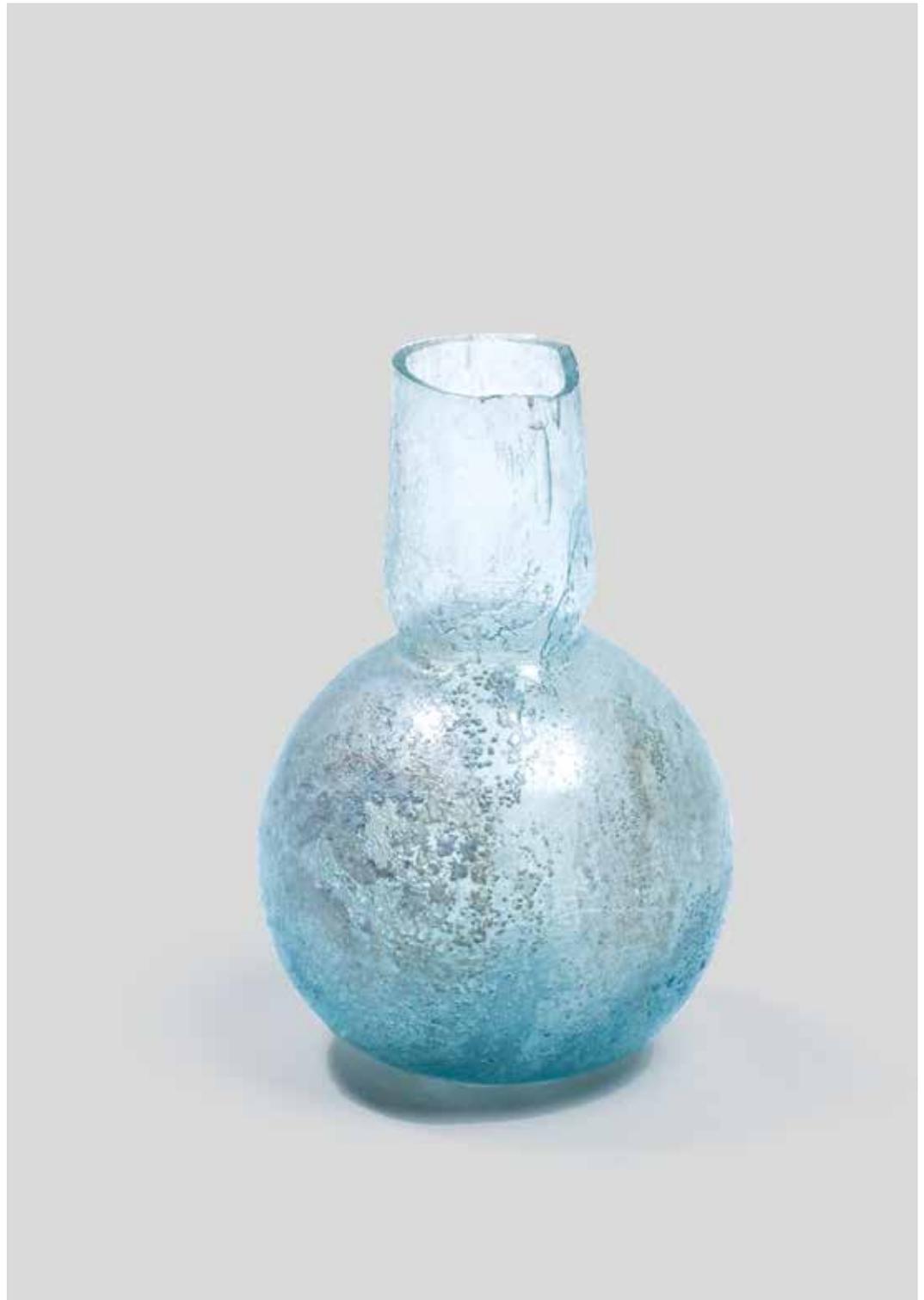
Museu Municipal de Olhão,

Nº Arq0415

Este unguentário com o corpo globular estrangulado na base do gargalo, pode ser confundido com a garrafa-balão Isings 103 dos séculos III/IV d.C. Todavia, as suas diminutas dimensões colocam-no na categoria dos unguentários. Ainda que a sua proveniência já tenha sido atribuída à necrópole de Quinta de Marim, tal não é seguro, podendo antes ser oriundo de uma das necrópoles de *Balsa*.

[JPB]

Bibliografia: Pereira, 2018, p. 298,
fig. 118, nº 6.



Unguentário tubular

(tipo Isings 8)

Vidro

Alt. 8.7 cm; Diâm. 1.9 cm

Século I d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 14672

Unguentário de corpo tubular
que, tal como o anterior,
é separado do gargalo por
estrangulamento.

[JPB]

Bibliografia: Pereira, 2018,
pp. 171-172.





86

Urna cinerária

Cerâmica
Alt. 7.5 cm; Diâm. 9.4 cm
Séculos I - II d.C.
Quinta da Torre d'Aires
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 14543

Ainda que se possa questionar a função deste potinho como urna cinerária, ele estaria ligado aos rituais funerários, nomeadamente de incineração. Apresenta a superfície queimada e conserva ainda no seu interior os sedimentos originais que continha quando foi recolhido.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 141, 153 e 226; Ribeiro, 2002, p. 519, nº 225; Pereira, 2018, pp. 108-110, fig. 43, nº 8.



87

Urna cinerária em chumbo

Chumbo
Alt. 19 cm; Larg. 21 cm;
Comp. 37 cm
Século I d.C.
Quinta das Antas
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 15492

Esta urna cinerária, com tampa, quando foi achada, continha ainda restos de ossos humanos. Com efeito, este tipo de caixas, tal como outros contentores em cerâmica ou vidro, eram utilizados como urna que recolhiam os restos de ossos e cinzas que resultavam da incineração do defunto. Foi fabricada a partir de uma chapa cortada inicialmente em cruz grega, posteriormente modelada de forma a formar a caixa, sendo os vértices soldados. Será oriunda do que tem vindo a ser considerada a necrópole oriental da cidade de *Balsa*, de onde se conhecem outros vestígios.

[JPB]

Bibliografia: Ribeiro, 2002, p. 516,
nº 218; Pereira, 2018, p. 260, fig. 99.

Estela de *Step(h)anus*

Inscrição:
 D(iis) M(anibus) S(acrum) /
 STEP(h)ANO P(ubl)ii F(ilio?) (vel)
 L(iberto?) / ANNOR(um) XXXII
 / H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(ibi)
 T(erra) L(evis)

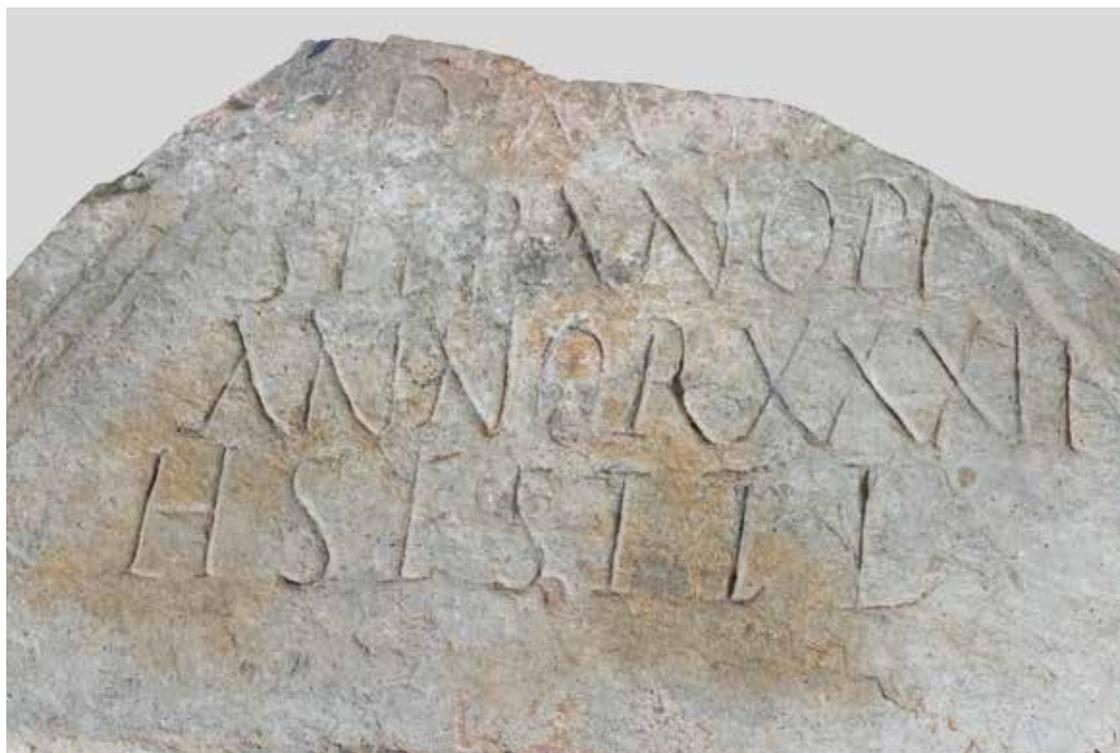
Consagrado aos Deuses Manes.
 Aqui jaz Estêvão filho (ou
 liberto?) de Públio, de trinta
 e dois anos. Que a terra te seja
 leve!

Calcário
 Alt. 56 cm; Larg. 65 cm;
 Esp. 6 cm
 Século II d.C.
 Paúl, Tavira
 Coleção particular de Maria
 Carlota Trindade Guerreiro
 Osswald / Museu Municipal
 de Tavira, N° M00000278

Lápide funerária de Stephanus
 proveniente da necrópole de
 uma *villa* do território de *Balsa*.
 Não é claro se o defunto era filho
 ou liberto de Públio, uma vez que
 é duvidosa a existência da haste
 horizontal de um eventual L e que
 a escoriação da pedra não deixa
 perceber a existência ou não da
 alça de um eventual P. Todavia,
 tendo em conta que as hastes
 horizontais dos restantes LL da
 inscrição são muito ténues, e que
 o cognome do defunto é grego,
 como era comum nos antigos
 escravos, é mais provável que
 estejamos perante um L(liberto).

[JPB]

Bibliografia: Ribeiro, 2002, p. 528,
 fig. nº 258.







Estela de *Catvricvs Lvpats*

Inscrição:
D(iis) M(anibus) S(acrum) . /
CATVRICO LVPATO . / VIX(IT)
AN(N)IS (LIIX (?) [M(ensibus)]
III / DIES[X(?)] VIII CATVRICA /
AGATEMERA MARITO / BE/NE
MERENTI POSVIT

Consagrado aos Deuses Manes.
 A Catúrico Lupato. Viveu
 cinquenta e oito (?) anos, três
 (?) meses, dezoito (?) dias.
 Catúrica Agatemera erigiu ao
 marido, bem merecedor.

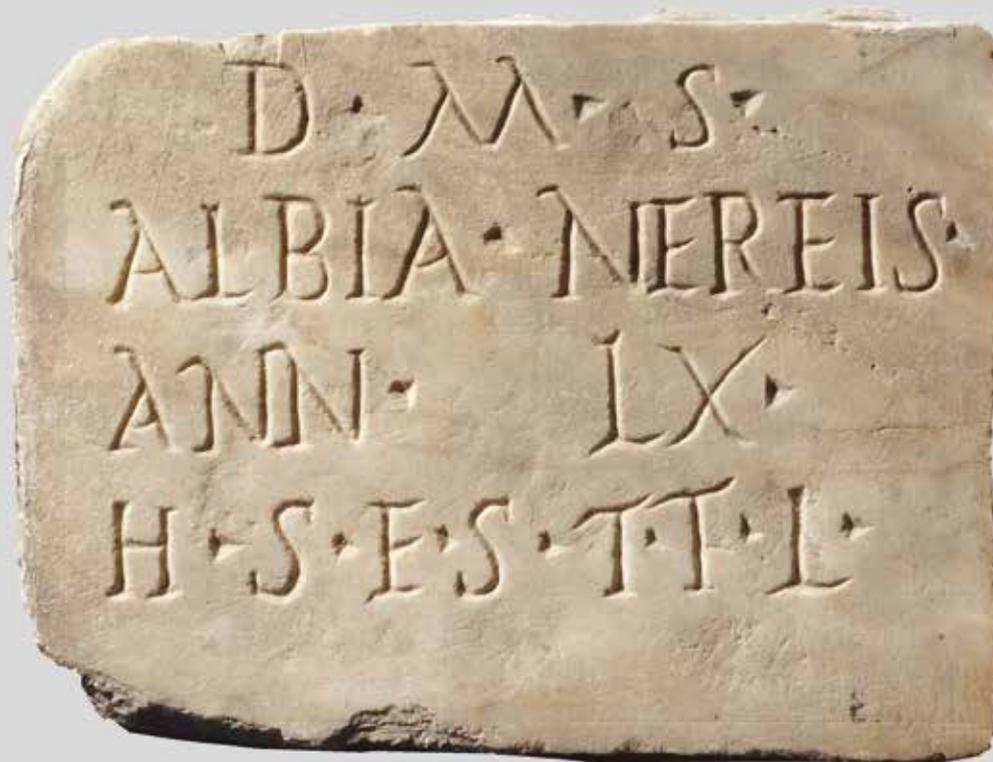
Calcário
 Alt. 72 cm; Larg. 73 cm; Esp. 10 cm
 Finais do século II - inícios do III d.C.
 Quinta do Trindade, Santa Luzia,
 Tavira
 Museu Nacional de Arqueologia,
 Nº E 6385A

Lápide funerária que servia de
 soleira nas casas da quinta da
 Trindade, onde foi encontrada em
 1856 juntamente com a inscrição
 em grego. Não deixa de chamar
 a atenção o seu frontão triangular
 e a sua profusa decoração que,
 semelhante a várias estelas

da quinta do Marim, não deixa
 de evocar influências de fora,
 nomeadamente do Norte de África.
 Aliás, a sua antroponímia, com a
 dedicante e mulher do defunto a
 apresentar cognomen grego, mas
 nomen latino, se remete para uma
 qualquer ligação a um contexto
 servil, revela, por outro lado, o
 caráter cosmopolita da cidade.

[JPB]

Bibliografia: Veiga, 1866, pp. 24-25;
 IRCP 83; Ribeiro, 2002, pp. 528-529,
 fig. nº 259.



90

Placa funerária de Albia Nereis

Inscrição:
D(iis). M(anibus). S(acrum). /
ALBIA. NEREIS. / ANN(orum). LX.
/ H(ic). S(ita). E(st). S(it). T(ibi).
T(erra). L(evis).

Consagrado aos Deuses Manes.
Aqui jaz Álbia Nereida, de
sessenta anos. Que a terra te
seja leve!

Mármore
Alt. 24 cm; Larg. 32 cm; Esp. 3 cm
Segunda metade do século II d.C.
Quinta do Arroio, Luz de Tavira
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº E 7085

Placa funerária de Álbia Nereida, uma liberta com cognome de conotação grega que significa "ninha do mar", o que não deixa de evocar uma eventual ligação marítima. Esta inscrição vem de uma necrópole situada na parte oriental da cidade que poderá estar relacionada com uma das villae periféricas da cidade.

[JPB]

Bibliografia: IRCP 82; Ribeiro, 2002,
p. 527, fig. 257.

Árula de Sycecale

Inscrição:
 D(is) M(anibus) S(acrum) / SYCECALE /
 V(ixit) ANO M(ensibus) [IV] / SOROR[ES]
 / TRICISM[A] / [P]SALCEA[D/ES?]ET
 VEGET(a)

Consagrado aos Deuses Manes.
 Psiquécale viveu um ano e cinco meses.
 As irmãs, Triquisma (ou Trigésima),
 Salquéade (ou Salícia)
 e Vegeta.

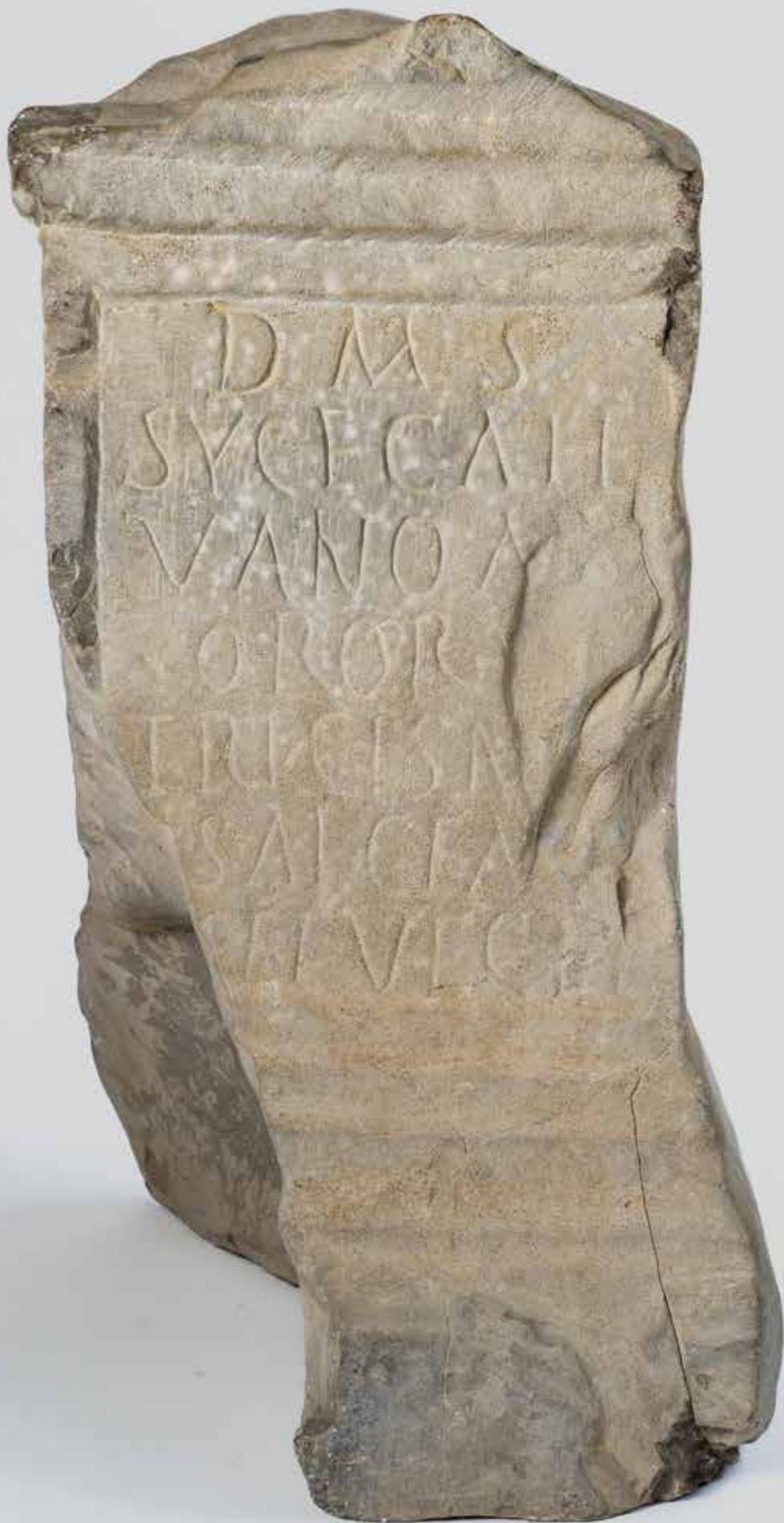
Calcário
 Alt. 42 cm; Larg. 19 cm
 Século II d.C.
 Quinta da Torre d'Aires
 Direção Regional de Cultura
 do Algarve

Esta lápide funerária em que três irmãs homenageiam uma quarta, tem a particularidade de revelar nomes exóticos que não são conhecidos na Hispânia, como é o caso da defunta, com nome grego, que significa "a da bela psique". Mais uma vez está bem presente a realidade cosmopolita da cidade. Foi, pela primeira vez, fotografada junto às casas da Quinta de Torre d'Aires em 1948, aquando da visita do Dr. Bairrão Oleiro ao local. Dali esteve na posse de particulares até que a Direção Regional de Cultura do Algarve a adquiriu.

[JPB]

Bibliografia: Encarnação, 1988;
 Striano, 2010.





D M S
SYCECATH
VANO W
OIOR
TUKOM
VAICM
AVIC

Ara de Aemilia Chaeris

Inscrição:

D(is) . M(anibus) . S(acrum) . / HONORI .
 AEMI[L(iae)] / CHAERIDIS . VI[X(it) .] /
 AN(nis) . XXVII (viginti septem) . M(ensibus)
 . VI (sex) . D(iebus) . XV [...] (quindecim?)
 / C(aius) . FLAV(ius) - RELATVS / VXORI /
 H(ic) . S(ita) . E(st) . S(it) . [T(ibi) . [T(erra) .
 L(evis)]

Consagrado aos Deuses Manes. À honra de
 Emília Quêris. Viveu vinte e sete anos, seis
 meses e quinze (?) dias. Gaio Flávio Relato à
 esposa. Aqui jaz. Que a terra te seja leve!

Mármore

Alt. 80 cm; Larg. 50 cm; Esp. 47 cm

2ª metade do século II d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº E 6391

Profusamente decorada esta ara revela desde logo, pelo material, forma como é trabalhada e decoração, um contexto económico elevado. Por outro lado, o cognome grego da defunta, remete para se estar perante uma eventual liberta. O sentimento de perda por parte do marido e dedicante é acentuado pelo enumerar não apenas dos anos mas também dos meses e dias de vida da mulher, característica muito comum na epigrafia de Quinta de Marim e do Norte de África.

[JPB]

Bibliografia: IRCP 81.



D·M·S
HONOR·FA·EM
CHAERIDIS·VI
AN·XXVII·M·V·ID·X
G·FLAVR·ELATVS
VXOR·I
H·S·E·S·T

Ara de *Tatianós*

Inscrição:

XE PE TE / EYHNOG / KAI ANTIOXEIC / IDIw TEKNw
/ TATIANw / GAYKYTATw / ZHCANTI / ENIAYTON /
KAI HMEPAC K / MNHMHC G / XAPEIN / XE PE TE /
[T]AYTA

Salve! Eveno e Antióquide, a seu filho Tatiano,
o mais doce de todos, que viveu um ano e vinte
e três dias; à sua memória. Salve! Assim
(é a vida)!

Calcário

Alt. 55 cm; Larg. 25 cm; Esp. 23 cm

Segunda metade do século II - meados do III d.C.

Quinta do Trindade, Santa Luzia, Tavira

Museu Nacional de Arqueologia, N° 994.43.1

Esta raríssima ara romana escrita em grego possui uma fórmula epigráfica, uma onomástica e uma iconografia que, na opinião de S. Perea Yébenes, permite suspeitar que se trata de uma família paleocristã que se instalara há pouco na periferia da cidade de *Balsa*, quando lhe morreu o filho de tenra idade. Trata-se, assim, de uma lápide funerária dedicada por Eveno, o pai, e Antióquide, a mãe, ao filho *Tatianós*, terminando a sua dedicatória com uma simples expressão que remete para a inevitabilidade do destino final da vida. A decoração lateral com uma pomba e um cacho de uvas estão de acordo com a simbologia cristã, ainda que haja quem tenha visto aí representações do culto báquico ou dionisiaco. Esta inscrição tem, pois, tanto de curioso e raro como de polémico. Desde logo a começar por ser uma inscrição romana escrita em grego na periferia do Império; depois o próprio conteúdo e fórmula que se prestam a várias interpretações porque algo enigmáticas, remetendo para eventual prática cristã encoberta numa altura em que o cristianismo ainda procurava afirmar-se num meio pagão. Encontrada numa das *villae* periféricas de *Balsa*, próximo a Santa Luzia, não deixa de constituir um importante testemunho de que por via marítima aqui chegavam não apenas os produtos, mas também as pessoas e ideias mais distantes, afirmando o carácter cosmopolita desta cidade.

[JPB]

Bibliografia: Veiga, 1866, pp. 24-28; IRCP, 80; Perea Yébenes, 1995; Ribeiro, 2002, pp. 529-530, fig. 260.





XE PE TE

ΕΥΧΑΡΙΣΤΙΑ
ΚΑΙ ΤΙΣ
ΛΟΓΟΙ
ΤΑΤΙΑ
ΔΥΚ
ΖΗΤ
ΕΝΙ
ΚΑΤΗ
ΚΑΤΗ

XE PE TE

ΥΠΑ

Marco miliário

Inscrição:

[...] AVG. (usto) PON/TIFICI. M/AXIMO. /
M (ilia) P (assuum) X (decem)

A ... Augusto, pontífice máximo.
Dez milhas.

Calcário

Alt. 140 cm; Larg. 45 cm

Século I d.C.

Bias do Sul, Fuzeta, Olhão

Museu Paroquial de Moncarapacho,

Nº 619

Este marco viário indicava a milha 10 no itinerário da cidade de *Ossonoba* (Faro) a *Balsa*, que distavam entre si 16 milhas (23,7 Km). Antecessor dos atuais marcos quilométricos, constitui a melhor demonstração de que a estrada litoral algarvia já existia na primeira metade do século I d.C.

[JPB]

Bibliografia: IRCP 660; Rodrigues, 2004, pp. 26 e 27.





Lucerna com decoração dionisíaca

(tipo Dessel/Lamboglia 11b)

Cerâmica

Alt. 2.6 cm; Diâm. 8.1 cm; Comp. 11.5 cm

Século I d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 14638

As lucernas, enquanto objetos de luminária que, simbolicamente, alumiavam o caminho do além, são das peças mais frequentes que acompanhavam o defunto na sepultura. As peças decoradas com alusões ao deus e elemento vivificador, como eram, respetivamente, Dionísio e o Vinho, enquadram-se bem na simbologia decorativa do espólio escolhido para acompanhar o defunto, como é o caso desta lucerna decorada em torno do orifício de alimentação com uma coroa de parras e cachos de uvas.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 41 e 48; Ribeiro, 2002, p. 519, fig. 226; Pereira, 2018, p. 142, fig. 58.



Lucerna com cena dionisiaca

(tipo Dressel/Lamboglia 9)

Cerâmica

Alt. 2.7 cm; Diâm. 7.4 cm;

Comp. 10.2 cm

Século I d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 14671

Lucerna mostrando na decoração do disco uma pantera a tentar chegar a um cacho de uvas que pende de uma videira. Do lado esquerdo está um duplo tirso, ou seja, um bastão envolto em folhas de hera e ramos de videira com pinhas nas extremidades, elemento típico das cenas dionisiacas, e do lado direito um cântaro.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 40 e 48;
Maia *et al.* 2003, p. 288, n.º 146; Pereira,
2018, p. 139, fig. 55, n.º 7.





**Lucerna de cerâmica africana clara
D com representação de raposa**

Cerâmica

Alt. 3.1 cm; Diâm. 8.2 cm;

Comp. 12.6 cm

Séculos V - VI d.C.

Quinta da Torre d'Aires

Museu Nacional de Arqueologia,

Nº 16823

Lucerna paleocristã, proveniente do Norte de África, com dois orifícios de alimentação, decorada com uma raposa correndo entre eles.

A raposa a correr representa um ato propiciatório efetuado durante o mês de abril relacionado com os ciclos vegetativos bem como com as festas em honra da deusa Ceres.

[JPB]

Bibliografia: Nolen, 1994, pp. 45, 51 e 213;
Maia *et al.* 2003, p. 296, n.º 167; Pereira, 2018, p. 158, fig. 63, n.º7.





98

Incensário em forma de busto

Bronze
Alt. 14.8 cm; Larg. 10.8 cm;
Esp. 6.1 cm
Século II d.C.
Quinta do Pinheiro, Luz de Tavira
Museu Nacional de Arqueologia,
Nº 17888

Em forma de busto, representando um jovem fauno, este incensário, de fundição oca, foi encontrado numa das *villae* que circundavam a cidade de *Balsa*. Na parte superior teria uma abertura com tampa e duas argolas por onde era suspenso. Este tipo de peças poderia ter várias funções: tinteiro, porta perfumes, ou como poderá ser este o caso, contentor de incenso usado nos rituais fúnebres.

[JPB]

Bibliografia: Maia *et al.* 2003, p. 272, n.º 112;
Pereira, 2018, pp. 264-265, fig. n.º102.



Capitel coríntio de folhas lisas

Calcário

Alt. 55 cm; Larg. 88 cm

Séculos III - IV d.C.

Balsa?

Museu Municipal de Tavira,

Nº MMT00002036

Apesar de ter sido encontrado entre outros materiais que se encontravam depositados no convento de S. Francisco em Tavira, este capitel coríntio, pelas suas dimensões, pertenceu certamente a um edifício público da cidade de *Balsa*.

[JPB]

Bibliografia: Maia *et al.* 2003, p. 262, n.º 81; Fernandes e Gonçalves, 2010, p. 187, n.º 27.

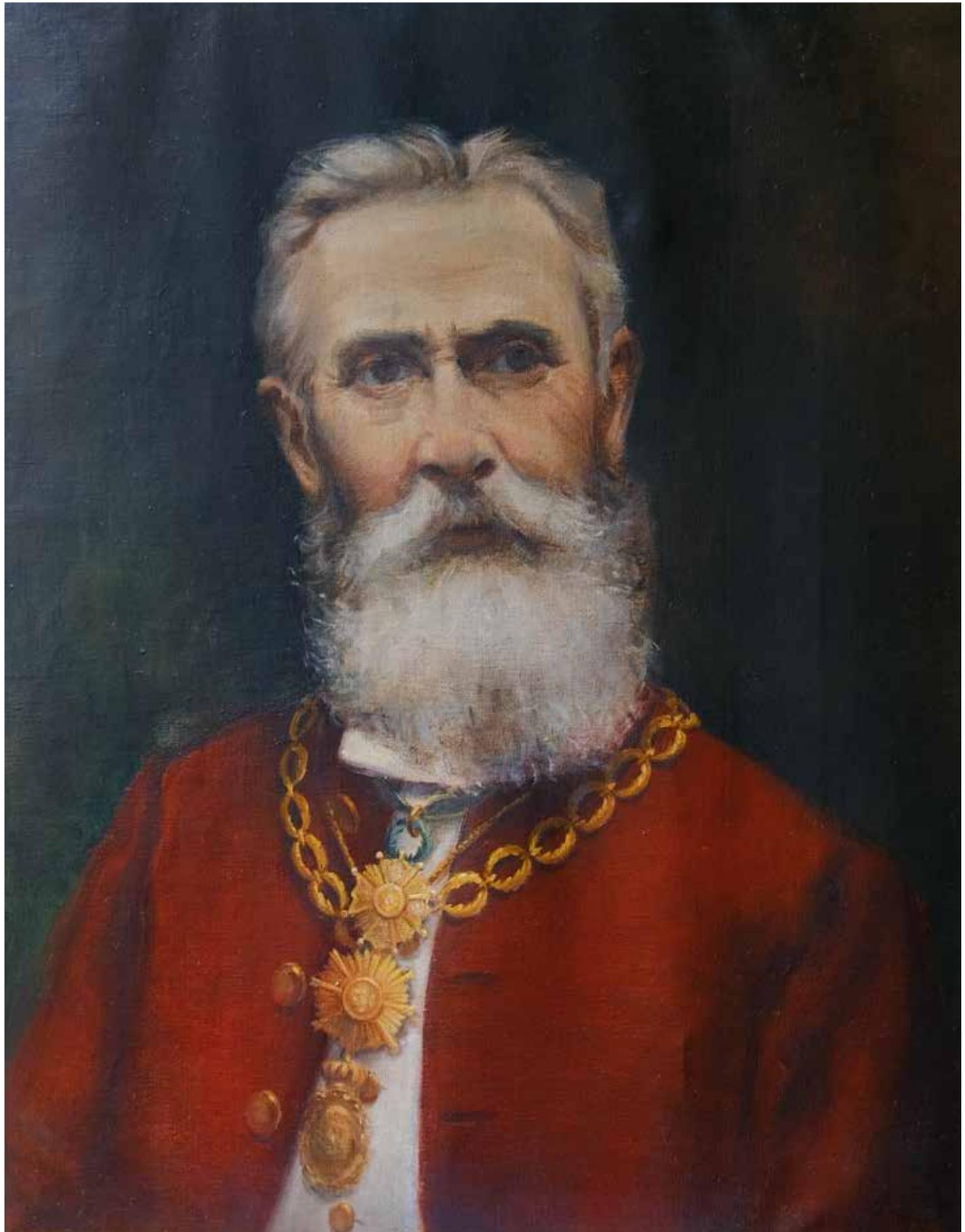


Retrato de Estácio da Veiga

Reys Santos, 1966
Óleo sobre tela
Alt. 71 cm; Larg. 61 cm
Coleção particular

[CC]

Bibliografia: Inédito.



Bibliografia

Alarcão, J. (1970). Vidros Romanos de Balsa. *O Arqueólogo Português*, série III, 4, 237- 273.

Aragão, A. C. T. (1896). Antiguidades de Balsa. *O Arqueólogo Português*, 2, 55-57.

Aragão, A. C. T. (1868). *Relatório do cemitério romano descoberto próximo de Tavira em Maio de 1868*. Lisboa.

Bernardes, J. P. (2021). *Annius Primitivus e a elite mercantil de Balsa. Kairós* (Boletim do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património), 11, 30-39.

Crawford, M. H. (1974). *Roman Republican Coinage*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cruz, M. (2009). *Vita Vitri – O vidro antigo em Portugal*. Catálogo da exposição. Lisboa.

Dias, M. M. A. (1988-89). A propósito de duas inscrições romanas da Quinta de Torre d'Ares (Luz, Tavira). *O Arqueólogo Português*, série IV, 6/7, 241-262.

Diogo, A; M. Dias & Cardoso, J. P. (2000). Ânforas béticas provenientes de um achado marítimo ao largo de Tavira, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3 (2), 67-79.

Fabião, C. (1994). As ânforas. In: Nolen, J. U. S. (ed.), *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, incluindo espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Instituto Português de Museus, 17- 34.

Fernandes, L.; Gonçalves, M. J. (2010). Plástica decorativa do Sul da Lusitânia: a propósito dos capitéis romanos da região algarvia. *Xelb*, 10 (Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves, 22-24 Outubro, 2009), 155-189.

Gonçalves, L. J. (2007). *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano* (2 Vols.). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.

Hübner, E. (1887). Monumentos de Balsa. *Revista Archeologica e Historica*, I, 33-38.

Hübner, E. (1869). *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II. Berlim.

IRCP = Encarnação, J. d' (1984) *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Lancha, J; Oliveira, C. (2013). *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal / Corpus des mosaïques romaines du Portugal: II, Conventus pacensis: 2- Algarve Este*. Faro: Universidade do Algarve.

Maia, M.; Fernandes C.; Lopes M.; Cavaco S. (Coords) (2003). *Tavira. Território e poder* (Catálogo da exposição). Lisboa: MNA/CMT.

Maia, M. G. P. (2008). Moeda de cunhagem autónoma de Balsa. In J. Queiroz & R. Manteigas (Coords.), *Tavira, patrimónios do mar* (Catálogo da Exposição). Tavira: Câmara Municipal de Tavira, p. 238-239.

Mascarenhas, J. F. (1974). *Fornos de Cerâmica e outros Vestígios Romanos no Algarve*. Lourenço Marques: Ed. do autor.

Nolen, J. U. S. (1994). *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares - Balsa*. SL: I.P.M. e SEC.

Pascual Sánchez, M. A. (2018). *La molturación en ámbito haliéutico romano. Aportaciones arqueológicas y arqueométricas en el entorno del fretum gaditanum*. Tese de doutoramento apresentada à Universidad de Cádiz.

Perea Yébenes, S. (1995). Epígrafe grego de Tavira (CIL II 5171; IG XIV 2542): Una familia paleocristiana?. *Conimbriga*, 34, 169-183.

Pereira, C. (2018). *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo Sul da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda – Museu Nacional de Arqueologia.

Pereira, C., (2019). A possible uroscopy flask of roman age. [Un posible recipiente uroscópico de época romana]. *Zephyrus*, 83, 201-212.

Ponte, M. S. (2006). *Corpus Signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Coimbra: Caleidoscópio. Ribeiro, J. C. (Coord.) (2002). *Religiões da Lusitânia, Loquuntur saxa*. Lisboa: IPM.

RIC IV = Mattingly, H.; Sydenham, E. A.; Sutherland, C.H.V. (Eds.) (1938 e 1949). *The Roman Imperial Coinage*, IV, Part. II: Macrinus –Pupienus (1938), Part. III: Gordian III – Uranius Antoninus (1949). London, Spink and Son Ltd^a.

RIC V = Webb, M., Percy, H. (1968). *The Roman Imperial Coinage*, V, Part. I: Valerian – Florian. London: Spink and Son Ltd^a.

RIC VII = Bruun, P. (1966). *The Roman Imperial Coinage*, VII - Constantine and Licinius. London, Spink and Son Ltd^a.

RIC VIII = Mattingly, H.; Sutherland, C.H.V. (1981). *The roman Imperial Coinage*, Vol. VIII - The family of Constantine I. Londres: Spink and son Ltd^a.

Striano, A. (2010). Sycecale y Tricisma: los nombres propios de dos hermanas procedentes de una inscripción sepulcral de Tavira (Portugal). *Epigraphica: periodico internazionale di epigrafia*, 72, 493-498.

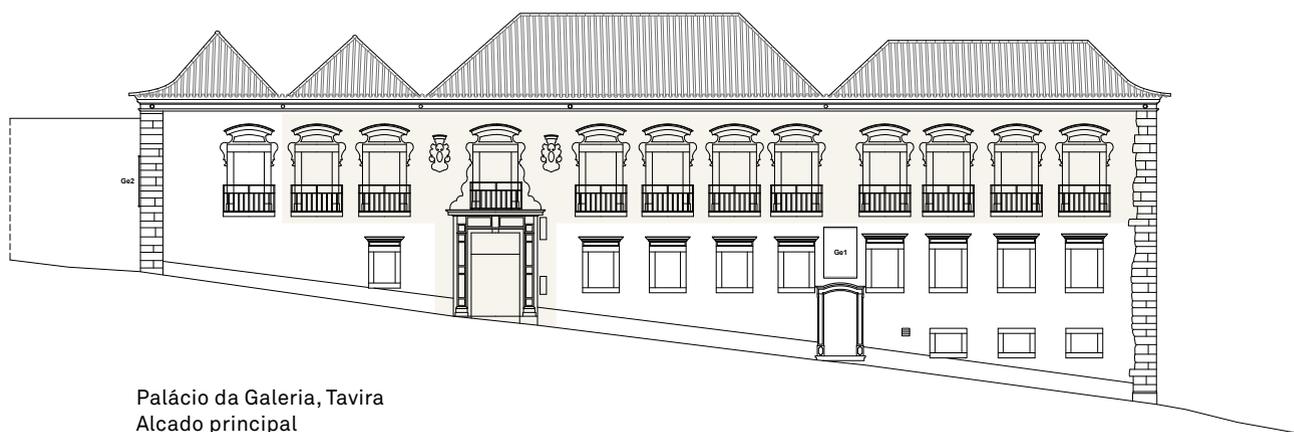
Vasconcelos, J. L. (1899/1900). Inscrição de Balsa. *O Archeologo Português*, 5, 174-175.

Viegas, C. (2011). *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: Uniarq.

Veiga, S. P. E. da. (1866) *Povos Balsenses. Situação Geographico-physica Indicada por Dois Monumentos Romanos Recentemente Descobertos na Quinta da Torre d'Ares Distante seis Kilómetros da Cidade de Tavira*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Balsa, o Projeto Expositivo

Atelier Célia Anica



Palácio da Galeria, Tavira
Alçado principal



Planta 1.º andar



Sala 1



Entrada



Sala 2



Sala 3



Sala 4/5



Sala 6



Sala 7



Sala 8



Sala 9

Exposição

Organização

Município de Tavira

Conceção

Museu Municipal de Tavira
Universidade do Algarve

Parceria

Museu Nacional de Arqueologia

Comissariado Científico

João Pedro Bernardes
Celso Candeias

Comissariado Executivo

Cristina Neto
Celso Candeias
Daniel Santana
Jaquelina Covaneiro
João Pedro Bernardes
Patrícia Batista
Sofia Motta

Textos

João Pedro Bernardes
Celso Candeias

Tradução

ONOMA Traduções

Conservação e Restauro

Leonor Esteban

Fotografia

Celso Candeias
Direção-Geral do Património Cultural/
Arquivo de Documentação Fotográfica
João Pedro Bernardes
Manuel Maia
Maria Maia
Pedro Soares

Desenhos

Carlos Pereira
Celso Candeias
Estácio da Veiga
Luís Fraga da Silva

Projeto Expositivo e Luminotecnia

Célia Anica, arquitetura, arte & design
Coordenação: Célia Anica
Colaboração: Hélder Magalhães

Design de Comunicação

Sónia Teixeira Pinto

Execução e Montagem

J. C. Sampaio

Apoio Museográfico

Ana Vieira

Vídeo

Cinema Plastique,
Jorge Mestre Simão

Instalações Eléctricas e de Iluminação

Sulésio Martins
Gilberto Pires

Produção Gráfica

Logotexto

Transportes

RNTRANS – Atividades
Transitárias, S.A.

Seguros

Caravela - Companhia
de Seguros, S.A.

Empréstimos

Associação dos Arqueólogos
Portugueses/Museu Arqueológico
do Carmo
Direção Regional de Cultura do Algarve
Eduardo Mendonça
José Centeno
Leonor Estácio da Veiga Afonso Pereira
Museu Municipal de Faro
Museu Municipal de Olhão
Museu Nacional de Arqueologia
Museu Paroquial de Moncarapacho

Serviço Educativo

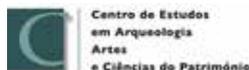
Carla Guerreiro
Patrícia Gonçalves
Ricardo Louro

Agradecimentos

Eduardo Mendonça
Frederica Mendonça
João Servando
Museu Nacional Frei Manuel
do Cenáculo
Pedro Cabrita
Vera Barafusta

**O Município de Tavira expressa
o seu reconhecimento a todas
as personalidades e instituições
que tornaram possível a realização
desta exposição.**

município
tavira



Co-financiado por:



Catálogo

Título

Balsa, Cidade Romana

Coordenação Científica

João Pedro Bernardes
Celso Candeias

Coordenação Executiva

Celso Candeias
Cristina Neto
João Pedro Bernardes
Daniel Santana
Patrícia Batista
Sofia Motta
Jaquelina Covaneiro

Textos

Alicia Arévalo-González
Carlos Pereira
Catarina Viegas
Celso Candeias
Elena Moreno-Pulido
João Pedro Bernardes
Leonor Esteban
Lívia Silva Spinacé
Maria do Sameiro Barroso
Vasco Gil Mantas

Fichas de Peças

Celso Candeias [CC]
Duarte Santos [DS]
João Pedro Bernardes [JPB]

Projeto Expositivo/Planta

Atelier Célia Anica

Design Gráfico

Sónia Teixeira Pinto

Fotografia

António Cunha (peças n.º 2 a 5, 7, 99)
Cátia Mingote (peça n.º 100)
Celso Candeias (peças n.º 32, 33)
Cinema Plastique, Jorge Mestre Simão
(peças n.º 6, 8 a 12, 21 a 25, 29 a 31, 34
a 37, 43, 46, 48 a 51, 56, 59, 60, 62, 63, 82
(f, g), 84, 88, 91, 94)
DGPC/ADF, José Paulo Ruas
(peças n.º 1, 14 a 16, 20, 26 a 28, 38 a 42,
44, 45, 47, 52 a 55, 57, 58, 61, 64 a 67, 69 a
72, 76 a 82 (a, b, c, d, e), 83, 85, 92 e 96, 98)
DGPC/ADF, José Pessoa (peças n.º 13,
17, 18, 68, 75, 86, 87, 89, 90, 93)
DGPC/ADF, Luísa Oliveira
(peças n.º 73, 74, 95)
Hélio Ramos (peça n.º 19)
Ivo Costa (pág. 243 a 245)

Desenhos

Carlos Pereira
Celso Candeias

Impressão

BiteClub - Conceição Barbosa

Tiragem

700 exemplares

Edição

Câmara Municipal de Tavira
Universidade do Algarve – CEAACP
(projeto SAICT-ALG/39581/2018
– BALSa)
2024

Depósito Legal

533478/24

ISBN

978-972-8705-70-1

Os textos são da exclusiva
responsabilidade dos respetivos
autores, nomeadamente no que diz
respeito à adoção ou não do novo
acordo ortográfico.

Museu Municipal de Tavira

Direção

Cristina Neto

Coordenação Geral

Daniel Santana

Investigação do Território/ Património Cultural

Corinne Romeira
Luísa Ricardo
Marco Sousa Santos

Conservação e Restauro

Leonor Esteban

Serviço Educativo

Carla Guerreiro
Patrícia Gonçalves
Ricardo Louro

Serviço de Arqueologia

Arqueólogos:
Celso Candeias
Jaquelina Covaneiro
Sandra Cavaco
Assistentes técnicos:
Ana Vieira

Produção Expositiva

Sofia Motta

Técnicos e Auxiliares de Museografia

Anabela Jesus
Alfredo Faleiro
Branca das Neves
Carlos Pires
Custódio Mestre
Isabel Fernandes
José Gregório
Tolentino Ribeiro

Centro de Documentação

Cecília Dias

Secretariado

Ismael Dias
Pedro Santos

Auxiliares

Antonieta Luz
Maria da Conceição Pereira

